



EDUCAÇÃO:

Um universo de possibilidades
e realizações

Vol. 3

Dr. Alderlan Souza Cabral



AYA EDITORA
2022

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizador

Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE

© 2022 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas nos capítulos deste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião desta editora.

E2446 Educação: um universo de possibilidades e realizações [recurso eletrônico]. / Alderlan Souza Cabral (organizador) -- Ponta Grossa: Aya, 2022. 182 p.
v.3

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-063-6
DOI: 10.47573/aya.5379.2.90

1. Ensino. 2. Educação inclusiva. 3. Violência na escola - Brasil..
4. Voz do Brasil (Programa de rádio). 5. Rádio – Programas - Brasil. 6.
História – Estudo e ensino 7. Leitura.. I. Cabral, Alderlan Souza. II. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação.....9

01

A era da informação e comunicação: o ensino de história e a contribuição da Rádio a Voz do Brasil em período de pandemia, Manaus, Amazonas, Brasil - anos 2019/2020.....10

Aucimar Carneiro Fialho

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.1

02

Práticas pedagógicas do professor progressista e os avanços tecnológicos para ressignificação no processo de ensino aprendizagem para os alunos do ensino médio28

Eudenise Marques Pereira Alves

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.2

03

Relação entre educação física e recreação escolar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de uma escola de tempo integral, no município de Carauari-AM/Brasil, no período de 2020-202141

Iderlani Pereira Soriano

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.3

04

Relações entre práticas pedagógicas e o desempenho da leitura e escrita com os alunos do 3º ano do ensino fundamental I51

Lana Cristina Souza Brasil

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.4

05

O uso de softwares educacionais no ensino e aprendizagem de Biologia com alunos da 2^a série do ensino médio64

Lidiane Ribeiro da Silva Cardoso

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.5

06

Práticas da leitura na educação infantil.....72

Liozete da Silva Santos

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.6

07

Análise do processo de compreensão leitora na alfabetização com alunos de 2^o ano do ensino fundamental I84

Lígia Alves de Negreiros

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.7

08

Educação especial: os benefícios na inclusão em uma escola de atendimento específico96

Maria do Perpétuo Socorro Fonseca da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.8

09

Desenvolvimentos dos signos na língua brasileira de sinais (libras) - no ensino fundamental I no município de Manaus – AM/ Brasil no período de 2020-2021107

Marina Bezerra da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.9

10

Varição linguística como ação pedagógica para os alunos do ensino médio119

Ricardo César Lopes Pereira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.10

11

Violência escolar: causas, consequências e possíveis soluções130

Roberlane Melo Carvalho

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.11

12

Síntese de álcool em gel 70% como ferramenta de ensino-aprendizagem e seu uso como antisséptico para combater vírus e bactérias142

Rosineide Souza de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.12

13

Projeto político pedagógico no contexto organizacional155

Sônia Maria Cortez Pinheiro

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.13

14

Educação inclusiva de alunos da educação especial167

Valcilene da Silva Vieira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.14

| | |
|-------------------------------|------------|
| Organizador | 177 |
| Índice Remissivo | 178 |

Apresentação

Este livro compreende uma coletânea de textos elaborados por diferentes mestres e doutores que realizaram suas práxis de pesquisas no campo da Educação. As pesquisas exemplificadas nesta obra apresentam um processo dinâmico, contínuo, sistemático e integrado em todo o currículo escolar. Apresentando uma linha do ensino de forma cooperativa e integrada em que todos os educadores e em especial o professor, precisam assumir um papel ativo e de relevância, vendo o educando como um ser global que deve desenvolver-se harmoniosa e equilibradamente em todos os aspectos físicos, mental, emocional, social, moral, estético, político, educacional e vocacional.

As obras inseridas tornam-se relevantes, pois o ensino aprendizagem é que viabiliza a formação integral do educando. Apresentar-se-á um conjunto de reflexões e experiências vividas nas escolas públicas. É, com certeza, mais uma referência na construção de uma educação compromissada.

Apresentar-se-á propostas inovadoras, onde o aluno é o protagonista, construtor do seu próprio conhecimento e o educador será o mediador e a escola um ambiente incentivador juntamente com família e a sociedade como todo.

Atualmente quando se fala em educação ainda existem muitos entraves que de alguma forma engessam a mesma, isto é, dificultam o seu desenvolvimento do ensino aprendizagem. O livro apresenta sugestões, para se desenvolver uma sociedade mais igualitária, comprometida em usar as ferramentas de transformação para uma sociedade mais humanizada. Com as reflexões e experiências vividas pelos profissionais que atuam como atores nesse processo. Almeja-se maior rentabilidade na agregação de valores educacionais, onde a sociedade precisa entender que o ensino aprendizagem é uma ferramenta de suma importância para a construção de um mundo melhor.

Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

01

A era da informação e comunicação: o ensino de história e a contribuição da Rádio a Voz do Brasil em período de pandemia, Manaus, Amazonas, Brasil - anos 2019/2020

The age of information and communication: the teaching of history and the contribution of Radio a Voz Do Brazil in a period of pandemia, Manaus, Amazonas, Brazil – years 2019/2020

Aucimar Carneiro Fialho

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.1

RESUMO

Este estudo investiga a possibilidade de interação entre o programa de rádio “A Voz do Brasil” e o trabalho educativo na disciplina história. Nasceu do questionamento de como utilizar o rádio e o programa “A Voz do Brasil” para ensinar história na escola. Desta forma, o estudo tem como objetivo descrever a história do rádio e do programa “A Voz do Brasil”, analisando-os e relacionando-os (positivo ou negativo) como fonte de contribuição no ensino de história, buscando entender a relação histórica como fonte de formação educacional. Além de especificamente apresentar os problemas à história do rádio sob a ótica da análise de contexto e sua importância como veículo de comunicação e educação em massa; contextualizar o programa “A Voz do Brasil” dentro de uma proposta educacional, avaliando o rádio e o programa “A Voz do Brasil” como expressão comunicativa e educacional; e, verificar como o ensino de história pode adequar e usar o sistema de rádio como um instrumento tecnológico e inovador para dirigir a socialização na escola como o programa “A Voz do Brasil”. Tem importância para academia, pois as rádios são um importante componente de comunicação e educação de massas; possui relevância científica em função de apresentar um tema até certo ponto inovador, já que a maioria das análises a respeito do tema é extremamente específica; tem também relevância social, pois, apresenta outro ângulo da observação do tema, ou seja, uma nova forma de verificar a importância da rádio e especificamente do programa “A Voz do Brasil” em movimentos socioeducacionais. Sua metodologia teve enfoque qualitativo com pesquisa bibliográfica em livros e artigos acadêmicos que tratam do tema. Os principais resultados apontam que o rádio é um instrumento perfeito para ser usado na educação e que o programa “A Voz do Brasil” deveria ser utilizado como um instrumento educativo e não apenas de exaltação ao governo.

Palavras-chave: rádio. a Voz do Brasil. rádio x educação. história.

ABSTRACT

This study investigates the possibility of interaction between the radio program “A Voz do Brasil” and the educational work in the discipline of history. It was born from the question of how to use the radio and the program “A Voz do Brasil” to teach history at school. In this way, the study aims to describe the history of radio and the program “A Voz do Brasil”, analyzing and relating them (positive or negative) as a source of contribution in the teaching of history, seeking to understand the historical relationship as source of educational training. In addition to specifically presenting the problems to the history of radio from the perspective of context analysis and its importance as a vehicle for mass communication and education; contextualize the program “A Voz do Brasil” within an educational proposal, evaluating the radio and the program “A Voz do Brasil” as a communicative and educational expression; and, to verify how the teaching of history can adapt and use the radio system as a technological and innovative instrument to direct socialization in the school as the program “A Voz do Brasil”. It is important for academia, as radio broadcasts are an important component of mass communication and education; it has scientific relevance in terms of presenting a topic that is to some extent innovative, since most analyzes on the topic are extremely specific; it also has social relevance, as it presents another angle of observation of the theme, that is, a new way of verifying the importance of radio and specifically of the program “A Voz do Brasil” in socio-educational movements. Its methodology had a qualitative focus with bibliographic research in books and academic articles that deal with the subject. The main results point out that radio is a perfect instrument to be used in education and that the program “A Voz do Brasil” should be used as an educational instrument and not just to exalt the government.

Keywords: radio: the Voice of Brazil; radio x education; story.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática: “A Era da Informação e Comunicação: “O Ensino De História e a Contribuição da Rádio a Voz do Brasil em Período de Pandemia”. Há formas diferentes de se abordar a presente temática no interior da atividade sistemática da educação. Porém, a temática se refere a atividades que não tem educação com fim, e sim como meio, já que o ato de construir um conhecimento se reflete para fora do seu processo.

É no mundo comunitário que se reencontra o seu sentido completo. Com tal atividade se dimensiona preferencialmente na instituição por excelência identificada e criada para tal fim, às Escolas, é de sua atividade e de seu produto que se cuidará neste trabalho.

Assim, o tema deste estudo se concentra em: O rádio na escola: ensinando história através do programa “A Voz do Brasil”, que provoca a mais profunda discussão envolvendo os setores envolvidos como um todo. Coube às rádios desempenhar seu papel da melhor forma possível. Apesar de toda a dificuldade que elas tenham encontrado, envolvendo aspectos físicos, sociais, políticos, econômicos, culturais sempre tiveram uma enorme importância (positiva ou negativa).

Pergunta Central: Como utilizar o rádio e o programa “A Voz do Brasil” como espaço educativo dentro do ensino aprendizagem? De antemão ficou evidente que não se distinguirá a educação formal da educação informal e outras formas, nem investigando o papel histórico do rádio, embora possam surgir referências em um ou outro ponto que ajudam a explicitar o nível de compromisso do poder público com certa realidade concreta da sociedade. **Perguntas Específicas:** O programa de rádio “A Voz do Brasil” tem cumprido o seu papel como divulgadoras da história do Brasil? Quais são as ações empregadas pelo referido programa para efetivar a temática história através do rádio? Como o rádio pode se inserir no contexto educacional? Desta forma, para iniciar a pesquisa com uma boa direção, foi projetado.

Objetivo geral: Descrever a história do rádio e do programa “A Voz do Brasil”, analisando-os e relacionando-os (positiva ou negativa) como fonte de contribuição no ensino de história, buscando entender a relação histórica como fonte de formação educacional. **Objetivos Específicos:** Apresentar uma proposta para inserir o programa a voz do Brasil como Instrumento educativo no processo do ensino aprendizagem; contextualizar o programa “A Voz do Brasil” dentro de uma proposta educacional, com a finalidade de agregar de valores na disciplina de História; Verificar como o ensino de história pode adequar e usar o sistema de rádio como um instrumento tecnológico e inovador para dirigir a socialização na escola como o programa “A Voz do Brasil”. **Hipótese:** Se o programa a voz do Brasil que gradativamente perde seu valor, podendo ser inserido de forma sistemática na educação como instrumento educativo na disciplina de história, então presume-se que seja relevante desenvolver uma metodologia educacional que venha colaborar estrategicamente com o ensino aprendizagem.

Justificativa: Além de especificamente apresentar os problemas à história do rádio sob a ótica da análise de contexto e sua importância como veículo de comunicação e educação em massa; contextualizar o programa “A Voz do Brasil” dentro de uma proposta educacional, avaliando o rádio e o programa “A Voz do Brasil”, como expressão comunicativa e educacional; e, verificar como o ensino de história pode adequar e usar o sistema de rádio como um instrumento tecnológico e inovador para dirigir a socialização na escola como o programa “A Voz do Brasil”.

Para a academia, acredita-se que o trabalho tenha a sua relevância, pois as rádios são importantes componentes de comunicação de massas e estão comprometidas com os movimentos culturais, e que buscam melhorias em seus processos internos bem como benefícios proporcionados à sociedade como um todo.

Neste sentido, o trabalho possui relevância científica em função de apresentar um tema até certo ponto inovador, já que a maioria das análises a respeito do tema é extremamente específica. Tem também, relevância social, pois, apresenta outro ângulo da observação do tema, ou seja, uma nova forma de verificar a importância das rádios em movimento culturais populares e seus reflexos no cotidiano da sociedade. Tem, por fim, relevância acadêmica, pois apresenta um tema altamente discutível em todas as universidades – rádios e movimentos culturais -, ou seja, de uma ciência que tem por objetivo a melhoria da qualidade do trabalho nas rádios. Para alcançar os objetivos, foi utilizado o método dedutivo de abordagem, com enfoque qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica e de campo buscando entender como o programa “A Voz do Brasil” pode contribuir no ensino de história nas escolas públicas.

Portanto, o programa “A Voz do Brasil” enquanto um programa definido e delineado no contorno do processo intencional da própria sociedade, no interior de um processo sistemático centrado na ação educativa como elemento de mediação.

O RÁDIO

O homem pode ser considerado um indivíduo extremamente inquieto. Essa inquietação pode ser explicada por seu desejo de interagir com o mundo ao seu redor. A necessidade de se conectar com os outros, de se integrar para estabelecer a primeira troca de informações, nos permite afirmar que esse desejo aponta para o sistema de comunicação de massa hoje conhecido. O uso da palavra permitiu assim que as pessoas levassem informações sobre eventos aos seus pares, permitindo o fechamento de um ciclo que levará à conscientização da globalidade, onde elas fazem parte de um universo no qual devem participar (LOPES, 2010).

Nos primórdios da civilização, era necessário encontrar formas de superar as limitações impostas pela distância e pelas dificuldades de comunicação. No entanto, como o homem é um indivíduo empreendedor e não se deixa abater pelas adversidades, ele conseguiu encontrar meios de comunicação. As fogueiras colocadas no alto das montanhas seriam usadas para interagir com o mundo. Quando os gregos conquistaram Tróia, usaram fogueiras para espalhar a notícia da vitória para a cidade de Argos, a cerca de 400 quilômetros de distância (LOPES, 2010).

O uso de fogueiras, segundo Lopes Cunha (2010, p. 2), foi o primeiro sistema de comunicação de longa distância utilizado pelo homem desde tempos imemoriais e nos séculos que se seguiram. Além dos sinais de fumaça, as pessoas usavam o som de tambores, pombo-correio e, posteriormente, o serviço regular de informações pelo correio.

O desejo de encontrar novas formas de comunicação permaneceu oculto na mente humana. O primeiro passo para acabar com a distância foi a invenção do telégrafo através de pulsos eletromagnéticos e seu código alfabético inventado por Samuel Morse. Segundo Faus Belau (2008, p. 33): Em 24 de maio de 1844, foi dedicada a primeira linha experimental ligando Washington e Baltimore a uma distância de 40 milhas, com a tradução da frase Whathath Go-

dwrought. Completou).

No Brasil, o telégrafo com fio foi implantado em uma linha entre a Quinta da Boa Vista e o Quartel da Rádio Comunitária do Rio de Janeiro. Conforme ilustrado por Albuquerque (2015, p. 134) em 1868, o Brasil tinha 2.089 quilômetros de vias construídas, 40 quilômetros em construção e 75 quilômetros aprovados. Em 1873 o Brasil estava conectado à Europa por cabo submarino.

1887, quando Henrich Rudolph Hertz descobriu as ondas de rádio. O homem então começa a usar a atmosfera como meio de espalhar suas mensagens. Este foi o primeiro passo no desenvolvimento da radiodifusão como a conhecemos hoje. (ALBUQUERQUE, 2015).

Embora a verdadeira paternidade do rádio ainda seja debatida hoje, foi um natural de Porto Alegre quem realizou a primeira transmissão da palavra falada, sem fio, por meio de ondas eletromagnéticas. O pioneiro foi o padre Landell de Moura (Figura 2) quando fez sua transmissão em 1893. No entanto, alguns autores ignoram o fato. Considerando a cronologia pura e simples dos fatos, essa hipótese é a mais correta, pois Gugliermo Marconi realizou sua transmissão sem fio em 1896, três anos depois, quando conseguiu enviar sinais à distância. Experimentos sucessivos de Marconi aumentaram as distâncias entre as estações transmissoras e receptoras. Este fato marcante na história da comunicação possibilitou ao homem alcançar a universalidade, reduzindo assim distâncias desconfortáveis (ALBUQUERQUE, 2015).

Um próximo passo de Gugliermo Marconi foi melhorar sua invenção com a capacidade de permitir sintonia, ou seja, receptores e transmissores podem ser sintonizados no mesmo comprimento de onda. Assim, uma mensagem só pode ser captada pela estação receptora à qual foi endereçada. Dessa forma, foram criadas condições para enviar várias mensagens de uma só vez.

Este é o princípio das diversas emissoras de rádio atuais, tanto na frequência de média amplitude - AM, na frequência modulada - FM e até mesmo em ondas curtas. Todos estão disponíveis na atmosfera. E todos têm a opção de usar um receptor para escolher a frequência que desejam definir. A transmissão do cineasta Orson Welles em 1938 da invasão marciana da Terra demonstrou o impacto que a televisão tem no público. O romance de H.G. Wells, A Guerra dos Mundos, transmitido como uma reportagem ao vivo, provocou pânico na cidade de Nova York (LOPES, 2010).

A radiodifusão é a transmissão do som no espaço na forma de ondas semelhantes às da luz e do calor por meio de variações na corrente elétrica, originalmente chamada de telegrafia sem fio. O novo meio de comunicação foi chamado de radiotelegrafia por volta de 1912. No vernáculo, a palavra rádio substituiu o conceito de propagação do som por meios técnicos muito aprimorados, que também se referiam ao receptor de ondas de rádio (ALBUQUERQUE, 2015).

A radiodifusão em si não foi uma descoberta, mas o desdobramento da aplicação da radioeletricidade em um novo campo. Cientistas e técnicos de vários países contribuíram para o seu desenvolvimento com seus estudos sobre eletromagnetismo desde o século XIX. Mesmo assim, havia dois meios de comunicação rápida de longa distância: o telégrafo e o telefone, que transmitiam sinais por fios. O advento do rádio, que transmitia sua mensagem pelo ar, revolucionou a comunicação (FAUS BELAU, 2008).

A radiodifusão finalmente começou a se solidificar através dos experimentos de grande importância realizados por Lee de Forest. Aperfeiçoou a válvula de áudio e, em 1908, diretamente do alto da Torre Eiffel em Paris, realizou a transmissão de um sinal sonoro que chegou a Marselha (FAUS BELAU, 2008).

No processo evolutivo de lançar as bases da transmissão, a primeira estação de transmissão foi construída em Nova York em 1916, transmitindo música, gravações e programas de conferência. Sobre a importância de Lee Forest, Lopes (2010) observa que o inventor teve um sucesso retumbante ao produzir um programa jornalístico de rádio de grande porte: transmitindo os resultados da eleição presidencial dos Estados Unidos em 1916.

A transmissão se espalhou como um vírus pelo mundo. As novidades sempre estiveram relacionadas aos avanços da ciência. 2 de novembro de 1920 é considerado um marco no nascimento real do rádio. O KDKA começou a transmitir suas mensagens no dia da eleição presidencial de Hardings para a presidência dos Estados Unidos. Os resultados eleitorais foram transmitidos à emissora por telefone e posteriormente disponibilizados a um público informado.

Com a chegada de uma rádio da França, em 6 de abril de 1919, foi inaugurada a Rádio Clube de Pernambuco na capital Recife. Documentos mostram que esta foi a primeira experiência, ainda de forma amadora. A inauguração oficial foi em 17 de outubro de 1923 com um transmissor de 10 watts. No entanto, a instalação da primeira emissora na então capital do país ocorreu em 20 de abril de 1923, quando a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sob o comando de Edward Roquette Pinto e Henry Morize, começou a operar e sua programação baseada no altamente educacional (ALVUQUERQUE, 2015).

A rádio foi inaugurada oficialmente em 7 de setembro de 1922 durante as comemorações do 100º aniversário da independência. A primeira transmissão foi um discurso do presidente Epitácio Pessoa. Um transmissor havia sido instalado no Corcovado e 80 receptores importados permitiram a alguns privilegiados membros da elite carioca assistir ao discurso dos presidentes de suas casas (LOPES 2010).

Como tal, o rádio, como qualquer tecnologia inovadora, foi um veículo extremamente elitista em seus primórdios. Em comparação, pode-se fazer uma analogia com o surgimento do compact disc na década de 1980, ou seja, aparelhos caros, todos importados. Além disso, o programa de rádio tinha uma finalidade cultural e educacional.

A Voz do Brasil

Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930 e percebeu logo de cara que o rádio era um importante instrumento de comunicação de Massa. Em 1935, a ideia de Getúlio de consolidou com a entrada no ar do programa “A Voz do Brasil”, tendo como abertura inicial trechos da ópera “O Guarani”, de Carlos Gomes. O locutor era Luiz Jatobá, um alagoano que deu voz ao programa dizendo: “Senhores ouvintes, muito boa noite”. Isso ocorreu em 22 de julho de 1935 (MADRID, 2012).

A ideia de Getúlio era criar um programa de rádio que irradiasse as notícias do governo brasileiro. Em 1938, tornou-se obrigatório em todo o território nacional com um novo nome “Hora do Brasil”, mas manteve a trilha sonora original, mesmo mudando totalmente o formato idealizado por Vargas (COSTELLA, 2012).

O programa tinha como objetivo divulgar as notícias do poder executivo, além de divulgar a música brasileira. Em 1962 passou a incorporar as notícias do poder legislativo (FEDERICO, 2012).

É importante destacar que no início, o programa era altamente educativo, com a produção e transmissão de peças de rádio teatro que faziam alusão aos principais momentos da história brasileira, como o descobrimento, a luta pela independência, a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Mas com o passar dos anos isso se perdeu (LOPES, 2010).

O programa “A Voz do Brasil” passaria por um processo de reformulação estrutural, ao longo dos anos ampliando os seus recursos, para poder atender às novas atribuições do governo de plantão, principalmente o governo militar que se instalou no Brasil a partir de 1964, e sua audiência que era muito pequena, perdeu ainda mais ouvintes, principalmente no interior do Brasil. De programa informativo e educativo passou a ser um programa de doutrinação ideológica que dominou o programa até 1985.

De 1985 em diante, deixou de ser um programa de doutrinação ideológica para servir de propaganda governamental. Deixou, então, de 1964 até os dias de hoje de ser um programa de Estado para ser um programa de governo. A partir desse momento, a improvisação abre espaço para a estruturação definitiva que o programa possui atualmente. O programa passou a possuir produção prévia e, torna-se cada vez menos ouvido. “A Voz do Brasil”, atualmente está sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Notícias (LOPES, 2010).

Aqueles que se sintonizam “A Voz do Brasil” são recebidos primeiro com as notícias e os comentários políticos que se pode esperar de um canal de transmissão do governo. Mas os esforços de um ouvinte mais paciente podem ver nesse programa de rádio jornalismo do governo brasileiro uma fonte de informação valiosa. O ouvinte também pode ouvir programas que lidam com tópicos tão diversos como agricultura, medicina etc., de acordo com a pauta do programa (ALBUQUERQUE, 2015).

Mas o programa deveria ter outra conotação como a transmissão dos aspectos populares da cultura brasileira, além de expressar opiniões políticas diversas e não apenas a opinião política do governo. A voz nasceu ainda na década de 1930 como porta voz oficial do governo brasileiro. Seguiu a linha de alguns programas já existentes no mundo como o das transmissões radiofônicas da União Soviética e, a partir de 1933 da propaganda nazista na Alemanha.

Durante a Segunda Guerra Mundial, surgiu “A Voz da América” como um instrumento de batalha da propaganda nazista. A guerra mundial deu lugar à Guerra Fria e ao fantasma de um inimigo novo e poderoso. Considerou-se que as forças da democracia precisavam de um arsenal de ondas curtas para combater as trovejantes brigadas de propaganda do comunismo russo, de modo que os programas de transmissões oficiais do governo cresceria muito, como o programa do Rádio França Internacional em vários idiomas; o programa da BBC de Londres, também em vários idiomas; a Voz da Alemanha, além da Voz da América (ALBUQUERQUE, 2015).

Do lado de lá das cortinas de ferro, dois programas se destacavam – o da União Soviética e o de Cuba que começou no ano de 1952. Mas o que, poder-se-ia perguntar, é a força motriz por trás desse gasto maciço de dinheiro e mão de obra? Qual é a necessidade de um órgão de radiodifusão nacional?

A resposta para essas perguntas geralmente toma a forma de altivez expressando ideais inatacáveis; O conceito fundamental está no controle, mas o conceito de controle é que fornece informações à população, que promoverá a causa da paz no país. Esse conceito é um dos princípios básicos subjacentes ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, surgindo no final da década de 1940 com a fundação da Organização das Nações Unidas – ONU. O artigo 19 deste acordo patrocinado pela ONU estabelece: “todos devem ter o direito à liberdade de expressão; esse direito deve incluir a liberdade de buscar, receber e comunicar informações e ideias de todos os tipos, independentemente das fronteiras” (ZANDONADE, 2011).

Um maior fluxo de informações deve levar a um maior entendimento entre as nações, e o entendimento, por sua vez, leva a uma possibilidade reduzida de conflito. Descreveu a radiodifusão internacional como comunicação “pessoa a pessoa” em vez de comunicação “governo a governo”. Só que no Brasil o programa Voz do Brasil, não tem transmissão internacional e a Rádio Nacional, embora sempre pudesse ser sintonizada em outros países não mantinha uma linha programação direcionada a propaganda ideológica puramente simples como a Voz da América e a Voz da Alemanha, por exemplo. Isso ficava a cargo unicamente do Programa A Voz do Brasil (ZANDONADE, 2011).

Deve ficar claro, no entanto, que essas transmissões também servem a um propósito muito mais pragmático. O objetivo principal da comunicação do governo, principalmente de Getúlio Vargas e do Governo Militar é manipular a opinião pública para criar uma impressão favorável do patrocinador da estação. Essa tarefa, é clara, pode ser realizada de várias maneiras. O produtor do programa (no caso o setor de comunicação do governo), geralmente adota uma das duas abordagens básicas (MADRID, 2012).

Essas abordagens divergentes geralmente refletem as diferenças históricas tradicionais entre a teoria operacional da Voz do Brasil. Por uma questão de conveniência, essas teorias serão chamadas de modelo VOA (*Voice of América*) e modelo RFE (*Rádio Free Europe*), embora nenhuma gestão de comunicação do governo brasileiro tenha permanecido sempre dentro dos limites de sua própria teoria de operação de modelos (MADRID, 2012).

O modelo VOA, é um modelo adotado a partir dos anos de 1950 seguindo as premissas da Voz da América que funcionava como uma tentativa de informar o mundo sobre os Estados Unidos “para retratar a variedade e a singularidade da sociedade americana” (ALBUQUERQUE, 2015).

É esperado que educar o ouvinte sobre a vida nos Estados Unidos criará uma patética compreensão de seu povo e suas crenças. O espírito desta abordagem talvez tenha sido melhor explicado por Albuquerque (2015, p. 2), que declarou ao assumir a direção da VOA em 1977 que esperava realmente um profissionalismo maior de todos os envolvidos nas transmissões. Eu realmente prevejo levar um grupo altamente profissional de pessoas e tentar estimulá-las a tornar a democracia mais livre do mundo compreensível para o resto do mundo. Não necessariamente amado por, nem mesmo necessariamente apreciado, mas entendido pelo resto do mundo. A abordagem é aberta, honesta e positiva. Se a verdade for conhecida sobre os Estados Unidos, ela será melhor apreciada e respeitada. A ideia é estabelecer um diálogo construtivo com o resto do mundo e influenciar dando um bom exemplo.

Assim, o modelo de RFE, por outro lado, é mais pesado. O objetivo é fornecer a ideia

de uma imprensa livre sem pressões nos países onde a mídia local é algemada pela repressão do governo. O presidente da organização fundadora da Radio *FreeEurope* foi citado como tendo dito: “Um objetivo primordial, será levar a esses povos as vozes de seus líderes democráticos que foram levados ao exílio pela opressão comunista”. No Brasil, esse modelo foi aplicado pela Ditadura Militar (1964-1985) em um esforço essencialmente para contar ao Brasil sobre o próprio governo combatendo as ideias dos países da Europa Oriental e da União Soviética. Era um modelo puramente de propaganda ideológica, muito forte. Assim a Voz do Brasil, embora um programa de apenas 1 hora por dia, perdeu o seu cunho educativo e virou um programa granfítico do governo, independente do modelo adotado o que o descaracteriza (ZANDONADE, 2011).

A Escola e o Ensino de História

Na orientação das práticas pedagógicas, os princípios definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais assumem relevância, considerando que a Ética, expressa pela autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, incorpora-se à vida cidadã dos alunos, a partir da vivência do currículo, em suas três acepções: currículo formal (planos e propostas pedagógicas), currículo em ação (atuação de todos os atores educacionais nas salas de aula e na escola) e currículo oculto (características individuais de alunos e professores que estabelecem as formas de relacionamento, poder e convivência na sala de aula) (MOREIRA e MASINI, 2012).

A Política, expressa pelo respeito à pessoa humana, em que as diferenças de gênero, de etnia, de raça, de crença religiosa se integrem na realização do diálogo em suas múltiplas manifestações, insere-se nas relações entre todos os partícipes do processo pedagógico que geram conhecimentos e valores transformadores e permanentes (ORIÁ, 2017).

Dessa forma, a multiplicidade de linguagens verbais e não verbais reflete o produto de diferentes identidades, de diferentes opiniões e capacidades, constituindo-se, pelo processo dialético, a própria ação educativa (MOREIRA e MASINI, 2012).

A Estética, expressa pela consideração aos aspectos afetivos, emocionais e artísticos, que preveem o desenvolvimento das relações inter e intrassubjetivas e a sensibilização do processo pedagógico, incorpora-se ao ensinar a aprender por intermédio dos sentidos e significados expressos pelas múltiplas vozes, no ambiente educativo. Privilegiam-se, assim, os princípios éticos, políticos e estéticos definidos para a Educação Fundamental (BRASIL, 1997).

A preocupação, sempre constante, pelo sucesso escolar do aluno, sugere ao sistema educacional atender, mediante propostas alternativas, alunos que apresentem dificuldades em sua trajetória escolar. Dessa forma, os que se encontram em situação de defasagem em relação à idade e à série devem receber atendimento especializado, por meio de projetos específicos de aceleração da aprendizagem, que busquem recuperar aprendizagens não realizadas e tempo perdido por sucessivos fracassos em sua escolarização. Esse atendimento reveste-se de fundamental importância uma vez que corresponde a uma das prioridades do MEC, em sua política educacional que estabelece toda criança na escola (GADOTTI, 2003).

Adotar, pois uma proposta pedagógica alternativa de Aceleração da Aprendizagem é um dever da Escola. Recuperar e fortalecer o autoconceito, a autoestima, e possibilitar que aprendizagens sejam realizadas em circunstâncias distintas das do processo convencional (prazo reduzido, estratégias pedagógicas diferenciadas, currículo específico) significam, por parte da esco-

la, o resgate de uma clientela que a própria escola excluiu de seus processos (BRASIL, 1997).

Ao considerar o tema da cidadania como a espinha dorsal da educação, passou de uma perspectiva substantiva e descontextualizada para uma aprendizagem significativa e interdisciplinar. A escola está inserida em um contexto social em que atua, se modifica e a partir do qual é influenciada; não pode escapar das discussões sobre esta sociedade; Há necessidade de abordar as questões que estão afetando a vida dos alunos e que eles enfrentam em seu cotidiano (BRASIL, 1996).

As questões sociais são há muito discutidas e muitas vezes incluídas nos currículos e planos escolares devido à sua inegável importância na formação dos alunos. Com base nessa abordagem, os Temas Transversais são criados para discutir o sentido e o significado dos problemas sociais e contemporâneos da sociedade atual (MOREIRA e MASINI, 2012).

Não são áreas de conhecimento novas, mas temas que permeiam todas elas, ou seja, permeiam a concepção, objetivos, competências, habilidades e processos de cada segmento ao longo da escolarização formal. Uma orientação didático-pedagógica relevante é a referência à pedagogia de projeto de trabalhar questões transversais, pois não apenas leva em conta as necessidades dos alunos, mas também constrói a aprendizagem a partir de um contexto significativo e interdisciplinar (ORIÁ, 2017).

O tema da ética diz respeito às reflexões sobre o comportamento humano. A questão ética por excelência é: como me comporto em relação aos outros? Está provado que esta questão é ampla e complexa, e que a resposta a ela nos leva a tomar posições de natureza avaliativa (MOREIRA e MASINI, 2012).

A questão central das preocupações éticas é a da justiça, entendida inspirada nos valores da igualdade e da justiça. Na vida escolar, a questão da ética ganha grande importância nas relações ali estabelecidas: alunos, professores, funcionários e pais; em outros momentos, o assunto permeia os componentes curriculares, pois o conhecimento não é neutro nem insensível a valores de qualquer natureza (BRASIL, 1997).

Como o tema da ética trata diretamente de valores e atitudes, está presente em toda a existência humana e permeia todas as áreas do conhecimento. Portanto, uma escola dedicada à educação cívica deve estimular a reflexão sobre as diferentes faces do comportamento humano. Como resultado dessa perspectiva, o tema da ética propõe que a escola empreenda um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral, pré-requisito para a reflexão ética. Para isso, foram escolhidos os seguintes eixos de trabalho: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade, valores aos quais se refere o princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da Constituição brasileira (GADOTTI, 2003).

Para viver em harmonia em uma sociedade pluralista, é necessário respeitar os diferentes grupos e suas diferentes culturas. A sociedade brasileira é moldada não apenas por diferentes grupos étnicos, mas também por imigrantes de diferentes países. As migrações também colocam diferentes grupos em contato. A convivência desses diferentes grupos sociais e suas diferentes culturas é muitas vezes caracterizada por preconceito e discriminação. O grande desafio para as escolas é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural do Brasil e o desenvolvimento particular dos grupos que compõem a sociedade e preza (BRASIL, 1997).

Nesse sentido, a escola deve ser um lugar de diálogo, de aprender a conviver, de vivenciar a própria cultura e respeitar as diferentes expressões culturais, onde todos os credos, todas as manifestações populares e todos os modos de vida são respeitados e compartilhados harmoniosamente. . No caso do meio ambiente, a vida na Terra cresceu e evoluiu como uma teia, uma vasta rede de seres interconectados e interdependentes. Essa rede é intensamente entrelaçada e envolve a multiplicidade de seres vivos e elementos físicos (MOREIRA e MASINI, 2012).

Todos esses seres vivem e integram um universo plural, habitando o planeta e interagindo entre si por meio de trocas de energia; esse conjunto de relações e elementos forma o ambiente. Essas relações não podem ser explicadas apenas do ponto de vista físico-biológico, pois todas as relações estabelecidas entre os seres vivos, como as relações sociais, econômicas e culturais, também fazem parte desse ambiente e, portanto, objetos da área ambiental (MOREIRA e MASINI, 2012).

Ao longo do tempo (história), o homem mudou mudando o ambiente, criando cultura, estabelecendo relações econômicas, comunicando-se com a natureza e com os outros. No entanto, é preciso pensar como devem ser essas relações socioeconômicas e ecológicas, a fim de fazer escolhas adequadas a cada passo para alcançar os objetivos almejados por todos: crescimento cultural, harmonia nas relações, qualidade de vida e Saldo. Cabe à escola, com seu coletivo, examinar todas as relações ambientais estabelecidas dentro e fora da escola e, assim, atuar como ator de transformação social (BRASIL, 1996).

O nível de saúde de uma população reflete a maneira como vivem, como interagem as pessoas desse grupo social, bem como suas condições de vida. Não se pode compreender ou transformar a situação de um indivíduo ou de uma população sem levar em conta que ela é produzida nas relações como o meio físico, social e cultural. Falar de saúde significa falar da qualidade do ar que se respira, do consumismo desenfreado e da miséria, da degradação social e da desnutrição, das formas de inserção social das diferentes parcelas da população no mundo, dos estilos de vida pessoal (MOREIRA e MASINI, 2012).

Atitudes favoráveis ou desfavoráveis à saúde são constituídas desde a infância por meio da identificação com valores observados em modelos externos ou grupos de referência (BRASIL, 1996). A escola desempenha um papel importante na formação dos cidadãos para uma vida saudável, pois o próprio nível de escolaridade tem se mostrado relacionado com o estado de saúde da população. Ao abordar e enfatizar a questão da saúde no currículo, a escola assume o papel de formadora de atores que valorizam, reconhecem e têm voz na saúde quando se trata da saúde individual e coletiva. Portanto, a formação do aluno para o exercício da cidadania inclui motivação e formação para o autocuidado e a compreensão de que a saúde é um direito e uma responsabilidade pessoal e social (MOREIRA e MASINI, 2012).

Sob a denominação de Temas Locais, devem ser considerados os temas de interesse particular de uma determinada realidade a ser definida no âmbito do Estado, Município e/ou Escola. Uma vez reconhecida a urgência social de uma questão local, ela pode receber o mesmo tratamento que outras questões transversais (MOREIRA e MASINI, 2012).

O exemplo do trânsito mostra que, embora seja um problema que atinge grande parte da população, é uma questão que vem ganhando importância, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, onde causa muita atenção. Tópicos de natureza muito diferente. Pense,

por exemplo, no direito ao transporte em relação à qualidade de vida e qualidade ambiental; ou desrespeito às regras de trânsito e à segurança de motoristas e pedestres (o trânsito brasileiro é um dos mais mortíferos do mundo). No sentido mais amplo, o tema diz respeito à reflexão sobre as características dos estilos de vida e das relações sociais (BRASIL, 1997).

Nas últimas décadas, diferentes formas de conceber e ensinar História estiveram presentes na elaboração de propostas curriculares, bem como nos livros didáticos. Estes conhecimentos históricos passaram por um intenso processo de debate e transformações, contribuindo para um novo olhar para o ensino de História. Neste contexto, podemos identificar algumas linhas historiográficas apresentadas neste período, que são importantes explicitá-las a fim de que o professor tenha uma visão geral sobre cada uma delas (ORÍÁ, 2017).

A primeira linha, chamada de historicista, está vinculada ao positivismo e defende a ideia de que a função da História é recuperar o passado exatamente como ele foi, através do estudo científico de documentos. Essa linha privilegia o estudo da ação de alguns heróis vinculados à “evolução” das nações (MCLAREN, 2017).

Nesse sentido, acaba vinculando-se, muitas vezes, à História oficial escrita pelos grupos dominantes. No caso brasileiro, influenciou as propostas curriculares e a maioria dos livros didáticos escritos nos anos de 1970, que destacavam os nomes dos principais heróis da nação e as datas dos acontecimentos em que eles estiveram envolvidos. Uma segunda linha historiográfica está vinculada a uma das vertentes do marxismo, isto é, a um conjunto de escritos baseados na obra do pensador Karl Marx (MCLAREN, 2017).

Essa linha privilegia o estudo das estruturas macroeconômicas, enfatizando os modos de produção, como: sociedades primitivas, asiáticas, escravistas, feudais, capitalistas, socialistas. No final dos anos 1980, houve uma mudança nesta concepção, ampliando os estudos sobre a economia, considerada assim, o eixo da História (ORÍÁ, 2017). Outro grupo de historiadores marxistas defende a ideia de que as interações entre economia, sociedade, política e cultura são dinâmicas. Em cada momento histórico, esses fatores se combinam de formas diferentes, sendo impossível, assim, determinar uma regra única. Esses historiadores enfatizam os estudos dos aspectos culturais e não apenas dos econômicos. Já outros historiadores consideram o cotidiano como foco das multiculturas (MCLAREN, 2017).

Incluiu-se no estudo da História a análise das estruturas familiares, da educação, das formas de moradia, alimentação, vestimenta, das visões de mundo, da religiosidade, da sexualidade. Paralelamente a essa diversidade e a essas mudanças nos estudos históricos, também ocorreram, nas últimas décadas, estudos, pesquisas sobre as questões relativas ao ensino e a aprendizagem, sobre o cérebro humano e como ele se comporta e aprende (PESAVENTO, 2005).

Nos anos 1970, predominava no estudo de História, assim como no das demais disciplinas escolares, uma concepção fundamentada na visão mecânica de nomes de pessoas, datas e lugares, visão está vinculada à Escola Tradicional. Nos anos 1980-1990, cresceu no Brasil a influência de uma proposta de trabalho conhecida como Construtivismo, tendo como ícone maior Jean Piaget, onde considera que o papel principal da escola é possibilitar aos alunos uma construção significativa do conhecimento. Surge também neste período, um teórico chamado Vygotsky, preconizando que a aprendizagem é construída socialmente na interação com os sujeitos,

ênfatizando a importância do professor como mediador da aprendizagem (MCLAREN, 2017).

Desta forma, esta proposta pedagógica de História tem como fio condutor esses pressupostos, bem como, o que preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, onde se pretende desenvolver uma abordagem dos conteúdos de forma interdisciplinar inter-relacionados à realidade e vivência do aluno, a partir de atividades que possibilitem trabalhar estes conteúdos integrados a outras áreas do conhecimento. Sendo assim, os estudos históricos devem ter como ponto de partida a realidade vivida pelos alunos, ou seja, aquilo que esteja ligado à própria experiência de vida, significativamente articulado com a sua realidade cultural e grupos sociais no qual está inserido (ORÍÁ, 2017). A metodologia de trabalho, a ser desenvolvido no ensino da História, deverá, portanto, ter como referência os conceitos específicos de História destacados pelos PCNS, sendo necessário que o professor tenha esses conceitos muito bem definidos e claros para uma ação metodológica criativa e eficaz (MCLAREN, 2017). Assim, os fatos históricos podem ser entendidos como ações humanas significativas selecionadas por professores e alunos para análise de momentos históricos específicos. Podem ser acontecimentos do passado recente ou distante, material ou espiritual, evidenciando mudanças ou constâncias ocorridas na vida coletiva (PESAVENTO, 2005).

PROCESSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada na Zona Norte de Manaus. A Zona Norte é uma região que é habitada a partir do final da década de 1970 com a implantação do Distrito Industrial e das atividades da Zona Franca, a ocupação do solo intensificou-se e o crescimento da cidade teve como principal vetor de expansão o sentido norte, onde foram construídos grandes conjuntos habitacionais, de forma a atender à demanda de grande contingente populacional proveniente de todo o país, aqui em 1979 foi construído o primeiro complexo da denominada Cidade Nova.

Trata-se de uma pesquisa com enfoque qualitativo, buscando o entendimento dos fenômenos complexos específicos, em profundidade, observando a natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas; fazendo uso de técnicas de análises reflexiva, criativa e rigorosa. Denzin e Lincoln (2011, p. 3) destacam que: “a investigação qualitativa é uma atividade que situa o investigador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável de materiais práticos que lhes tornem visível no mundo”.

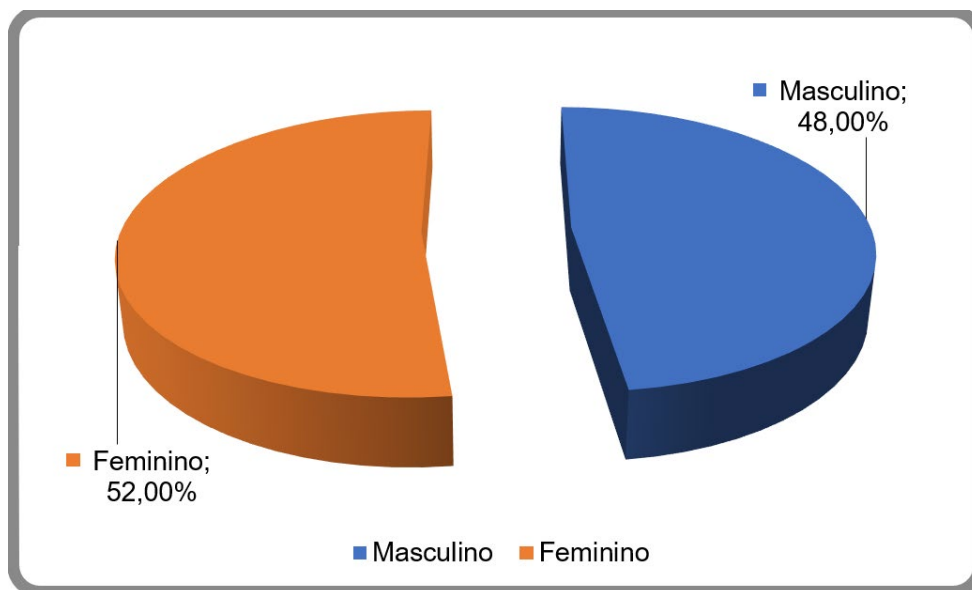
Teve como sujeitos 22 (vinte e dois) alunos e 10 (dez) professores do ensino fundamental II (5º ao 9º ano) da Escola Estadual Samuel Benchimol, localizada no bairro Cidade Nova na Zona Norte de Manaus. No que tange ao Instrumento da coleta de dados se usou um questionário norteado como guia da pesquisa. Assim, para efetivar a coleta de dados foi utilizada a guia de entrevista. “É a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”, ou seja, o passo a passo/roteiro que será estabelecido desde o início da pesquisa (ANDRADE, 2009, p. 115).

ANÁLISE DE RESULTADOS

Os alunos responderam ao questionário via online, por conta da Pandemia da COVID-19 que impediu que a pesquisa fosse realizada de forma presencial. Assim foram ouvidos, 22 alunos

da Escola Estadual Samuel Banchimol na Zona Norte de Manaus. Quanto ao sexo, O Gráfico sintetiza os resultados:

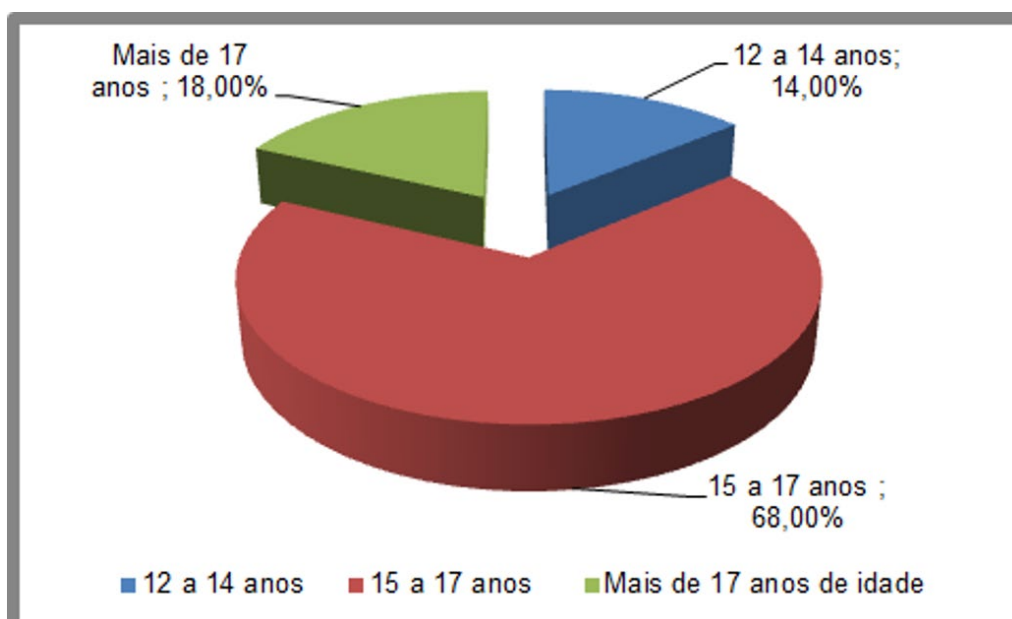
Gráfico 1 - Sexo dos alunos entrevistados



Fonte: Elaboração do Autor da pesquisa (2020)

O perfil demográfico dos alunos entrevistados segue os mesmos números apontados pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que apontou uma prevalência de mulheres sobre os homens da mesma ordem, ou seja, no Censo os homens são 48,52% e as mulheres são 51,48%. Ao analisar o Censo de 2010, Medeiros (2014) informou que até o Censo de 1980, os homens eram prevalentes na questão do sexo no Censo, em uma proporção de 54,00% a 46,00%, mas isso mudou em 30 anos; com as mulheres ultrapassando o número de homens praticamente em todo o território nacional, o que obriga o Estado a modificar o seu nível de planejamento.

Gráfico 2 - Faixa etária dos alunos



Fonte: Elaboração do Autor da pesquisa (2020)

Na questão da idade, 14,00% dos entrevistados possuem entre 12 e 14 anos de idade. 18,00% possuem mais de 18 anos; e, 68,00% possuem entre 15 e 17 anos de idade.

Gráfico 3 - Escolaridade



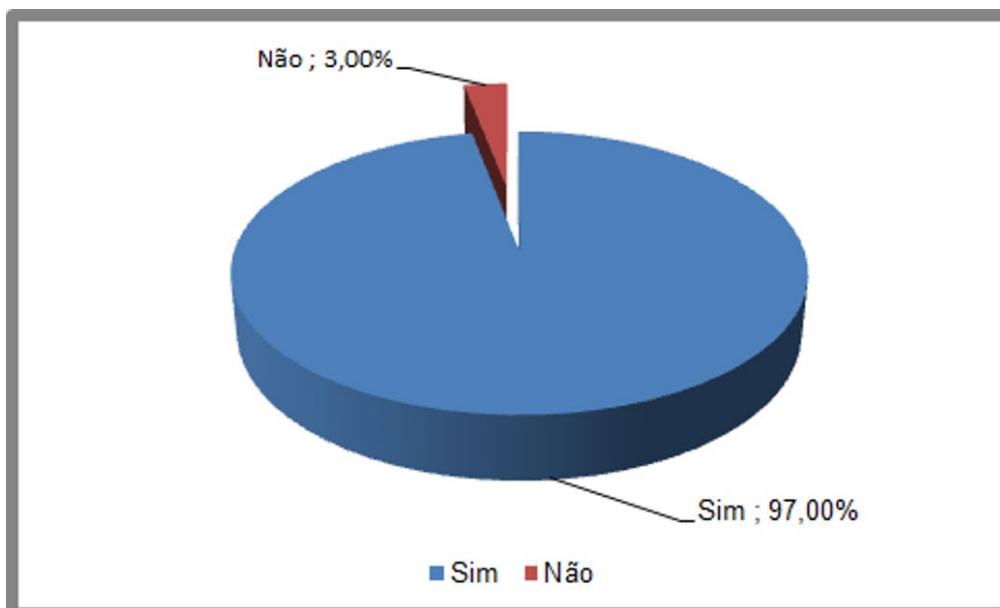
Fonte: Elaboração do Autor da Pesquisa (2020)

O gráfico 3 esclarece a questão do nível de escolaridade; 59,00% dos entrevistados estão cursando o ensino médio; 25,00% cursam o ensino fundamental 2; e, 16,00% ainda estão cursando o ensino fundamental I. Cruzando esses dados de escolaridade com os dados de faixa etária, percebe-se que todos já deveriam estar nas últimas às séries do ensino fundamental II, mas ainda tem 16,00% deles no Ensino Fundamental, mesmo possuindo entre 12 e 14 anos (14,00%) o restante já estão ou no ensino fundamental II, ou no ensino médio, o que concorre com o fato de estarem na seriação completa.

Segundo Toledo (2016), a Zona Norte tem quatro vezes mais habitantes dependentes de benefícios sociais do que a média da cidade de Manaus, com uma das rendas medianas mais baixas da região metropolitana de Manaus e a maior porcentagem de desempregados. Isso é importante porque o resultado da exposição ao desconhecido é a tolerância à diversidade. Os jovens estão crescendo em um mundo cada vez mais diversificado. Diversidades são as múltiplas características das sociedades, incluindo origem, língua, etnia, gênero, idade e classe (MARINHO, 2009).

Com relação aos hábitos de escutar rádio, 97,00% dos alunos entrevistados na Escola Estadual Samuel Benchimol, disseram que escutam rádio; e apenas 3,00% disseram que não escutam rádio.

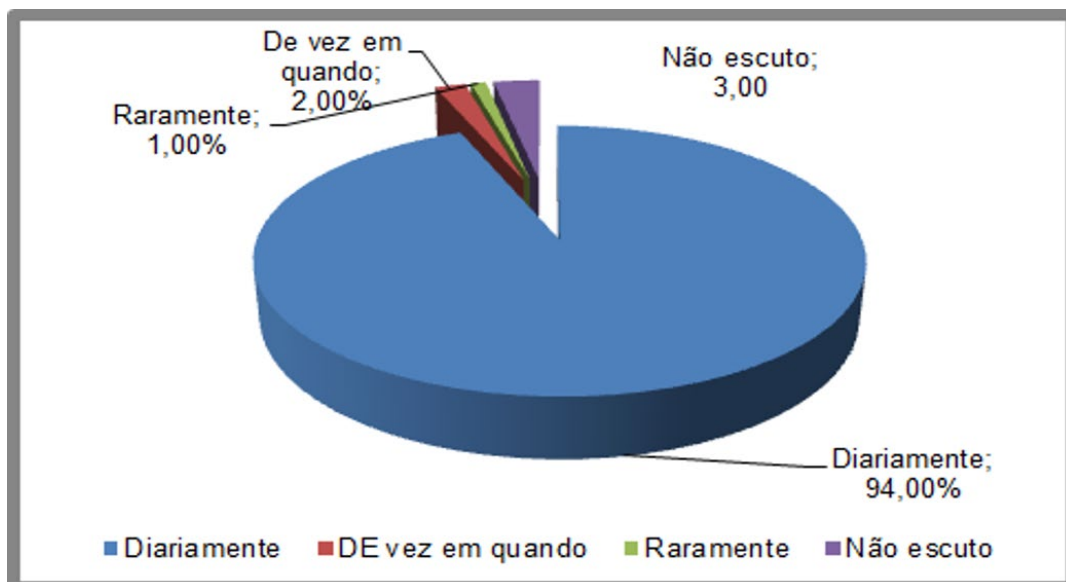
Gráfico 4 - Hábito de escutar rádio



Fonte: Elaboração do Autor da Pesquisa (2020)

Marinho (2009) conclui que o rádio envolve os jovens em interações significativas em torno de um interesse comum, neste caso uma rádio com programação comum de música. Jornalismo, esporte, entretenimento etc., que estimula o desenvolvimento de relacionamentos. Assim o hábito de escutar rádio pelos jovens os condiciona a ouvir e aprender, elementos muito importantes na educação, já que valoriza outras formas de diferença consequentes na cultura, organização social e crença religiosa.

Gráfico 5 - Frequência que escutam rádio



Fonte: Elaboração do Autor da Pesquisa (2020)

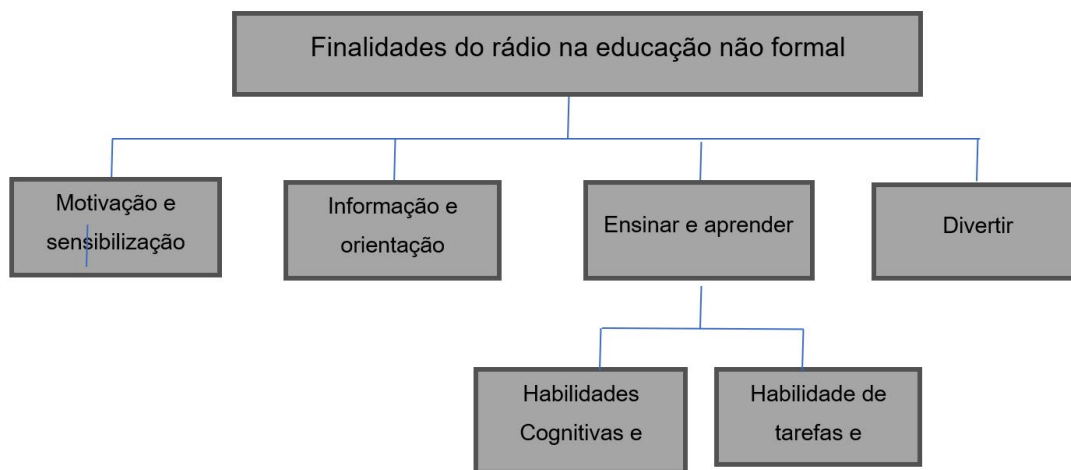
O gráfico 6 aponta que 94,00% dos entrevistados escutam rádio diariamente. Isso se coaduna com a pesquisa de Reis (2011) que diz que os aparelhos celulares viraram acessório indispensável das pessoas no seu dia a dia. É o que uma bolsa representa para as mulheres e, como uma carteira representa para o homem. O aparelho celular hoje faz parte da vida das

pessoas.

E como sinal dos tempos, o rádio adentrou o mundo virtual e faz parte do cotidiano das pessoas; é comum ver-se pessoas com fones de ouvido ligados aos seus aparelhos celulares, ou escutam música ou ainda escutando rádio (REIS, 2011).

Assim, o rádio oferece uma experiência de comunicação interpessoal mediada para seu público. Ele fornece aos ouvintes uma sensação de contato pessoal e um fórum para discutir e aprender sobre questões sociais. O rádio de conversação, por exemplo, é responsável por 1 em cada 10 estações de rádio no Brasil e seu possível impacto nos processos políticos tem sido controverso (FINEMAN, 2013). Alguns argumentaram que a programação alterou a forma como as pessoas obtêm informações políticas (por exemplo). Quase 1 em cada 5 ouvintes adultos relataram ouvir um programa de rádio por celular mais de uma vez por semana; esses ouvintes são consumidores regulares e politicamente ativos da mídia (REIS, 2013).

Figura 1 - Finalidades do rádio na educação não formal



Fonte: Gascón (2011, p. 9)

No rádio, cada mensagem sonora pode ser transformada em pensamento ou imagem inconsciente, imagem de símbolos, cores, dimensões, imagem sensível e entusiasmada. O rádio é um provedor de oportunidades para todos, um estímulo à participação, um colaborador dos utópicos (DAVID, 2020).

Portanto, o rádio, dentro da educação não formal, tem o poder antecipatório de fazer da realidade um direito, um direito pessoal e coletivo, de cada ser descobrir suas possibilidades; e dotado de iniciativa, recursos e confiança, libere suas inibições que limitam suas perspectivas. O rádio pode ajudar as pessoas a decidir por si mesmas, a aprender por conta própria, a se comportar com liberdade, alegria e responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa "A Voz do Brasil", nasceu com fulcro educacional, mas logo foi transformado em um programa para divulgar e difundir as ações do governo como instrumento de propaganda oficial. Com o processo de redemocratização do país em 1985, se transformou em um programa de divulgação difusão das ações e atividades dos poderes executivo, legislativo e judiciário do

Brasil. Mas é um programa de boa audiência.

Assim, pode-se concluir que, o rádio tem suas desvantagens, é claro. Em sua forma original, é essencialmente um meio de comunicação unilateral em que a interação com os ouvintes é mínima. Como resultado, o ritmo de um programa de rádio é principalmente o da emissora, que pode ter dificuldade em avaliar o conhecimento prévio e as atitudes críticas dos ouvintes para a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALBUQUERQUE, O. **No ar a luz que fala**. 2ª ed. Porto Alegre, FEPLAN, 2015.
- GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 24).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- COSTELLA, A. **Comunicação – do Grito ao Satélite**. 6ª ed. São Paulo, Mantiqueira, 2012.
- DAVID, M. S. **Áudio, rádio e rádio interativo**, 2017. Disponível em <http://www.col.org/colweb/site/pid/3329>. Acesso em 25 de nov de 2020.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O sábio manual de pesquisa qualitativa**. São Paulo: Summus, 2011.
- FAUS BELAU, A. **La Radio: introducción al estudio de um médio desconocido**. 4ª ed. Madrid, Guadiana, 2014.
- LOPES CUNHA, S. C. da C. **Comunicação e radiodifusão hoje**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro, Temário, 2010.
- MADRID, A. Cl. **Aspecto da Tele radiodifusão Brasileira**. São Paulo, ECA/USP, 2012.
- MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2017.
- MOREIRA, M. A.; MASINI, E. A. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. 3ed. São Paulo: Centauro Editora, 2012.
- ORIÁ, R. **Educação, cidadania e diversidade cultural**. Revista Humanidades, Brasília, DF, n. 24, 2017.
- PESAVENTO, S. J. **Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário**. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 29, 2005, p.16.
- ZANDONADE, U. **A radiodifusão no ordenamento jurídico brasileiro e a ilegalidade da retransmissão obrigatória do programa a Voz do Brasil**: (não-recepção dos artigos 28, item 12, f, e 68, da Lei nº 4.117/62 pela Constituição da República de 1988). Informativo jurídico Consulex, v. 15, n. 51, 17 dez. 2011.

02

Práticas pedagógicas do professor progressista e os avanços tecnológicos para ressignificação no processo de ensino aprendizagem para os alunos do ensino médio

Pedagogic practices of the professor teacher and technological advances for resignification in the teaching process learning for ensi students

Eudenise Marques Pereira Alves
Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Enrique López
Coorientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.2

RESUMO

A investigação realizou-se em uma escola Estadual de ensino no município de Itapiranga-Amazonas/Brasil. Tendo como objetivo compreender as práticas pedagógicas do professor progressista e os avanços tecnológicos para a ressignificação do processo de ensino aprendizagem com os alunos do ensino médio, no período de 2019-2020. O desenho da pesquisa foi um desenho não-experimental. O projeto de pesquisa teve um enfoque de caráter qualitativo. Tratou-se de uma pesquisa descritiva. Iniciou-se a fase de preparação da coleta dos dados levantando opiniões dos envolvidos. Amostragem foram 10 participantes. Utilizou-se uma amostragem não probabilística. Os sujeitos foram os professores. No estudo foram utilizadas duas técnicas, sendo uma por meio de observações e por meio de entrevistas e questionários. Os principais resultados apresentam que necessita-se desenvolver boas práticas pedagógica para o professor progressista afim de se obter maior rendimento no ensino.

Palavras-chave: prática pedagógica. ressignificação. dificuldade de ensino aprendizagem.

ABSTRACT

The investigation was carried out in a State teaching school in the municipality of Itapiranga-Amazonas/Brazil. Aiming to understand the pedagogical practices of the progressive teacher and the technological advances for the re-signification of the teaching-learning process with high school students, in the period 2019-2020. The research design was a non-experimental design. The research project had a qualitative approach. It was a descriptive research. The preparation phase of data collection began, raising the opinions of those involved. Sampling were 10 participants. A non-probabilistic sampling was used. The subjects were the teachers. Two techniques were used in the study, one through observations and through interviews and questionnaires. The main results show that it is necessary to develop good pedagogical practices for the progressive teacher in order to obtain greater performance in teaching.

Keywords: pedagogical practice. resignification. difficulty in teaching and learning.

INTRODUÇÃO

A presente obra procura compreender a prática pedagógica do professor progressista e os avanços tecnológicos com os alunos do ensino médio, em uma escola Estadual no Município de Itapiranga, para propor a ressignificação do processo de ensino aprendizagem.

Os pressupostos da pedagogia progressista visam capacitar o aluno a questionar os conceitos ensinados pelas instituições escolares. Essa problematização das questões sociais é fundamental para uma profunda e genuína transformação da educação brasileira. Diante disso, foi feito um inquérito:

Pergunta central: De que forma acontece a prática pedagógica do professor progressista e os avances tecnológicos com os alunos do ensino médio, em uma escola Estadual no Município de Itapiranga-AM/Brasil, no período de 2019-2020, para propor a ressignificação do processo de ensino aprendizagem?

O objetivo geral foi direcionado: Compreender de que forma acontece a prática pedagógica do professor progressista e os avanços tecnológicos com os alunos do ensino médio, na Escola Estadual no Município de Itapiranga, Brasil, ano 2019, para propor a ressignificação do processo de ensino aprendizagem.

Portanto, ressignificar conteúdos em sala de aula significa, sobretudo, trazer teorias para a zona próxima dos alunos e atribuir-lhes novos significados dependendo do contexto. Uma vez colocados no contexto, eles começarão a ver a realidade de uma maneira diferente, pois são capazes de questionar a realidade e tentar encontrar suas próprias respostas. Este estudo tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento metodológico e prático de professores em sala de aula.

O presente artigo justifica-se, pois, por sensibilizar cada vez mais os seus intervenientes no campo da educação para uma atitude consciente de pensar e agir pedagógico. Isso nos leva a refletir sobre as práticas pedagógicas permeadas nesse contexto, sobre a discrepância entre discurso e ação pedagógica, já que hoje não faz sentido e nunca nos fez agir sem conhecimento teórico e prático da ação pedagógica. porque isso orienta toda a prática pedagógica.

Atuar na prática pedagógica, como em qualquer outra prática, com clara consciência da teoria que fundamenta nossas ações, nos dá força porque não só sabemos o que queremos, mas também sabemos para onde queremos ir e como queremos. Quer ir lá. o que significa ter clareza sobre quais objetivos queremos alcançar, nossos objetivos filosófico-políticos e a metodologia que usaremos para alcançar os resultados desejados.

Portanto, há a certeza da teoria epistemológica que fundamenta toda ação pedagógica, pois nenhuma prática é neutra, consciente ou inconsciente, toda ação pedagógica está ligada a uma concepção teórica do que é aprender e do que é ensinar.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Entre as tecnologias que estamos tentando seguir está a Internet, que encanta e assusta muitos, que nos presenteia com milhões de informações, dados, suposições, interações, conexões em redes comunitárias, é a única família para muitos, é diversão para outros e algumas pessoas usam isso como um meio de ganhar dinheiro.

Nesse ponto, a questão é em que nível de conhecimento, pedagogia, educação está se ainda continua na sala de aula em uma abordagem conservadora, tradicionalista do ensino e apenas muda os instrumentos. O aluno prefere conversar e ouvir através de chats, blogs, wikis, facebook, twitter e muitas outras comunidades para interagir e compartilhar ideias com seus pares, buscar o que ainda não conhece sem necessariamente ser justo com o Ouvinte que pode ser um interlocutor, mediador e, sobretudo, buscador de conhecimento.

Por isso nossas aulas muitas vezes são desmotivadoras, cansativas, porque o mundo do aluno é diferente, ele não quer mais um professor parado na frente da sala de aula com um livro na mão pedindo atenção. Portanto, habilidades e competências são um fator de marketing que mostra que o indivíduo deve estar sempre em busca de algo novo, e as escolas devem ir em busca de formação complementar para ter uma didática diferenciada. Nesse contexto, segundo Moran, o aprendizado deve estar conectado:

Na construção de novos conhecimentos, ou seja, no processo de ensino-aprendizagem, o aluno deixa de ser um depósito de informações muitas vezes de difícil acesso no passado, mas um sujeito ativo e independente na busca constante de informações e na construção do conhecimento. . exigido pelas rápidas mudanças no mundo. Dessa forma, o papel do professor não deve mais ser o de ensinar, mas o de facilitador/orientador/facilitador da aprendizagem, estimulando a curiosidade dos alunos (MORAN, 2006).

Portanto, por meio desses elementos, é possível analisar a introdução da tecnologia na escola de forma que ela se torne mais uma ferramenta, um recurso, ou seja, um mediador cultural, do ponto de vista de onde a aprendizagem se dá na relação entre o assunto e o conteúdo a ser aprendido por meio de uma ponte (mediador), incluindo o professor que pode facilitar ou dificultar esse processo (ALMEIDA, 2000).

Entre outros intermediários temos as novas tecnologias digitais que se apresentam como uma ferramenta com formas particulares de observar, simbolizar e agir sobre o mundo, capaz de possibilitar camadas de apresentação simbólica que outros instrumentos relacionados à capacidade de simular ainda não oferecem problemas. e circunstâncias (realidade virtual na educação – interação com outros recursos como a robótica). Assim, as novas tecnologias digitais podem ser utilizadas como ferramentas que facilitam o processo ensino-aprendizagem, mas ainda requerem a presença do professor (TEDESCO, 2004).

No entanto, não se pode deixar de atribuir a importância de sua contribuição às novas tecnologias digitais e justificar sua inserção apenas pela rapidez do mecanismo de transmissão de informações que as permite, sem estar atrelado a uma transformação global de uma nova forma de apresentar a prática pedagógica a partir de depois. os recursos educacionais apropriados (projeto pedagógico).

Transformando essa ação pedagógica através da quebra de paradigma entre aluno, professor e conhecimento, as novas tecnologias digitais interagem como ferramenta mediadora da cultura com maior competência interativa que permite ao aluno recriar o mundo, hiperrealizá-lo fazendo essa contribuição diferenciada utilizada corretamente e planejado em qualidade e quantidade no processo de ensino-aprendizagem

Assim como a maioria das pessoas desconhece as mudanças e transformações que estão ocorrendo no mundo, alguns professores insistem em dar continuidade a um antigo método de ensino, afastando o aluno do processo de construção do conhecimento e contribuindo para a manutenção de uma sociedade incapaz de criar, agir, construindo e reconstruindo o conhecimento.

Há escola que divide os conhecimentos por assuntos, centrada no professor e na transmissão de conhecimentos, considerando o aluno como uma tabula rasa, perpetuando a submissão castrando a autonomia e criatividade dos alunos depositando o saber no aluno através do professor, “educação bancária”, segundo Paulo Freire (1983, p. 68) a educação bancária “[...] a única margem de ação que se oferece aos educando é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para ser colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam”. Neste contexto, Romão (2001, p. 97) explica que “[...] se temos uma concepção autoritária e ‘bancária’ de educação, [...] forçamos o aluno a se transformar num depositário do ‘tesouro do saber’ [...]”.

Seria, portanto, interessante ver que contribuições as novas tecnologias digitais podem trazer para a construção e desenvolvimento das crianças em termos de aprendizagem e conhecimento na escola. Essa é uma pergunta intrigante, pois pode ajudar o professor a compreender

melhor seu papel social.

Continua válida até nossos dias a afirmação de Papert (1994, p. 35), de que: “A maior parte de tudo o que tem sido feito até hoje sob o nome genético de tecnologia educacional ou Computador em educação, acha-se ainda no estágio da composição linear de velhos métodos instrucionais com novas tecnologias”.

Quando se trabalha sob a ótica da aprendizagem, “[...] a interação que se estabelece entre as ações do aluno e as respostas do computador promove a participação ativa do aluno” (ALMEIDA, 2000, p. 34). Dessa forma, ele passa a ser o autor e condutor do processo ensino-aprendizagem, que pode ser compartilhada com o professor e com os demais colegas.

Valente (1993 p. 28) explica, nesse sentido, que:

O uso do computador torna visível o processo de aprendizagem de cada indivíduo, o que possibilita refleti-lo, compreendê-lo e depurá-lo. Dessa forma, pode-se vislumbrar uma transformação do processo de ensino-aprendizagem que privilegie a aprendizagem e não o ensino; na construção do conhecimento e não no ensino.

De acordo com as teses de Tedesco (2004, p. 32), as escolas hoje devem ser capazes de aprender, e para isso os professores devem criar espaços de aprendizagem e com linguagens (verbal, imagética, escrita, corporal e outras) e podem criar as condições para que os alunos vivam entre sujeitos de suas ações. Nesse sentido, trata-se de formar professores que sejam realmente capazes de usar a tecnologia de forma crítica, reimaginando seu uso em benefício da inclusão dos alunos nesse mundo tecnológico.

Ressignificação do processo de ensino aprendizagem

A prática docente caracteriza-se pelo constante desafio dos profissionais da educação em construir relações interpessoais com os alunos para que o processo de ensino-aprendizagem seja articulado e os métodos utilizados correspondam aos objetivos a que se propõem (MAZZIONI, 2013), principalmente quando se deseja uma educação de qualidade. Dessa forma, os professores se esforçam todos os dias para manter a atenção dos alunos e, mais ainda, com a intenção de que esses alunos participem ativamente da construção do conhecimento nas salas de aula tradicionais, tenham que se adaptar ao novo contexto educacional. Utilizando métodos diversificados, atrativos e criativos para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

Por muitos anos acreditou-se que no ensino superior o professor só precisava dominar a matéria a ser ensinada e saber se comunicar. A preocupação que existia estava relacionada à preparação dos pesquisadores, pois se supunha que quanto melhor o pesquisador, mais competente ele seria como professor (SILVA; BORBA, 2011).

Esta afirmação justifica-se pelo facto de os alunos das escolas secundárias, ao contrário dos alunos das escolas primárias, serem constituídos por crianças e jovens. Dessa forma, esses alunos não precisariam de nenhuma ajuda dos educadores. (SILVA; BORBA, 2011, p. 02).

Entretanto, a realidade no ensino superior provou que não, pelo contrário o professor precisa ter domínio dos conteúdos e habilidades pedagógicas sobre a área que vai lecionar, além de ter uma visão de mundo, de ciência e de educação para formar os alunos.

Sabe-se que o processo de ensino-aprendizagem é de suma importância para a forma-

ção do aluno, portanto é evidente que a metodologia e a didática utilizada pelo professor exercem um papel significativo nesse processo. Nesse momento, são apresentadas as estratégias de ensino, que são utilizadas como ferramentas pelos professores no processo educativo. Segundo Anastasiou e Alves (2012, p. 77), Relatam que:

As estratégias visam à consecução de objetivos, portanto, há que ter clareza sobre aonde se pretende chegar naquele momento com o processo de ensinagem¹. Por isso, os objetivos que norteiam devem estar claros para os sujeitos envolvidos – professores e alunos [...]

Concomitante aos objetivos de cada estratégia, o professor deve dominar um conjunto de saberes que se constitui de práticas e experiências que iluminam e condicionam as decisões ao longo do processo de ensino.

[...] O saber docente é o seu saber e relaciona-se com a sua pessoa e identidade, com as suas experiências de vida e carreira profissional, com as suas relações com os alunos na sala de aula e com outros autores escolares na sala de aula. escola etc. (TARDIF, 2002, p. 11).

Existem vários outros fatores que podem interferir no processo ensino-aprendizagem, tais como: Esses fatores estão condicionados à educação, pois é permeada pelas limitações e oportunidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma determinada sociedade.

A capacidade do professor de reconhecer esses fatores e selecionar os processos de ensino que melhor se adaptam às características dos alunos com quem trabalhará, além de levar em consideração as características do conteúdo que está sendo discutido, pode torná-los mais bem-sucedidos em sua tarefa educacional. (Mazzoni, 2013). Portanto, o uso de estratégias instrucionais não é escolhido ao acaso, deve-se considerar todo o contexto dos alunos envolvidos para se fazer a melhor escolha de qual estratégia deve ser utilizada; tendo em mente que por mais bem planejadas que sejam as ações, elas não estão isentas de erros.

Processos Pedagógicos

No que se refere a ressignificação da prática pedagógica do professor. Quando se fala em ressignificar dá um novo significado para as coisas antigas. Para o dicionário Aurélio (2015, p. 178) coloca que,

Reenquadramento é o ato de dar a algo ou alguém um novo significado, ou seja um método neurolinguística que permite às pessoas dar novos significados aos eventos da vida com base em sua percepção alterada do mundo.

Nas palavras do dicionário Aurélio (2015), pode-se compreender que a resignação é um elemento importante no processo criativo, em que a capacidade de ressignificar um acontecimento comum se torna útil e traz alegria às pessoas. Por exemplo, no campo da comunicação, o ato de demissão tem significados muito diferentes dependendo do contexto em que se manifesta. Normalmente, por exemplo, obras de arte, música, filmes etc. podem receber novas funções e interpretações por resignação cultural.

Para Cáceres (2006, p. 43) Ressalta que:

A prática pedagógica ocupa a maior parte do tempo da função de um professor e está se descreve através dos seus atos dentro do campo de ação, razão pela qual é necessário se estabelecer de uma atitude crítica de análise e também de uma reflexão perante ao

seu desempenho e a função diária e de ser necessário redefinir a sua prática e de reconhecê-la no seu processo. É uma atividade cotidiana na que o docente tem que se revisar e na que tem de observar se a sua função como um educador incide de forma particular e geral no contexto no qual se vê emoldurado, nesse sentido, a prática escolar tem muito que ver com os usos, com as tradições, com as técnicas e também com as perspectivas dominantes ao redor da realidade do Currículo em um sistema educativo determinado.

Entende-se na concepção do autor Cáceres (2006) que a prática docente é uma ferramenta que o professor auxilia para ensinar, e usa a maior parte da sua vida escolar, descrever tais práticas é necessário estabelecer de uma atitude crítica.

Para Sacristán (2000, p.56) aponta que,

O currículo efetivado nas práticas pedagógicas é constituído por aspectos nem sempre coerentes com o currículo elaborado pelo sistema de ensino, sendo isso algo inerente ao processo. Segundo o autor, isso ocorre porque, ao longo de todo o processo, desde a elaboração dos materiais que o apresentam, o currículo vai sofrendo modificações a partir de ressignificações e alterações realizadas pelos professores.

Além disso, a prática pedagógica dos professores é vista como um dos problemas centrais da ação pedagógica (COSTA, 1988, *apud* CONCEIÇÃO *et al.*, 2009), pois trata-se de preparar os alunos para a participação ativa na vida social para dominar o conhecimento científico. Deve-se lembrar também que o trabalho pedagógico que se expressa dentro da escola, no planejamento das aulas, na formulação de objetivos, na escolha dos conteúdos, no aprimoramento dos métodos de ensino, na relação professor-aluno e na avaliação, deve focar nos interesses do povo para a melhoria da sociedade, com base em suas necessidades e lutas.

De acordo com Esteban diz:

Aponta a necessidade de o professor refletir sobre sua prática pedagógica, de modo que ele possa assumir papel de mediador entre o conhecimento e o aluno e, na medida em que a criança apresentar alguma dificuldade frente aos conteúdos ministrados, o professor deve lhe oferecer os “instrumentos” necessários para a resolução dos mesmos, resgatando-se assim o que a criança “sabe” e o que ela “ainda não sabe” (ESTEBAN, 1992, p. 89).

Entende-se que a aprendizagem aqui se efetiva não somente na dimensão da aquisição de um conhecimento, mas ela está diretamente relacionada com a vida das pessoas que vivem o cotidiano da escola: alunos, pais, professores.

Desta forma permitirá o seu desenvolvimento pessoal, dando ao aluno a oportunidade de alargar o espectro do conhecimento, de ser um agente transformador da realidade, de ter coesão na sua interpretação do mundo, de aprender a pensar corretamente, de saber, como fazê-lo, ser competente na prática social. O educador atual sabe que a aprendizagem ocorrerá de acordo com a relação estabelecida entre ele e o aluno.

Concepção histórico-dialética da educação

Após um breve percurso pela história dos conceitos educacionais e da metodologia de ensino, pôde-se comprovar que o próprio conceito de metodologia ou didática é histórico-social, ou seja, tudo tem a ver com o momento histórico e o contexto em que está inserido e é um produto, bem como os projetos, concepções e ideologias que os produziram.

Veiga (1996, p. 23 Manfredi, *apud* (2017, p. 16) dizem que:

O que, em última análise, significa que não acredito na existência de uma única e correta conceituação de metodologia de ensino em função das imagens de pessoas, educação e

sociedade e dos parâmetros teórico-epistemológicos que escolhemos. Pois não há método científico ou metodologia de ensino que não esteja explícita ou implicitamente ligada a uma concepção epistemológica e visão de mundo, pois as práticas científicas e pedagógicas são aspectos de um todo maior: a prática social (práxis social).

Partindo desse pressuposto, atrevo-me a conceituar a metodologia de ensino ancorada na abordagem histórico-dialética ou, como dizem alguns autores, na filosofia da prática.

Ainda os autores Veiga (1996, p. 23 Manfredi, *apud* (2017, p. 17) viram que:

Até aqui, procurei mostrar que as conceituações de metodologia aqui discutidas incluíram pelo menos dois eixos principais: um eixo que podemos chamar de princípios e/ou diretrizes que resultam da escolha consciente ou inconsciente da conceituação da educação, que por sua vez, está comprometido com uma visão de mundo, de homem, de sociedade, de projeto político etc.: e outro eixo, mais de natureza técnico-operacional (por falta de termo melhor), que deve derivar da ação, o trabalho concreto (estudo, pesquisa, reflexão) daqueles que atuam como sujeitos na prática educativa.

Os autores Veiga e Manfredi (2017) deixam claro em suas palavras que poderíamos qualificar a metodologia de ensino em uma perspectiva histórica dialética da educação como um conjunto de princípios e/ou diretrizes sociopolíticos, epistemológicos e psicopedagógicos que constituem um -estratégia operativa capaz de transformar os princípios em etapas e/ou procedimentos orgânicos e sequenciais que sirvam para orientar o processo ensino-aprendizagem em situações concretas.

Para Manfredi (2017, p. 20) Conforme mencionado na definição anterior e melhor explicativo do problema, os princípios e/ou diretrizes que remetem coerentemente ao projeto político-pedagógico incluiriam respostas a questões relacionadas às seguintes dimensões:

Sócio-político - esta dimensão nos leva a algumas considerações sobre: a imagem do homem, do mundo e da sociedade que anima nosso projeto educativo; a função ou papel da educação nesse processo, suas intenções e objetivos sociais, políticos, filosóficos, etc.
• Epistemologia - essa dimensão nos leva a considerar diretrizes definidoras em relação a: como o conhecimento é produzido, numa perspectiva dialética; à lógica inerente a este processo; a quem transmite esse conhecimento; as diferenças entre o chamado saber popular e o saber sistematizado; a natureza das relações que existem entre as diferentes formas de conhecimento; o significado e a importância da teoria em termos de educação crítica e consciente; o que significa dizer que o processo de produção do conhecimento traz uma contribuição individual e sociocultural; o que todas essas questões têm a ver com o problema de selecionar e organizar o conteúdo a ser trabalhado no processo de ensino-aprendizagem. Psicopedagogia - esta dimensão nos leva a outro conjunto de questões, que se refere ao nível subjetivo do processo de aprendizagem. A aprendizagem e a atitude e o papel de quem exerce a função de dirigir a ação pedagógica, ou seja, o professor/formador.

No que diz respeito à dimensão psicológica do processo de aprendizagem, algumas questões precisam ser feitas. Como se dá o processo de aprendizagem do ponto de vista histórico-dialético? Qual é a relação entre cultura e aprendizagem? Qual é a importância dos outros (ou dos outros como grupos estruturados) no processo de aprendizagem? Qual é o significado e a contribuição do grupo parceiro no processo de aprendizagem? E o professor/formador?

Para Manfredi (2017, p. 23) em seu ponto de vista coloca que:

Muitas outras considerações podem ser feitas a partir de uma perspectiva especificamente pedagógica: a atitude dos professores em relação ao processo de ensino-aprendizagem; na sua relação com os alunos, na sua capacidade técnica, por um lado, de selecionar técnicas, recursos e materiais pedagógicos adequados ao desenvolvimento do conteúdo escolhido e, por outro, de organizar e estruturar os conteúdos, tendo em conta as dimensões psicossociais e epistemológicas acima referidas.

A concepção mais geral de metodologia instrucional delineada acima, entendida como um conjunto de princípios e/ou diretrizes aliadas a uma estratégia técnico-operacional, serviria como uma matriz geral a partir da qual diferentes professores e/ou formadores poderiam criar e criar instruções diferenciadas que nomearemos métodos de ensino.

O método de ensino-aprendizagem (menos abrangente) seria a adaptação e reelaboração do conceito de metodologia (mais abrangente) em contextos e práticas educativas particulares e específicas.

Em conclusão, gostaríamos de enfatizar que, do ponto de vista histórico-dialético, a metodologia e os métodos de ensino não são esquemas universais, aplicáveis mecânica ou indiferentemente a qualquer prática pedagógica em qualquer situação, pois também são moldados de maneira específica por situações de movimento.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A investigação realizou-se em uma escola estadual de ensino no município de Itapiranga-AM/Brasil, no período de 2019-2020. O município de origem da pesquisa, é chamado de Itapiranga, antiga aldeia de SARACÁ, em época anterior ao ano de 1663, que foi o primeiro núcleo de população civilizada fundada no Amazonas. Com o patrocínio do Frei Raimundo, da ordem das Mercês, nos meados do século XVII, ali foi instalado a Missão de Santana de SARACÁ. Este nome, que, do lago foi transmitido à ilha e à aldeia, e o que na língua dos nossos aborígenes, chamou-se CARACA, largo, amplo, frouxo.

O desenho da pesquisa foi um desenho não-experimental. Conforme Richardson, (1989, p. 67) coloca que,

O propósito do investigador na realização de pesquisa não-experimental é tentar preparar um delineamento para o ambiente mais próximo do mundo real enquanto procura controlar, da melhor forma possível, alguns condicionantes que afetam a validade interna.

O projeto de pesquisa terá um enfoque de caráter Qualitativo. Conforme Viera (2011, p. 90). A pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados.

Para investigar a prática pedagógica do professor do ensino médio, como propósito desta pesquisa, e a repercussão na aprendizagem dos alunos escolheu-se trabalhar com a pesquisa qualitativa.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, em 150 envolvidos entre professores e alunos de ambos os sexos, escolhidos de modo aleatório, com idades entre 16, 30 e 45 anos, estatutários do ano do ensino Médio de uma escola Municipal do município de Itapiranga, com o objetivo analisar as práticas pedagógica do professor resignificando o processo de ensino aprendizagem dos alunos do ensino médio, em uma escola estadual no município de Itapiranga-AM/Brasil.

A coleta de dados pode ser feita através de dados como: questionários, guia de entrevista, guia de observação.

Para o autor Gil coloca que,

As fontes escritas na maioria das vezes são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só é possível a investigação social através de documentos. (GIL 1995, p. 158).

Utilizou-se a observação, pois que é um instrumento básico de coleta de dados em todas as ciências, sendo importante para a construção de qualquer conhecimento. Por esse motivo usou-se esse instrumento para coletar informações dos indicadores da pesquisa.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Na coleta dos dados seguiu-se o guia de observação, sobre a ressignificação no processo de ensino aprendizagem com os alunos do ensino médio.

Quadro 4 - Resultado da observação professores e alunos

| | |
|--------------------|--|
| PARTICIPANTES | Sobre os avanços tecnológicos utilizados com os alunos do ensino médio, na Escola Estadual no Município de Itapiranga, Brasil, ano 2020, para propor a ressignificação do processo de ensino aprendizagem: |
| | INDICADORES |
| | Parcialmente utilizam; |
| A1...A10. P1...P10 | Não utilizam avanços tecnológicos; |
| | Totalmente utilizam; |

Fonte: A pesquisadora (2020)

No quadro N° 1 pode-se visto os dados da observação onde foram demonstrados nos dados dos professores não utilizam nenhum avanço tecnológico, senão os livros didáticos que governo oferece. E demonstra-se que uma ressignificação deve ser priorizada quaisquer recursos disponíveis na escola, onde priorizem aprendizagem dos alunos.

Questão indagadora aos alunos 2: Quais são os avanços tecnológicos utilizados com os alunos do ensino médio, na Escola Estadual no Município de Itapiranga, Brasil, ano 2020, para propor a ressignificação do processo de ensino aprendizagem?

Entrevistas com os professores e alunos

A1, A2; A3 (2018): O professor não deixa utilizar o celular na sala. Utilizam os livros didáticos na sala, mas fora as salas em casa utilizamos os celulares, internet para pesquisa dos conteúdos.

A4, A5, A6 (2018): utilizamos só os livros didáticos, avanço tecnológico só celular fora da sala para fazer pesquisas.

A7...A10 (2018): utilizamos os livros didáticos, revistas, internet para fazer pesquisas;

Questão indagadora aos **professores** 2: Quais são os avanços tecnológicos utilizados com os alunos do ensino médio, na Escola Estadual no Município de Itapiranga, Brasil, ano 2020, para propor a ressignificação do processo de ensino aprendizagem?

P1, P2, P3 (2018): No meu ponto de vista os alunos utilizam só os livros didáticos na

sala, não fora da sala ficam a utilizar quaisquer avanços tecnológicos para pesquisa.

P2, P3, P4 (2018): Na sala os alunos utilizam os livros que é um avanço, avanços digitais utilizam fora para fazer pesquisas.

P5, P10 (2018): Os alunos tendem utilizar só os livros na sala de aula, mas fora estão disponíveis a quaisquer avanços para fazer suas pesquisas;

Portanto, de acordo com a análise do objetivo dois chegaram-se nos principais resultados que se direcionou nos dados dos envolvidos que a resignificação com pratica acontece dentro e fora da sala de aula, por que mais que seja o método do professor, mas sendo bem planejado haverá uma resignificação.

Conforme Costa (2015, p. 1) afirma que: “A resignificação é um elemento-chave para o processo criativo, que significa a habilidade de situar o evento comum num filtro útil ou capaz de propiciar prazer”.

Em outros termos, a resignificação acontece na medida em que o professor expõe uma situação ou problema dentro de um contexto atual e, à luz da teoria consegue elevar a capacidade de compreensão do aluno que, dentro desse espaço, consegue estabelecer relação com o cotidiano.

Para os entrevistados “as estratégias para a resignificação do processo de ensino aprendizagem com os alunos do ensino médio, em uma escola Estadual no Município de Itapiranga-AM/Brasil, consistem na efetivação dos objetivos traçados pelo professor”.

Trata-se de acompanhar a caminhada do educando na sua relação com o conhecimento, estando atento às inovações, ao momento, ao grau de interação.

Parece que o propósito da resignificação é ajudar uma pessoa a experimentar suas ações, o impacto de suas crenças, etc. de uma perspectiva diferente (contexto) e potencialmente ter mais recursos ou mais opções para responder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste estudo foi direcionado compreender a prática pedagógica do professor progressista e os avances tecnológicos com os alunos do ensino médio, para propor a resignificação do processo de ensino aprendizagem. Através de uma pesquisa qualitativa, o gênero de prática pedagógica do professor. Pensa-se que esta pesquisa tem sua importância no que diz respeito à contribuição que pode oferecer para os professores que atuam na área. Primeiro pela ampliação dos conhecimentos em torno da temática. Segundo para os professores repensarem e refletirem sobre sua prática, na busca de novas alternativas para o desenvolvimento de seu trabalho.

A pesquisa foi direcionada a responder a principal indagação, através dos relatos dos professores também permitiram a responder a questão, De que forma acontece a prática pedagógica do professor progressista e os avanços tecnológicos com os alunos do ensino médio, em uma escola Estadual no Município de Itapiranga-AM/Brasil, no período de 2019-2020, para propor a resignificação do processo de ensino aprendizagem? Diante dessa questão os dados

mostram que as práticas pedagógicas do professor progressista acontece através de uma prática tradicional em sala de aula, acontece através da organização, compromisso, e dessa maneira essa prática pedagógica que são realizadas em aulas expositivas e dialogadas e onde podem ser desenvolvidas estratégias para os alunos desenvolverem em sujeitos críticos para a sociedade onde vivem.

As práticas pedagógicas devem ser sempre inovadoras, desde o planejamento e sistematização da dinâmica dos processos de aprendizagem até a passagem por processos que vão além da aprendizagem para garantir a transmissão de conteúdos e atividades consideradas fundamentais. Para esta fase da formação do aluno, torna-se plausível propor uma formação docente mais abrangente com foco nesta pesquisa para alcançar um melhor desempenho no ensino e aprendizagem.

O presente estudo não tem a prerrogativa de encerrar as discussões em torno da temática estudada, como todo trabalho científico, este olha para um determinado fenômeno, que incitará novas discussões que analisam as práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2000.
- ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (org.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 9. ed. – Joinville, SC: UNIVILLE, 2012.
- AURÉLIO, Buarque de Holanda. Novo **Aurélio** Século XXI: o **dicionário** da língua portuguesa, 2015.
- CONCEIÇÃO, Victor Julierme Santos da; Arns, Anelise; COSTA, Renata Rocha; Krug, Hugo Norberto. A prática pedagógica da Educação Física escolar no ensino fundamental: análise da realidade na cidade de Meleiro-SC. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, ano 14, n. 132, maio de 2009.
- COSTA, V. V. Sociedade Aprendizente e Educação. Unasp, São Paulo, 2015
- ESTEBAN, Maria Tereza. Pedagogia de projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. 3. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 1992. p.81-92.
- FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. Por uma Pedagogia da Pergunta. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1995.
- MANFREDI, Silvia Maria. Metodologia do ensino: diferentes concepções, 2017.
- MAZZIONI, S. As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis. Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT, v. 2, n. 1, p. 93-109, 2013.
- MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos & BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 12ª ed. São Paulo: Papirus, 2006.

PAPERT, S. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROMÃO E. José (orgs). AUTONOMIA DA ESCOLA: princípios e propostas. 4. Ed- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, R. N.; BORBA, E. O. A importância da didática no ensino superior, 2011.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEDESCO, Juan Carlos. Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza? - São Paulo. Editora: Cortez, 2004. 255 p.

VALENTE, José A. Por quê o computador na educação? In: José A. Valente (org.). Computadores e Conhecimento: repensando a educação. Campinas: Unicamp/Nied, 1993, p. 24-44.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Ensino e avaliação: uma relação intrínseca à organização do trabalho pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Didática: o ensino e suas relações. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 127-169.

03

Relação entre educação física e recreação escolar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de uma escola de tempo integral, no município de Carauari-AM/Brasil, no período de 2020-2021

Relationship between physical education and school recreation in the teaching and learning process of students of a full-time school, in the municipality of Carauari-AM/Brasil, in the period of 2020-2021

Iderlani Pereira Soriano

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.3

RESUMO

Está estudo tem como objetivo central identificar fatores relevantes da recreação nas aulas de Educação Física (EF) no Ensino Fundamental II, em uma escola de tempo integral localizada no município de Carauari – AM / Brasil. Esta pesquisa adotou a Metodologia Quali-quantitativa, que utilizou questionário como ferramenta de coleta de dados. Questionamento aos professores com a intenção de demonstrar que é possível aplicar e desenvolver atividades lúdicas aliadas à recreação nas aulas de Educação Física. Este estudo foi fundamental para a realização da construção de conhecimento acadêmico da importância de aprender brincando nas aulas de (EF) e a utilização do lúdico na aprendizagem. Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram que o professor mesmo com suas limitações, aplicam atividades inovadoras no momento da recreação, outro ponto importante é a formação docente, que necessita ser contínua.

Palavras-chave: educação física. ludicidade. recreação.

ABSTRACT

This study aims to identify relevant factors of recreation in Physical Education (PE) classes in Elementary School II, in a full-time school located in the municipality of Carauari - AM / Brazil. This research adopted the Quali-Quantitative Methodology, which used a questionnaire as a data collection tool. Questioning teachers with the intention of demonstrating that it is possible to apply and develop recreational activities allied to recreation in Physical Education classes. This study was fundamental for the accomplishment of the construction of academic knowledge of the importance of learning by playing in the classes of (PE) and the use of the ludic in the learning. The results obtained in this research show that the teacher, even with his limitations, apply innovative activities at the time of recreation, another important point is the teacher training, which needs to be continuous.

Keywords: physical education. playfulness. recreation.

INTRODUÇÃO

O uso da recreação para trabalhar alguns temas transversais na aula de Educação Física é uma prática proposta do PNE Plano nacional de Ensino. **Situação problemática:** Esta pesquisa teve por motivação a observação de um problema que surgiu quando se observou certa deficiência na metodologia aplicada nas aulas de Educação Física aos alunos do Ensino Fundamental II em uma escola de tempo integral, localizada no município de Carauari-AM, Brasil, tais como aulas sem planejamento o que não motivava os alunos no ensino aprendizagem, diante disso procurou-se saber:

A recreação representa uma dimensão de vivências que podem ter uma abordagem lúdica, que possa motivar os alunos no que diz respeito à aprendizagem. Mediante a **Pergunta central:** Qual a relevância da recreação no processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental II? Como **objetivo geral:** Analisar os fatores relevantes da recreação nas aulas de Educação Física Ensino Fundamental II em uma escola de tempo

integral, no município de Carauari –AM/Brasil, no período de 2020-2021.

Justificativa: A proposta desta pesquisa visa procurar entender o que leva o desinteresse dos alunos no Ensino Fundamental, como instrumento de coleta de dados foi utilizado observações e questionários aos alunos e professores. A relevância de se ter profissionais qualificados para desenvolver suas habilidades é essencial a vida escolar dos alunos, pois o trabalho com o corpo e mente requer profissionais com conhecimentos e criativos, já que o corpo do seu aluno é a sua principal ferramenta de trabalho e é necessário pautar suas atividades de acordo com os parâmetros educacionais e métodos de ensino e aprendizagem selecionados de acordo com o contexto escolar dos discentes e de suas faixas etárias.

No entanto trazer uma proposta de aproveitamento das aulas de educação física inserindo em seu contexto trabalhar valores, conduta, conhecimento, cultura entre outros é uma proposta educacional relevante para área de educação.

RECREAÇÃO E APRENDIZAGEM NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O trabalho lúdico de recreação nas aulas de Educação Física pode ser desafiador, mas cria condições adequadas para a educação física, motora, emocional, cognitiva e social dos alunos (PEREIRA, 2015).

O lúdico, ou seja, o aprender através do brincar, pode ser um meio apelativo para incentivar e apoiar a aprendizagem de diferentes áreas e, assim, procurar a multidisciplinaridade, uma vez que está ligado ao conhecimento adquirido da realidade e à integração de tudo o que se procura. Uma vez que o papel do professor da educação é contribuir para que o ensino-aprendizagem realmente se transforme, principalmente em relação aos aspectos da educação do caráter lúdico dos alunos (ANJOS, 2013).

O trabalho do professor de educação física, pode transcender as atividades físicas, isso significa dizer que se pode trabalhar diversos aspectos e abordar conceitos relacionados a saúde e a cidadania em atividades interdisciplinares (DIAS *et al.*, 2009).

Segundo Buczek (2009), As atividades a serem desenvolvidas nas primeiras séries do ensino fundamental são as seguintes: jogos, esportes, dança e ginástica; e o autor também coloca o conteúdo editado nesses eixos: habilidades psicomotoras, percepção do corpo no espaço, coordenação olho-mão, coordenação olho-pedal, orientação espacial, estruturação espaço-temporal, esquema corporal. E ainda lembra as habilidades a serem desenvolvidas: Habilidades físicas (equilíbrio, força, velocidade, flexibilidade, coordenação, capacidade rítmica). E por fim, a melhora da percepção (acuidade visual, acuidade auditiva, acuidade gustativa e olfativa e tato) (BUCZEK, 2009 p.112).

Portanto, contextualizar as atividades de lazer na perspectiva do processo ensino-aprendizagem para compreender que a relação do grupo e a interação com a diversidade cultural são fatores fundamentais e cruciais no processo de formação humana da criança (JUNIOR; HOLDEFER, 2020).

As atividades na aula de educação física devem ser prazerosas para as crianças, sendo assim deve proporcionar ao aluno uma motivação que permeia seu psicológico emocional e sua parte motora o professor deve buscar ferramentas inovadoras para viabilizar maior aprendizagem. O momento da aula de Educação Física pode ser aproveitado pelo professor para aplicar metodologias ativas que possam proporcionar maior ativação da área do cérebro que desperta o interesse do aluno (JUNIOR; HOLDEFER, 2020).

Sala de Aula Invertida

A sala invertida também é um método ativo que se torna uma possibilidade de se trabalhar com os alunos, nesse modelo o aluno tem acesso ao conteúdo antes da aula, que pode ser online ou presencial, para que se possa ter um conhecimento prévio (GODOI *et al.*, 2020).

O método *Hands On* também conhecido como mão na massa, pode ser utilizado para despertar a curiosidade, criatividade, pró-atividade, senso crítico e autonomia dos alunos bem como outras qualidades (MARIN *et al.*, 2010).

Para os docentes, os benefícios são diversos, uma vez que as metodologias ativas promovem mais satisfação com as aulas e, conseqüentemente, maior atração e retenção dos alunos, dessa maneira, os mestres podem desenvolver melhor a sua prática pedagógica e ter menos interrupções em suas aulas (SALES *et al.*, 2019).

Existem inúmeras de se planejar uma aula com metodologia diferenciada, esses métodos podem contemplar jogos e brincadeiras, entre os jogos tem uma infinidade de opções que podem ser adaptadas aos conteúdos e disciplinas (DOS ANJOS; SOUSA, 2013; TEIXEIRA, 2016).

A metodologia tradicional na escola contempla o pensamento que a pessoa detentora do conhecimento pode transmiti-lo, o meio de transmissão é aulas expositivas e exercícios de repetição e também prepara a educação formal, intelectual e moral (CADENA; SARAIVA; SANTOS, 2020).

O construtivismo com base epistemológica por Piaget (1980), e é norteadada pela postura frente ao aprendizado, a ideia que tem por base filosófica e científica de que o conhecimento é construído e não adquirido.

Na base do pensamento do construtivismo habitam dois conceitos que participam do processo de ensino/aprendizagem, o racionalismo que parte do princípio que o conhecimento já está dentro do indivíduo, e o empirismo onde o homem constrói seu conhecimento em contato com as experiências (AUSUBEL, 1982).

Aprendizagem significativa

A aprendizagem significativa é aquela que ocorre quando uma nova ideia se relaciona aos conhecimentos prévios, em uma situação relevante para o estudante, proposta pelo professor, nesse processo, o estudante amplia e atualiza a informação anterior, atribuindo novos significados a seus conhecimentos (AGRA *et al.*, 2019).

Para que a aprendizagem significativa ocorra é preciso entender os mecanismos que permeiam este processo, isto é, variáveis que estão envolvidas no processo que possam estimular o aluno a não somente fixar, mas, ressignificar o aprendizado (AUSUBEL, 1982).

O processo de aprendizagem é muito complexo e multifatorial, isto é, depende de vários pontos, porém, para que o professor alcance uma aprendizagem significativa ele precisa atingir a área do intelecto, cognitiva e emocional (AGRA *et al.*, 2019).

Para que haja a aprendizagem significativa são necessárias condições, que são elas: a

primeira o aluno está disposto a aprender, a segunda é que o conteúdo precisa ser trabalhado de maneira psicológica significativa atingindo o lobo límbico (DARROZ, 2018).

Para que a aprendizagem significativa ocorra, duas condições são necessárias. Primeiro, o aluno deve ter vontade de aprender: se o indivíduo quiser memorizar o conteúdo de forma aleatória e literal, o aprendizado será mecânico. Em segundo lugar, o conteúdo escolar a ser aprendido deve ser potencialmente significativo, ou seja, deve ser lógica e psicologicamente significativo: o significado lógico depende apenas da natureza do conteúdo, e o significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem. Cada aluno filtra o conteúdo que é ou não relevante para ele (AUSUBEL, 1982).

A Para Ausubel (1982), A aprendizagem escolar é dividida em dois eixos ou dimensões diferentes, que levam a diferentes classes de aprendizagem a partir dos diferentes valores que cada uma pode assumir e podem ser significativas ou memorísticas.

A estrutura cognitiva relativo aos processos mentais relacionados a percepção e a memória, para que passe para um nível de aprendizagem significativa é necessário associar elementos que instiguem a parte emocional do aluno a fim de tornar a informação substantiva para ele (DARROZ, 2018).

Os diversos benefícios e desafios, nos diferentes níveis educacionais, a aprendizagem é gradativa em seus diferentes graus, os alunos também vão se adequando a realidade contemporânea (SALES *et al.*, 2019).

Em contraste, o segundo eixo diz respeito à natureza do processo que intervém na aprendizagem e produz um continuum delimitado pela aprendizagem significativa, por um lado, e pela aprendizagem mecânica ou repetitiva, por outro. Nesse caso, o discernimento do aluno estabelece relações essenciais entre os conceitos presentes em sua estrutura cognitiva e o novo conteúdo a ser aprendido.

Quanto mais novo conteúdo substancial e não aleatório estiver conectado a um aspecto da estrutura cognitiva anterior relevante para ele, mais próximo ele estará da aprendizagem significativa. Quanto menos estabelecido esse tipo de relacionamento, mais próximo ele se torna do aprendizado mecânico ou repetitivo. (MARTINS, 2018).

A motivação nas aulas de educação física

A disciplina de (EF) pode trabalhar com temas transversais que podem combinar assuntos de relevância educacional para o aluno, assim agregamos mais conhecimento e motivamos o aluno a refletir sobre a sua realidade (CAMPOS LOPES; DE AQUINO FILHO; HENRIQUE AMARAL, 2019).

Trabalhar conteúdos de forma diversificada é um desafio, pois, para isto o professor muitas vezes necessita de certos recursos específicos que comumente não são supridos pela escola pública, no entanto, para cumprir o plano frequentemente é usando adaptações (BACICH; MORAN, 2018).

Trabalhar temas transversais é um desafio para o docente, pois, exige um planejamento minucioso, e material didático adequado ao assunto que se deseja aplicar, no entanto, a escola pública vivencia uma realidade muitas vezes onde estas questões são precárias (MATTES; GRANDO, 2019).

Para o professor realizar esta tarefa ele deve seguir o PCN, e desenvolver atividades que incluam as propostas trazidas por este parâmetros, e também atividades que despertem o interesse dos alunos (SALES *et al.*, 2019).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem uma referência nacional de qualidade para o ensino básico. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializar as discussões, pesquisas e recomendações, e subsidiar a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente aqueles mais isolados e com menor contato com a produção pedagógica atual.

Para compreender o momento atual da educação física, é preciso considerar suas origens no contexto brasileiro e abordar as principais influências que marcam e caracterizam essa disciplina e os novos rumos que estão sendo delineados (MEC, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi realizada com alunos e professores do 9º ano do Ensino Fundamental na disciplina de Educação Física em uma escola de tempo Integral, no município de Carauari-AM/Brasil. Visando buscar, através da realidade encontrada, um maior aprofundamento do estudo sobre o desinteresse e a Metodologia utilizadas nas aulas de Educação Física.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso o ponto de vista dos sujeitos investigados no contexto em que estes se situam, questionando-os com vistas a apreender a maneira pela qual “eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem” Dentre as tendências metodológicas na pesquisa qualitativa, encontra-se a triangulação, discutida amplamente no âmbito acadêmico e compreendida como fundamental por permitir a combinação de métodos variados dando-os igual relevância. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

Tendo como enfoque o método qualitativo e quantitativo: levantamento bibliográfico e pesquisa em campo, onde fará uso de livros, artigos, teses, e outros com base em estudos já publicados sobre a problemática em estudo, a fim de dar fundamentos a pesquisa e auxiliar na interpretação das informações obtidas durante a coleta de dados e descritivos de tipo não experimental (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

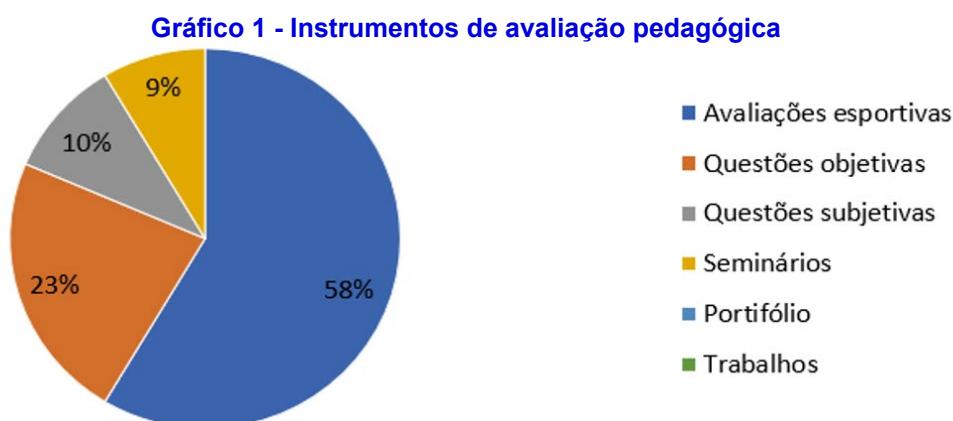
A população está composta por 104 pessoas entre professores e alunos e a mostra será composta por 32 pessoas, 2 professores e 30 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da escola de tempo integral Sérgio Rufino de Oliveira – GM3 no município de Carauari-AM/Brasil.

O instrumento utilizado para coletas de dados foi questionário aplicado aos alunos com 16 perguntas fechadas e aos professores com 41 questões fechadas.

O questionário foi impresso e entregue junto com o termo de Livre Esclarecimento para participação da pesquisa, como prevê o comitê de ética de pesquisa com seres humanos. A técnica utilizada foi a entrevista estruturada, que é o “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (Marconi e Lakatos, 1999, p. 94).

ANALISE DE RESULTADOS

A disciplina de Educação Física na escola deve ser construída a partir de práticas pedagógicas, e contemplar diferentes interesses e concepções pedagógicas; portanto, com conceitos e métodos diferentes. Busca-se uma estratégia metodológica que possa cobrir as necessidades educacionais. Historicamente, o ensino tem procurado organizar meios e formas metódicas que tornem o ensino prazeroso e facilitem o processo ensino-aprendizagem. Quando se perguntou sobre os instrumentos avaliativos usados nas práticas pedagógicas as respostas obtidas encontra-se graficadas:

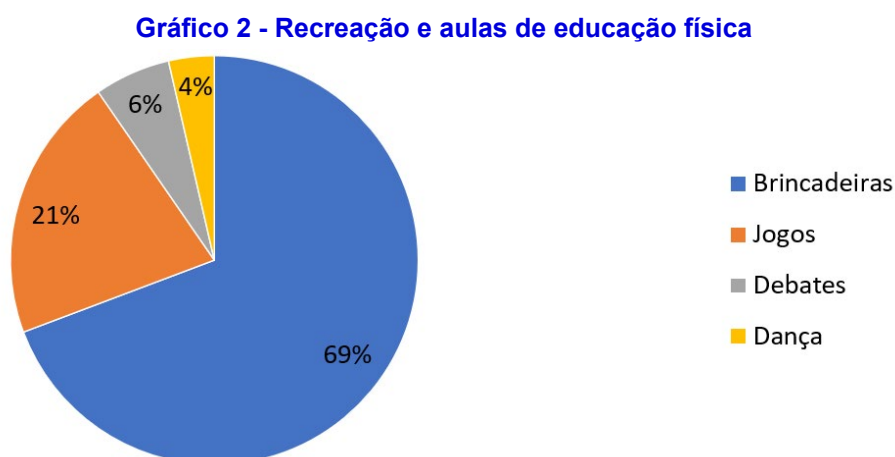


Fonte: A pesquisadora (2021)

Nos resultados obtidos no gráfico 1 pode-se observar que a avaliação mais utilizada pelo professor de Educação Física é a avaliação esportiva que apresentou 58% do total das avaliações, em seguida temos: questões objetivas, Questões subjetivas, seminários e trabalhos.

A avaliação em educação física deve ter em conta a observação, análise e conceptualização dos elementos que compõem o conjunto do comportamento humano, ou seja, a avaliação deve centrar-se na aquisição de competências, habilidades, conhecimentos e atitudes dos alunos.

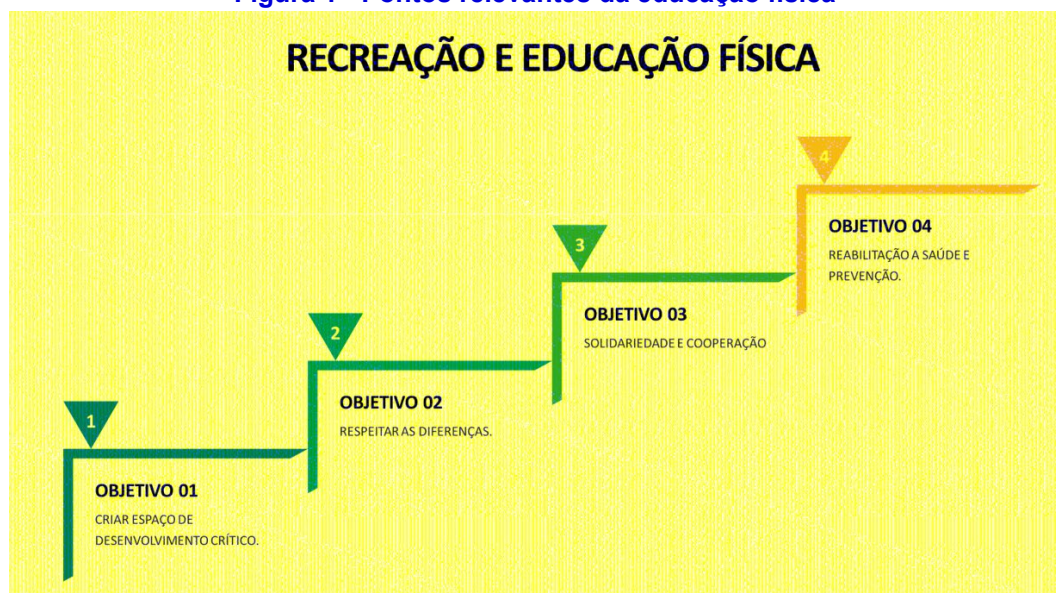
Quando se perguntou dos docentes de que forma se trabalha a recreação nas aulas de educação física, as respostas obtidas encontram-se graficadas:



Fonte: A pesquisadora (2021)

Os professores trabalham nas aulas de (ED), brincadeiras, jogos, debates e dança, dessa forma também trabalham a interdisciplinaridade e temas transversais como sugere o PCN, mesmo com recursos didáticos limitados os professores procuram adaptar os materiais e realizar as atividades, um esforço comum na docência. O que nos remete a futuras reflexões sobre as políticas públicas para Educação é necessário um olhar afável para esta questão e trazer estas discussões para o âmbito acadêmico a fim de que a classe educadora possa realizar movimentos que reivindique os seus direitos.

Figura 1 - Pontos relevantes da educação física



Fonte: A pesquisadora (2021)

Como apresentado na Imagem o papel da recreação nas aulas de Educação Física é motivar os alunos tornar prazeroso o processo de aprendizagem, pois a prática promover o conhecimento através das atividades realizadas com os alunos no momento das aulas de EF.

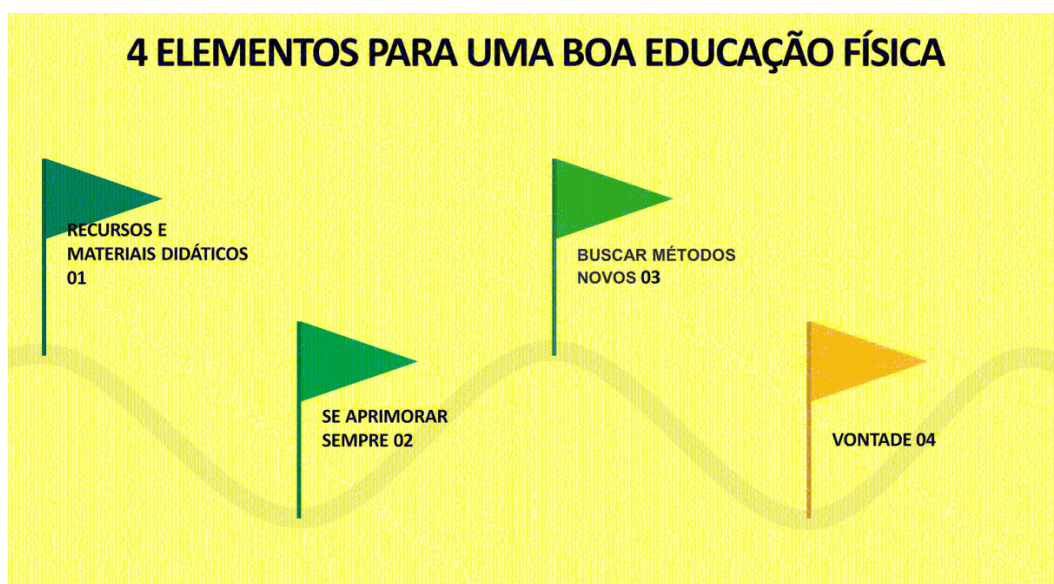
Isto para se tornar fator de soma na aprendizagem necessita que o docente, realize um planejamento prévio e inclua nessas atividades conteúdos significativos e que acompanhem as propostas contidas no Projeto Pedagógico.

A recreação não apenas pode ser considerada como um momento de lazer, mas também carregar em sua execução valores e conteúdos significativos para o processo de aprendizagem.

É necessário que o docente receba um apoio institucional a fim de fomentar essas atividades com mais riqueza de elementos, isto é, apoio de material didático para ser utilizados nestas atividades.

Trabalhar temas importantes para a formação ética e cidadania na escola através das aulas de Educação Física é valioso para educação dos alunos, tendo em vista que as aulas de (EF), podem tomar diversos formatos e realizar conexões com diversos assuntos. As aulas de (EF) além de promover a saúde do corpo também proporciona a oxigenação do cérebro que é um processo fisiológico que fornece diversos benefícios para o corpo levando mais oxigênio e glicose para esse órgão ajudando no processamento das informações.

Figura 2 - Pontos relevantes



Fonte: A pesquisadora (2021)

A aula de Educação Física pode trazer uma proposta de transdisciplinaridade interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, para isto, o professor precisa de quatro elementos: 1) Vontade, 2) Buscar métodos novos, 3) Se aprimorar sempre e 4) Recursos materiais didáticos. Tendo ele estes quatro elementos serão capazes de desenvolver um trabalho envolvente e excepcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a proposta do objetivo específico, que é identificar como o professor planeja e desenvolve as aulas de Educação Física, aqui verificou-se que os professor nesse sentido planejam as atividades de maneira a relacionar a recreação com conteúdo transversais, porém, mesmo diante de tantas dificuldades que estão inerentes a localização do município, pois, o mesmo fica localizado no interior do Amazonas-Brasil, onde o acesso realmente é difícil devido à falta de estradas e existe uma certa negligencia da parte dos governos em relação ao suporte de internet e material didático e incentivo a formação continua dos professores como curso de Pós graduação.

Em relação se o ambiente escolar favorece o desenvolvimento de atividades recreativas nas aulas de Educação Física dispondo de materiais necessários, através do resultado obtido pelo questionário, deduziu-se que há uma grande dificuldade neste aspecto, pois, a escola possui material defasado e necessita de recursos para aquisição de novos materiais.

O desafio do professor neste sentido foi gigantesco, pois, vários fatores influenciaram estas dificuldades tais como: recursos, internet, formação, incentivo etc. Toda via os docentes buscaram dentro das dificuldades e de suas limitações realizar o melhor trabalho possível, isso não é apenas vivenciado nesta escola, mas, na rede pública em geral de ensino.

Assim deve-se refletir sobre a atuação do Governo do Estado e Municípios, em direcionar o seu olhar para essa região que padece com tantas privações de recursos para escolas. Além disso, outros problemas como a dificuldade de acesso através dos rios do Amazonas, di-

ficuldade se acesso à Internet fibra ótica, treinamento profissionalizante, oportunidade de fazer Pós-graduação e substituição no quadro funcional na ausência do professor para realizar qualquer tipo de curso fora da cidade.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, J. A. DOS. A importância das atividades lúdicas nas aulas de educação física no processo ensino aprendizagem. 2013.
- AUSUBEL, D. P. A aprendizagem significativa. São Paulo: Moraes, 1982.
- AGRA, G. *et al.* Análise do conceito de Aprendizagem Significativa à luz da Teoria de Ausubel. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, p. 248–255, 2019.
- BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. [s.l.] Penso Editora, 2018.
- CADENA, M. R. S.; SARAIVA, R. DE A.; SANTOS, L. DOS. Além da aula expositiva: múltiplas estratégias para ensino superior de Ciências Biológicas e da Saúde EDUFRPE, , 2020.
- CAMPOS LOPES, J.; DE AQUINO FILHO, G. F.; HENRIQUE AMARAL, L. Metodologias ativas na educação física-propostas de utilização no processo de ensino aprendizagem. *Atlante Cuadernos de Educación y Desarrollo*, n. mayo, 2019.
- DARROZ, L. M. Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 25, n. 2, p. 576–580, 2018.
- GODOI, M. *et al.* O ensino remoto durante a pandemia de covid-19: desafios, aprendizagens e expectativas dos professores universitários de Educação Física. 2020.
- JUNIOR, J. B. M.; HOLDEFER, C. A. A recreação inserida nas aulas de Educação Física no ensino fundamental. *Caderno Intersaberes*, v. 9, n. 17, 2020.
- MARTINS, J. C. D. A gamificação na perspectiva de ensino híbrido e sua relação com a aprendizagem significativa no ensino superior. 10 dez. 2018.
- MATTES, V. V.; GRANDO, D. O olhar de professores universitários do curso de educação física sobre as metodologias de ensino ativas. *Caderno de Educação Física e Esporte*, v. 17, n. 1, p. 149–157, 2019.
- MARIN, M. J. S. *et al.* Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. *Revista brasileira de educação médica*, v. 34, p. 13–20, 2010.
- SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, p. 102–106, 2010.
- SALES, D. P. *et al.* Uso de Metodologias Ativas de Aprendizagem em Escolas de Alternância. *Revista ESPACIOS*, v. 40, n. 23, 8 jul. 2019.

Relações entre práticas pedagógicas e o desempenho da leitura e escrita com os alunos do 3º ano do ensino fundamental I

Relationships between pedagogical practices and the performance of reading and writing with students of the 3rd year of elementary school I

Lana Cristina Souza Brasil

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.4

RESUMO

Este trabalho examina as dificuldades no desenvolvimento da leitura e da escrita em alunos do 3º ano do ensino fundamental e mostra a importância de desenvolver hábitos saudáveis de leitura e escrita no dia a dia. A influência do processo de mediação professor/educador, o papel ético e comprometido da família e da escola é revisto para que os alunos desenvolvam habilidades de letramento na construção do ensino-aprendizagem. O objetivo geral: análise das principais dificuldades no processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e escrita com alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I, procedimento metodológico de natureza qualitativa desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica exploratória. Por meio dos resultados do tema estudado, Percebeu-se que são muitos os desafios por parte da escola e dos educadores na busca de ensinamentos e na transmissão plausível do conhecimento, bem como na formação de alunos leitores em diferentes contextos sociais. Sugere-se também que há uma forma de estimular o gosto e o prazer pela leitura/escrita quando o professor/educador está comprometido em ensinar e aprender de forma ética.

Palavras-chave: leitura e escrita. dificuldades na aprendizagem. anos iniciais.

ABSTRACT

The present work addresses the difficulties in the development of reading and writing in students of the 3rd year of elementary school, demonstrating the importance of acquiring healthy habits of reading and writing daily. The influence of the teacher/educator mediation process, the ethical and committed role of the family and the school is verified, so that students develop reading and writing skills in the construction of teaching and learning. The general objective: To analyze the main difficulties in the process of acquisition and development of reading and writing with students of the 3rd year of elementary school I, a methodological procedure of a qualitative nature, developed through exploratory bibliographic research. Through the results of the investigated subject, it was possible to encompass that there are many challenges on the part of the school and educators in the search for teachings and sharing knowledge in a plausible way, as well as training student readers in different social contexts. It is also noted that there is a way to awaken the taste and pleasure in reading/writing, if the teacher/educator is ethically committed to teaching and learning.

Keywords: reading and writing. learning difficulties. initial years.

INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita são sem dúvida, um dos principais mecanismos de comunicação entre os indivíduos, sendo as principais ferramentas na produção e transmissão do conhecimento. Além de ser produtora do saber, também estimulam à criatividade e à invenção de novas formas do sujeito ser e estar no mundo. Dessa forma, o processo ensino-aprendizagem tenciona esmerar as competências das crianças com o intuito de melhorar o desempenho linguístico da criança, considerando a integração e a mobilidade sociais delas.

Enquanto indivíduos inseridos em uma sociedade letrada, desenvolvendo o ensino numa

perspectiva produtiva, pois a cognição do ato de ler e escrever devem ser usadas para libertar, transformar. **Situação Problema:** O problema que motivou este estudo surgiu quando se observou o desempenho da leitura e escrita nos alunos do 3º ano do ensino fundamental I, as metodologias desenvolvidas em sala não estavam estreitamente relacionadas às práticas observadas na proposta pedagógica. Diante disso procurou-se saber: **Pergunta Central:** Como trabalhar o desenvolvimento das competências e habilidades no processo de aquisição da leitura e escrita, com os alunos do 3º ano do ensino fundamental I, em uma escola Estadual, da Cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2021-2022?

É nessa fase que o indivíduo tende a ter mais estímulos e necessidades em aprender. Por isso, optou-se como **objetivo geral:** Analisar as principais dificuldades no processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e escrita com os alunos do 3º ano do ensino fundamental I, em uma escola Estadual, da Cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2021-2022.

Justificativa: A presente pesquisa surgiu da preocupação com o insucesso dos alunos do 3º ano da escola em que esta pesquisa se concentra, pois é relevante ressaltar que a aquisição da alfabetização é um marco na história do desenvolvimento social e cultural do homem. Essa aquisição ocorre gradativamente à medida que as crianças entram em contato com os signos gráficos no início de seu processo de escolarização.

Prevê-se que este desenvolvimento ocorra através da intervenção consciente do professor ou da pessoa que desempenha esta função. No entanto, alguns indivíduos apresentam falhas na aquisição e/ou sistematização da leitura e da escrita, determinadas por diversos fatores.

A linguagem surgiu na relação do homem com o seu meio, dando às pessoas a capacidade de comunicar através de um código simbólico que permite a divulgação dos seus pensamentos, ideias e emoções.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE

O fenômeno educacional é um processo complexo. Demanda uma atitude comprometida de todos os agentes envolvidos nesse processo. E o professor é um desses agentes. Porém, é necessário salientar que sendo um dos sujeitos envolvidos, não se pode direcionar para ele toda a responsabilidade sobre o destino da educação.

Mesmo assim, reconhece-se que há uma grande incumbência atribuída a este profissional quando se trata dos anos iniciais escolares. Sendo que uma base escolar bem fundamentada pode propiciar uma exitosa escolarização. Com isso, estudos e pesquisas têm se voltado, dentre outros temas, para trabalhar a questão da formação do professor.

No que se refere ao professor dos anos iniciais do ensino fundamental, cabe-lhe a importante missão de alfabetização dos alunos. Essa é uma etapa primordial para o restante da escolarização. Atualmente, o ensino fundamental compreende nove anos de escolarização. Isso está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), que apresenta em seu Art. 32 que “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos [...]” (BRASIL, 2017). Devido ao chamado fracasso escolar, onde alunos terminam esse ciclo sem saber ler e escrever de forma competente, ou até mesmo, de forma elementar, ações têm sido direcionadas para o professor, como se fosse

somente ele o responsável por esse processo. Conforme Kleiman (2006, p. 410) “na busca de figuras, os professores ocupam lugar central na rede de relações sociais brasileiras”.

Uma dessas ações que envolvem os docentes se refere aos programas de formação continuada. Segundo Tasca e Guedes-Pinto (2013, p. 259).

Nesse cenário, as discussões centram-se no desafio de aumentar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos, principalmente no processo de alfabetização. No Brasil, a escolaridade obrigatória tem levado a um alto índice de analfabetismo, o que significa que o fenômeno do fracasso escolar ainda é visível. Investir na ampliação do ensino fundamental e na melhoria da formação e formação de professores é uma das medidas para reverter essa situação. Temos visto iniciativas federais, estaduais e locais para oferecer programas e/ou cursos para professores.

A sociedade do século XXI deve levar em conta a inclusão digital na construção da cidadania. Os indivíduos têm o direito de participar dessa inclusão digital e eles próprios têm o dever de reconhecer que esse direito deve ser estendido a todos. Esse processo leva a aprender a usar as TIC e a acessar informações disponíveis na internet, conciliando educação e coleta de informações digitais, estimulando a aprendizagem individual. A transformação progressiva da sociedade impulsionada pela revolução tecnológica trouxe consigo a possibilidade de informação imediata em rede global.

Docência e Inclusão Digital

O termo inclusão digital na escola serve como parâmetro para a gestão da educação e promove a acessibilidade contínua ao espaço comum na sociedade. Com o avanço da tecnologia, a era da informação também entrou no ambiente educacional. A sociedade está inserida em um ambiente onde tudo depende de uma rede mundial de computadores (Internet) bem como da tecnologia da informação com o uso de programas que permitem de forma ágil e eficiente o funcionamento da vida social, educação, comunicação, o trabalho a ser realizado, instituições públicas e privadas, ONGs, etc.

E como a educação é uma preparação para os indivíduos atuarem nesse ambiente de constante inovação, ela deve ser exercida utilizando tais recursos, com o objetivo de sempre acompanhar a evolução da humanidade e aproveitar as vantagens que a tecnologia tem a oferecer para o progresso educacional.

“As novas tecnologias criaram novos espaços de conhecimento. Agora, além da escola, a empresa, o espaço de convivência e o espaço social estão se tornando pedagógicos. A cada dia, mais pessoas estão aprendendo em casa, pois podem acessar o ciberespaço da educação e do ensino à distância de suas casas [...]” (GADOTTI, 2001, p.13).

Para Gadotti (2001), as ramificações da tecnologia permitiram que as pessoas encontrassem informações em meio ao ciberespaço (espaço virtual originado de uma vasta rede de computadores e satélites interligados) e transformaram o espaço doméstico em um espaço de ensino a distância, o aprendizado agora vai além das paredes de concreto de uma escola, navega livremente no espaço virtual, aprende, explora e adquire, promove a construção de uma identidade.

Para Pedro Demo (2004), o ato de aprender implica um processo reconstrutivo que permite o estabelecimento de diferentes tipos de relações entre fatos e objetos, desencadeando ressignificações que contribuem para a reconstrução do conhecimento e a produção de novos

conhecimentos, a partir de uma educação significativa, que rompe com o arcabouço conceitual da pedagogia tradicional. O conhecimento e a aprendizagem são fundamentais para que as pessoas exerçam sua autonomia e cidadania com argumentos e ética para transformar a realidade e suas vidas.

Essas novas habilidades mostram a necessidade de mudar nossa percepção e a forma como nos relacionamos com o mundo que nos cerca, mudando a abordagem mecanicista, fragmentada, competitiva e hegemônica para uma abordagem sistêmica, holística, colaborativa e integrativa. E entender que os problemas que a humanidade enfrenta hoje não podem mais ser entendidos separadamente, mas de forma interligada, interdependente e contextualizada.

“A educação formal é o momento em que a educação se submete à pedagogia (teoria educacional), cria suas próprias situações para sua prática, produz seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e forma praticantes especializados.” (BRANDÃO, 2007, p. 26).

De tal modo, é imprescindível que o ato educativo constitua um instrumento de transformação. Para tanto, a análise das práticas desenvolvidas no interior das salas de aula, em todos os níveis de ensino, se faz necessária no intuito de (re) pensar, (re) criar e (re)organizar estratégias didáticas objetivando o desenvolvimento do pensamento, por meio do envolvimento e participação dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem.

Segundo Freire (2011), a aprendizagem não existe sem ensino, e tão pouco ensino sem aprendizagem. Para o autor “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Porém, para que aconteça a aprendizagem os professores precisam reconhecer o aluno como sujeito da sua aprendizagem e como alguém que realiza uma ação, visto que a aprendizagem é um processo interno (Delizoicov *et al.*, 2009). Para os mesmos autores o professor é um mediador dos conhecimentos, ou seja, facilitador da ação do aluno ao aprender com base na vivência cotidiana que as pessoas aprendem o tempo todo. Instigados pelas relações sociais ou por fatores naturais, aprendem por necessidades, interesses, vontade, enfrentamento, coerção.

“[...] mas também aprendem habilidades manuais e intelectuais, relacionamentos com outras pessoas e convivem com seus próprios sentimentos, valores, comportamentos e informações ao longo de suas vidas.” (DELIZOICOV *et al* 2009, p.152-153).

A educação passa por um período de mudanças, buscando inovação, qualidade de ensino, desenvolvimento de novas habilidades e novos métodos para preparar novos profissionais em resposta a um mercado em plena expansão, cada vez mais competitivo e com novas tecnologias. Nesse movimento, as instituições de ensino necessitam de atualização constante em suas estruturas e faculdades, a fim de fornecer respostas significativas e satisfatórias relacionadas aos seus sistemas educacionais e preparar uma nova geração de profissionais em suas respectivas áreas de conhecimento.

Gargalos na aprendizagem

As barreiras no aprendizado variam de aluno para aluno, e exigem meios diferenciados de ensino. Mas isso faz parte de todo este processo de ensino, e novos métodos acabam surgindo a cada momento em que surgem novos desafios, e orientar cada indivíduo de maneira tal que consiga construir novos conhecimentos e aprimorar habilidades na solução dos desafios impostos e, como resultado, alcançar as metas propostas nas atividades.

Portanto, é necessário pensar na função do ensino e qual a sua finalidade, para que

o aluno enxergue que é preciso continuar a se desenvolver através do aprendizado de novos conteúdos, e para que isso aconteça, os professores devem se planejar considerando as contribuições dos alunos tanto no início das atividades como no transcorrer das mesmas, ajudá-los a encontrar sentido no que fazem, estabelecendo metas, oferecer ajuda, promover a atividade mental e um ambiente que facilite o auto- aprendizado, potencializar autonomia e avaliar conforme o crescimento do aluno e estimulá-lo a auto avaliação

Nas últimas décadas do século XX, as mudanças culturais, socioeconômicas e os sistemas tecnológicos em pleno andamento criaram uma necessidade cada vez maior de formação para poder atuar de forma convincente em um mundo globalizado, onde a demanda por conhecimento se revelou ser o fator predominante para a inclusão. do indivíduo no mundo do trabalho, no mundo da velocidade da informação, a transferência da responsabilidade pelo desenvolvimento cultural e econômico necessário para as universidades. Essas mudanças significativas nos critérios de ensino começam a estimular os alunos a buscar o conhecimento por meio da pesquisa e da experimentação, o que beneficiará o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico.

A atuação do professor no ensino fundamental inclui atividades que vão desde a criação de um programa de curso e planejamento de aulas até a participação na produção e implementação de um projeto pedagógico institucional, bem como projetos didático-pedagógicos que implicam uma atividade de investigação. (PONTUSCHKA, 2007, p.101)

A escola, que se apresenta como um espaço educativo, suscita a necessidade de desenvolver diferentes competências dos professores diante das demandas inovadoras da profissão docente, que, diante dos problemas atuais, cria oportunidades para traçar uma escola real, o que culmina também em uma perspectiva diferente da existência dos professores. E que, além disso, essa transformação da escola em ambiente educacional, onde trabalho e formação não sejam movimentos diversos, traga e confira aos professores uma contribuição incontestável para solução de contratempos no universo escolar.

As tendências do século XXI mostram que a característica central da educação é a mudança de um foco individual para um foco social, político e ideológico.

O processo de ensino estabelece uma relação diferenciada com o educando, onde se observa uma trajetória de construção do saber e promoção da aprendizagem.

O trabalho didático, portanto, precisa ser renovado, com foco em novos recursos e ferramentas de ensino. É preciso ser mais rigoroso no planejamento, na definição de objetivos, na criação de um currículo atualizado e coerente, na criação de materiais didáticos e na seleção de recursos, para que o controle do processo de ensino e aprendizagem possa ser garantida com absoluta eficiência.

Os professores precisam aprender a lidar com as diferenças que ocorrem em uma sala de aula, principalmente em turmas heterogêneas; eles têm que trabalhar com a realidade da turma, preparando os alunos, motivando-os, desenvolvendo autonomia e facilitando o aprendizado. O professor não deve ser o único portador de informação e conhecimento, mas tem um papel crucial na formação de atitudes para o estudo. O trabalho instrucional, portanto, consiste não apenas em transmitir informações ou conhecimentos, mas em apresentá-los na forma de problemas a serem resolvidos, contextualizando-os e relativizando-os para que o aluno possa fazer a conexão entre sua solução e outras questões de forma mais abrangente.

[...]Os computadores e a Internet eram vistos principalmente como fontes de informação e como ferramentas para transformar essa informação. Além da natureza instrumental e limitada de usar a tecnologia para realizar tarefas em sala de aula, é hora de ampliar os horizontes da escola e, mais importante, de seus participantes (KENSKI, 2012, p.66).

Deste modo, destaca que metodologia é a estratégia, é a prática a partir da realidade com experimentação complementada por determinada teoria, isto é, ela surge como execução do método cujo já foi elaborado com o intermédio de teorias as quais distinguirão abordagens que determinarão o que praticar e a técnica são os instrumentos utilizados para praticar. As estratégias, portanto, são formas utilizadas para como fazer o método funcionar e, este, quando é dialético, exige raciocínio para a sua utilização em todo o processo da pesquisa para procurar saber e dominar o problema. Assim, para um bom método de ensino é importante diálogo, questionamento e experimentações sobre o objeto estudado.

O uso de tecnologias nas práticas pedagógicas

No ambiente digital, há vários tipos de revoluções e mutações que ocorrem ao mesmo tempo, na ordem técnica, cultural, nos modos de produção e nas formas de ler e escrever; e isso pode repercutir na das tecnologias digitais na alfabetização, hoje, é fundamental. Esse uso é defendido tanto por aqueles que tomam a tecnologia digital em sua deve acompanhar os usos sociais da escrita, em qualquer tempo e, na contemporaneidade, o amplo uso das Tecnologias Digitais repercute no trabalho com a alfabetização, (FERREIRO, 2013).

As práticas de leitura e escrita nas telas digitais têm sido objeto de vários estudos no mundo contemporâneo. Roger Chartier (2002), por exemplo, um historiador do livro e da leitura adverte que o que estamos presenciando com as novas tecnologias é simultaneamente uma revolução na modalidade técnica de produção da escrita, uma revolução na percepção das unidades de texto e, sobretudo, uma revolução nas estruturas e formas que são pilares fundamentais da cultura escrita. No contexto dessa revolução que podemos chamar de cultura digital, alguns conceitos e expressões que já fazem parte de qualquer tipo de interação com e pela linguagem tornaram-se mais destacados, como multimodalidade, interatividade, suportes de escrita e há alguns que são mais próprios da linguagem digital, como usabilidade e alfabetização digital, entre outros. Esses conceitos e expressões evidenciam a necessidade de dar visibilidade a tipos de conhecimento e habilidades demandados hoje pelo uso das tecnologias digitais. Para um iniciante nas tecnologias, é necessário internalizar operações e incorporar novos gestos próprios das tecnologias digitais, o que podemos chamar alfabetização digital.

A introdução maciça da informática em todos os níveis da sociedade, sem dúvida, abriu espaço para um novo modo de viver e pensar a educação. Os alunos relacionam-se e gostam mais das tecnologias do que as gerações anteriores à sua. Constituem uma geração que nasceu e está crescendo cercada pela tecnologia, vendo-a como inerente ao seu mundo, com a mesma simplicidade que os adultos veem TV. Assim, Teberoski nos diz:

“Com a difusão do uso da informática, entramos em uma nova etapa cultural: a era digital. Essa realidade não passa despercebida às crianças.” (TEBEROSKY, 2003, p. 31)

A nova geração que, segundo Veen e Vrakking (2009), aprendeu a lidar com as novas tecnologias, cresceu com diversos recursos tecnológicos desde a infância: o controle remoto da TV, o mouse do computador, o minidisco, mais recentemente o celular, o iPod e mais o mp3 player. Esses recursos dão às crianças de hoje o controle sobre o fluxo de informações, geren-

ciando informações desatualizadas e sobrecarga de informações, aproximando comunidades virtuais e reais, comunicando-se e colaborando em rede, de acordo com suas necessidades. (VEEN; VRAKING, 2009, p. 28). Na atualidade, se pensarmos na prática escolar vigente, veremos uma carência generalizada em relação ao uso de novas tecnologias em atividades didáticas voltadas para a educação. Visto que os alunos estão imersos nesses recursos, sua intimidade instantânea com todas as novidades: sua maneira diferente de falar, suas gírias de linguagem e seu ritmo acelerado de vida encaminham-se para um grande distanciamento entre gerações. Conforme Veen e Vrakking (2009),

Busca-se observar o mundo das crianças que estão crescendo digitalmente e deixar claro o que esse fato significa para a aprendizagem, para as escolas e para os professores. Entender o comportamento das crianças, a relacionar esse comportamento à aprendizagem e a mostrar a oportunidade que os professores e as escolas têm de evoluir de acordo com as habilidades, atitudes e convicções das crianças, no esforço de dar a elas o apoio necessário para a preparação para a vida, a cidadania e o trabalho do futuro. (p. 15)

Os alunos vêm com uma bagagem muito grande em relação ao conhecimento sobre o uso do computador, conhecimento este sendo muito superior, em muitos casos, aos do próprio professor. O conhecimento não é mais estático, ele é volátil, está em vários lugares e é de fácil acesso, diferentemente do quadro verde e giz, que muitas vezes ainda são os únicos a serem utilizados. Hoje, com o evento do computador, a escola precisa se esforçar muito para competir com o mundo colorido, sonoro, divertido e variado que ele oferece às crianças e aos jovens.

Ao mesmo tempo, a invasão da educação pela tecnologia obriga a repensar muitas das crenças sobre o interesse dos alunos. As tecnologias estão incorporadas na vida das pessoas e a escola não pode ficar de fora, faz-se necessário rever o currículo e mudar a postura dos docentes para se transformar em uma escola com atrativos onde, também pelo uso da informática, se possa conquistar uma educação de qualidade. A escola enfrenta um novo desafio: deve fornecer meios para engajar os alunos nessa evolução tecnológica e prepará-los para acompanhar essa evolução tecnológica e seu impacto na aprendizagem da leitura e da escrita. Isso será possível quando o professor dominar a técnica para promover e diversificar a dimensão pedagógica das máquinas. O uso do computador passa a configurar novas formas de o aluno usar e ampliar suas expressões e cria novas interfaces para compreender e interagir com o mundo. O uso pedagógico do computador não é uma tarefa fácil. Usar um editor de texto, preparar uma apresentação, acessar a Internet ou enviar e-mail são habilidades que se adquirem rapidamente.

Mas o uso desse recurso muda pedagogicamente a metodologia de ensino, o que torna a tarefa muito mais complexa, pois permite a formação de um novo currículo que não é apenas sinônimo de improvisação e falta de planejamento, mas a linha de um currículo que se adapta gradativamente aos interesses e necessidades dos alunos e criar um ambiente aberto e positivo para a aprendizagem coletiva. Assim, a linha educacional do currículo que se desenvolve com a mediação das tecnologias busca as dimensões tecnológicas, pedagógicas, sócio-históricas, cognitivas e afetivas, considera a importância de integrar tecnologias de acordo com os objetivos pedagógicos da atividade.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa deu-se em uma escola Estadual, da Cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2021-2021. Na avaliação externa de 2019 do IDEB a escola obteve a nota 4,6,

obtendo uma meta a alcançar de 5,8 que fica o desafio aos envolvidos no ensino aprendizagem da escola foco da pesquisa. A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratório-descritiva, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005), estabelece relações entre as variáveis (GIL, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (TRIVINÖS, 1990).

O enfoque, trata-se de uma abordagem, **qualitativa e quantitativa**, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado por análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986). A Instituição de ensino pesquisada é composta com um universo de 390 alunos distribuídos em turno diversos, com 48 educadores que exercem sua função de forma satisfatória.

O questionário foi um dos procedimentos de coleta de informações. É uma técnica barata, faz as mesmas perguntas a todos, garante o anonimato e pode conter perguntas para fins específicos de pesquisa.

ANALISE DE RESULTADOS

A escola é entendida como um espaço de comparação entre os saberes sistematizados e os saberes cotidianos dos alunos. É um espaço no qual se propõe a formação de indivíduos que compreendam criticamente o contexto social em que estão inseridos, que encontrem sentido em sua aprendizagem, que tenham acesso ao conhecimento e, sobretudo, que queiram uma inserção transformadora na sociedade de alcance. Assis (1994, p. 130) afirma ser papel da escola:

“Incentivar o desenvolvimento dos indivíduos e torná-los capazes de enfrentar múltiplas situações. E acrescenta que a escola não deve limitar seu papel apenas ao ensino de conteúdo, pois ela mesma não desenvolve as habilidades mentais necessárias para formar um pensamento flexível e criativo.” (ASSIS, 1994, p. 130).

A escola deve ter uma governança democrática capaz de estimular o envolvimento contínuo dos pais no ambiente escolar. Essa relação deve ir além das reuniões para discutir assuntos burocráticos como reclamações, boletins, reuniões, etc. É importante estar disponível em horários mais acessíveis e mostrar que a escola está aberta ao diálogo e novas sugestões.

Figura 1- Escola e família

OS BENEFÍCIOS DA COMUNICAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA



Fonte: A Pesquisadora (2021)

Em um mundo pautado por uma velocidade imensa de troca de informações, uma escola precisa estar muito bem atualizada sobre as melhores maneiras de se comunicar com as famílias de seus alunos no dia a dia. É fundamental conhecer os melhores canais digitais para construir uma parceria sólida entre escola e família e existem muitas evidências de que o fortalecimento desse vínculo contribui para o desenvolvimento dos estudantes e o sucesso da instituição de ensino.

Quando se perguntou dos professores quais as maiores dificuldades no processo e desenvolvimento da leitura e escrita com os alunos em sala de aula? As respostas encontram-se exemplificadas no gráfico:

Gráfico 1- Resultados dos dados levantados com os professores
DIFICULDADES DA EQUIPE DOCENTE



- Falta de tempo para desenvolver uma boa estratégia leitora
- Materias pedagógicos e lúdicos
- Apoio das famílias
- Sala com excesso de alunos

Fonte: A Pesquisadora (2021)

Ficou comprovado que alguns professores com jornadas de trabalho em três horários, afeta no rendimento educacional dos alunos, pois eles ficam sem tempo para desenvolver boas estratégias pedagógicas em seu plano de aula, o que não viabiliza rentabilidade ao ensino. Além da carência de materiais pedagógicos e lúdicos, muito importantes para uma aula mais atrativa. Como foi demonstrado a ausência familiar é um fator que dificulta no ensino, bem como o excesso de alunos em sala de aula para um só professor.

O professor é o mediador entre o que a escola tem a oferecer para o desenvolvimento do aluno como leitor e o que o aluno precisa aprender para que esse desenvolvimento seja significativo. Portanto, o desenvolvimento do aluno como leitor se dá na escola, pois muitos só entram em contato com a leitura no ambiente escolar, como afirma Martins (1984), principalmente no contexto brasileiro, a escola é o local onde a maioria aprende a ler e escrever, e muitos têm talvez sua única oportunidade de entrar em contato com os livros, eles se identificam com os livros didáticos. O ensino da leitura e da escrita precisa ser influenciado pela sociedade como um todo, mas a escola assume um papel preponderante nesse papel, dando aos professores a tarefa de chamar a atenção dos alunos para a leitura e desenvolver a escrita para ideias e expressar pensamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado que as dificuldades de aprendizagem podem levar ao fracasso escolar, que pode ser visto de ambos os lados, o do educando e o do educador, pois quando um fracassa, o outro pode ter parcela relevante de culpa. Nesse ínterim, o ato pedagógico para alunos com problemas de aprendizagem deve ser diversificado, bem-planejado e executado de acordo com a situação que estamos lidando.

Constatou-se que para se potencializar o processo da leitura é preciso apoio familiar, e projetos inovadores da escola bem como um ambiente aprazível ou canto de leitura que aguace o gosto e interesse pela leitura, ler todos os dias como foi exemplificado nas análises.

Ter uma leitura efetiva é saber ler nas entrelinhas e agregar saberes que só uma leitura factual oferece. O Hábito de ler não é hereditário, por isso, cabe a escola e aos professores incentivar e instigar os alunos a explorar e a identificar-se com o mundo da leitura.

Percebe-se que a leitura é fundamentalmente importante para o processo de desenvolvimento do aluno na fase escolar, e que a leitura, sem sombra de dúvida é fonte de conhecimento, sabedoria e inspiração. Demonstrando assim, que a leitura só é legítima quando essa se faz presente de todo ciclo da vida escolar do aluno.

Muito se abordou referente ao despertar o interesse pela leitura e escrita, ficou comprovado a escolha de bons livros torna-se fundamental recomenda-se dar aos pequenos leitores livros curtos e de fácil compreensão, o professor pode ler com o aluno, propor jogos lúdicos, a fim de que o aluno se envolva no universo da leitura, passear com os alunos na biblioteca da escola, para eles mesmos fazerem a escolha dos livros para ler.

O professor tem que apreciar a experiência da leitura para poderem despertar o interesse dos alunos, aproximar-se dos alunos e relacionar-se com eles é fundamental, ler os livros das escolas comentar essa troca é fundamental, crie momentos interessantes para essa experiência,

tornando esse momento prazeroso e fundamental para formar uma comunidade de leitores.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Nízia de. Revendo o meu fazer sob uma perspectiva teórico-prática. In: GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (Org.). A prática dos orientadores educacionais. São Paulo: Cortez, 1994.

BRASIL. Indicadores da qualidade na educação: dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita /Ação Educativa. São Paulo: Ação Educativa, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na escola cidadã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 2002, p. 99-115.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DELIZOICOV, D. *et al* Ensino de Ciências: Fundamentos e métodos.-3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DEMO, P. Introdução à Sociologia: Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2004.

FERREIRO, Emilia. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 2013.

FONSECA, J. P. Pré-escola em busca do tempo perdido. In: FISCHMANN, R. (org.) Escola brasileira: temas e estudos. São Paulo: Atlas, 1986.

FREIRE, Paulo. Educação e mudanças. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **Educação**: novos caminhos em um novo milênio. 2. ed. João Pessoa, editora: autor associado, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

KENSKI, V. M. .Educação e Tecnologias: O novo ritmo da Informação. 8 ed.- Campinas, SP: Papirus. 2012.

KLEIMAN, Angela B. (2006) Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. In: CORRÊA, Manoel & BOCH, F. (Orgs.). Ensino de Língua: representação e letramento. Campinas: Mercado de Letras.

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

PONTUSCHKA ,Nídia Nacib. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007

TASCA, D. S. O.; GUEDES-PINTO, A. L. A divulgação do conceito de letramento e o contexto da escola

de nove anos: o que dizem as professoras alfabetizadoras? Cad. Cedes, Campinas, v. 33, n. 90, p. 257-276, maio-ago. 2013.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. Aprender A Ler E a Escrever: Uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TRIVIÑOS, A. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1990.

VEEN, Wim; VRAKKING, Bem. Homo Zappiens – Educando na era digital. Porto Alegre, Artmed. 2009

O uso de softwares educacionais no ensino e aprendizagem de Biologia com alunos da 2ª série do ensino médio

The use of educational software in the teaching and learning of Biology with students of the 2nd grade of high school

Lidiane Ribeiro da Silva Cardoso
Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alindo Costa

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.5

RESUMO

A presente pesquisa intitulada O uso de *Softwares* Educacionais no ensino e aprendizagem de Biologia com alunos da 2ª série do Ensino Médio, traz uma contextualização do resultado da aplicação de 02 *Softwares* Educacionais: *Corpo Humano* e *Circulatory System in 3D* como ferramenta educacional no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de Anatomia e funcionamento do coração; diferenças entre artérias; veias e capilares sanguíneos; circulação sistêmica e pulmonar. O objetivo geral da pesquisa teve o intuito de propor a utilização de *Softwares* Educacionais, como alternativa metodológica no ensino e aprendizagem de Biologia para alunos da 2ª série do ensino médio. As aulas foram orientadas pelo grupo do WhatsApp de forma remota nos dias de segunda e terça-feira, no turno vespertino, contabilizando (1h/aula) uma hora aula por dia, mediado, no município de Itacoatiara – Am, no período de fevereiro a abril de 2021. O processo metodológico partiu de uma pesquisa qualitativa-quantitativa, com enfoque empírico analítico; o meio investigativo deu-se por meio da pesquisa descritiva. A técnica utilizada para coleta de dados se deu a partir de um questionário aberto/fechado e da observação sistemática. Os resultados da pesquisa apresentam itens que agregam positivamente o aprendizado dos alunos, devendo o mesmo ser instigado com maior frequência nas aulas de Biologia por apresentarem estrutura/funções em 3D, os alunos demonstraram interesse e motivação para a sua utilização.

Palavras-chave: *softwares* educacionais. tecnologia educacional digital. ensino e aprendizagem de Biologia.

ABSTRACT

The present research entitled The use of Educational Software in the teaching and learning of Biology with students of the 2nd grade of High School, brings a contextualization of the result of the application of 02 Educational Software: Human Body and Circulatory System in 3D as an educational tool in the teaching process and learning the contents of Anatomy and heart functioning; differences between arteries; blood veins and capillaries; systemic and pulmonary circulation. The general objective of the research was to propose the use of Educational Software, as a methodological alternative in the teaching and learning of Biology for students of the 2nd grade of high school. The classes were guided by the WhatsApp group remotely on Mondays and Tuesdays, in the afternoon, accounting (1h/class) one hour class per day, mediated, in the municipality of Itacoatiara - Am, from February to April 2021. The methodological process started from a qualitative-quantitative research, with an analytical empirical focus; the investigative means took place through descriptive research. The technique used for data collection was based on an open/closed questionnaire and systematic observation. The research results present items that add positively to the students' learning, and it should be instigated more frequently in Biology classes because they present structure/functions in 3D, the students showed interest and motivation for their use.

Keywords: educational software. digital educational technology. biology teaching and learning.

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura abordar o *uso de Softwares Educacionais no ensino e aprendizagem de Biologia*, tendo como intuito a promoção e utilização de novas ferramentas educacio-

nais no processo de ensino e aprendizagem, visando maior interação e aprendizado dos alunos nas aulas remotas em tempo de pandemia da COVID-19.

O tema proposto foi experienciado com alunos da 2ª série do Ensino Médio, no município de Itacoatiara – Am. Os *Softwares* educacionais utilizados durante a pesquisa foram os: *Circulatory System in 3d* e *Corpo Humano*, todos disponíveis na *Play Store*.

Situação Problema: O problema que motivou este estudo surgiu quando se observou uma gama de conteúdos complexos na disciplina de Biologia os quais requerem estratégias metodológicas para o processo de ensino e aprendizagem, do contrário, dificulta a compreensão dos alunos, por essa razão optou-se por trabalhar com os alunos da 2ª série do Ensino Médio por ter como conteúdo programático, os sistemas do corpo humano, conteúdo pelo qual é interessante abordar dentro dos *softwares* educacionais. Diante o contexto educacional contemporâneo, há uma disponibilidade de *Softwares* Educacionais dos quais promovem estímulos e protagonismo do aluno de forma elucidativa, por meio da orientação do professor.

É importante salientar, para que os *Softwares* Educacionais sejam inseridos na metodologia do professor, é necessário que a escola se disponha das ferramentas necessárias: laboratório de informática, computadores, tablets, smartphones, internet e domínio do professor. Diante disso procurou-se saber: **Pergunta Central:** *Quais Softwares Educacionais podem contribuir no ensino e aprendizagem de Biologia com alunos da 2ª série do Ensino Médio no município de Itacoatiara-AM/Brasil?*

O **objetivo geral** da pesquisa propôs a utilização de *Softwares* Educacionais, como alternativa metodológica no ensino e aprendizagem de Biologia para alunos da 2ª série do ensino médio.

Desenhar estratégias didáticas para a aplicação e otimização de *Softwares*, como contribuição das TIC para o fortalecimento das competências científicas e Biológicas para alunos do ensino médio. **Hipótese:** Se a disciplina de Biologia não está proporcionando rentabilidade ao ensino, então presume-se que seja plausível usar softwares educacionais como estratégia inovadora para o ensino.

Justificativa: A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de oferecer aos alunos da 2ª série do Ensino Médio novas metodologias de ensino e aprendizagem que facilitem a compreensão, promova o protagonismo e eleve o rendimento escolar na disciplina de Biologia. As aulas de Biologia no ensino médio podem ser maçantes devido ao seu extenso conteúdo e nomes científicos de difícil compreensão. O lúdico unido à informática possibilita ao professor novas formas de estimular o aprendizado e o cognitivo do aluno.

É imprescindível não mencionar sobre o atual cenário educacional, do qual passa por transformações devido a pandemia da COVID -19. Diante os fatos, os professores têm procurado se reinventar para atender alunos durante as aulas remotas e mediado pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), disponibilizados pelas instituições de ensino e secretarias de estado, como forma de comunicação, suporte aos professores, alunos e equipe gestora, causando um desafio maior à docência.

ENSINO DE BIOLOGIA E SOFTWARES EDUCACIONAIS

Moura (2013) afirma que o professor de Biologia tem sido historicamente exposto a uma série de desafios durante a construção coletiva do conhecimento, o qual se apresenta de forma sistematizada, exigindo estudo, tempo e dedicação, por outro lado, são forçados a acompanhar as descobertas científicas e tecnológicas, muitas vezes sem suporte necessário para a realização do ofício docente no ensino e aprendizagem de Biologia.

O desenvolvimento de softwares educacionais contribui para a elevação da qualidade do ensino, pois fornece uma ferramenta de aprendizagem que pode ser aplicada pelo professor no âmbito das teorias comportamentais, cognitivistas e construtivistas. Isso é reafirmado pelo que foi expresso por Sancho (1998), afirma que com o uso de softwares educacionais como ferramenta educativa que possui recursos e finalidades que foram programados e desenvolvidas com a função de serem utilizados para a aquisição de conceitos e resolução de problemas desenvolvendo assim as suas habilidades. Sendo assim a aprendizagem dos alunos poderia ser melhorada, uma vez que despertam atenção ao ver cores, animações, fotografias, desenhos, bem como ao ouvir os sons, auxiliando na compreensão das informações percebidas por meio da visão e da audição, além de educar, auxilia o professor na aquisição de habilidades para ditar as disciplinas;

Os softwares educativos são classificados por Sancho (1998) como: programas que oferecem um ambiente virtual exploratório que o educando pode navegar tornando mais simples ensinar conteúdos mais complexos ou impossíveis de observar como, por exemplo, a rotação da terra em torno do sol. Esses softwares facilita o desenvolvimento hábil das aptidões para a lógica e resolução de problemas. E com o referido por Araújo (2004), que afirma que os softwares educacionais aumentam a qualidade e a produtividade dos projetos de estudo dos alunos, pois permitem a utilização de estratégias motivadoras para que o aluno desenvolva suas habilidades cognitivas.

A hierarquização do conteúdo de um software educacional permite ao aluno adquirir conhecimentos com mais facilidade por meio do uso da multimídia, uma vez que o usuário pode navegar por uma estrutura em árvore que é formada de acordo com a lógica do conteúdo, mas os caminhos de navegação de uma tela para outra permite o acesso às informações de acordo com o nível em que o usuário deseja interagir. Isso é confirmado pelas conclusões de Paula *et al.* (2014), realizou uma pesquisa no Ensino de física, Química e Biologia, dentro do contexto pôde identificar, o *Software* Educacional “Células Virtuais” disponível em dois portais: o Banco Internacional de Objetos Educacionais do MEC e o Ciência à Mão da USP. Pode ser acessado no endereço <http://cbme.usp.br/playercbme/celulasvirtuais/index.html> podendo ser realizado o *download* e instalado no computador.

O aplicativo foi desenvolvido por um grupo do CBME (Centro de Biotecnologia Biomolecular Estrutural) da USP (Universidade de São Paulo), voltado para o ensino de Biologia Celular, o aplicativo disponibiliza acesso aos recursos como texto, imagens, sons e vídeos.

O que torna a aprendizagem atraente e motivadora para o educando facilitando o seu entendimento sobre determinado conteúdo.

Bento e Gonçalves (2011, p. 46) afirmam que “A utilização de um ambiente tridimensio-

nal (3D) permite criar envolvências, de tal ordem sofisticadas, que a concentração na resolução de atividades sob forma de desafio pode ser elevada”, permitindo ao aluno maior compreensão do conteúdo abordado.

A partir do momento que o estudo é mediado pelo professor e por meio de ferramentas tridimensionais, o aluno é oportunizado à uma prática diferenciada e de acesso para uma aprendizagem significativa, partindo da análise textual em paralelo ao *Software* em 3D.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método empírico-analítico aborda a realidade dos fatos que são observáveis, estimáveis e mensuráveis. É um método que contrasta suas hipóteses de forma rigorosa através da demonstração científica que determina se esta hipótese é verdadeira ou falsa. Para comprovar ou rebater essa suposição são realizados diferentes experimentos.

O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986).

Os sujeitos da pesquisa, foram 40 alunos da turma da 2ª série do Ensino Médio da disciplina de Biologia, no município de Itacoatiara-Am 2021-2022.

Para a análise do público, serão considerados três elementos importantes da população, tais como: idade (13 anos e mais), nível de escolaridade (alunos do segundo ano ensino médio), experiências com computadores (para o Uso de *software* não exige muita experiência com o equipamento, pois a sua utilização se deu por meio de smartphone).

Houve a análise dos conteúdos programáticos da disciplina de biologia a ser explorado, intitulado Sistema circulatório (funcionamento do coração; diferença entre artérias; veias e capilares sanguíneo; circulação sistêmica e pulmonar) propomos a utilização dos *Softwares* Educacionais: Corpo Humano e Circulatory System in 3D.

Após, obtivemos o contato com os alunos, Todas as orientações ocorreram por meio de áudios explicativos e envios de *prints* das imagens e tutoriais pelo grupo do WhatsApp. Os alunos foram orientados a fazerem o *download* da ferramenta na *Play Store*. O retorno foi satisfatório, os alunos conseguiram manusear os aplicativos de acordo com os conteúdos abordados.

Foi aplicado um questionário aberto e fechado após a utilização dos *Softwares* Educacionais de Biologia, Corpo Humano e Circulatory System in 3D. Nessa fase, foi realizado um estudo que considerou todos os elementos que influenciaram a utilização do *Softwares* Educacionais, pautada na análise do público, do ambiente, do conteúdo e do sistema.

Considerando a hierarquia do conteúdo programático e em função dos conhecimentos que os alunos tem no ensino de Biologia, as atividades foram trabalhadas de acordo com os conteúdos orientados, toda a informação estava organizada de forma estruturada e sintetizada de acordo com a matriz curricular e do bloco escolar.

Uma vez analisados o público, o ambiente e o conteúdo programático, foram apresenta-

dos os *softwares* educacionais para apoiar a otimização do processo de aprendizagem nas aulas remotas.

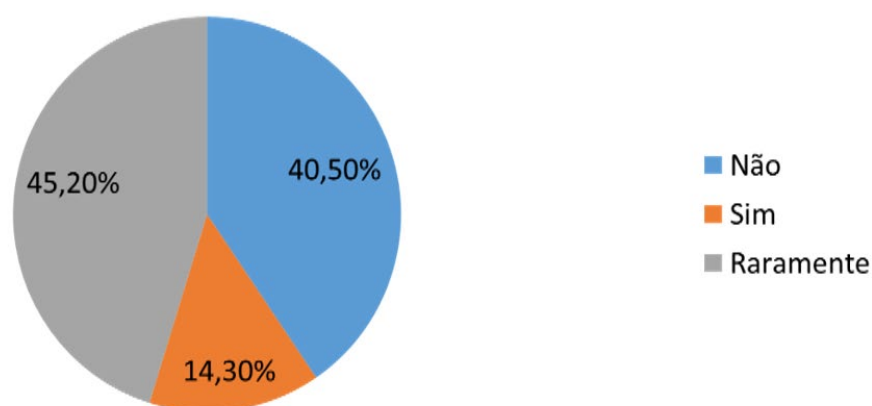
O instrumento de pesquisa aplicado, deu-se por meio de um questionário aberto/fechado após utilização dos *Softwares* Educacionais *Corpo Humano* e *Circulatory System in 3D*. Fonseca (2010, p. 113) afirma que, “o questionário, por exemplo, é a forma mais usada para coletar os dados, pois possibilita fazer mensurações (medir) com melhor exatidão o que se deseja”, o mesmo foi realizado pelo *Google Forms*. A partir do enfoque empírico e analítico foi possível abordar a realidade e possibilidades da eficácia em utilizar os *softwares* como ferramenta de aprendizagem durante as aulas remotas de Biologia.

A pesquisa foi desenvolvida de forma remota, os participantes foram 40 alunos da turma 2ª série, todos participaram do questionário, disponibilizado pelo *Google Forms*, o qual possibilita o arquivamento em nuvem após o envio.

ANÁLISES DE RESULTADOS

Os resultados encontram-se organizados por meio de gráficos e quadros, os quais compreendem a pesquisa qualitativa-quantitativa.

Gráfico 1 - Sobre a utilização de software educacional nas aulas de Biologia
1 - Você havia utilizado algum software educacional de Biologia durante as aulas?



Fonte: acervo do pesquisador (2021)

Como observado graficamente, ficou comprovado que 45,20% dos educadores raramente usam ou já usaram software nas aulas de Biologia, e 40,50% nunca usaram os software como forma metodológica em suas aulas, 14,30% mencionaram que usam os software em suas aulas e as torna mais atrativa e inovadoras. As escolas que usam metodologias inovadoras desenvolvem aspectos comportamentais, sociais, emocionais, criativos e colaborativos dos alunos.

Figura 1 - Pontos relevantes do software

REAVALIAR AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS

PARA TORNAR O ENSINO MAIS ATRATIVO



Fonte: A pesquisadora (2021)

Como explicito na figura 1, o uso de software torna as aulas mais dinâmicas e interessantes, amplia o acesso à informação e comunicação, estimula a autonomia dos alunos, ajuda a desenvolver habilidades e competências fundamentais para atuar na sociedade.

O professor e o aluno devem estar cientes e compreender que o conhecimento se constrói a partir da exploração do objeto de estudo, tanto teórico, como prático, que o aprendizado é possível fora da sala de aula e que nesse contexto, o aluno é instigado ao protagonismo com foco na construção do próprio aprendizado.

Observou-se a aceitação do *software* quanto sua utilização durante as aulas sobre o corpo humano, envolvendo Sistema circulatório, pautada no conteúdo: Anatomia e funcionamento do Coração; diferenças entre artérias, veias e capilares sanguíneos; circulação do sistêmica e pulmonar, no formato 3D.

Por fim, o resultado da pesquisa torna-se um estudo de exploração, com resultados satisfatórios, sobre a utilização de *softwares* educacionais, no contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado nos resultados obtidos descritos nesta dissertação, o uso dos *softwares* Corpo Humano e *Circulatory System in 3D*, pode-se observar que a interação e a motivação aumentaram gradativamente a medida que eles foram fazendo a associação do assunto diante a parte teórica, demonstrando que os softwares podem ser significativos no processo de ensino aprendizagem, dessa forma pode-se perceber que os objetivos foram alcançados positivamente no que tange ao aprendizado dos alunos.

Professores e alunos tendem a beneficiar-se com uso da informática na sala de aula e em casa, pois a troca de saberes mútuos, torna as aulas dinâmicas e motivadoras.

Dos processos positivos da pesquisa sobre a aplicação dos *Softwares* Educacionais, traz-nos uma reflexão de que o professor precisa de fato se reinventar, especializar-se, experi-

mentar novas metodologias na prática docente, sem limitações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Magnólia Fernandes Florêncio de. História da biologia / Magnólia Fernandes Florêncio de Araújo, Alexandre Menezes e Ivaneide Alves Soares da Costa. – 2. ed. – Natal: EDUFRRN, 2012.

BENTO, João José Fernandes; GONÇALVES, Vitor Barrigão. Ambientes 3D no processo de ensino e aprendizagem 3D. EDUSER: revista de educação, Vol 3(1), 2011 Inovação na Educação com TIC. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/5998/1/42.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

COSTA, Arlindo. Uso de softwares no ensino de biologia. São Bento do Sul: UDESC, 2019 (apostila mimeo).

FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia Científica ao alcance de todos**. Lui Almir Menezes Fonseca. 4. Edição. Manaus: Editora Valer, 2010.

MOURA, Joseane *et al.* Biologia/Genética: O ensino de biologia, com enfoque a genética, das escolas públicas no Brasil – breve relato e reflexão. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina, v. 34, n. 2, p. 167-174, jul./dez. 2013.

PAULA, Adriana Chilante de, *et al.* Softwares educacionais para o ensino de física, química e biologia. Revista Ciências & Ideias vol. 5, n.1. Jan/abr -2014. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/332/232>. Acesso 28 de Abril de 2021.

SANCHO, J.M. (1998). *Para uma Tecnologia educacional*. Porto Alegre: Editora ArtMed.

Práticas da leitura na educação infantil

Reading practices in early childhood education

Liozete da Silva Santos

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Juan Alberto Beranger

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.6

RESUMO

Este estudo pretende analisar as práticas de ensino da leitura na educação infantil, enfatizando a necessidade de utilizar os diferentes gêneros de texto como um processo constante que se inicia em casa e se aperfeiçoa na escola para contribuir quando os alunos estão em alfabetização. Esta pesquisa é desenvolvida através de uma abordagem quantitativa e qualitativa. O papel do professor como facilitador é fundamental nas situações de leitura, utilizando diferentes recursos para se tornar uma atividade atrativa e significativa para o aluno. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando livros e artigos científicos que tratam do tema. Os principais resultados mostram que há a necessidade de desenvolver estratégias inovadoras baseadas em conceitos de ensino com objetivos de aprendizagem que possibilitem à criança um contato lúdico e prazeroso que leve a um interesse duradouro pela leitura.

Palavras-chave: leitura. diversidade textual. papel do professor. escola.

ABSTRACT

This study aims to analyze the practices of teaching reading in Early Childhood Education, highlighting the need to use different textual genres, as a constant process, which begins at home and improves at school, contributing when students pass the time in literacy classes. This research will be developed through a quantitative and qualitative approach. The teacher's role as a mediator is of fundamental importance in reading situations, using different resources to become an attractive and meaningful activity for the student. For this, a bibliographic research based on books and scientific articles that address the subject was resolved. The main results indicate that it is necessary to develop innovative strategies based on teaching concepts with learning purposes, allowing children to have a playful and practical contact that awakens a permanent interest in reading.

Keywords: reading. textual diversity. teacher's role. school.

INTRODUÇÃO

A dificuldade na leitura é um tema problemático com o qual muitos professores, pais e alunos têm lidado, de maneira que cada um tem um olhar diferente sobre suas causas. Nesse contexto, os professores são aqueles que assumem o papel de mediadores na aquisição dessa competência, pelo aluno.

Devido à importância desse tema, muitos autores se ocupam em discutir os porquês dessas dificuldades, pois percebem que muitos alunos, mesmo cursando o quarto ou o quinto ano do Ensino Fundamental, não possuem o domínio da leitura e, conseqüentemente, da escrita, o que dificulta e muito no sucesso do desenvolvimento escolar desses alunos nos anos subsequentes.

Por isso, algumas pesquisas buscam identificar o problema e apontar possíveis ações que possam auxiliar os alunos a vencerem as dificuldades e a lentidão no aprendizado da leitura. Diante disso procurou-se saber, **pergunta central:** A falta de leitura em casa é um grave problema da realidade brasileira e nas escolas, existe o incentivo para a prática da leitura?

Objetivo geral: Estabelecer a importância da leitura e desenvolver uma análise sobre o que a leitura significa na vida das crianças das turmas de 3º ano do 1º ciclo do ensino fundamental com ênfase na escola pesquisada. **Hipótese:** Se os pilares da Leitura são imperceptíveis no processo do ensino e aprendizagem nas escolas estaduais do município de Manaus-AM, então presume-se que a não sustentabilidade deste processo dificultam a realização de alguns sustentáculos da Leitura Prazerosa no ensino Fundamental.

O trabalho educacional demanda esforço compartilhado, a partir da participação de todos os seus integrantes em todos os segmentos da instituição escolar, uma vez que todos os integrantes da comunidade escolar fazem parte direta ou indiretamente do processo de aprendizagem educacional, para solução de problemas na proposição de planos de ação, e em sua avaliação, visando os melhores resultados do processo educacional. Dessa forma, a leitura pressupõe a atuação colaborativa como reforço a essa importante dimensão que é a leitura prazerosa na escolar.

A participação nesse modelo gerencial propicia o controle do trabalho coletivo, fazendo com que as pessoas possam observar para propor ações conjuntas, além de sentirem-se responsáveis pelos resultados obtidos na escola, construindo e conquistando sua autonomia, motivo pelo qual a leitura é o caminho para criação de uma educação de qualidade. Assim, sentem-se parte de uma realidade e não apenas como um complemento da mesma, tão pouco como simples instrumento para realizar objetivos institucionais determinados por outras pessoas.

Diante da prática da leitura é possível vencer de forma eficaz o trabalho individual em detrimento do coletivo, que por vezes é empregado nas escolas, para assim, promover uma construção de competência e associação com a coletividade.

O presente artigo se justifica pois as crianças têm lido pouco nos dias de hoje, e isso acaba prejudicando a aprendizagem, pois quem lê menos tem mais dificuldades de aprender e de memorizar as coisas mais rapidamente do que aqueles que têm o hábito da leitura. Por isso, esse tema foi escolhido, para mostrar como, nos dias de hoje, as estatísticas atuais tem sido agravantes, já que a maioria dos jovens e crianças do nosso país perderam totalmente a noção da real importância e magia da leitura.

Além disso, há também a grande preocupação devido as dificuldades de escrita e aprendizagem. A leitura de adultos para uma criança deve ser prazerosa de uma forma que propicie a brincadeira com as palavras, proporcionando uma rica fonte de imaginação, que transporta a criança para mundos diferentes.

CONCEITOS DA LEITURA

A leitura é uma atividade realizada individualmente, mas integrada ao contexto social que vai desde a capacidade de decifrar o sistema de escrita até a compreensão do texto que está sendo lido.

A literatura infantil é um gênero literário que é determinado pelo público-alvo. Certos textos são considerados pelos adultos como adequados para leitura infantil e, a partir desse julgamento, recebem a definição do gênero e passam a ocupar um lugar definido entre os demais livros.

Como aponta a autora Silva (2013, p. 19)

Quando uma pessoa lê, essa estará adicionando conhecimento, construindo ideias, analisando e criticando o que te incomoda. Tais práticas fazem com que a pessoa se torne mais crítica e questionadora, no ambiente em que vive e na sociedade.

A leitura é importante na vida das pessoas, e principalmente para as crianças que estão começando a vivenciar essa prática em meio a sociedade, tendo contato diariamente com palavras, onde se faz a leitura.

O trabalho didático-pedagógico com a leitura que tenha como finalidade a formação de leitores aptos, capazes de produzir textos eficazes, tem origem na prática de leitura. O objetivo da leitura é formar cidadãos qualificados para compreender diferentes textos com os quais se deparam. Portanto, a escola deve oferecer materiais de qualidade para uma boa leitura, e para que seus educadores exerçam um trabalho capaz de transformar a vida dos pequenos leitores, para torná-los leitores proficientes a fim de enfrentar os desafios de um mundo letrado com práticas de leituras prazerosas e eficazes.

O leitor qualificado é aquele que consegue interagir com o texto, identificando não apenas elementos explícitos no texto, mas também lendo nas entrelinhas, ou seja, extraindo significados também de elementos que não estão explícitos no texto.

Tratando da formação do leitor competente, os PCN's dizem que "Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreende o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito." (2001, p. 54).

Um bom leitor é aquele que consegue estabelecer relações entre o que foi lido e o que esta lendo, mesmo sabendo que pode atribuir vários sentidos aos textos de uma só vez.

É nessa perspectiva que Soares (2003, p.39), destaca que

O processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, que envolve mais do que aprender a ler e escrever, mas realiza esses processos como uma prática social em seu cotidiano, sendo a alfabetização nesse sentido o resultado da ação de ensinar e aprender é As práticas sociais da leitura escrita.

A criança alfabetizada compreende a importância dessa prática em seu meio social e é capaz de ler e escrever, ou seja, é uma criança que utiliza a leitura e a escrita como prática social. Para que os alunos do ensino fundamental compreendam a leitura e a escrita em seu contexto social, enfatizo a possibilidade de que a escola, os professores, os pais, a sociedade em geral façam parte da aquisição desse processo (FREDDI, 2019).

À medida que essa criança cresce, ela começa a perceber que tudo ao seu redor tem significado e, aos poucos, começa a ler tudo o que vê, a interpretá-lo e a conhecer o espaço em que está inserida. Isso significa que mesmo sem saber que determinado objeto pode ser lido e tem grafia, ela entende e interpreta que ele tem um significado.

Conforme Freire (2003, p. 11),

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí o fato de a posterior desta leitura não pode prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se predem dinamicamente. Desse modo, a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Finalmente, a alfabetização e a alfabetização começam muito antes que as crianças possam ler e escrever formalmente, pois é um processo que já está em vigor antes que a criança nasça e se integre à sociedade. Pode estar presente no cotidiano de todos e, à medida que se desenvolvem, percebem que saber ler e escrever é necessário para poder interpretar o mundo ao seu redor.

Assim, a prática da leitura e escrita é buscada pela criança conforme a forma como lhe será concedida, a alfabetização vai sendo construída e ampliada no decorrer de seu processo de alfabetização e letramento.

O processo de leitura tem a função de formar um leitor competente, entende-se como alguém que é capaz de atribuir significado ao que lê e ainda associar a outras fontes de informações tanto escrita como simbólica (BRASIL, 1997, p.55), entretanto me coloco a pontuar a chegada da leitura no Brasil e a influência exercida pela mesma na contemporaneidade.

No Brasil, a história da leitura começa em meio a muita discriminação, pois não foi diferente do que acontecia na Europa.

Freire (2008, p. 14), afirma que todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associada com a tomada de consciência da situação real vivida pelo educando.

Para a autora (KLEIMAN, 2016), a compreensão da leitura implica em uma estratégia meta cognitiva, que é uma análise, uma reflexão sobre as estratégias de controle e regulamento do próprio conhecimento a partir da leitura. Para tal atividade, a compreensão é necessária não somente a decodificação dos signos linguísticos, mas também o processamento cognitivo das informações extraídas da leitura, a associação e assimilação com os conhecimentos prévios do leitor e a ligação consciente deles com a realidade dos sujeitos.

Em outro momento, ela enfatiza que “a leitura precisa permitir que o leitor apreenda o sentido do texto, não podendo transformar-se em mera decifração de signos linguísticos sem a compreensão semântica dos mesmos.” (KLEIMAN, 2008, p. 72). Os sentidos apresentam-se parcialmente sendo explicitados pelo texto e parcialmente preenchidos pelo leitor, preservando as particularidades e conhecimentos de cada leitor, conforme a autora.

Para Orlandi (2012), a produção do sentido consiste em olhar para o texto observando-o não apenas como um produto, mas procurando evidenciar o processo de sua produção e, assim, de sua significação.

Considera Orlandi, (2012, p. 49)

O leitor não apenas percebe um significado existente; O leitor atribui significados ao texto. Em outras palavras, assume que a leitura é produzida e tenta determinar o processo e as condições de sua produção. Portanto, pode-se dizer que a leitura é o momento crítico na constituição do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, pois é nela que se desencadeia o processo de significação. Quando se dá o processo de leitura, configura-se o espaço da discursividade em que se estabelece um modo de significação.

Nesse processo complexo de compreensão, estão envolvidos não apenas fenômenos linguísticos, mas ainda antropológicos, psicológicos e factuais. Com isso, compreender não é uma atividade de precisão, de exatidão, tampouco é uma atividade de adivinhação.

É elementar destacar que o ambiente e as circunstâncias de enunciação são muito

relevantes no processo de produção de sentido. O leitor, em contato com o texto, partirá de sua realidade, do lugar de onde vem, do lugar em que vive, de onde fala, de onde lê; partirá de suas vivências, de sua relação com 'o outro', de suas experiências e conhecimentos prévios para, então, estabelecer conexão entre essas e a leitura com a qual está envolvido. A conexão estabelecida entre o texto e as inferências do leitor será um dos elementos responsáveis pela produção do sentido construído nesta relação.

Segundo Orlandi (2001, p. 18),

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações concretas e as representações posições dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo de significações. Tecnicamente, é o que se chama relação de forças no discurso.

Além das relações de sentido explicitadas acima, a leitura enquanto produtora de sentido é também uma atividade norteada pelo que Koch e Elias (2014), chamam de bagagem socio-cognitiva, que envolve os conhecimentos da língua, mas também das coisas do mundo "lugares sociais, crenças, valores, vivências". Por este motivo, ainda que baseados nas concepções dos autores do texto, a leitura vai se constituindo de forma diferente, dependendo do leitor e de suas crenças e vivências.

No entanto, as autoras Koch e Elias, (2014, p. 21) advertem:

É claro que com isso não preconizamos que o leitor possa ler qualquer coisa em um texto, pois, como já afirmamos, o sentido não está apenas no leitor, nem no texto, mas na interação autor-texto-leitor. Por isso, é de fundamental importância que o leitor considere na e para a produção de sentido as sinalizações do texto, além dos conhecimentos prévios que possui.

As autoras intitulam de 'pluralidade de leituras e de sentidos' as diversas possibilidades de compreensão de um mesmo texto, e lembram que tal pluralidade pode ser maior ou menor a depender de vários fatores que vão desde a forma como o texto foi constituído, até a construção de conhecimento de cada leitor (KOCH; ELIAS, 2014), fatores que devem ser levados em conta quando se trabalha com leitura, não apenas nas salas de aula.

Das teorias apresentadas, é possível compreender que os mecanismos de adaptação do conhecimento por meio da transformação dos signos linguísticos em conceitos recheados de significados e de sentido, são possíveis e pertinentes ao ser humano. Após pesquisar e reunir os conceitos dos autores que contribuem com o estudo, é possível perceber a amplitude do tema e a complexidade de suas múltiplas compreensões. A linguagem, por sua importância no meio social e histórico, conforme apresentada, foi e é tema estudado pelas diversas áreas do conhecimento, o que torna sua compreensão e estudo ainda mais pertinente, sobretudo no campo da Educação.

Conceitua-se, então, a leitura como uma habilidade importante na construção de nossa crianças e em sua formação cidadã; ela pode e deve ser ensinada, especialmente nas escolas, para que os nossos alunos logrem êxito em suas atividades escolares, acadêmicas, profissionais e pessoais. No próximo tópico, apresentam-se as estratégias de leitura desenvolvidas nas escolas para tornar o ato de ler mais prazeroso, compreensivo e significativo.

O professor, antes de propor as estratégias de leitura, deve, segundo a autora, refletir

sobre algumas situações que podem afetar a atividade que deseja propor. É de fundamental importância que o professor antecipe os conhecimentos prévios dos estudantes para que ele possa lhes indicar determinadas leituras: assim, parece mais adequado utilizar textos não conhecidos, embora sua temática ou conteúdo deveriam ser mais ou menos familiares ao leitor (SOLÉ, 1998).

Para Solé (1998, p. 90),

A leitura é muito mais do que uma riqueza de estratégias e técnicas. A leitura é acima de tudo uma atividade voluntária e prazerosa, e quando ensinamos a ler devemos levar isso em consideração. Além da motivação, o desafio e o prazer são elementos essenciais para uma leitura prazerosa e enriquecedora; Ler em voz alta em sala de aula é uma forma interessante de chamar a atenção dos alunos e acompanhar o texto quando o texto já é conhecido, quando o contrário é preferível, lendo suavemente ou em silêncio. Lemos para nos mantermos atualizados; receber instruções sobre como usar um dispositivo; estar bem informado; aprender, produzir conhecimento.

Os autores enfatizam ainda que o “nível de motivação dos estudantes traz para a tarefa impactos sobre como eles utilizarão as estratégias de compreensão”, isto é, estudantes convencidos de que a tarefa lhes pode ser útil terão mais sucesso ao utilizarem as estratégias do que os estudantes que não compreenderam a lógica ou os motivos da utilização de tais estratégias.

A definição dos objetivos da leitura deve ser levada em conta também, e discutida com os estudantes-leitores diante dos textos que lhe serão apresentados. Definir objetivos determina a forma como o leitor se posiciona ante o texto e lhe permite o controle do uso de outras estratégias que se fizerem necessárias.

A proposta da autora aqui é a de se ensinar as crianças a ler com diferentes objetivos, enfatizando que, com o passar do tempo e com o desenvolver das habilidades, elas mesmas devem ser capazes de escolher os objetivos mais adequados aos seus propósitos de leitura.

As previsões sobre o texto, conforme apresenta a autora, são formulações de hipóteses baseadas em alguns aspectos do texto: estrutura, títulos, ilustrações, cabeçalhos, imagens, etc. e, naturalmente, são também baseadas nas experiências e nos conhecimentos que tais aspectos despertam no leitor.

Fazer previsões pode ser explicado como uma família de estratégias, pois envolve habilidades como ativar os conhecimentos prévios do leitor, prever situações no texto e ante olhar a leitura buscando uma visão geral do que pode acontecer. Para os autores, esta estratégia encoraja o estudante a usar seu conhecimento prévio para facilitar o entendimento das ideias novas que aparecerão no texto.

Segundo Orlandi (2001, p. 37),

A leitura é o momento de constituição do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, pois é nela que se desencadeia o processo de significação. A partir disso conclui-se que a leitura não funciona limitando-a a um reducionismo linguístico.

Esta estratégia é muito importante, pois permite ao leitor, por meio de recapitulação das ideias centrais do texto, avaliar se assimilou o que leu ou se o que aconteceu foi apenas um “aparente avanço na leitura”, porém, não na compreensão (DIESEL, 2016).

A leitura e a escrita, quando bem ensinadas, favorecem a reflexão crítica da vida, tornando os alunos mais conscientes.

No entanto, a leitura não pode se limitar a uma simples mistura de letras e linguagens, ela precisa ir além, pois o aluno necessita interagir com o que lê, e assim tomar gosto pela leitura, criando o hábito de ler bons livros.

Para Paulo Freire (2011, p. 20), “a compreensão crítica do ato de ler não se restringe à decodificação da palavra escrita, mas se condiciona aos contextos vividos: A leitura de mundo precede a leitura da palavra”.

O aluno jamais gostará de ler se aprender de forma mecânica, dado que ele não conseguirá levar a leitura para sua realidade. Muitas crianças leem sem compreender o que diz o texto.

A leitura faz com que o aluno amplie seus conhecimentos. Logo, é necessário que as crianças tenham livros de excelentes qualidade, para adquirir o gosto e o hábito pela boa leitura.

Conforme Wagner (2017, p.154),

O ato de ler se constitui como um rico processo de produção de sentidos, o qual se concretiza no diálogo entre o conhecimento prévio do leitor e os novos conhecimentos advindos por meio da leitura, em um diálogo produtivo entre leitor e texto, criando a partir dessa relação dialógica um espaço para a reflexão a respeito do mundo que o cerca.

De acordo com o autor, a leitura é um instrumento poderoso na produção do conhecimento do aluno. A leitura proporciona diferentes maneiras de ver o mundo e estimular os alunos a gostarem da leitura.

Através dos conhecimentos adquiridos nos textos, pode-se conquistar direitos de cidadania, porque a leitura torna o indivíduo mais crítico e reflexivo em relação a sociedade. A leitura favorece a compreensão do mundo.

Para Luckesi (2005, p.122), “a leitura é um ato simples inteligente, reflexivo e característico do ser humano, porque ela nada mais é que um ato de compreensão do mundo, da realidade que nos cerca em meio a qual vivemos.”

A leitura faz parte da vida dos seres humanos, ela nos ajuda a visualizar o mundo, o funcionamento da sociedade, as formas de governo, política, dentre outros.

A leitura, além de dar prazer, possibilita as crianças a intimidade com bons textos escritos, e assim, vão aos poucos percebendo a importância da literatura.

Na concepção de Cramer e Castle (2001, p. 54),

A leitura prazerosa é um jogo divertido: é uma atividade livre, esperando do lado de fora da vida comum. Como o ato de sonhar, a leitura desempenha prodigiosa tarefa de transportar as pessoas para outros mundos. Todavia, adverte as autoras, ler não é sonhar, porque os livros, ao contrário dos sonhos, estão sujeitos a vontade da pessoa.

A leitura quando comparada ao sonho torna-se mais consistente, porque está de acordo com a vontade do indivíduo. Assim, a leitura nos faz viajar e entrar num mundo cheio de novidades e desejos.

Com isso, é através da leitura que os alunos poderão encontrar respostas aos seus questionamentos, dúvidas e indagações. Os caminhos por onde permeiam na construção do conhecimento, e não apenas vinculados a uma metodologia tradicional.

A leitura amplia o horizonte do conhecimento. Quem tem a oportunidade de ler variados

livros se afasta da ignorância e da alienação que muitas vezes é submetida pela sociedade em que vivemos.

A leitura não pode ser considerada apenas como um processo único, e sim como um processo contínuo de descobertas.

De acordo com Brito (2015, p. 36)

Convém comparar a leitura a uma viagem: quando lemos um bom livro e nos deixamos transportar para uma realidade paralela, onde cada página é virada, o leitor é exposto a um universo único de descoberta, magia e diversão.

A leitura envolve a motivação e habilidades do aluno, e um bom educador capaz de transmitir o conteúdo de forma eficaz. O processo da leitura diz respeito ao leitor, ao texto e ao ambiente escolar, onde o aluno passa a maior parte da vida.

A questão familiar também é fator primordial no processo de aprendizagem de uma criança. O apoio dos pais no desenvolvimento da leitura das crianças é fundamental para o seu crescimento em um mundo letrado.

E, Segundo Faria Filho (2000, p. 44)

Os professores e os gestores das unidades escolares alimentam, ainda, a ilusão de uma maior participação dos pais na escola, que seria resultado de uma ação formativa da escola em relação à família. Por outro lado, a família espera uma abertura maior por parte da escola a fim desse contato.

Independente de qualquer coisa, a escola tem o importante papel de assumir a responsabilidade sobre a educação da criança.

No entanto, é necessário que haja uma parceria efetiva entre escola e os pais, e cabe a escola estimular essa parceria, pois os pais tem a responsabilidade de participar da vida escolar dos filhos, participando das reuniões escolares, ajudando nas lições de casa, estimulando as crianças a ler e até ler junto com elas.

Os pais podem traumatizar as crianças fazendo com que não gostem de ler. A criança deve ser estimulada sem pressões, para que tenha um interesse pela leitura. Os pais jamais podem impor para os filhos aquilo que não conseguiram ser quando crianças, depositando nelas até que fiquem traumatizadas com a leitura. A leitura deve ser incentivada de forma prazerosa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente deu-se no Município de Manaus-AM, onde existem 35 escolas do 3º ano do 1º ciclo do ensino fundamental. Foram parte da investigação 2 (duas) escolas públicas estaduais; a amostra dessa pesquisa é composta por 20 (vinte) alunos.

O questionário fez indagações sucintas para entender a visão dos professores nos aspectos gerais da leitura na escola, que possuem métodos de incentivo e busca entender a visão dos professores no que se refere aos alunos.

Todas as informações coletadas durante a pesquisa foram plotadas no programa Microsoft Office Excel, com a criação de um banco de dados disponível para o presente estudo. Cada área de estudo com as suas respectivas informações levantadas, obteve um banco de dado dis-

ponível. Após a realização da plotagem, analisou-se os dados referentes aos questionários para gerar os gráficos e tabelas relacionados a algumas perguntas do questionário aplicado.

A pesquisa nas escolas iniciou-se em Janeiro de 2020, com término em Julho de 2020.

ANÁLISE DE RESULTADOS

O poder de um ambiente repleto de livros e conhecimentos diversos pode estimular o aluno a se interessar mais pela leitura. O hábito da leitura na infância é importante para ampliar o potencial de desenvolvimento das habilidades linguísticas e apoiar a educação socioemocional. O apegos aos livros pode estimular a curiosidade sobre o mundo e se tornar um hobby muito prazeroso para a criança.

Figura 1 - Inovação na sala de aula

TORNANDO A LEITURA PRAZEROSA



Fonte: A pesquisadora (2020)

Conforme explicito da figura 1, o professor precisa ser inovador, desenvolver estratégias que venha tornar as aulas atrativas. Os alunos que leem mais aprendem melhor e se expressam com mais facilidade tanto de forma oral quanto de maneira escrita, pois o vocabulário é sempre moderno, torna-se relevante transformar a criança num leitor assíduo.

A leitura tem a função de estimular o raciocínio dos alunos, levando à compreensão de textos de diversos autores. O professor precisa selecionar livros que sejam atrativos para seus alunos, assim fica mais fácil a compreensão da leitura pelos que não gostam de ler.

Quando se perguntou dos alunos sobre o hábito da leitura, obteve a seguinte resposta que encontra-se gráficada:

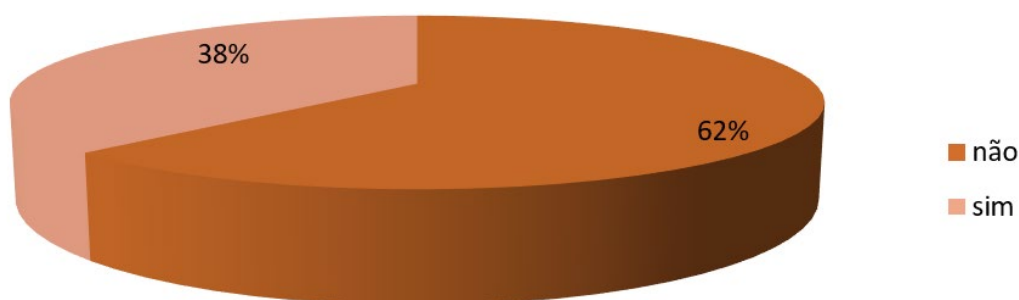
Tabela 1 - Leitura prazerosa

| RESPOSTAS | QUANTIDADE | PERCENTUAL |
|--------------|------------|-------------|
| SIM | 12 | 38% |
| NÃO | 20 | 62% |
| TOTAL | 32 | 100% |

Fonte: Santos (2020).

Análise em gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Leitura prazerosa em uma Escola Estadual de Manaus-AM.



Fonte: A pesquisadora (2020)

De acordo com o gráfico 5, cerca de 62% dos alunos não tem o hábito de praticar a leitura. Apenas 38% dos entrevistados a praticam.

Os alunos não costumam ler, o que dificulta o processo de aprendizagem da leitura.

Quando foram perguntados sobre a leitura ser um caminho aberto para o futuro, os alunos, em sua totalidade (100%), acreditam que a leitura é um caminho para um futuro melhor. Desse modo, eles têm consciência de que a leitura ajuda no crescimento pessoal e profissional.

Conforme Bamberger (2002, p. 42), reflete,

A leitura literária é uma busca além da realidade. Procure o significado interno. Reconhecendo o simbólico na vida cotidiana. Quando pensamos em um bom leitor, pensamos no leitor literário, para quem a leitura é uma experiência estética.

Além da absorção de conhecimentos, a leitura contribui para a melhoria das condições de vida da população, já que o saber é fator primordial para o convívio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura é fundamental para a formação social e profissional de cada indivíduo, pois ela nos torna mais críticos e reflexivos. Logo, a pesquisa pretendida aqui nasceu e foi realizada em escolas públicas, com alunos do 3º ano do 1º ciclo do Ensino Fundamental.

Nota-se que muitos alunos têm dificuldade de ler, e esses, em especial, como estão no 3º ano do 1º ciclo do ensino fundamental, já deveriam estar mais avançados no processo de leitura. Essas dificuldades não são somente da conta da escola, mas da família também, porque essas crianças precisam ser acompanhadas pelos pais em casa, uma vez que esse incentivo é igualmente importante.

A dificuldade financeira é um dos fatores que mais pesam quando se fala do tempo destinado aos filhos para a leitura em casa, pois os pais se ocupam mais com o trabalho, para garantir o sustento à família. E soma-se a isso o fato de as famílias serem numerosas, ficando difícil dar assistência a todos os filhos. Alguns deles argumentam que à noite estão cansados demais para ensinar a tarefa aos filhos, ou mesmo verificar o desempenho escolar deles.

Faz-se necessário que as escolas do Ensino Fundamental pensem e desenvolvam mais práticas educativas de leitura, voltando-se para a pesquisa em relação a problemática abor-

dada nesse trabalho, a fim de que os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem consigam se destacar na leitura e produção de textos; e isso implica contribuir no sentido da formação de um cidadão mais pleno, trabalhando no limite máximo das possibilidades. Para tanto, é necessário o investimento da leitura como fator de prazer em todas as escolas, em suas formações, independentemente dos meios que deverão ser utilizados.

Tendo em vista que não se pode esquecer que é de grande importância a promoção de políticas públicas do governo ao incentivo à leitura na escola, porque grande parte dos alunos só tem acesso à leitura e a escrita neste espaço. Nesse sentido, cabe à escola formar um leitor competente, que você entende o que lê; que também pode aprender a ler o que não está escrito e identificar elementos implícitos; estabelece as relações entre o texto lido e outros textos já lidos. Dessa forma, com o apoio da família e dos professores, o leitor pode contribuir para uma sociedade mais culta e educada.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Danielle dos Santos de. **A importância da leitura na formação social do indivíduo**. Disponível em: http://docplayer.com.br/18929-A-importancia-da-leitura-na-formacao-social-do-individuo.html#show_full_text. 2015. Acesso em: Março/2018.
- CRAMER, Eugene; CASTLE, Marrieta, **Incentivando o amor pela leitura**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FREDDI, N. (n.d.). alfabetização e letramento. ORGANIZANDO O TRABALHO PEDAGÓGICO. Retrieved 05 12, 2019
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: **saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo, Cortez Ed., 2008.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Para entender a relação escola família**: uma contribuição da história da educação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, p.44-50, 14 fev. 2000.
- KAUFMAN, Ana Maria. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura**: Teoria e Prática. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem na escola: **reelaborando conceitos e recriando a prática**. 2. Ed. Salvador: Malabares, 2005.
- SILVA, V. S. (2013). **a hora do conto no cotidiano escolar**. Retrieved 02 15, 2020, from unesp: http://www2.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/2014/ms/valeria_silva.pdf.
- WAGNER, Bruna *et al.* **A leitura como instrumento social de formação e transformação do indivíduo cidadão um estudo sobre hábitos de leitura no Amazonas**. In: MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento.

Análise do processo de compreensão leitora na alfabetização com alunos de 2º ano do ensino fundamental I

Analysis of the reading understanding process in literacy with 2nd year students of elementary school I

Ligia Alves de Negreiros

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.7

RESUMO

O presente estudo busca dar significado na importância da leitura, pois sub entende que é uma etapa considerada decisiva no processo da alfabetização e letramento, diante disso procurou-se saber: Quais os motivos que interferem no desenvolvimento da aprendizagem da compreensão leitora dos alunos que estão sendo alfabetizados? objetivo geral: Identificar como são realizadas as práticas de ensino da compreensão leitora e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental I em uma escola Municipal do Novo Remanso – Zona rural do Município de Itacoatiara-AM/Brasil. É importante que o professor alfabetizador apresente estratégias de compreensão leitora para formar aluno ativo no meio social, desenvolvendo e ampliando suas habilidades de leitura e escrita. Processo metodológico se desenvolveu com uma pesquisa exploratória descritiva com enfoque quantitativo e qualitativo. Os principais resultados apresentam que os professores apresentam uma atitude positiva no sentido de rever ou redimensionar sua prática pedagógica. Quanto aos alunos percebeu-se um aproveitamento significativo no ensino aprendizagem.

Palavras-chave: educação. alfabetização/letramento. aprendizagem.

ABSTRACT

This study seeks to give meaning to the importance of reading, as it is understood that it is a step considered decisive in the process of literacy and literacy. being literate? general objective: To identify how the teaching practices of reading and writing comprehension are carried out in the initial grades of elementary school I in a municipal school in Novo Remanso - Rural area of the Municipality of Itacoatiara-AM/Brazil. It is important that the literacy teacher presents reading comprehension strategies to form active students in the social environment, developing and expanding their reading and writing skills. Methodological process was developed with an exploratory descriptive research with a quantitative and qualitative approach. The main results show that teachers have a positive attitude in the sense of reviewing or resizing their pedagogical practice. As for the students, there was a significant improvement in teaching and learning.

Keywords: education. literacy/literacy. learning.

INTRODUÇÃO

A leitura em sua prática traz inúmeros benefícios aos leitores e quando estimulada desde a infância os efeitos positivos no ensino e aprendizagem podem ser proveitosos. Como resultado as crianças desenvolvem concentração, memória, raciocínio e compreensão, estimulam a linguagem oral e expandem suas habilidades criativas. A leitura é a aplicação das ideias adquiridas, portanto, resume-se em atitude de averiguação, avaliação, crítica, reflexão, generalização, e o uso dos conteúdos lidos. Leitura é um processo dinâmico, e de integração, é um dos agentes responsáveis pela modificação do comportamento humano.

Em convivência com situações de alunos alfabetizando, que não desenvolvem habilidades de compreensão leitora significativa, surgiu a seguinte problemática da pesquisa: **Pergunta central:** Quais as práticas utilizadas pelo professor para o desenvolvimento de um leitor que compreende o que ler, e por que os alunos não desenvolvem as habilidades leitoras, compre-

ensão e interpretação textual? **Objetivo geral:** Identificar como são realizadas as práticas de ensino da compreensão leitora e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental I na escola foco desta pesquisa.

A relevância do ensino da compreensão leitora está voltada para o aluno em processo de alfabetização e letramento, nesse processo a criança está aprendendo a desenvolver as habilidades de leitura e escrita.

É importante que o professor alfabetizador apresente estratégias de compreensão leitora para formar aluno ativo no meio social, desenvolvendo e ampliando suas habilidades de leitura e de escrita. Ao mesmo tempo, que, se ensina a escrever, se ensina a ler, o bom leitor é aquele que compreende bem o que ler, para assim escrever com autonomia. A leitura estimula o pensamento, melhora o vocabulário, aumenta a capacidade de interpretação e proporciona ao leitor um conhecimento amplo e variado de diversos assuntos.

POLÍTICAS EDUCACIONAL E AS PRÁTICAS DE ENSINO

As leis que regem o desenvolvimento da educação no Brasil são redigidas com base na CF/1988, pois são garantidas em seu artigo 32. O Inciso I - expõe que a formação básica do cidadão é assegurada pelo Ensino Fundamental.

Em 2014 entrou em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) que determinava a erradicação do analfabetismo em seu primeiro inciso, mas por não alcançar o objetivo para o qual foi criado (alfabetizar as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental), resultou na criação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) no ano de 2019.

Antes de se aprovar o novo PNE para a alfabetização em 2019, foi homologado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ano de 2017 que também já foi modificada. Em sentido amplo, a educação está relacionada aos processos de formação que ocorre no meio social, onde os indivíduos estão diretamente envolvidos e fazem parte de um grupo social. Nesta relação, a prática educativa não está restrita a escola, mas existe um grande número de instituições e atividades sociais que resultam da organização econômica, política, social e jurídica e das diferentes formas de convivência humana. Partindo desse princípio se faz necessário uma reflexão sobre os direitos da criança e do adolescente que tem como base o Estatuto da Criança e adolescente (ECA) criado em 13 de julho de 1990, o mesmo (2010, p.23) discorre no art. 53:

As crianças e os jovens têm direito à educação destinada ao desenvolvimento pessoal, à preparação para o exercício da cidadania e à empregabilidade:

I- Igualdade de acesso de condições para o acesso a permanência na escola; II-Direito de ser respeitado por seus educadores;

III- Direito de contestar critérios avaliativos podendo recorrer às instancias escolares superiores;

IV- Direito de organização e participação em entidades estudantis; V- Acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência.

Também se tem para a garantia desse direito a educação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) criada em 20 de dezembro de 1996 que trata exclusivamente sobre a educação, tendo como objetivo o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo e a educação, pois

disciplina a educação escolar e fortifica tal direito em seu artigo primeiro que expõe:

Art. 1º - a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Seção 1º - Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Seção 2º A educação escolar deverá vincular se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º - da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) (2016, p.8) LEI Nº (9.394 de 20 de dezembro de 1996)

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 4º da LDB. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (redação dada pela nº12.796, de 2013):

- a) pré-escola; (incluído pela lei 12.796, de 2013);
- b) ensino fundamental; (incluído pela lei nº 12.796, de 2013);
- c) ensino médio (incluído pela lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

Não existe sociedade sem leis e diretrizes que norteiem sua existência, pois são elas que asseguram os direitos, que segundo a mesma foi fundada na harmonia social e comprometida. Segundo o PNE em 2014 foi publicado no Brasil um relatório redigido por um grupo de cientistas, especialistas e pesquisadores que apresentaram conclusões sobre as práticas de alfabetização no país afirmando que, a formação dos professores alfabetizadores não acompanhou o progresso científico e metodológico nas décadas do século XX.

Mesmo com esses dados as políticas públicas para a alfabetização continuam ignorando grande parte, sendo assim o PNA entra em ação com o intuito de sanar essa falha e seguir com um objetivo e conceito claro de alfabetização. Diz esse relatório:

Define alfabetização como o ensino de habilidades de alfabetização em um sistema alfabético. O sistema alfabético é aquele que representa os sons da língua utilizando os caracteres do alfabeto (letras). [...] mais corretamente deve-se falar de alfabetização, que consiste no ensino e aprendizagem da leitura e da escrita [...] (BRASIL, 2019, p. 118)

Durante muito tempo se buscou uma definição para o conceito de alfabetização e atualmente o PNA veio para dar uma definição e nortear a alfabetização no Brasil, e dentro do mesmo ressalta a importância de se considerar a compreensão leitora como parte da alfabetização, pois como se pode considerar uma pessoa alfabetizada alguém que ler e escreve, porém não compreende o que ler.

Este cidadão permanece em situação de analfabeto funcional, pois tem limitações na leitura, compreensão e escrita. O mesmo expõe uma pirâmide na qual demonstra como estão divididos os níveis de literacia que incluem as habilidades de leitura, onde ao pé da pirâmide segundo o PNA:

Literacia básica (da pré-escola ao 1º ano do ensino fundamental): habilidade fundamental para a alfabetização, como a decodificação e o conhecimento de palavras de alta frequência que fundamentam virtualmente todas as tarefas de leitura. Inclui a literacia familiar, a literacia emergente e a alfabetização.

Literacia intermediária (do 2º ao 5º ano): habilidade de literacia comuns e muitas tarefas, incluindo estratégias genéricas de compreensão de textos, significados de palavras comuns, conhecimentos ortográficos e fluência em leitura oral. Literacia disciplinar (do 6º ao 9º ano do ensino médio): habilidade de literacia específicas para diferentes disciplinas, como história, ciências, matemática, literatura e artes (BRASIL, 2019).

Segundo o PNA (2019) é importante que o aluno passe por todos estes níveis, pois são fundamentais para desenvolver habilidades e competências da leitura e da escrita favorecendo toda sua vida escolar. Além de termos o PNA (2003) para nortear a educação tem-se também a BNCC que tem o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a todos os estudantes, crianças, jovens e adultos do Brasil, a partir daí cada Estado adaptou. Segundo a BNCC, o seu Referencial Curricular, e no Amazonas não foi diferente. Após várias reuniões com as equipes da BNCC o Referencial Curricular Amazonense (RCA) foi analisado e aprovado pelo Conselho regional de Educação em novembro do mesmo ano e no ano de 2019. Segundo o RCA (2019, p. 20) o documento reforça seu processo democrático de construção em regime de colaboração e de como está estruturado.

As escolas públicas e privadas devem seguir as normas nela expressa desde o ano de 2017, nela a Educação Infantil deve oferecer aprendizagens com direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Diferente da educação infantil à abordagem da BNCC no ensino fundamental-anos iniciais é a progressão das múltiplas aprendizagens, articulando o trabalho com as experiências anteriores e valorizando as situações lúdicas de aprendizagem. Segundo a BNCC o ensino fundamental propõe o seguinte:

Estimula o pensamento lógico, criativo e crítico, bem como sua capacidade de questionar, raciocinar, interagir e expandir sua compreensão do mundo. [...] O conhecimento avança pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação da prática linguística e da experiência estética e intercultural das crianças, levando em conta seus interesses e expectativas e suas necessidades de aprendizagem ainda não aprendidas (BRASIL/BNCC, 2019, p. 13),

Ainda, segundo a BNCC a criança deverá estar plenamente alfabetizada até o fim do 2º ano. De acordo com o PENAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) criado em 2012 esse prazo era até o 3º ano do Ensino Fundamental, essas mudanças iniciaram a partir do ano de 2019 nas escolas de todo o Brasil.

A educação infantil é o primeiro nível da educação básica com a finalidade de desenvolver integralmente a criança até os seis anos de idade em todos os seus aspectos, físico, intelectual, psicológico e social e ainda agindo com o complemento da ação da família e da comunidade. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, e é oferecida com o intuito de complementação das ações entre família e comunidade onde tem por objetivo oferecer condições para o desenvolvimento mental, físico e intelectual, cognitivo, emocional como também o social do indivíduo.

Dentro do campo educacional, a importância da educação-infantil não reside no quanto à criança pode aprender, mas na maneira com aprendem, e o que isso representa para ele. A educação é igual ao crescimento à criança de dentro para fora, cresce pelo desenvolvimento do seu organismo, do intelectual e moral ao mesmo tempo. Através desse desenvolvimento as

crianças têm motivação e criatividade, também os métodos da escola quanto ao ensino devem ser flexíveis, isto é não rígido permitindo adaptação ao nível de classe dar margem ao aluno da educação infantil para reagir segundo suas próprias capacidades e tendências. Isso significa que o método aplicado não deve ter objetivo de igualar todos os alunos. Na realidade cada aluno tem sua maneira de aprendizagem. Segundo Souza (2014, p. 74) diz que:

Há tantos tipos de aprendizagem quantas são as condições que para as crianças podemos distinguir. Essa variedade pode ser diferenciada por meio da descrição dos fatores que incluem as condições de aprendizagem da criança. Logo que se percebe que uma criança não aprende, deve-se procurar estimular e dar motivação, dando condições de criatividade naquilo que ela imaginou, porque muitas delas já trazem suas potencialidades de casa, mesmo tendo 5 anos de idade.

Nesse sentido a escola através do professor da educação infantil, se torna um fator importante no processo de identidade dessa criança. A interação professor aluno é a dinâmica de grupo, já que o ensino dessas crianças é em grupo, são muito mais complexas de que o relacionamento familiar. Sabine (2014, p. 81) diz que:

Em todas as culturas, é por volta dos cinco anos de idade que a criança começa a receber algum tipo de instrução sistemática. Em alguns casos essa instrução não é fornecida pelo professor. Assim, a criança descobre que a aceitação ou rejeição social depende de suas realizações.

Para se tornar professor de educação infantil e assumir aulas, a leitura de Carl Rogers se faz obrigatória, pois este autor observa que a verdadeira educação infantil é aquela que contribui para o desenvolvimento da inteligência e para a formação da personalidade, do autoconceito, do pensamento crítico, da independência, da responsabilidade e ainda do espírito cooperativo e da amizade. No entanto, na prática uma leitura mecanicista superficial, não faz com que a maioria, de seus professores, conseguisse trazer para suas práticas a teoria, o discurso (SABINE, 2014).

O discurso oficial se diz preocupado em construir práticas inovadoras no interior das escolas e traz para apreciação de todas as novas teorias e práticas em Educação através de rica programação de eventos que incluem: palestras, oficinas, cursos, seminários, congressos. Assim, como hoje ainda, não se conta com profissionais na equipe técnica, nas escolas, que ajude aos professores a reflexão da própria prática, a fim de transformá-la a luz das novas teorias e práticas. O professor deve ir a busca de qualificação, de metodologia para boa aprendizagem (SOUZA, 2014).

É determinante enfatizar a importância desta nova visão para a educação infantil como ponto de partida para a construção de uma proposta educacional consistente. Falando da importância da cultura, do conhecimento que o aluno traz, da sua leitura de mundo, impulsiona a responsabilidade dos professores a serem históricos, críticos, conhecedores, construtores e transformadores da realidade. A educação infantil é à base do aprendizado, porque nela atende os interesses das crianças através da criatividade. Assim, a ânsia pela mudança, às vezes causada pelo entusiasmo ao novo, às vezes pela pressão das crianças através de suas insatisfações ou comportamentos inaceitáveis, levam boa parte dos professores a fazerem uma ou outra modificação nas suas práticas, quase sempre apenas metodológica (PADOVAN, 2015).

A relação professor-aluno continua a ser a mesma: baseada e centrada no poder do professor sobre o aluno, onde o professor é o único capaz de propor o melhor ao aluno, ou centrada no aluno onde ele determina sozinho o que quer fazer ou ter, e, o professor um mero condutor de seus desejos (SOUZA, 2014).

Neste sentido, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação – LDB, Nº. 9.394/96, a despeito das pressões de setores organizados da sociedade determinou uma nova visão e uma nova missão para a Educação Infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de a 2 anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 3 a 5 anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Como se vê, a educação infantil, antes relegada a um nível inferior, ganhou uma nova visão e missão devido às rápidas mudanças da sociedade atual, que exigem novas competências dos profissionais que nela atuam para atender às demandas, não só do mercado de trabalho, mas de sobrevivência em uma comunidade em que se faz necessário um conhecimento cada vez mais diversificado. Mas para isso é necessário que o professor tenha uma visão de interesse e crie uma situação que ele possa resolver através da criatividade. A solução para esta situação é sempre boa porque refresca o professor e estimula o aluno. Segundo Campos (2017, p. 15) diz que:

A aprendizagem é um processo tão importante para o sucesso da sobrevivência do homem que foram organizadas por meios educacionais e escolas para tornarem a aprendizagem mais eficiente. As tarefas a serem aprendidas são tão complexas e importantes que não podem ser deixadas para obra do acaso.

Dependendo do professor a criança da educação infantil não encontra dificuldades no aprendizado, haja vista que o mesmo é preparado, qualificado para tal, figura nessa visão como prática profissional e não como expectador, mas como inspirador de confiança (SOUZA, 2014).

As escolas responsáveis pela formação dos sujeitos que atuam nesta sociedade devem se transformar para contribuir com a formação de cidadãos capazes de informar, ampliar essas informações, engajar-se no mundo do trabalho dentro de uma ética de posicionar e movimentar a vida. , com responsabilidade compartilhada. A criança sempre extrapola o processo educativo para além da sala de aula, da importância do aluno ser participante ativo de seu processo de aprendizagem, inclusive no planejamento e avaliação do mesmo, do papel da autonomia e do desenvolvimento da criticidade na formação dos educandos (SABINE, 2014).

Do papel da constituição de coletivos dentro e fora da escola. Do papel transformador da realidade da escola e do educador. Da importância de novas posturas frente às relações professor-aluno, novas metodologias, novas tecnologias a serviço da aprendizagem significativa. As pessoas mais indicadas para definir o que é melhor para as crianças são elas mesmas. Caberia nesse sentido ao professor o papel de desafiador (criando ambiente propício) e condutor da sistematização do conhecimento descoberto, construído pela criança (SABINE, 2014).

Educação e direitos sociais

O papel da educação é apresentado, fazendo parte dos direitos sociais de cidadania, onde se acredita que esses direitos garantem a participação do cidadão no desenvolvimento social, e tem como valor básico a justiça e a igualdade, é uma condição fundamental para o ade-

quado funcionamento da democracia (NEGREIROS, 2011, p.13).

Cidadãos alfabetizados podem desempenhar seu papel com eficácia na sociedade, utilizando a mesma como ferramenta estratégica de mudança no dia a dia, é um requisito para a plena ação política da cidadania. Segundo o ECA, afirma que:

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes incluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura (BRASIL, 1990).

Como se pode perceber, o ensino educativo é em si mesma formação trabalho, pois, se reveste de uma utilidade social, muito embora não produza bens materiais, produz a atividade intelectual, promovendo a existência material. A ação educativa é preparação para o trabalho, visando inserir os homens das novas gerações no universo da produção. A educação transforma a vida do trabalhador, pois desenvolve o cidadão ao trabalho.

Acontece mediante práticas de trabalho, afinal inúmeros trabalhadores são necessários para que a escola desempenhe seu papel. A educação é uma ação social e universal, considerada como atividade humana essencial para a existência e o fundamento de todas as sociedades existentes. Cada sociedade tem por função cuidar da formação dos indivíduos auxiliando-os no desenvolvimento de todas as suas capacidades e prepará-los para participar da vida social de forma ativa e transformadora em suas várias instâncias. Segundo LDB em art. 3º (1996, p. 6):

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III

– pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Segundo a Lei LDB não há sociedade sem processo de educação e está sem sociedade, desta forma, a educação não se restringe a uma exigência da sociedade, mas uma necessidade de oferecer aos indivíduos conhecimentos e experiências culturais, que favoreçam sua inserção na sociedade, podendo, transformá-la de acordo com as necessidades econômicas, sociais, políticas e culturais do meio em que vive.

Um simples desenho que um educando construa durante seu processo de alfabetização desenvolverá seu processo de aprendizagem cartográfica, pois a partir dela eles conseguem perceber o meio em que vive através de pontos significativo.

A educação tem o papel de transformação revisitando a memória cultural, sendo assim, incentivar a cultura alfabetizada aos participantes da escola é cumprir o seu papel e como meio que conecta as pessoas ao mundo alfabetizado. Cumprindo a inserção do cidadão ao meio participativo da cultura alfabetizada, não deixando de lado a necessidade de se ter essa formação para assim galgar o mundo da cultura letrada. Considera-se que através da prática educativa a sociedade influencia os seus indivíduos, e estes vão se tornando prontos a estabelecer uma relação de atuação e transformação na coletividade.

As influências que o indivíduo pode oferecer estão relacionadas com conhecimentos,

experiências, valores, costumes e crenças transmitidos através das gerações e grupos e são assimilados e transformados por uma nova geração.

Para tanto devemos romper com o modelo educacional atual, pois encontra-se ultrapassado, e cabe à equipe pedagógica se unir e trabalhar voltado para essa mudança com novas formas de trabalho didático e com práticas inovadoras, das quais temos autores que nos embasam nesse desenvolvimento de estratégias de leitura da autora Piccoli e Camini (2012), que afirmam e demonstram como desenvolver na prática.

A escola é um bem reconhecido pela sociedade como oferecedora do saber e do conhecimento, pois é nela que se encontra a aprendizagem que necessita-se para nos incluir no meio em que se vive logo não se pode ser considerado alfabetizado sem o corpo pedagógico da escola que se faz necessário para, enfim, acontecer de fato à alfabetização.

Compreende-se então que ela satisfaz as necessidades humanas, levando o cidadão ao mundo da escrita e da leitura necessários para se participar na sociedade de fato, sendo um bem cultural da cultura letrada com fins educacionais. Neste sentido a educação se consolida em instituições destinadas a este fim e que sejam instituições escolares ou instituições com finalidades de instrução e ensino, mediante uma ação consciente, deliberada e organizada. Para que está de fato ocorra, todos os meios políticos econômicos e culturais devem estar com o objetivo voltado para a educação.

Avanços com relação à alfabetização

Uma breve abordagem dos muitos avanços com relação à alfabetização no Brasil, pois, a história da Leitura iniciou-se com muita discriminação. Segundo Conceição (2011) apenas aos senhores portugueses eram lhes assegurado o direito da alfabetização, permanecendo, assim, por um longo período, até meados do século XIX. Nessa época praticamente, não existiam livros.

Segundo Boas e Hunhoff, (2017, p. 6), quando os Portugueses aportaram no Brasil em 22 de abril de 1500, depararam aqui com habitantes nativos que possuíam cultura própria e, fundamentalmente um sistema linguístico também próprio. Então foram denominados de índios, porque os portugueses acharam que tinham aportado nas Índias.

E sendo assim, encontraram um sistema linguístico bem definido, como informam os referidos autores, dessa forma sendo necessário que se providenciasse um sistema de ensino da língua portuguesa aos índios para facilitar a comunicação, já que havia uma enorme distância entre o que se falava aqui e a língua portuguesa.

Não de palavras escritas em Português antes do século IX. Mas há partir desse século encontra-se documentos e/ou monumentos que trazem referências da língua, mas como documento formal o primeiro é o “Testamento de D. Afonso II” do século XIII que descreve com clareza todo o enunciado do referido testamento, escrito em um português bem diferente do português de hoje; O “em” de hoje era “en”: “Graça” era “gracia”; “sendo” era “seendo”; “minha” era “mia” e assim sucessivamente. (BOAS e HUNHOFF, 2017, p. 6).

Assim, o referido testamento embora escrito de forma bem diferente do Português falado e escrito dos dias de hoje, o que demonstra uma evolução natural do idioma e isso se deu em função de vários aspectos, dentre eles, o contato das línguas com outros povos e, principalmente, em função das palavras e da escrita, e ser resultado de relações sociais, ou seja, neste contexto inicial é importante que a linguagem seja uma prática social, a extensão do território da

confiança.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A presente pesquisa deu-se em uma escola Municipal localizada na Vila de Novo Remanso faz parte da divisão administrativa do município de Itacoatiara e se localiza na região Médio Amazonas. Fica a 214 km de Manaus e 130 km da cidade de Itacoatiara. Sua população é de 16.000 habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), sendo que 9.000 habitam a Vila de Novo Remanso e 7.000 habitam a área rural da localidade. Se desenvolveu uma pesquisa exploratória descritiva com enfoque quantitativo e qualitativo.

Os participantes da pesquisa foram 6 professoras alfabetizadoras, sendo 4 professoras alfabetizadoras que atendem alunos de 1º ao 3º ano dos anos iniciais, e 2 professoras são da turma pesquisada de 2º ano do ensino fundamental dos anos iniciais. A pesquisadora usou um questionário para sua coleta de dados. A presente obra é uma síntese de uma pesquisa técnica científica de mestrado.

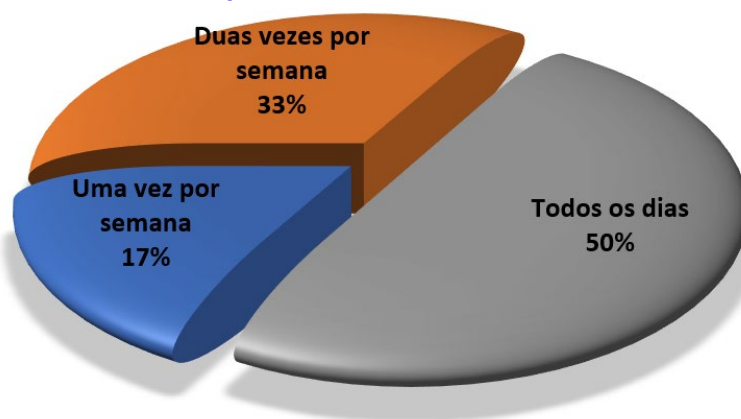
ANALISE DE RESULTADOS

As práticas da compreensão leitora são organizadas no processo quando o aluno começa a buscar estratégias e compreender que ler e escrever é conhecer os signos e dar significado aos mesmos. O código da escrita é um sistema de representação que cada educando reconstrói até estar plenamente alfabetizado.

Muitos dos estudos influentes sobre as experiências emergentes de alfabetização das crianças foram focados quase inteiramente na alfabetização impressa. Tem havido pesquisas menos extensas sobre crianças e práticas de alfabetização emergentes em relação a definições mais amplas de alfabetização que incorporam tecnologia e formas multimodais de construção de significado. Ao longo dessa análise da pesquisa o termo alfabetização é usado para se referir a essas práticas e eventos de alfabetização que são mediados pelas professoras entrevistadas.

Quando se perguntou dos professores com que frequência se trabalha tais práticas as respostas foram:

Gráfico 1 - Frequência das atividades em sala de aula



Fonte: A pesquisadora (2019)

Ficou comprovado graficamente que 33% dos entrevistados trabalham duas vezes por semana; 17% trabalham apenas uma vez por semana e 50% alegaram que trabalham todos os dias. Para a maioria dos autores, a leitura deve ser realizada na sala de aula com frequência todos os dias, pois a cada aula sem importar a disciplina realiza-se leituras e a partir delas desenvolve-se ensino de compreensão leitora; Então deve-se buscar ensinar a compreender sem se importar se é na disciplina de Português ou outra disciplina o importante é desenvolver a competência de compreensão leitora em cada aluno. Para Sanches *et al.* (2012, p. 133).

Existem vários tipos de estratégias de leitura e que são essenciais para a aprendizagem dos alunos. Segundo Sanches *et al.* (2012, p. 94):

Escolher, por um lado, o que se deseja obter com a leitura e, por outro, quais são as estratégias mais adequadas para atingir esse fim caso surja algum problema. Consequentemente, os objetivos principais de um plano para fomentar a competência leitora poderiam ser dois: 1. Que os alunos sejam capazes de controlar a compreensão, isto é, de manter o diálogo consigo mesmo sobre o que espera do texto e o que está ou não conseguindo; 2. Que possam pôr em ação as estratégias necessárias quando o que se deseja não é alcançado espontaneamente.

Segundo Lima (2015) é importante que durante o ensino desenvolva-se as estratégias de compreensão leitora, pois elas servem para a vida em sociedade.

A compreensão leitora é um processo pelo qual as estratégias e habilidades cognitivas necessárias para compreender, analisar e extrair significado do texto são simultaneamente empregadas para compreender a linguagem escrita.

O leitor possibilita interpretação, questiona a narrativa para que possam emergir novos significados, o que faz com que o aluno tenha maior visão e entendimento educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou alguns pontos de partida, que remete a várias reflexões a respeito das estratégias de compreensão leitora na alfabetização, e como acontece esse ensino e aprendizagem na escola. Pois é importante compreender como são realizadas as práticas de ensino da compreensão leitora na alfabetização e a interpretação textual, que ajudem na aprendizagem significativa para que os alunos possam aprender a ler, compreender e escrever com

autonomia.

Ler, não é apenas passar os olhos por algo escrito, nem fazer a versão oral descrita, mais sim garantir ao indivíduo um espaço na sociedade para a interação sistemática com a informação veiculada cotidianamente, contribuindo assim, para a formação de cidadãos críticos na construção e reconstrução de novos conhecimentos, fazendo com que o indivíduo perceba-se como ser histórico social.

Deve-se pensar nas estratégias de compreensão leitora como importante meio de dirigir às potencialidades do indivíduo desenvolvendo as habilidades essenciais a sua integração consciente a sociedade que faz parte. Esse processo de interação do sujeito com o seu mundo implica em comunicação, que se dá a partir do contato consciente como a pluralidade de significados a que o sujeito expõe, isso acontece através dos mais diversos linguísticos e da leitura dos atos humanos, a comunicação e o próprio processo de interação dá-se nos momentos em que o ser humano estiver aberto à sua realidade.

A má formação e qualificação dos professores na área de alfabetização contribuem para que os alunos não façam uso correto dos livros didáticos, livros de gêneros textuais, e consequentemente das estratégias de leitura, isso agrava no momento em que o aluno vai desenvolver sua atividade e falta-lhe o conhecimento, pois o professor não o instrui corretamente, para que assim esse aluno possa desenvolver as habilidades de compreensão leitora de forma competente e autônoma.

As pesquisas são constantes, os problemas também avançam e precisa-se urgentemente como educadores nos unir-nos com a finalidade de obter êxito no trabalho educativo onde as buscas são diversas dentre em meio em que se vive para preparar os alunos a um futuro promissor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Alfabetização - PNA. Brasília: MEC, 2019. Versão digitalizada.

CONCEIÇÃO, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, R. de P. L. de.; SOARES, D. Z.; SILVA, M. das G. S. N. Desafios e oportunidades da gestão escolar: Biblioteca, espaço de leitura e desenvolvimento da criatividade e do espírito crítico. Curitiba: Editor CRV, 2015.

NEGREIROS, J. de A. Diálogos e intersecções. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

PADOVAN, M. G. História da pedagogia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015

PICCOLI, L.; CAMINI, P. Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade/Luciana Piccoli e Patricia Camini; ilustrações de Eloá Guazzelli. - Erechim: Edelbra, 2012.

SABINE, L. A. Fracasso escolar: estigma da escola brasileira: crianças com problemas de aprendizagem. São Paulo: Rodrigues Alves, 2014.

SOUZA, É. B. L. P. Encantando a Educação. Rio de Janeiro: ed. Sprint, 2014.

Educação especial: os benefícios na inclusão em uma escola de atendimento específico

Special education: the benefits of inclusion in a specific care school

Maria do Perpétuo Socorro Fonseca da Silva

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.8

RESUMO

Este estudo procura apresentar os benefícios de uma escola com ênfase em atendimento específico na Inclusão. tendo como objetivo geral: Refletir sobre a importância da formação de professores na área da Educação Especial, já que estes espaços possuem alunos com deficiência. A pesquisa partiu de uma metodologia exploratória descritiva, com enfoque qualitativo, se realizou aplicação de questionário para professores, realizando dessa forma a discussão das falas dos pesquisados. Constatou-se que, a educação especial deve ser vista com mais cuidado que precisa-se de maiores investimentos e capacitação docente, os educadores que participaram desta pesquisa, alegam que foi fundamental tal experiência compartilhada para que suas práticas pedagógicas voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais se concretizassem de forma efetiva e significativa.

Palavras-chave: educação especial. formação. inclusão.

ABSTRACT

This study seeks to present the benefits of a school with an emphasis on specific assistance in Inclusion. with the general objective: To reflect on the importance of teacher training in the area of Special Education, since these spaces have students with disabilities. The research started from a descriptive exploratory methodology, with a qualitative approach, questionnaires were applied to teachers, thus carrying out the discussion of the respondents' speeches. It was found that special education should be seen with more care that greater investments and teacher training are needed, the educators who participated in this research claim that such shared experience was fundamental so that their pedagogical practices aimed at students with special educational programs to take place in an effective and meaningful way.

Keywords: special education. formation. inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo exemplifica a escola como uma instituição de ensino em que a criança passa grande parte de sua existência. Trata-se de um espaço que, de certa forma, constitui o sujeito pensante, questionador, criativo. Mas, por outro lado, também trabalha com outras demandas. Deixa de ser apenas um campo de troca de conhecimentos e adentra uma esfera emocional devido às relações que ali se estabelecem, principalmente quando se refere às crianças que necessitam de algum cuidado especial. **Situação Problema:** O problema que motivou esta pesquisa surgiu quando se observou que os professores não se sentiam capacitados para atender os alunos com deficiência que chegavam nas instituições de ensino. Diante disso, procurou-se saber:

Pergunta Central: Como é desenvolvida a formação de professores para atender os alunos com deficiência que estão atuando nas instituições educacionais? **objetivo geral:** Refletir sobre a importância da formação de professores na área da Educação Especial.

É preciso salientar que são diversas as dificuldades encontradas no atendimento ao aluno

com deficiência, dentre elas podemos citar: o espaço físico que não é adequado e adaptado, os materiais não adaptados, muitas vezes as salas de recursos não estão bem equipadas e preparadas para receber este aluno, fora outras questões como a dificuldade de socialização com os alunos que muitas vezes veem aquele aluno como “atraso” para a turma, o preconceito, entre outros. Para isso, o professor deve ter a formação necessária para realizar esse processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência. Tentando, dessa forma, driblar as múltiplas situações vivenciadas por tais indivíduos.

Muitos professores da rede de ensino regular não possuem formação continuada, no contexto escolar ao que se refere ao ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. Nessa perspectiva, a pesquisa em pauta é de grande relevância, haja vista que se atenta para a formação do professor da Educação Especial, e precisa ser efetivada, assim como direcionam os documentos oficiais.

A educação especial é um tema que deve ser discutido sempre, pois só assim é possível contribuir com uma sociedade mais inclusiva e uma educação mais igualitária para todos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) Garantiu o direito à educação em escolas regulares para crianças deficientes ou superdotadas. Na década de 1970, porém, houve um retrocesso no caminho da política inclusiva com a Lei nº 5.692/71, que preconizava o tratamento especial para alunos com necessidades especiais, aumentando a segregação desses alunos em classes especiais. Nesse período, foi fundado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela educação especial no Brasil e difundindo o movimento de integração escolar de pessoas com deficiência física ou mental.

A educação inclusiva é o processo que assegura a inclusão de todas as crianças com ou sem necessidades educacionais especiais no sistema escolar regular (International Disability and Development Consortium, 1998). Por causa das grandes mudanças que ocorreram na estrutura da educação, depois de muitos anos, graças a grandes lutas, as escolas começam a mudar suas políticas pedagógicas.

Com a experiência adquirida no exterior, a organização de serviços para pessoas com deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual e deficiência física teve início no Brasil no século XIX. No entanto, esses serviços inicialmente se preocupavam apenas em atender os deficientes em suas necessidades médicas. A preocupação com sua educação não surgiu até o final da década de 1950. Antes disso, as pessoas com deficiência eram consideradas inválidas ou incapazes de fazer algo produtivo na sociedade.

Enquanto “Algumas culturas simplesmente eliminaram as pessoas com deficiência, outras adotaram a prática de trazê-las para grandes instituições de caridade junto com os doentes e idosos.” (SASSAKI, 1997, p.1)

Segundo Mazzotta (2009), dois períodos se destacam na história da educação inclusiva no Brasil. A primeira foi de 1854 a 1956, onde surgiram algumas iniciativas isoladas. E foi em 12 de setembro de 1854, quando Dom Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, que prestava assistência educacional aos deficientes visuais.

A Constituição Federal de 1988 tem como objetivo “Promover o bem-estar de todos,

independentemente da origem, raça, sexo, cor, idade ou outras formas de discriminação”, “Educação para todos”(art.3º inciso IV).

Em 1994, as diretrizes, leis, decretos e resoluções do Conselho Nacional de Educação estabeleceram as medidas básicas para a implementação das propostas de educação inclusiva. Para definir uma política nacional de educação, a ação estadual busca estratégias efetivas para garantir essa atuação em nível federal, estadual e municipal. (MEC/SEESP, 2007)

Para Carvalho, 2006, a elaboração de uma política educacional específica deve ser vista como condição necessária para alcançá-la, mas não é condição suficiente. Se não há convicção para este autor de que a escola reflete uma visão de mundo e uma visão de sociedade com características e formas de organização próprias; Se não forem levados em conta os atributos políticos inerentes à educação, corremos o risco de ter uma retórica política de excelente qualidade com práticas ainda incipientes e longe de atingir os objetivos.

Em 2008, também foram realizadas as salas de recursos multifuncionais, cujos equipamentos ampliam o leque de atendimento especializado.

Ainda há muito a conquistar, muito a melhorar, mas a educação especial no Brasil deu grandes passos. Segundo Voivodic (2007), a inclusão também está historicamente ligada a movimentos de pais de crianças com deficiência, as famílias das pessoas com deficiência trabalharam e ainda trabalham muito juntas pelas conquistas e direitos dos deficientes, e mesmo os deficientes hoje conhecem seus direitos e lutar por ela.

O princípio básico da inclusão nas escolas é que as escolas reconheçam e respondam às diversas necessidades dos alunos, proporcionando-lhes uma educação de qualidade que lhes permita aprender através de um currículo adequado e encoraje a mudança organizacional, as estratégias de ensino e o uso de recursos, entre outras perguntas. (UNESCO *apud* MENDES,2002)

A inclusão escolar teve avanços significativos ao longo de sua história, mas ainda é necessário o envolvimento político, institucional e familiar para que esses avanços continuem, sempre pensando na criança especial, pois estamos lidando com seres humanos, seres únicos, com sentimentos e expectativas únicos.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispôs sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência, estabeleceu o conceito de deficiência, definiu quem são essas pessoas e qual a sua segurança.

De acordo com esse decreto, deficiente é todo aquele que tem uma perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que provoque incapacidade para desempenhar atividade, dentro do padrão considerado normal para os demais e afirma ainda que deficiência permanente é aquela que ocorreu num determinado tempo sem recuperação, mesmo com novos tratamentos.

No Brasil, a inclusão de alunos deficientes em instituições de ensino regular, é garantida pela Política Nacional de Educação Especial. Conforme Brasil (2008), os sistemas de ensino têm que garantir a esses indivíduos métodos, currículo, recursos e atendimento específico, de forma que atendam às suas necessidades. Garante ainda, a finalização específica de conclusão do ensino fundamental, mesmo que eles não atinjam o nível exigido, devido as suas deficiências.

É necessário que as instituições de ensino se adaptem conforme as demandas advindas

dos alunos com deficiência, vista que ela tem papel fundamental na vida desses indivíduos. Saviani (2011) contribui ao dizer que a inclusão sempre foi um grande desafio para o sistema educacional, e não diferente, atualmente continua dessa forma, principalmente ao que se refere à universalização da educação básica. A inclusão escolar ainda está em processo de construção, de forma que se garanta os direitos das pessoas que dela necessitam para o desenvolvimento e socialização.

Com a promulgação no ano de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, aconteceu mudanças no sistema educacional brasileiro quanto aos aspectos do sistema educacional, dos recursos financeiros destinados, dos princípios gerais da educação escolar, das finalidades, da formação, dentre outros, e não diferente, mudanças quanto ao ensino especial (BRASIL, 1996).

A lei afirma que a educação os aspectos formativos, e esses precisam ser desenvolvidos na vida familiar, na socialização e experiências humanas, no trabalho, e também nas instituições de ensino e nas organizações dos diversos movimentos sociais. A educação deve estar alicerçada nos princípios da liberdade e solidariedade humana, de forma que o desenvolvimento humano ocorra de forma integral, preparando-o para o exercício da cidadania e o qualificando para o trabalho (BRASIL, 1996).

É sabido que a educação abarca os processos formativos, esses precisam ser desenvolvidos no grupo familiar, no trabalho, a partir da convivência humana, nas diversas instituições tanto de ensino quanto de pesquisa, e ainda, nos movimentos sociais, nas múltiplas organizações civis e manifestações culturais. Se a informação gera aprendizado àquele que recebe, pode ser considerado um processo formativo significativo. A LDB (1996) contribui ao dizer em seu 2º artigo que a educação é um instrumento baseado nos princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, e tem como finalidade o desenvolvimento pleno do educando e sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo assim, dever da família e do Estado.

De acordo com Abenhaim (2005), é a partir dos meados do século XX que a criança com deficiência começa a ser amparada pela então Declaração Mundial de Educação para Todos e também pela Declaração de Salamanca. Tal Declaração proclamou que todos os indivíduos que possuíam necessidade educativas especiais deveriam ter acesso à escola, integrando-se em uma pedagogia voltada para eles, atendendo as suas necessidades. Compreende-se então que, o princípio da inclusão escolar expressado por Salamanca é norteador pelo reconhecimento que as escolas devem ter para com as mais diversas necessidades dos alunos e possam atendê-los, propiciando educação de qualidade e aprendizagem através de um currículo com estratégias de ensino apropriadas e organizadas.

Nesse prisma, no ano de 2001, no Brasil, a Resolução do Conselho Nacional de Educação, a partir das Diretrizes Nacional para a Educação Especial, direciona que as instituições educacionais têm o dever de matricular todos os alunos com necessidades educacionais especiais, dando-lhes atendimento e condições para a proporcção de uma educação de qualidade. Partindo desses princípios e com o advento da inclusão escolar nas redes regulares de ensino, a escola necessitava repensar nos seus métodos de ensino e se readaptar para acolher os alunos com as devidas deficiências.

Vale ressaltar que, a inclusão não é uma prática que requer a utilização de ensino escolar específico para as mais variadas deficiências, mas, deve se valer de recursos que auxiliam e oportunizam o processo de ensino e aprendizagem. Tem-se, atualmente, políticas educacionais direcionadoras e específicas no território brasileiro, que pontuam a necessidade de atender o alunado com deficiência, todavia, como comenta Matiskei (2004), as políticas públicas ainda não são planejadas e articuladas partindo das determinações jurídicas e legais, de forma que o Estado seja mero executor, sendo neutro de desligado dos princípios que orientam a sua ação. Assim, as políticas públicas vivem uma atividade de conflito dentro das camadas sociais, servindo para vários interesses.

A partir da atual realidade pela qual a sociedade está passando, marcada fortemente por um modelo de projeto econômico e político, é necessário posicionamentos e mudanças significativas, ligados a esse processo de organização e produção. Desse modo, os valores existentes na sociedade contemporânea vão contra a ênfase individualista e competitiva. Então, compreende-se que inclusão e exclusão estão agregadas em uma mesma realidade, ou seja, quando se discute sobre os aspectos que viabilizam a inclusão, seja social, digital, escolar, cultural, dentre outras, discute-se também os meios excludentes presentes.

De acordo com Matiskei (2004), é dever do Estado proporcionar novos caminhos em vista da superação de diversos obstáculos existentes no meio social, pois muitas são as situações existentes que distanciam os seguimentos de terem acesso aos bens e serviços, e não distante, falando de forma específica da inclusão escolar, o direito à educação. Assim, para que o Estado cumpra efetivamente com suas responsabilidades, é importante o comprometimento com as políticas públicas que caracterizam a educação inclusiva, assumindo a responsabilidade com esse público.

Intervenção na educação inclusiva

A aprendizagem integral é a principal função do professor. Porém, esse objetivo não tem sido o foco do trabalho de muitos docentes. Muitos dos futuros professores ficam preocupados em aprender “receitas prontas” pedagógicas. Com isso, os professores das “receitas prontas” assumem a postura de “em vez de se perceber como profissional da aprendizagem e especialista no aprendiz, o professor se mantém como profissional do ensino” (CARVALHO, 2000, p. 143). Essa prática pedagógica prioriza a formação acadêmica do estudante deixando a formação integral e o atendimento da particularidade dos alunos fora do seu trabalho educacional.

Stainback; Stainback (1999) enfatizam que a aprendizagem inclusiva “está voltada para as necessidades gerais do aluno, não apenas para sua realização acadêmica” (p. 70). Se a aprendizagem escolar tiver somente como foco a formação acadêmica, a cultura da rotulação, preconizada pelos professores, permanecerá no ambiente educacional gerando a exclusão escolar e social. Por isso, “as boas escolas são boas escolas para todos os alunos” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 69).

Para que a escola tenha um ambiente favorável ao aprendizado, ela precisa de uma reforma abrangente com uma mudança de paradigma para atender às necessidades de todos os envolvidos no processo educacional.

Esforçando-se para desenvolver um ambiente escolar inclusivo Stainback e Stainback

(1999) propõem dez passos para ajudar os sistemas educacionais a difundir a ideologia da inclusão social, cultural e econômica dos alunos. Porque as escolas são um microcosmo da sociedade; refletem aspectos positivos e negativos, valores, prioridades e práticas culturais que existem fora de seus muros (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 72).

Todas as atividades pedagógicas devem ser adaptadas de forma que os alunos com necessidades especiais possam participar efetivamente do processo de aprendizagem. Além de difundir o valor do respeito e da valorização da diversidade, promovendo atividades voltadas ao desenvolvimento do espírito de colaboração e não da competição entre os alunos (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

O professor habilitado em EE tem um papel muito importante no trabalho junto aos alunos com deficiência. Quando se pensa em educação inclusiva, o professor habilitado representa a articulação proximal e dialogal entre o aluno e os outros professores não habilitados, pois é ele que orienta os demais colegas e possibilita suporte para que o aluno possa permanecer na escola de forma a ter um ensino e aprendizado adequado.

O professor especializado pode oferecer aos demais professores orientações específicas e necessárias para o trabalho com o aluno, a partir de cada deficiência específica. Compreende-se que o professor de EE, a partir de sua formação, adquiriu conhecimentos específicos, os quais não fizeram parte da formação dos outros professores durante a sua graduação.

Nesse sentido, Mendes (2004) comenta que é necessário um esforço coletivo para que a educação inclusiva em nosso país possa se ampliar. É preciso, assim, uma revisão de posturas tanto dos pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, quanto dos familiares e pessoas com necessidades educacionais especiais. Somente com essas atitudes é possível se traçar uma meta em comum, ou sejam, educação de qualidade para todos.

A formação de professores a partir da perspectiva inclusiva, não pode estar implicada somente pelo acréscimo de algumas disciplinas diferenciadas, mas também deve estar focada na efetivação dos princípios da inclusão, garantindo, dessa forma, maior qualidade de ensino. Oliveira (2004) corrobora ao dizer que um dos alicerces para a garantia do desenvolvimento das potencialidades de todos os alunos, inclusive os com deficiência é a formação de professores competentes e qualificados.

Vale lembrar que, os princípios de uma educação inclusiva, a formação inicial do professor e os fundamentos que caracterizam a Educação Especial deve ser discutida e debatida de forma ampla, conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº 01/2002. Os conhecimentos adquiridos a partir desses pressupostos capacitarão o professor a perceber e compreender a diversidade de seus alunos, a ter flexibilidade em sua ação pedagógica, a valorizar e efetivar uma educação inclusiva, a identificar junto com o professor especializado as diversas necessidades educacionais especiais, e por fim, propor e implementar adaptações no currículo.

Comungando com essa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial destaca o seguinte:

Para atuar na educação especial, os professores devem ter tanto conhecimentos gerais para a prática docente quanto conhecimentos específicos da área como base para sua formação, tanto na formação inicial quanto na formação em serviço. Este treinamento qualifica para trabalhar em serviços de educação especial e é projetado para aprofundar

a natureza interativa e interdisciplinar do trabalho em salas comuns de educação regular, salas de recursos, pontos de serviço de educação especial, centros de acessibilidade em faculdades, salas de aula de hospitais e em ambientes domésticos para a entrega de serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 18).

Quando se refere à Educação Especial quanto ao processo da inclusão não se pode levar em conta somente à docência. Oliveira (2004) comenta que essa ação requer do profissional de EE a capacidade de gerenciar o processo inclusivo, de assessorar e capacitar professores e equipe escolar, proporcionando-lhes formação de forma contínua, estar sempre presente nas reuniões realizada pela equipe multidisciplinar; e fazer o acompanhamento e avaliar os alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Partindo dessa roupagem é que não basta o professor ter apenas a graduação, é necessário ter uma formação, na qual possa se aprofundar nos estudos sobre as diversas deficiências e suas implicações no processo educacional. Daí, entende-se que o professor precisa estar habilitado para atuar como professor em EE, haja vista que tem um papel vital no desenvolvimento significativo desse público.

Ao que se refere as discussões acerca dos cursos de formação na área da Educação Especial no Brasil, apesar das mudanças ocorridas quanto as leis e diretrizes, ainda há muito em se fazer, pois não basta como já comentado possuir graduação, é necessário estar habilitado para atuar junto aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O movimento pela inclusão inclui diversas ações como culturais, educacionais, sociais e políticas, que lutam pelo direito de todos os alunos aprenderem, participarem e estarem juntos sem qualquer tipo de exclusão. A educação inclusiva faz parte de um paradigma educacional baseado no conceito de direitos humanos, lutando pela igualdade e promovendo o ideal de justiça em situações que revelam exclusão dentro ou fora da instituição escolar. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008)

A atual Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 - recomenda no artigo 59 que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura uma finalidade especial àqueles que, por suas deficiências, não atingiram o nível exigido para completar o ensino fundamental; a aceleração dos estudos para que os superdotados concluam o programa escolar. Define ainda, nas normas de organização do ensino básico, a possibilidade de progressão de curso e de grau mediante verificação da aprendizagem (art. 24, inciso V) e [...] ofertas educativas adequadas tendo em conta as características do o aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho por meio de cursos e exames (Art. 37). (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, p. 8, 2008).

Segundo Vygotsky (1991), a aprendizagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento, do conhecimento. Todo processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, incluindo o aluno, o professor e a relação entre eles. Ele explica essa conexão entre desenvolvimento e aprendizagem em termos da zona de desenvolvimento proximal (distância entre o estágio de desenvolvimento potencial e o estágio de desenvolvimento real), um espaço dinâmico entre os problemas que uma criança pode resolver sozinha (estágio de desenvolvimento real) e aqueles que devem ser resolvidos com a ajuda de um outro sujeito mais capaz no momento e depois dominá-los você mesmo (nível de desenvolvimento potencial).

MARCO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi realizada em uma escola de Atendimento Específico que tem por finalidade, formar pessoas conscientes, participativas, críticas, solidárias, cidadãos ativos e comprometidos com o meio em que vivem. Em outras palavras, direcionar o trabalho para a formação moral, social, cultural e intelectual, preparando-os para o exercício da cidadania, sobretudo para a formação profissional que escolheu. Promover ações a favor das crianças com deficiências na promoção do processo de inclusão desse público frente aos desafios da vida social.

A pesquisa realizada caracteriza-se como **exploratório-descritiva**, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005), estabelece relações entre as variáveis (GIL, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (TRIVINÖS, 1990). Tratando-se da abordagem, consiste em um enfoque qualitativo. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986).

O material utilizado para a coleta de dados foi o questionário digital enviado por e-mail, e foram direcionadas perguntas fechadas e abertas. Tal questionário contribuiu na discussão acerca da importância da formação dos professores que trabalham com alunos deficientes nas escolas regulares.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

No campo da educação especial, os professores em sua maioria encontram muitos empecilhos, sejam voltados para materiais pedagógicos, estrutura física, espaços, dentre tantos outros. Ainda não pode deixar-se de fora o certo preconceito impregnado em muitos educadores que acreditam que é perda de tempo o trabalho com os alunos deficientes.

A aprendizagem é o fator de maior dificuldade na prática do professor, precisa-se pensar na falta de uma teoria sólida e coerente, essa baseada na legitimidade advinda de estudos científicos que dão e apresentam uma definição das dificuldades de aprendizagem.

Ainda existe uma ineficiência ou insuficiência de serviços voltados para o atendimento de alunos com necessidades especiais educacionais. A falta de aprendizagem do aluno supracitado muitas vezes acontece pelo fato de os professores que trabalham na sala de recursos repetirem as mesmas estratégias já desenvolvidas na sala regular. Poker (2007, p. 172) ajuda a pensar nesse ponto:

É importante ressaltar também que a identificação das Dificuldades de Aprendizagem ocorre com base em critérios arbitrários sustentados em laudos ou avaliações de diferentes áreas não tratadas de forma interdisciplinar. Ora a identificação é feita com base em critérios pedagógicos, ora em critérios médicos, ora em critérios neurológicos, psicológicos, emocionais, motores, sociais ou mesmo culturais. Em muitas ocasiões o diagnóstico clínico é super valorizado e tratado isoladamente e, seus resultados apontam para alterações que não se convertem em uma proposta de ensino ou de re-educação a ser elaborada para o aluno com Dificuldades de Aprendizagem.

Como citado pela autora, é importante repensar nas estratégias de identificação da aprendizagem do aluno, para que o laudo ou o diagnóstico clínico não sejam os únicos instru-

mentalizado do processo de ensino e aprendizagem. É necessário que o professor pense num processo que seja diferenciador, renovador e eficaz.

Não pode ser mero repetidor de atividades, e muitos menos, ser visto pelos demais colegas com um educador que refugia alunos considerados “problemáticos”, que “atrapalham” o andamento e desenvolvimento dos demais alunos, ou uma pessoa que está num espaço de reforço para os alunos com necessidades especiais.

A preocupação com a inclusão social e educacional das pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta a uma situação que perpetuou a segregação dessas pessoas e limitou seu pleno desenvolvimento. Até o início do século XXI, existiam dois tipos de instituições no sistema educacional brasileiro: a escola regular e a escola especial - o aluno frequentava uma ou outra. Nos últimos dez anos, nosso sistema escolar mudou com a proposta inclusiva e introduziu um único tipo de escola: a escola regular, que acolhe todos os alunos, tem meios e recursos adequados e apoia aqueles que encontram barreiras de aprendizagem.

A escola deve preservar um diálogo constante com os pais, pois muitas vezes, há professores que conhecem muito mais sobre o aluno do que os próprios pais, e também, há aquela gestão que não consegue criar um espaço integrado, na qual a escola seja realmente parceira no desenvolvimento e na aprendizagem.

Todos têm direito à educação e esta deve visar o pleno desenvolvimento e fortalecimento da personalidade. O respeito pelos direitos humanos e liberdades, o primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser promovido.

Educação inclusiva significa, portanto, ensinar todas as crianças no mesmo contexto escolar. Optar por esse tipo de formação não significa negar as dificuldades enfrentadas pelos alunos. Por outro lado. Na inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É justamente essa diversidade, baseada na realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades para que todas as crianças vivam juntas.

Os documentos oficiais indicam que a educação é um direito de todos, mas é preciso oferecer uma educação de qualidade. Se essas são as premissas que constituem a educação, é preciso que sejam cumpridas não apenas pela escola ou seus profissionais presentes, mas sobretudo pelo poder público, que deve oferecer às escolas subsídios, infraestrutura e apoio à educação especial. Novamente, vale ressaltar que a escola de serviço específica que é o foco desta investigação é um exemplo de um centro que pode ser instalado em outras localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso salientar que são diversas as dificuldades encontradas no atendimento ao aluno com deficiência, dentre elas pode-se citar: o espaço físico que não é adequado e adaptado, os materiais não adaptados, muitas vezes as salas de recursos não estão bem equipadas e preparadas para receber este aluno, fora outras questões como a dificuldade de socialização com os demais que muitas vezes veem aquele aluno como “atraso” para a turma, o preconceito, entre outros. Para isso, o professor deve ter a formação necessária para realizar esse processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência.

A discussão sobre a inclusão é de fundamental importância atualmente, pois esses já ficaram por muito tempo excluído do convívio social. Falar de forma específica da pessoa com necessidades educacionais especiais é colocar em pauta e compreender que o grau de desenvolvimento e de socialização pode ser significativamente satisfatório a partir do momento que passam a ser visualizados como indivíduos capazes, competentes e habilitados.

Compreende-se que o artigo em questão levantou reflexões sobre a formação de professores na área da Educação Especial a partir de um olhar histórico e prático. Além disso, analisou os aspectos formativos fundamentais para a atuação do professor no contexto educacional e o papel deste na Educação Especial.

Desse modo, a pesquisa se mostra de grande relevância para as discussões referentes a formação do professor, em destaque, daqueles que trabalham com a Educação Especial. O artigo aqui produzido, conseqüentemente, servirá de aporte teórico para futuras pesquisas e também como leitura reflexiva sobre as múltiplas situações existentes ainda no campo educacional.

REFERÊNCIAS

- ABENHAIM, E. Os Caminhos da inclusão: breve histórico. In A. M. Machado, A. J. VEIGA NETO, M. V. O.; SILVA, R. G. PRIETO, W. Rannã & E. Abenham (Orgs.). Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola (p. 39-53). 2005, São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.
- CARVALHO, Joscileide Benícia dos Santos. A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso da escola classe nº 64 de Ceilândia Sul-Brasília/DF. Monografia - Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS. Brasília, 2000.
- COLLIS, Jill e Hussey, Roger. Pesquisa em Administração. 2ª Ed. Bookman. São Paulo, 2005.
- FONSECA, E. N. Bibliometria: teoria e prática. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix, 1986.
- GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. 4ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; SOUSA, Sandra M. Zákia. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. Estilos clin. vol.5, n.9, São Paulo, 2009.
- MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. Educar em Revista, [S.l.], v. 20, n. 23, p. p. 185-202, jun. 2004.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.
- OLIVEIRA, A. A. S. Formação de Professores em Educação Especial: a busca de uma direção in: MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. A. (Orgs.). Temas em Educação Especial: avanços recentes. São Carlos: Ed. UFSCar, 2004
- POKER, Rosimar Bortolini Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva. APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação. Vitória da Conquista, Ano V, n. 9, p. 169-180, 2007.
- SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

09

Desenvolvimentos dos signos na língua brasileira de sinais (libras) - no ensino fundamental I no município de Manaus – AM/Brasil no período de 2020-2021

Developments of signs in brazilian sign language (libras) - in elementary school I in the municipality of Manaus - AM/Brazil in the period of 2020-2021

Marina Bezerra da Silva

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.9

RESUMO

Este estudo tem como objetivo reconhecer a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que a mesma seja trabalhada como disciplina na proposta curricular educacional no ensino fundamental I nas escolas Públicas do Município de Manaus-AM/Brasil. A pesquisa traz as produções teóricas dos Estudos Culturais para a LIBRAS e seus usuários e suas implicações para o desenvolvimento local, para questionar a produção das identidades dos professores surdos, bem como explorar quais estratégias e condições são favoráveis para o ensino dessa língua na escola. Este é o foco deste estudo. Procurar. Quanto às principais medidas de inclusão, destacam-se: legislação sobre acessibilidade, cursos de formação específicos para formação de professores surdos na área de LIBRAS. Essas representações constituem uma materialidade narrada a partir das falas dos professores ouvintes e dos próprios alunos. A metodologia desenvolvida neste projeto optou-se por um enfoque qualitativo e quantitativos que através de amostragens é possível detectar dados ponderados da pesquisa. Os resultados mostram que se torna plausível se inserir na grade curricular do ensino fundamental I a Língua Brasileira de Sinais como disciplina para maior agregação de valores educacionais, tanto para surdos como para ouvintes.

Palavra-chave: libras. professores surdos e ouvintes. estudos surdos.

ABSTRACT

This study aims to recognize the Brazilian Sign Language - LIBRAS, that it be worked as a subject in the educational curriculum proposal in elementary school I in public schools in the Municipality of Manaus-AM/Brazil. The research brings the theoretical productions of cultural studies on LIBRAS and its users and its implications for local development, to scrutinize the production of the identities of deaf teachers as well as explore which strategies and conditions are favorable to the teaching of this language in the school that is the focus of this study. search. Addressing the main actions of inclusion and among them, the following stand out: laws on accessibility, specific teaching courses for the training of deaf teachers in the LIBRAS area. These representations constitute a materiality narrated from the speeches of the hearing teachers and the students themselves. The methodology developed in this project was opted for a qualitative and quantitative approach that, through sampling, it is possible to detect weighted data from the research. The results show that it becomes plausible to include Brazilian Sign Language in the curriculum of elementary school I as a subject for greater aggregation of educational values, both for deaf and hearing people.

Keyword: libras. deaf and hearing teachers. deaf studies.

INTRODUÇÃO

O presente estudo enfatiza sobre as diversas inovações nas transformações político-educacionais onde resultam, quase em sua totalidade, em um novo olhar para a diversidade, cujo foco está no respeito à identidade e à diferença. Nesse contexto, busca-se promover a cidadania surda vista como minoria e abrange as questões culturais, raciais e das pessoas com deficiências, por meio de leis que garantam sua participação social.

Situação Problema: O problema que motivou a pesquisa surgiu quando se observou que os alunos da Escola Espírita Professor Ney Lobo, não estavam sensibilizados para a noção do estudo de LIBRAS - Língua brasileira de sinais, diante do exposto procurou-se desenvolver métodos criativos e inovadores para agregar este valor educacional no ensino-aprendizagem. Diante disso procurou-se saber. **Pergunta central:** Como a Língua Brasileira de Sinais pode ser incluída como disciplina no Ensino Fundamental I da Escola Espírita Professor Ney Lobo na cidade de Manaus AM/Brasil? Ao falar sobre surdez, é plausível ressaltar que a pessoa surda é parte integrante dessa diversidade, portanto, a educação se interessa por formas de conhecer o aluno surdo a fim de oferecer a ele os aparatos necessários para adquirir conhecimento. Uma das condições que favorecem o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos surdos é o uso da língua de sinais. Para que tenham o direito de se expressar em sua língua natural, para que se sintam integrados à escola, é preciso garantir um ambiente linguístico visual. A partir do momento em que o surdo tem amparo legal para ingressar no ensino regular. **Objetivo Geral:** Reconhecer a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que seja trabalhada como disciplina na proposta curricular educacional no ensino fundamental I na escola Professor Ney Lobo, do município de Manaus-AM/Brasil. **Hipótese:** Se LIBRAS, língua brasileira de sinais, proporciona rentabilidade ao ensino aprendizagem tanto para os alunos surdos e mudos quanto para os alunos ouvintes. Então presume-se que a inserção da disciplina na grade curricular educacional da Escola Espírita Professor Ney Lobo, poderá facilitar a interação e aprendizado. Ensinar alunos de diferentes culturas é um choque tanto para o professor ouvinte quanto para os alunos surdos, pois eles não compreendem imediatamente o complexo linguístico da outra língua. Segundo Vilhalva (2007), conhecer a língua de sinais não é suficiente para ser eficaz na educação bilíngue com alunos surdos e no ensino da língua de sinais. Também é necessário conhecer a cultura surda por meio da participação e vivência na comunidade surda, aceitação das diferenças e paciência para aprender sobre ela.

Justificativa: O presente trabalho se justifica pois percebe-se a necessidade da inclusão de Língua Brasileira de Sinais como disciplina nas Escola Espírita Professor Ney Lobo no município de Manaus-AM, visando a importância do ensino e aprendizagem, a comunicação e principalmente a interação de os alunos surdos, ouvintes e professores.

A relevância desta pesquisa, enfatiza-se em que todos profissionais da área de educação e alunos ouvintes saibam comunicar-se por essa Língua, para que ao receber um aluno, ou colega de sala de aula com deficiência auditiva comece aí, um princípio de inclusão na sala do ensino regular.

Uma das inúmeras dificuldades dos professores e alunos ouvintes é se comunicar com os alunos com necessidade educacionais especiais como a surdez e a falta de conhecimento dessa linguagem. Propõe-se que seja necessário ter uma disciplina no ensino fundamental I que ensine Língua brasileira de Sinais para que todos os alunos pois, não só ajudaria os alunos com surdez, mas, todos os alunos ouvintes pois teriam a oportunidade de aprender na escola a essa Língua e poderiam haver uma comunicação entre ambos, o que hoje não acontece.

BREVE HISTÓRICO E PROCESSO DE INCLUSÃO

Os surdos antigamente eram excluídos da sociedade, sem direito algum, impedidas de

se casar, de herdar bens e até mesmo ter convívio com outras pessoas, não havia escolas e atendimentos especializados. Ninguém conseguia compreender e entender a sua forma de comunicação. Os professores e médicos da época tentavam experiências, diferentes métodos e por muitas vezes eram frustrados.

A partir de muitas lutas em favor dos direitos humanos, os surdos conseguiram ser notados e sair da vida isolada que tinham e passaram a participar de suas famílias e da sociedade, podendo usufruir o direito de ser humano e de poder manifestar seu caráter. Dessa forma afirma-se:

“Em suma, a história dos surdos contada pelos não surdos é mais ou menos assim: primeiro os surdos foram descobertos pelos ouvintes, depois foram isolados da sociedade para serem educados e eventualmente aprenderem a ser ouvintes; quando não foi mais possível isolá-los porque começaram a formar grupos que se fortaleceram, tentaram dispersá-los para que não formassem guetos (SÁ, 2004, p.3).

A partir da obra do monge Benedito Pedro Ponce de León, que fundou a primeira escola para surdos em Valladolid, a educação de surdos começou em meados do século XVI, onde iniciou seu trabalho formando dois surdos: Francisco e Pedro Ponce de León, membros de uma importante família espanhola com quatro filhos surdos (PEREIRA, 2008). Com isso, seu trabalho começou a se destacar e foi reconhecido por enfatizar o ensino de línguas para surdos e por focar a língua escrita, pois acreditava que deveria ser a primeira; A linguagem era vista apenas como um instrumento que a traduzia e a complementava.

O método de comunicação por meio da linguagem falada e por meio de símbolos é histórico e ainda existe até agora. No entanto, hoje há evidências contundentes de que a língua de sinais no processo de aprendizagem de alunos surdos. Portanto, a grande maioria dos surdos que vivenciaram o processo de linguagem falada não fale e a leitura labial é satisfatória.

Lara enfatizou que foi nos primeiros estágios da educação especial que apareceu a “antropologia psicológica, disciplinas psicoeducacionais e psicologia educacional” (1998, p. 54). O autor também destacou que, ao mesmo tempo, surgia “a fonte da separação do conhecimento gerado pela experiência e do conhecimento gerado pelo conhecimento científico”.

A partir do discurso hegemônico da audição, o método de pesquisa do surdo rompe com o conceito de que a surdez é uma espécie de deficiência, que Skliar define como:

Uma série de representações de pessoas ouvintes das quais os surdos têm que olhar para si mesmos e contar histórias como se estivessem ouvindo. Além disso, nesse olhar e nessa narrativa, aparecem as percepções da deficiência, como não ser ouvinte, percepções que legitimam as práticas terapêuticas usuais. (SKLIAR, 1998, p. 15).

Portanto, a atuação da surdez é baseada nos quatro diferentes níveis propostos por Skliar: “A surdez é uma diferença, uma experiência visual; caracterizada por identidades múltiplas e localizada no discurso da deficiência” (2013, p. 94). Assim, a surdez é definida como um espaço de fazer diferenças, e as diferenças se estabelecem na história e na sociedade por meio do compartilhamento e da vivência de significados e práticas representacionais nos conflitos sociais entre surdos e ouvintes (idem, 1998).

A surdez é definida como uma experiência visual, considerada como uma diferença política e cultural, e entendida como “vários significados relevantes e culturais refletidos na linguagem de sinais, que não só afeta a linguagem, mas também afeta a comunicação, o ensino, os

processos curriculares e os intelectuais mais amplos “(SKLIAR, 2013, p. 102). Desta forma, a surdez é uma agenda política inclusiva do governo em diferentes situações (educação, legislação, etc.) para garantir os mesmos direitos do público. Bakthin (1988) enfatizou a linguagem como um fenômeno social, um ato de diálogo, e apontou que é impossível obter o meio da memória de regras gramaticais, mas só pode ser obtida por meio de um trabalho coletivo e contínuo.

Os indivíduos não recebem uma linguagem pronta para uso; eles entram na corrente da comunicação verbal, ou melhor, é somente quando entram nessa corrente que sua consciência desperta e começa a trabalhar. Os sujeitos não adquirem sua língua materna; neles e através deles ocorre o primeiro despertar da consciência (BAKHTIN, 1988, p. 108).

Goldfeld (2001) afirma que a linguagem é essencial para o desenvolvimento da criança surda. A relação entre sujeito e língua é a causa da diferença, portanto, a conexão entre o surdo e a língua de sinais é fundamental, para que ele possa se posicionar no discurso, não apenas voltar a copiar, mas permitir raciocínio, modificação, produção, e criação de novos.

Com base nas observações anteriores, podemos verificar o conceito discriminatório ao longo da história da humanidade, ou seja, as pessoas que não cumprem determinados parâmetros são consideradas participantes ativas da sociedade. Os surdos fazem parte de um grupo de pessoas com limitações específicas, nos conceitos atuais, principalmente antes da Idade Média, são considerados criaturas “anormais” e “terríveis”. No século XVII, eles eram considerados “indivíduos corrigidos” e “banidos” pelas instituições de treinamento.

Para a interpretação do pensamento de Aristóteles, ele afirmou que os símbolos devem ser falados para serem compreendidos, o que aumentou a influência bíblica do cristianismo e fez com que os surdos fossem rebaixados à beira da vida social. Não deve ser por acaso que “a primeira descrição que podemos encontrar na literatura sobre a norma em relação a um indivíduo de uma população específica se desenvolveu em 1850 durante a disseminação da ideia do corpo anormal” (SKLIAR, 2013, p. 127).

Direitos humanos e linguagem dos surdos

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reafirma o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e agora enfoca a situação específica de quase 25 milhões de pessoas com deficiência no Brasil na área da deficiência, e pesquisas mostram que, segundo o Censo IBGE 2010, o número de surdos no Brasil Mais de 9,7 milhões. A partir da Emenda nº 45/2004, é possível ratificar uma convenção de direitos humanos em nível equivalente a uma emenda constitucional. O Brasil se posicionou pela ratificação da Convenção e do Protocolo Facultativo, participou da cerimônia de assinatura em 30 de março de 2007, e assumiu seus compromissos no âmbito nacional e internacional (conforme documento da Convenção publicado pelo Brasil, promoção nacional dos direitos do Brasil Secretaria de Pessoas com Deficiência-2010).

Na história das Nações Unidas, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada na reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos em 13 de dezembro de 2006, é um marco para muitos ativistas que lutam por justiça e Justiça social. Seu público-alvo. O objetivo desta Convenção é promover, proteger e garantir o exercício pleno e justo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito por sua dignidade básica.

Contextualize algumas particularidades e discuta e comunique. A comunicação inclui linguagem, visualização de texto, Braille, comunicação tátil, caracteres ampliados, dispositivos multimídia acessíveis, bem como linguagem escrita e falada simples, sistemas auditivos e voz digital e métodos de modo, métodos e formatos de comunicação avançados e alternativos.

A linguagem inclui a linguagem falada, a linguagem de sinais e outras formas de comunicação não verbal. Com relação à liberdade de expressão, opinião e acesso à informação, o Artigo 21 da Convenção enfatiza:

Fornecer às pessoas com deficiência qualquer informação destinada ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias adequadas aos diferentes tipos de deficiência, sem demora injustificada e sem custo adicional; B. Aceitar e facilitar nos procedimentos oficiais o uso de línguas de sinais, Braille, comunicações aumentadas e alternativas e quaisquer outros meios, modos e formatos acessíveis de comunicação de escolha das pessoas com deficiência; c. Incentivar as entidades privadas que prestam serviços ao público em geral, inclusive via internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis que possam ser utilizados por pessoas com deficiência; ou seja, incentivar a mídia, incluindo provedores de informações da Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência; e. Reconhecer e incentivar o uso de línguas de sinais (PEREIRA, *et al*, 2008, p. 113).

É necessário cobrir esses itens para a língua de sinais surda e cega. Com relação à educação, o artigo 24 da Convenção dispõe:

proporcionar aprendizagem em braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentados e alternativos, e competências de orientação e mobilidade, e facilitar o apoio e aconselhamento dos pares; B. Disponibilizar a aprendizagem da língua de sinais e promover a identidade linguística da comunidade surda; c. Garantir que a educação das pessoas, em particular das crianças cegas, surdo cegas e surdas, seja proporcionada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados aos indivíduos e em ambientes que maximizem o seu desenvolvimento acadêmico e social. ou seja, a fim de contribuir para o exercício deste direito, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para recrutar professores, incluindo (BRASIL, 2006).

Com relação à participação na vida cultural e entretenimento, lazer e esportes no Artigo 30 da Convenção: Pessoas com deficiência devem ter o direito de ser reconhecidas e apoiadas por suas características culturais e linguísticas específicas em igualdade de oportunidades com outras pessoas, incluindo a língua de sinais e surdos cultura.

A educação de surdos está sendo construída com as pessoas mais importantes, que também são surdas, buscando proteger os direitos humanos e os direitos de linguagem. Em uma escola bilíngue ou em uma universidade bilíngue, o porteiro, recepcionista, merendeira, orientadora, coordenadora, professor e equipe de alunos são essenciais para interagir em LIBRAS, mas quando chegar em casa nunca encontrará sua produção por falta de linguagem. Linguagem, criatividade em um espaço maior Linguagem no ambiente doméstico (VILHALVA, 2007). Você não consegue nem encontrar pequenos anúncios em linguagem de sinais em ambientes diários como supermercados ou shoppings.

Mesmo que haja legislação para proteger o direito à língua de sinais, muitos alunos surdos-mudos e crianças ouvintes de surdos-mudos descobrem que sua língua materna não é garantida e preferem usar a língua da maioria das comunidades e a língua dominante do país. A “Declaração sobre a Lei das Línguas Mundiais” afirma em seu texto que, para garantir a coexistência das comunidades linguísticas, é necessário encontrar princípios universais que garantam a promoção, o respeito e o uso de todas as línguas públicas e privadas sociedades. Nesse sentido, o surdo é considerado a proteção e a proteção de sua língua de sinais e a formação de

comunidades linguísticas. De acordo com a “Declaração dos Direitos da Língua”, desde a Idade Média, a língua de sinais vivenciou diversos fatores que geraram questões extralinguísticas (política, território, história, população, economia, cultura social, linguagem social e comportamento coletivo).

Identities and deaf culture in education

No contexto dos surdos, os surdos pensam que o mais importante é o fato de os surdos pertencerem, e ajudá-los a definir sua própria identidade por meio do uso da língua de sinais e da cultura surda. Portanto, a surdez nascida é considerada uma pessoa primitiva / nativa de Libras e tem uma posição muito respeitada na comunidade surda. Se vier de pais surdos ou parentes surdos, também é um usuário de Libras e culturalmente surdo. Pessoas mudas, como revela Wrigley (1996, p. 55).

De uma perspectiva surda, o ato politizado de reivindicar surdez congênita – ou seja, surdez congênita – associada à identidade positiva de não ser contaminado pelo mundo dos ouvintes e suas limitações epistemológicas do som sequencial. A pureza do conhecimento surdo, a verdadeira surdez que resulta da expulsão dessa distração, é um traço distintivo da cultura surda. Seria ainda melhor se os familiares e até os pais também fossem surdos.

Pesquisa conduzida pela Professora Ph.D. (Surda) Gladis Perlin (2004.p.28) mostra que:

[...] há outro aspecto específico e indispensável que deveria ser o ponto de partida para o processo de ensino-aprendizagem. Esse quadro inicial deve servir para conscientizar o aluno sobre a natureza da identidade desse surdo; Para isso, as cinco principais identidades dos surdos precisam ser descritas.

Portanto, segundo Perlin (2004), a identidade é essencial para que esses alunos compreendam as diferentes identidades no contexto da educação escolar e da experiência social. Mostra que para entender o outro é preciso saber que o outro tem identidades diferentes. Aqui estão as cinco identidades de Perlin (2004, p.44):

Identidade flutuante: em que o surdo se reflete na representação hegemônica do ouvinte vivendo e se manifestando de acordo com o mundo da escuta; 2) - Identidade inconformista: em que o surdo não consegue apreender a representação da identidade ouvinte e se sente em uma identidade subalterna; 3)- Identidade transicional: quando o contato do surdo com a comunidade surda é retardado, fazendo com que ele passe da comunicação visual-oral, que em sua maioria é abreviada, para a comunicação visual sinalizada, na qual o surdo passa por um conflito cultural; 4)- Identidade híbrida: detectada em surdos que nasceram ouvintes, tornaram-se surdos e ambas as línguas estão presentes dependendo da língua gestual e oral; 5) – Identidade surda: em que o indivíduo vive no mundo visual e desenvolve suas experiências em língua de sinais e é representada por discursos que o consideram capaz como sujeito cultural, uma formação identitária que só ocorre em espaços culturais surdos.

Para a formação da identidade, também é necessário um ambiente de língua de sinais, que envolve a situação que faz com que os surdos percebam que a identidade surda faz parte do equilíbrio de seu desenvolvimento comunitário. Como vimos em diversos estudos, um número considerável de surdos não consegue sequer utilizar a língua de sinais, ambiente de imagem gestual visual, educação infantil bilíngue, serviços básicos de saúde, trabalho (inclusive lazer) ou contato com outros surdos. Defender que a comunidade surda tem uma identidade diferente não fecha o discurso, pois novas pesquisas não são estáticas. Portanto, quando se trata de surdos, não se trata de um surdo imutável. Os usuários de língua de sinais surdos compartilham experiências práticas e comportamentos culturais dos surdos, e não se preocupam em colocar a sociedade ouvinte acima da sociedade surda.

Integração e Inclusão Escolar

Como um espaço relacional, as escolas são fortemente inclinadas a escolher ter para formá-lo. Para homogeneizar o público em torno dos padrões de referência, a agência exclui todas as pessoas que exibem um determinado tipo por vários motivos. Anti-homogeneização (COELHO, 2015). Na continuação do processo, as instituições de ensino propõem diferentes mecanismos educacionais e / ou tratamento. O mesmo autor também argumentou que esses serviços são destinados a O ingresso na escola é uma espécie de “educação especial”, você deve ir à escola especialmente Para quem apresenta desenvolvimento educacional atípico, ou seja, quem é diferente da situação real acostumado. No entanto, este “método pedagógico” limita as áreas possíveis da disciplina. O fato de serem culturalmente diferentes não os permite interagir com seus pares. Bem como aprendizagem mútua e aprendizagem coletiva.

Os documentos legais garantem educação de qualidade para todos, mas isso A educação na prática praticamente não foi afetada, o que gerou preocupações sobre integre ou simplesmente integre alunos de diferentes culturas na sala de aula Comum. Há um público muito diverso na escola, e todas as disciplinas mostram uma forma especial de aprendizagem, que exigirá que as instituições de ensino se concentrem em Diferencie seu público. No entanto, mesmo se houver disposições legais que apoiem escolas inclusivas e ensino Qualidade, pouco progresso foi feito nesta área. Com isso, Fumegalli (2012). Pense que o verdadeiro significado da tolerância não é compreendido Integração significa incluir, realmente apenas inserir o assunto Multiculturalismo nas escolas normais, independentemente de sua particularidade inerente. Portanto, o autor traz uma distinção clara entre esses termos, onde A inclusão é baseada em transformações profundas, então a sociedade, neste caso A escola pode se adaptar às necessidades das pessoas com necessidades individuais; aqui todo mundo tem direito, não tem diferença. Por outro lado, integração significa O próprio sujeito é o sujeito que deve se adaptar ao modelo de sistema social existente, ou seja, O “diferente” deve se esforçar para ser “igual” a todos que podem se socializar. Nessa perspectiva, é compreensível, inclusive a necessidade de ir além da simples inserção de pessoas com diferenças culturais nas instituições sociais.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa desenvolveu-se em uma escola pública localizada na Cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021. A escola possui 8 salas, das quais 8 são climatizadas e são adaptada (s) para alunos com deficiência na primeira instância, a escola anualmente apresenta entre 200 matrículas de escolarização e de acordo com os registros do governo, possui cobertura da educação infantil, ensino fundamental.

A pesquisa tem característica descritiva interpretativa realizar as análises de causa-efeito tendo como processo sequencial as amostragens **dedutivas** para dados comprobatórios da exploração dos fenômenos em profundidade, basicamente conduzido em um ambiente escolar, os significados serão extraídos dos dados coletados, sendo seu benefício preciso. Creswell (2009).

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa e quantitativa, a qual, a partir da análise ponderada, apresenta os resultados em forma de gráficos sobre a necessidade de inclusão

no ensino de LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais, para comunidades surdas para o ensino. Processo de aprendizagem, por meio da facilitação da comunicação entre alunos surdos e não surdos da comunidade escolar da comunidade.

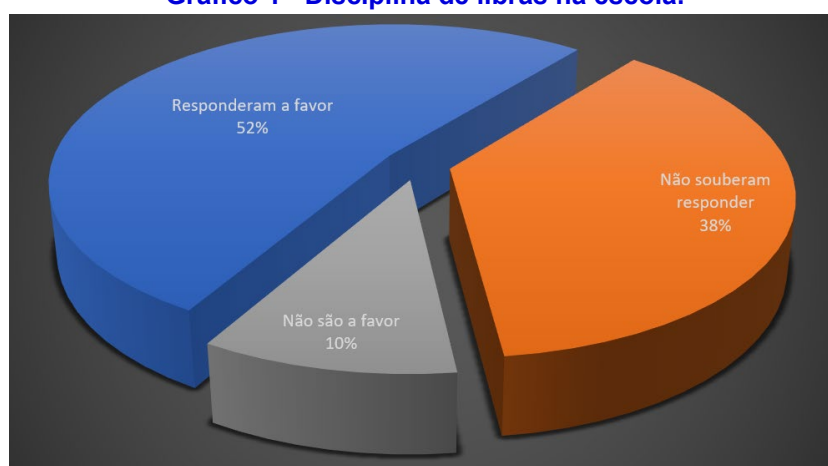
A população e amostra utilizada para esta pesquisa é de 33 pessoas. Sendo dez (10) professores pertence à Escola Espírita que trabalham no período Matutino, todos os professores são graduados e especializados em suas devidas áreas.

A técnica utilizada na pesquisa foi a coleta de dados que se desenvolveu por meio da aplicação de Questionários de pesquisa elaborados pelo próprio pesquisador, a uma amostra obtida por conveniência entre alunos e professores pertence à escola.

ANÁLISE DE DADOS

Quando se perguntou dos docentes, sobre a proposta de se incluir na grade curricular do ensino fundamental I, a disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina na proposta curricular educacional do ensino. Os resultados se exemplificam nas análises apresentadas no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Disciplina de libras na escola.



Fonte: A pesquisadora

Como se observa nos dados apresentados, 52% dos professores entrevistados acham plausível a implementação da proposta, mais observa-se que ainda existe uma grande resistência por parte de alguns formadores, pressupõem-se que é em virtude de não se agregar mais atividades, mais se exemplifica uma minoria nos dados.

Figura 1 - Oficialização do idioma- libras



Fonte: A pesquisadora 2020

O desafio de hoje é transformar a Escola de Todos para Todos em uma instituição igualitária e renovar suas práticas educativas para enfrentar a realidade dos desafios da sociedade, na formação de um cidadão comprometido (SILVA; PEREIRA, 2003).

Pessoas com surdez precisam mais do que uma linguagem, estimulando ambientes educacionais que desafiam o pensamento e as habilidades cognitivas desses alunos. Obviamente são as pessoas que pensam, discutem e, como outras, precisam de uma escola que explore suas habilidades em todos os aspectos (DAMÁZIO, 2005, p. 113). 58 da LDB (BRASIL, 1996), os alunos surdos têm garantido o direito ao atendimento em escolas públicas, mas muitos professores ou a maioria deles não estão dispostos a aceitar esses alunos, e sem esse preparo, por mais que os professores procurem lecionar. - Buscar métodos de aprendizagem mais adequados para promover a inclusão, infelizmente podem ocorrer insucessos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou reconhecer a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como forma de comunicação e expressar, em que é um sistema linguístico de natureza visual- motora, com estrutura gramatical própria, que constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, ser inserida como disciplina no ensino fundamental I, para agregação de valores educacionais.

A proposta de definir a inclusão da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina na proposta curricular do Ensino Fundamental I tem se mostrado fundamental, pois a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é uma forma de linguagem natural criada para promover a inclusão social do deficiente auditivo. Hoje, aprender a usar escalas é importante para o desenvolvimento social e emocional não só dos deficientes auditivos, mas também de todos que fazem parte de sua interação.

A pesquisa esclarece os rumos da inclusão escolar sob os aspectos históricos, sociais e educacionais e reconhece o que é inclusão, como acontece e como a escola pode alcançá-la.

Salienta que o processo de inclusão requer reflexão sobre a visão de que não se trata apenas da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em sala de aula. Hoje esse conceito é mais amplo e mostra à sociedade (escola) que é possível se adaptar às diferenças a partir de uma proposta de humanização, o que leva a uma reorientação do conceito de normalidade e a um compromisso com o ensino e a aprendizagem transformada.

Espera-se que o presente material contribua para estimular novos estudos nesta área, contribuir ainda mais para o combate ao preconceito, discriminação e respeito à diversidade e propor ideias inovadoras para a construção da inclusão. Espera-se que este trabalho contribua também para a seguinte consideração de que é possível utilizar a LIBRAS como disciplina curricular tanto no ensino fundamental I quanto no currículo pedagógico, pois a escola inclusiva é necessária e possível, depende do poder da educação de todos. Vale ressaltar que a inclusão não acontece sozinha, mas precisa ser articulada entre as secretarias de educação. Em uma educação inclusiva, os desafios serão para todos, incluindo educadores, dirigentes escolares, gestores públicos e sociedade civil organizada, para garantir que a lei que consagra os direitos de todos por meio da educação seja cumprida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvão; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil. v.1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

COELHO, I. L. *et al.* Para conhecer Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2015.

CRESWELL, J. W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks, California: Sage, 2009.

DAMÁZIO, M. F. M. Educação Escolar Inclusiva das Pessoas com Surdez na Escola Comum: Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos. In: II Seminário Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2005, Brasília. Anais... Brasília: MEC, SEESP, 2005. p.108 - 121.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Ávila. Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos. Departamento de Pedagogia – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Ijuí, 2012.

GOLDFELD, Marcia. Breve relato sobre a educação de surdos. In: _____. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 2001.

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

PEREIRA, M. A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Málaga: Ed. Universidade de Málaga, 2008.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Os Estudos Surdos. 2004

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 19, nº 2, p.173-176, 2003.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Medição, 1998.

SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos / Carlos Skliar (org.) -4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

VILHALVA, S. "Pedagogia Surda". In: Editora Arara Azul, 2007.

WRIGLEY, O. Política da surdez. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

Variación lingüística como acción pedagógica para os alunos do ensino médio

Linguistic variation as a pedagogical action for high school students

Ricardo César Lopes Pereira

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descriptiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cecília Paoli
Coorientador: Prof.^o Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.10

RESUMO

A língua é a expressão de maior significado de uma sociedade, ela é um agente social de significativa importância, é imprescindível para a compreensão da natureza da sociedade e do viver em sociedade. É por dela que se efetiva diversificados contatos sociais. Objetivo geral: Identificar as variações linguísticas usadas pelos alunos, transformá-las em material de estudo, em seguida, criar ações pedagógicas que fomentem o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. A metodologia utilizada corresponde a uma amostra representativa que equivale a 30% dos alunos em questão; o enfoque é de cunho qualitativo e quantitativo. A pesquisa foi efetuada de forma descritiva, de acordo com as possíveis causas e consequências da variação linguística dos alunos do 1º ano do ensino médio em uma escola pública estadual, turno noturno. Os resultados mais importantes foram: as variações linguísticas não estão contempladas nas aulas de língua portuguesa; os alunos idealizam o modelo de escrita fundamentado na reprodução de outros textos. Torna-se plausível o professor ir em busca para executar novas práticas e abordagens em sala de aula, nas quais as diversidades linguísticas estejam inseridas em estratégias e práticas pedagógicas.

Palavras-chave: língua portuguesa. variações linguísticas. práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Language is the most meaningful expression of a society, it is a social agent of significant importance, it is essential for understanding the nature of society and living in society. It is through it that diversified social contacts are effected. General objective: Identify the linguistic variations used by the students, transform them into study material, then create pedagogical actions that promote the teaching-learning process of the Portuguese language. The methodology used corresponds to a representative sample that is equivalent to 30% of the students in question; the focus is qualitative and quantitative. The research was carried out in a descriptive way, according to the possible causes and consequences of the linguistic variation of students in the 1st year of high school in a state public school, night shift. The most important results were: linguistic variations are not included in Portuguese language classes; students idealize the writing model based on the reproduction of other texts. It becomes plausible for the teacher to go in search of new practices and approaches in the classroom, in which linguistic diversities are embedded in pedagogical strategies and practices.

Keywords: portuguese language. linguistic variations. pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

O presente estudo desenvolveu a partir de uma obra técnica Científica de mestrado onde se evidencia que, em um país tão diversificado quanto o Brasil, exista uma grande variedade linguística entre os falantes da língua portuguesa. Tais variações são pertinentes a vários tipos, indo da faixa etária até a classe social, o que logo evidencia acessos desiguais a oportunidades, seja educacional, profissional, cultural, ou até mesmo de lazer. O que acaba gerando discriminações e preconceitos linguísticos, raciais, culturais, étnicos etc. nos quais os mais afetados são os grupos sociais que compõem os menos favorecidos socioeconomicamente.

O problema que motivou este estudo surgiu quando se observou que os alunos não estavam sensibilizados para a noção das variações e diversidades linguísticas diante disso procurou-se saber: Quais ações pedagógicas podem ser criadas para que os alunos deixem de serem vítimas de discriminação e preconceito linguístico?

Objetivo geral: Identificar ações pedagógicas para o ensino da Língua portuguesa, por meio das variações linguísticas usadas pelos alunos do 1º ano do ensino médio na escola foco desta pesquisa.

Quando se fala em diversidades de línguas se direciona ao termo “Variedades linguísticas” que se refere ao termo utilizado para se fazer menção as formas diferentes de utilizar a língua de uma mesma região. Essas variedades linguísticas resultam da variação de uma língua que ocorre devido a múltiplos fatores como faixa etária, escolaridade, região, contexto social e cultural.

DIVERSIDADES DA LÍNGUA

A dificuldade de ensinar e aprender português, a que muitos linguistas se referem, é que visa levar o aluno a integrar uma variante linguística diferente daquela a que está exposto no seu cotidiano e a centrar-se demasiado nos métodos e aplicar práticas. A conclusão mais imediata, mas não decisiva, a que se pode chegar é a de que a escola não tem conseguido propiciar ao aluno situações e atividades, tanto oral quanto escrita, que favoreçam sua familiaridade com a variedade culta-padrão. Para Marinho e Val (2006, p. 10):

Para tanto, é necessário à escola abrir-se para as múltiplas variedades linguísticas, uma vez que, contemplando os diferentes usos da linguagem, nas mais diversas situações, possibilitará o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos. Cabe à escola mudar sua postura, visando a saber lidar com as diferentes variedades orais e escritas da linguagem. Com isso, os chamados “erros” ou “desvios” dos alunos passam a ser vistos como manifestações de seu saber implícito e nunca como deficiências no uso da língua.

Por outro lado, é evidente que a educação ainda é privilégio de alguns em nosso país, pois um número significativo de brasileiros permanece fora do âmbito de uma norma educacional. Assim como há milhões de brasileiros sem pátria, sem escola, sem teto, sem emprego e sem saúde, também há milhões de brasileiros sem língua. Se você acredita no mito da única língua, a melhor e a mais bela, há milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária e culta de escritores e jornalistas, instituições oficiais, órgãos de poder - eles são os sem palavras.

Claro, eles também falam o português, uma variante do português fora do padrão, com sua gramática particular, mas que não é reconhecida como válida, que é desacreditada, ridicularizada, ridicularizada e desprezada pelos falantes de português. Padrão ou mesmo quem não fala o português padrão e o vê como uma referência ideal - por isso são chamados de Sem-Língua.

O autor Gnerre (1991), Em seu livro *Linguagem, Escrita e Poder*, ele afirma que a Constituição afirma que todas as pessoas são iguais perante a lei, mas a mesma lei está escrita em uma linguagem que apenas uma pequena fração dos brasileiros consegue entender. Assim, a discriminação social já começa no texto da constituição, se nem todos os leitores conseguem entendê-la suficientemente.

Gnerre (1991) declara que somente uma parcela da sociedade tem acesso a um tipo de variedade, a “cultura”, que é a considerada a verdadeira “língua”, e a ela, normalmente, está associada assuntos ou conteúdos de algum prestígio social, econômico ou político. Tal língua passa a ser considerada “padrão” está inserida em um sistema relacionado ao um patrimônio cultural, no qual o seu valor é justificado na tradição escrita.

O autor, então, analisa que as línguas passaram a ser associadas à escrita dentro de diversos ambientes onde o poder estava diretamente inserido. E a diferenciação política passou a ser um elemento fundamental para potencializar as diferenças linguísticas, e essa variedade linguística passou a fazer as pessoas serem discriminadas pela maneira como falam, pela maneira como usam a língua, e nos diferentes ambientes sociais dos quais os falantes enunciam seus discursos.

Dentro dessa perspectiva, a linguagem passa a estar relacionada ao poder, e à classe dominante. Sendo uma linguagem que ignora a grande variedade linguística que existente no Brasil, onde uma população significativa fica à mercê de códigos linguísticos construídos propositalmente para excluir a comunicação da comunidade linguística externa, e reafirmando a identidade dos falantes pertencentes a grupos reduzidos que tem acesso direto a essa linguagem elitizada e “pradronizada” socioeconomicamente.

Contudo, faz-se necessário esclarecer que as variedades que constituem uma língua detêm normas e regras gramaticais, e explorar as regularidades dessas variedades que compõem a língua portuguesa contribui para o reconhecimento da legitimidade das diversificadas formas de expressão que são estigmatizadas.

Para Antunes (2003, p. 20), um dos motivos de muitos alunos terem aversão às aulas de Língua Portuguesa, o que favorece resultados negativos na vida escolar dos alunos, deve-se à ideia de que “não se sabe o português” ou de que “o português é uma língua muito difícil”. Esse pensamento é reforçado a cada momento em que o professor favorece demasiadamente as regras e normas gramaticais em detrimento da valorização do léxico que seus alunos já trazem consigo ao chegar à escola. Em contrapartida, Lima (2016, p. 85), sugere:

Espera-se que o livro didático de língua portuguesa seja um dos principais recursos (se não o único) para que os professores do ensino fundamental em suas turmas tratem academicamente as diferentes variedades da língua, pois, como veremos a seguir, esse é a linguagem deles sendo multifacetada. Do nosso ponto de vista, o manejo científico das variedades consiste na constatação de que nenhuma variedade é melhor que a outra (...).

Compreender a perspectiva apresentada ao longo desta seção, pode contribuir significativamente no êxito ou no fracasso escolar dos alunos. Uma vez que eles podem compreender que a sua variedade é inferior e errada, e assim se bloquear para o desenvolvimento de habilidades orais e escritas em situações comunicativas que preveem um certo monitoramento do estilo de fala.

De outra forma, caso os alunos entendam a legitimidade das variedades estigmatizadas, eles próprios poderão se dispor a aceitar as expressões (palavras e construções mais extensas) em variedades diferentes das suas, sem se sentirem menosprezados, caso a variedade que trouxeram consigo até à escola seja diferente da que a escola lhe apresenta e ensina.

Segundo os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), a Língua portuguesa é composta por diversas variedades linguísticas. Essas variedades frequentemente são estigmatizadas por

se levar em conta o relativo valor social que se atribui aos diversos modos de falar: as variantes linguísticas de menor prestígio social são logo catalogadas de “inferiores”, ou até mesmo de “erradas”.

Atualmente, muitos linguistas ressaltam a importância da variação linguística no ensino da língua materna, pois a mesma, além de provar que nossa língua continua viva e dinâmica, desmistifica o mito da “unidade linguística”. Captar as variações linguísticas usadas pelos alunos, transformá-las em material de estudo, em seguida, criar ações pedagógicas que fomentem o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, além de ser uma proposta que incentive uma aprendizagem mais eficaz da língua materna, também valoriza o conhecimento que o aluno já possui a respeito de sua língua.

A reforma curricular ocorrida no Ensino Médio passou a estabelecer uma divisão do conhecimento educacional em áreas, pois ela entendeu que tais conhecimentos estão cada vez mais correlacionados aos seus conhecedores, seja no campo técnico-científico, seja no âmbito do cotidiano da vida social.

A organização foi distribuída em quatro áreas – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais – tendo como ponto basilar a reunião daqueles conhecimentos que compartilham objetos de estudo e se comunicam mais facilmente, gerando condições para a prática escolar se desenvolver em uma prerrogativa interdisciplinar.

No que se refere a Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, a linguagem passou a ser entendida como “capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido” (BRASIL, 2000, p. 19).

Considerando esta determinação, faz-se necessário que as escolas criem uma identidade como instituições de educação de jovens e que essa identidade considere a diversidade em função das diferenças do meio social. Contudo, tal diversidade não é sinônimo de fragmentação, ao contrário, possibilita uma integração.

Inspirada nos ideais da justiça, a diversidade reconhece que para alcançar a igualdade, não bastam oportunidades iguais. É necessário também tratamento diferenciado. Dessa forma, a diversidade da escola média é necessária para contemplar as desigualdades nos pontos de partida de seu alunado, que requerem diferenças de tratamento como forma mais eficaz de garantir a todos um patamar comum nos pontos de chegada (BRASIL, 2000, p. 69).

Dentre os objetivos que visam o desenvolvimento de habilidades e competências da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, estão:

- Compreender e usar os sistemas simbólicos de diferentes linguagens como meio de: organizar cognitivamente a realidade através da constituição de significado, expressão, comunicação e informação;
- Confrontando opiniões e pontos de vista sobre diferentes linguagens e suas manifestações específicas;
- Analisar, interpretar e aplicar os meios de expressão das línguas, relacionar os textos

ao seu contexto, através da natureza, função, organização e estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção;

- Compreender e utilizar o português como língua materna, geradora de sentido e integradora da organização do mundo e da identidade;
- Conhecimento e uso de língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso à informação e a outras culturas e grupos sociais;
- Compreender os princípios das tecnologias de comunicação e informação, relacionando-os com o conhecimento científico, as linguagens que suportam e os problemas que se propõem resolver;
- Compreender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens e códigos e o papel integrador que desempenham na sua relação com outras tecnologias;
- Compreender o impacto das tecnologias de comunicação e informação nas suas vidas, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social;
- Aplique as tecnologias de comunicação e informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

O inciso I, do Art. 36., da Seção IV, Do Ensino Médio, determina que o currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - Enfatizará a educação tecnológica básica e compreenderá a importância da ciência, literatura e arte; o processo de transformação histórica da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como meio de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

Observação que cabe a disciplina de Língua portuguesa o papel de oferecer instrumentos da língua para o exercício do papel de cidadania, atribuindo à escola o papel de agenciadora nesse processo. A escola, então, passa a ser a agência que deve se dedicar ao exercício de organizar o conhecimento e apresentá-lo aos alunos pela mediação das linguagens, de forma que este seja positivamente aprendido.

Ao professor, por meio da linguagem que usa e/ou a maneira como manipula os recursos didáticos, lhe é atribuída a tarefa insubstituível no domínio mais avançado do conhecimento que o aluno constitui ao longo do tempo em que se encontra na escola. Ao aluno, cabe a tarefa de estimular o seu próprio desenvolvimento, sempre visando patamares superiores.

Variações linguísticas

O linguista Marcos Bagno é um dos escritores de grande destaque no Brasil a respeito da discussão sobre o preconceito linguístico. No livro *“Preconceito linguístico: o que é, como se faz”*, ele apresenta uma postura crítica de alguns dos mitos que estão no senso comum quanto ao uso da língua em nosso país. Por meio de sugestões teóricas e metodológicas, ele sugere caminhos para que os pesquisadores/professores e até mesmo os cidadãos comuns, encerre o círculo vicioso fundamentado e perpetuado no ensino tradicional, por meio dos usos das gramáticas tradicionais e dos livros didáticos, fazendo com que se perpetue a discriminação linguística.

Não se trata de buscar uma uniformização do modo de falar, tão pouco uma adaptação dos falantes à variedade de maior prestígio social, mas de oportunizar a todos os alunos o acesso à norma culta da língua portuguesa. No entanto, é preciso ressaltar que muitas crianças entram em contato com essa variedade somente na escola. Contudo, é necessário reconhecer que: todos os modos de falar apresentam uma organização gramatical complexa, perfeitamente demonstrável e exprimível na forma de regras, ou seja, todos os modos de falar são lógicos, têm sua gramática própria (BAGNO, 2013, p. 55).

Por considerar esses “modos de falar”, é inevitável que reconheçamos a importância de cada um deles nos diversos espaços sociais. Como na escola, no trabalho, nos lares, nos shoppings, nas reuniões de trabalho, nas entrevistas de emprego e nas infindáveis ocasiões em que usamos a língua nas suas múltiplas variedades.

O que se faz fundamental é que o aluno tenha conhecimento dessas inúmeras situações de uso da língua, e além disso, consiga reconhecer a necessidade de adequação de sua variedade à situação de uso. Esse é um dos grandes desafios das escolas e dos professores, pois não se trata de incutir uma norma única e exclusiva de uso, ou mais correta, mas sim de apresentar as possibilidades de uso da língua em suas diversificadas ocasiões e múltiplos contextos.

Antes de iniciar a seção seguinte, que trata dos tipos de variações linguísticas, destaco a importância de se compreender a distinção da diferença entre “norma padrão” e “norma culta”, expressões tão usadas em sala de aula, durante as aulas de língua portuguesa e o ensino da língua, especificamente, o ensino de normas gramaticais.

A norma-padrão é comumente divulgada como uma idealização, uma espécie de abstração, é como se fosse um modelo idealizado, o que por vez é regido pela escrita literária. Durante a tradição do ensino, este modelo é considerado um modelo. Porém, deve-se ressaltar que a norma-padrão é uma espécie de “variedade-padrão”.

Já a norma-culta, que é divulgada como correspondendo aos usos linguísticos de falantes “reconhecidos” como cultos, de acordo com certos critérios que foram definidos por especialistas/pesquisadores da área. Essa distinção, digamos que seja a mais condizente com as modernas perspectivas da Linguística na atualidade.

O reconhecimento da variação linguística é amplamente apresentado e divulgado, vai sendo construída uma consciência de que não existe um modo mais certo ou mais errado de falar, de se comunicar por meio da língua escrita ou oral. Os alunos necessitam entender, e os professores necessitam reconhecer, principalmente em suas práticas educacionais, que a variedade que eles (os alunos) levam para a sala de aula é marcada pela cultura e merece respeito. O que exige a necessidade de desvincular-se do protótipo, da substituição, e se aproximar mais do modelo da soma, ou seja, fazer as variações dialogarem durante o ensino da língua, e destacarem as características de cada uma delas em consonância com o contexto de uso, bem como sugere Camacho (2011).

Práticas pedagógicas e variações linguísticas

Considerando as discussões realizadas nos subitens anteriores, é possível entender agora que os usos da língua são práticas sociais e algumas são extremamente especializadas, ou seja, requerem o conhecimento de vocabulários específicos e de construções sintáticas

que estejam prescritas nas gramáticas normativas. Segundo Bortoni-Ricardo (2012), quando a criança, o jovem e o adulto chegam à escola já possuem competência em sua língua materna, contudo é necessário aumentar o acervo de seus recursos comunicativos a fim de que se possa atender às convenções sociais, pois são elas que definem o uso linguístico considerando-se cada gênero textual, contexto comunicativo e tipo de interação.

Dentro dessa perspectiva, a autora comenta que, no momento em que o aluno faz uso espontaneamente de uma regra não padrão, e o professor intercede, “[...] as duas variedades se aproximam em sala de aula; como proceder neste momento? É uma dúvida sempre presente entre os professores” (BORTONI-RICARDO, 2012). O que acaba gerando uma polêmica, porque, em alguns momentos, a ocorrência é considerada “erro” do aluno, em outros, é tratada como uma simples diferença entre as variantes padrão e não-padrão.

Por essa razão, o professor precisa sempre considerar as diferenças entre a cultura que ele representa e expõe e a da escola, para que possa encontrar maneiras concretas de conscientizar os alunos dessas diferenças. Contudo, na prática, tal comportamento ainda não é realizado por todos os professores, que ficam inseguros em relação a corrigir ou não os alunos, e a que erros devem corrigir, ou se podem considerar ou não tais ocorrências como em erros.

Diante desse cenário, alguns autores argumentam que a escola necessita ficar atenta e evitar alguns mitos como, por exemplo, o de que existe uma única forma “certa” de falar a qual se parece com a escrita e de que a escrita é o espelho da fala, e sendo assim seria preciso “corrigir” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado.

Ora, o tratamento da variação linguística envolve questões sociais, políticas e econômicas, conforme explicitado no subtítulo anterior, e demanda dos educadores uma postura nova mediante de uma concepção de língua, considerando que o assunto requer respeito à luta por uma educação mais justa, capaz de favorecer a comunicação para transformar a atual realidade social, fomentando a formação de cidadãos letrados e, conseqüentemente, menos excluídos.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública estadual, com alunos do 1º ano do ensino médio, na cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2021-2022, aliou-se a pesquisa Exploratória descritivas com um enfoque de abordagem quantiqualitativo de caráter descritivo, que é bastante utilizada na descrição de situações, acontecimentos e feitos, a fim de caracterizar e evidenciar a manifestação de determinado fenômeno.

Participaram da pesquisa 23 (vinte e três) alunos do Ensino médio da modalidade EJA, do turno noturno.

Foi solicitado que os alunos produzissem um texto dando continuidade a um texto base oferecido como ponto de partida. Os textos foram escritos por alunos de duas turmas, pois a quantidade de alunos ausentes, no dia em que foi aplicada a atividade, foi muito significativa.

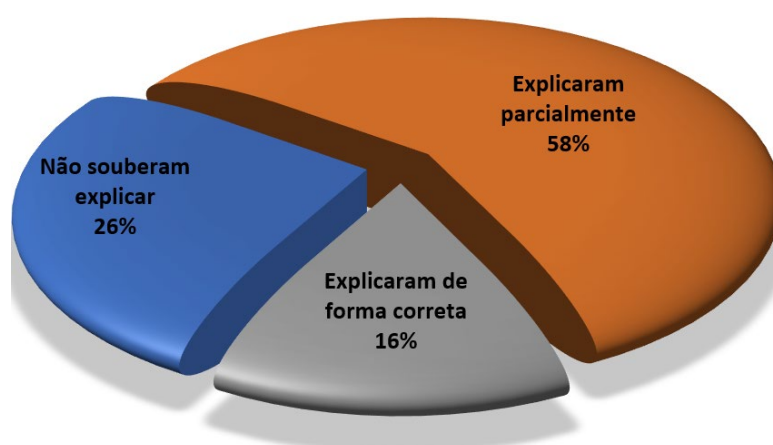
Os instrumentos de pesquisa são fundamentais para que fosse levantado dados iniciais e, também, fosse avaliado, posteriormente, o alcance das ações de intervenção pretendidas. O instrumento utilizado foi a produção textual feita pelos próprios alunos. Em seguida foi aplicado

um questionário para coleta e apresentação de dados.

ANALISE DE RESULTADOS

A escola sabe da necessidade de estar atenta às novas tendências que o mundo moderno apresenta, por isso deve promover ações que subsidiem o professor como, por exemplo, a aquisição de material didático e paradidático, a participação em congressos, simpósios, seminários, cursos e outros eventos e atividades que lhe permitam efetivamente ressignificar sua prática pedagógica. A inserção de novas mídias e tecnologias no âmbito escolar é uma necessidade, inclusive já determinada pela BNCC (2017), contudo, esse processo de mudança é lento e necessita ser efetivado com responsabilidade e muito planejamento. Quando se perguntou dos alunos sobre o que era variações linguísticas os resultados se encontra-se de forma graficada:

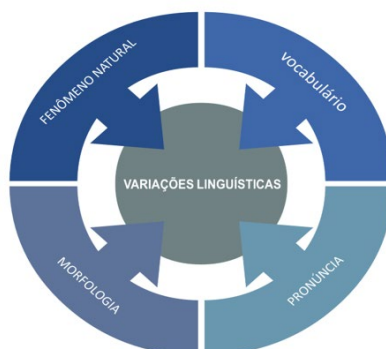
Gráfico 1- Levantamento de dados da entrevista



Fonte: O Pesquisador (2021)

Como observado no gráfico 01, os alunos possuem conhecimento parcial sobre variações linguísticas o que dificulta o ensino aprendizagem desses alunos, causando até mesmo um preconceito linguístico, que é a ideia que existe apenas uma única língua correta e isso colabora significativamente para a prática da exclusão social.

O QUE É VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS



Fonte: O pesquisador (2021)

A variação linguística é um fenômeno natural que ocorre como resultado da diversificação de um sistema linguístico em termos das possibilidades de alteração de seus elementos (vocabulário, pronúncia, morfologia, sintaxe). Existe porque as línguas têm a propriedade de

serem dinâmicas e responsivas a fatores como região geográfica, gênero, idade, classe social do falante e o nível de formalidade do contexto de comunicação.

Figura 1 - Demonstrativo dos resultados



Fonte: O pesquisador (2021)

Como demonstrado na figura 1 é preciso que o professor trabalhe de forma que os alunos se sintam interessados e motivados a estudar. Uma vez que o aprendizado é uma via de mão dupla, os professores são mediadores entre o conhecimento e os alunos, e não os donos da verdade. Isso somente é possível quando há a colaboração dos alunos, porque nada adiantará se o professor estiver engajado e os alunos desinteressados, ou que boicotam seu próprio aprendizado e também o trabalho dos professores. Desta forma, é preciso destacar que tanto professores quanto alunos são sujeitos sociais, ideológicos, históricos e em processo de formação contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma grande dificuldade em conciliar a diversidade linguística com as práticas pedagógicas no momento de ensinar a Língua Portuguesa, por mais que seja uma opção para facilitar o processo de ensino aprendizagem do aluno, mas sim uma necessidade para o melhor desempenho do aluno. O que não se deve é, apenas, inserir conteúdos gramaticais durante as aulas, uma vez que é indispensável que se ofereça uma educação com qualidade e respeito, a qual pode ser exercida de fato quando a bagagem cultural do aluno for realmente valorizada. Logo, o papel exercido pelo professor é de suma importância, pois sua conduta determina qual a posição que os alunos ocuparão em sala de aula: de sujeito ouujeitados ao processo de ensino-aprendizagem.

Alguns entraves encontrados pelo professor, no momento de relacionar diversidade linguística ao ensino da norma-padrão, estão relacionados à dificuldade em escolher a conduta ideal, ou a mais adequada, no momento em que o aluno manifesta uma regra da língua materna dele que não corresponde à norma-padrão. O educador, então, precisaria intervir e oferecer essa norma privilegiada. Logo, para ensinar a gramática é necessário não ignorar ou estigmatizar o acervo linguístico aluno.

Por fim, ao finalizar esta pesquisa, foi possível apreender que alguns eixos precisam se

tornar balizadores das discussões a respeito do assunto variação linguística. Os eixos a língua como produto social precisa relacionar-se a necessidade de se considerar a identidade cultural do aluno; o ensino da norma cultura integrado ao conhecimento cultura do aluno; tecer uma junção do ensino da norma-padrão à norma não-padrão, fomentando o ensino da língua em seus mais diversos contextos de utilização; considerar a necessidade de estimular a aprendizagem da distinção entre fala e escrita. Portanto, só será possível promover de forma eficaz o ensino das variações linguísticas, quando estas estiveram efetivamente presente nas ações pedagógicas de maneira sistemática e recorrentes, para que se estimule a cultura do ensino pautado nesta diretriz.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais (ENSINO MÉDIO). **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: Mec, 2000.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris. **Revista Práticas de Linguagem**. v. 2, n. 1, jan./ jun. 2012.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2013.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Norma culta e variedades linguísticas**. Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p.34-49, v.11.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LIMA, Francisco Rangel dos Santos Sá. **A língua como um todo heterogêneo: Realidade no material didático de Língua Portuguesa**. *Revista ao pé da letra*, V. 18.2 – 2016, p. 83-103.

MARINHO, Janice Helena Chaves; VAL, Maria da Graça Costa. **Variação linguística e ensino: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale, 2006.

Violência escolar: causas, consequências e possíveis soluções

School violence: causes, consequences and possible solutions

Roberlane Melo Carvalho

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.11

RESUMO

As escolas da rede pública de ensino brasileira vivenciam o problema da violência escolar de várias formas, e os principais envolvidos são alunos e professores. Nesta pesquisa, fica claro que o caráter multifacetado da violência no ambiente escolar impõe uma série de desafios na definição do fenômeno. Pois, a violência escolar, além de ser um problema social, é também cultural. A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com enfoque qualitativo, na qual pretende-se responder a seguinte indagação: Por que a violência escolar é um problema constante entre alunos e entre professores e alunos na escola? Diante desta indagação, buscou-se por meio de entrevista, junto aos professores da escola foco desta pesquisa da rede estadual de ensino da Cidade de Manaus, a concepção de violência e se ela se modifica de acordo com o local onde a escola está inserida. Os resultados apontam vários tipos de violência escolar, como a violência pela falta de estrutura familiar, o uso de drogas, a exploração sexual e o *bullying*. Quanto às causas da violência escolar, os dados apontam, principalmente, para a falta de estrutura familiar e falta de limites e de valores.

Palavras-chave: violência escolar. causas. consequências.

ABSTRACT

Schools in the Brazilian public education system experience the problem of school violence in several ways, and the main involved are students and teachers. In this research, it can be understood that the multifaceted character of violence in the school environment imposes a series of challenges regarding the definition of the phenomenon. For, school violence, in addition to being a social problem, is also cultural. The present research is an exploratory descriptive research with a qualitative approach, in which we intend to answer the following question: Why is school violence a constant problem among students and between teachers and students at school? Faced with this question, the concept of violence and whether it changes according to the place where the school is located was sought through an interview with the teachers of the school that is the focus of this research in the state education network in the City of Manaus. The results point to several types of school violence, such as violence due to lack of family structure, drug use, sexual exploitation and bullying. As for the causes of school violence, the data mainly point to the lack of family structure and lack of limits and values.

Keywords: school violence. causes. consequences.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática: “Violência Escolar: Causas, consequências e possíveis soluções”. A violência na sociedade contemporânea é visível e invade subjetivamente e objetivamente a vida de todos de tal forma que interfere nas ações, emoções e decisões. Essa violência também está no meio escolar, e se depara frente a um desafio social a ser enfrentado com serenidade devido à complexidade dos tipos existentes e de suas inúmeras manifestações constantes.

Objetivo Geral: Compreender as causas e consequências dos atos relacionados às

práticas de violências no ambiente escolar compartilhadas por alunos e professores da modalidade do Ensino Médio, em uma escola pública na cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021. **Específicos:** Identificar as principais causas da violência contra o aluno e o professor no ambiente escolar, sua representatividade e as práticas educativas de prevenção efetivadas pela escola; Conceituar os problemas relacionados à violência e suas consequências tanto para o professor, quanto para o aluno em seu desenvolvimento acadêmico; Refletir sobre as questões que giram em torno da violência escolar na busca de estratégias e soluções a serem adotadas pela escola, para solucionar as agressividades em seu contexto. Se os casos da violência escolar que acontecem na escola são devidos a situações de preconceitos entre alunos e professores, então presume-se que seja relevante um curso de psicologia aplicado a bons relacionamentos na equipe formadora.

Buscou-se sensibilizar aos leitores, da presente obra, sobre a importância de se debater a questão da violência na escola e sobre o papel a ser desempenhado por cada um dos educadores e sociedade.

Para tentar resolver a questão da violência escolar é preciso que a família, o estado e a sociedade, de modo geral, se unam e que cada um faça sua parte. Não se pode calar perante a gravidade dos atos violentos no ambiente escolar, pois, se calar, prejudica o desenvolvimento social de cada criança, adolescente, jovem ou adulto que compõem o contexto da escola pública.

FATORES E TEMÁTICAS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Na tentativa de responder às questões relativas à indisciplina escolar, apoia-se em autores renomados como Michael Foucault. Para isso, procurou-se, especialmente em suas obras, elementos teóricos que pudessem subsidiar a discussão da temática e do embasamento. Foucault (2000) é referência em estudos sobre a violência escolar, pois tratou diretamente sobre as escolas e as ideias pedagógicas na idade moderna e, segundo ele:

O discurso é o encadeamento de significantes em si mesmo e de outros discursos externos. Não possui foco no significado e sim no significante e, portanto, no imaginário dos receptores. Reproduz “de” e “para” esse imaginário consolidando a função de perpetuar as leis, regras, normas, valores implícitos “no verdadeiro” socialmente aceito. (FOUCAULT, 2000, p. 35)

Além disso, a obra Foucault nos inspira uma grande variedade de pesquisa sobre educação em diversos países. Ele nos mostrou, pela primeira vez, que a escola moderna produziu e continua produzindo um determinado tipo de sociedade. Segundo Foucault (2001), a escola é responsável por formar cidadãos disciplinados onde:

A disciplina distribui os indivíduos no espaço, estabelece mecanismos de controle das atividades, programa o desenvolvimento dos processos e articula coletivamente as atividades individuais. Para tanto, são utilizados meios coercitivos como vigilância, sanções e exames, características do poder disciplinar que caracterizam a estrutura e o funcionamento das instituições, especialmente as escolas. (FOUCAULT, 2001)

Nos cabe aqui ressaltar o fortalecimento do diálogo da paz no âmbito escolar, principalmente na Escola Estadual Professor Cleômenes do Carmo Chaves na Cidade de Manaus, onde é nosso foco de estudo, para que nela seja constituída boas práticas que resultem na diminuição da violência escolar. Infelizmente, esta é uma realidade da sociedade brasileira e dela não podemos fugir, mas precisamos desenvolver ações enérgicas, que é o que estamos buscando fazer

na presente pesquisa. Entende-se que a educação pode mudar o rumo desta história e nós, como educadores, não podemos permitir o fortalecimento dos vícios familiares, porque grande parte da violência tem origem no seio familiar.

Para Saviani, (2003):

A escola como organização e instituição social tem uma função social que a distingue das demais e é parte fundamental da formação das sociedades humanas. A distinção está na sistematização, no processo de formação que visa inculcar valores, ensinamentos e normas na sociedade, entre os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade e o aluno, buscando formas pelas quais esse conhecimento possa ser adquirido pelos indivíduos, para a formação de novas gerações de pessoas. (SAVIANI, 2003)

Já Valle (2009), entende que:

A organização escolar é penetrada por relações de poder e dominação, refletidas em sua cultura e nos saberes que a alimentam, saberes ambíguos, distantes da vida cotidiana, que dependem quase que exclusivamente da comunicação escrita e se adaptam mais comumente a procedimentos de avaliação formal. Assim entendido, denotamos que os critérios de legitimação e hierarquização presentes na sociedade prevalecem na organização escolar, indicando um sistema educacional enraizado numa sociedade estruturada por relações sociais desiguais, com consequências profundas no rendimento escolar e nas manifestações que a partir daí se desvelam. (VALLE, 2009)

Na organização escolar o poder é quase mágico, pois dissimula a força que o fundamenta, é um “poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem, impõe-se como legítimo por ser simbólico, e só se incute se for reconhecido”. (BOURDIEU e PASSERON, 2008, p.26-35)

Para Bourdieu e Passeron (2008) qualquer poder que consiga impor significados e impô-los como legítimos obscurecendo as relações de poder subjacentes ao seu poder é considerado violência simbólica. Dessa forma, a violência reproduzida na escola pode ser uma violência simbólica, refletida nas ações de seus atores. Os autores ainda afirmam: Todo ato pedagógico é objetivamente violência simbólica como imposição, por um poder arbitrário... (p.26), que nega a autonomia e a consciência dos indivíduos na relação pedagógica e assim os reproduziria inconscientemente. Estabelecido pelos grupos dominantes.

Assim, dizer que:

Os agentes reconhecem a legitimidade de uma autoridade pedagógica apenas como pertencente à definição completa da relação de forças em que estão objetivamente colocados, a fim de impedir que apreendem a base dessa relação. Desse modo, derivam delas práticas que dão conta objetivamente da necessidade das relações de poder, mesmo que sejam desmentidas pelas racionalizações do discurso ou pelas certezas da experiência. (BOURDIEU e PASSERON, 2008 p.35)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069 de 13/07/1990) a doutrina jurídica de proteção integral à criança e ao adolescente deixa de ser vista como objeto de intervenção da família, da sociedade e do estado e passa a ser entendida como um sujeito de direito em desenvolvimento.

Quanto, a violência do *bullying*, pode-se compreender na análise dos resultados que parte dos alunos que sofreram *bullying* na sua infância se tornam também praticantes. O *bullying*, segundo Lopes Neto (2005), compreende as atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outros.

Esses comportamentos causam dor e angústia, ocorrem em um equilíbrio desigual de poder e podem trazer consequências para o desenvolvimento psicossocial dos envolvidos. Smith (2002) observa que essa intimidação é percebida como um abuso de poder sistemático e para Olweus, Solberg e Andresen (2007) implica um abuso de poder agressivo e sistemático que se desenvolve ao longo do tempo.

Fante (2005) caracterizados como comportamentos peculiares na manifestação de bullying, insultos, intimidações, apelidos cruéis e constrangedores, piadas profundamente ofensivas, acusações injustas e aparecimento de grupos hostis. Tais comportamentos ridicularizam e criam um verdadeiro caos na vida dos alunos intimidados, levando à exclusão.

Além de danos físicos, morais e materiais, o que pode ser considerado mais grave é a sua potencialidade de provocar sofrimento psíquico em suas vítimas que, em sua maioria, apresentam dificuldade em se defender. Infelizmente, muitos sofrem calados e se tornam crianças e adolescentes agressivos. Vale ressaltar que, em muitos casos, a violência que sofreram provocará ações violentas no futuro da vítima, ou seja, uma cadeia de violências.

Em muitos casos, além de não procurarem ajuda, acabam se isolando por se sentirem humilhados, alguns chegam até a cometer o suicídio. Essas vítimas do *Bullying*, também possuem grandes chances de se tornarem adultos revoltados e, em muitos casos, até criminosos. Isso porque estão vulneráveis, com baixa autoestima, com medo e angustiados. Antes que isso ocorra, podemos observar sinais, tais como: a diminuição no rendimento escolar, o aumento do pedido de dinheiro aos pais, o não querir ir à escola, entre inúmeras outras ações negativas.

Quanto a isso, Marriel e cols. (2006) afirma que:

A insegurança que nossa sociedade enfrenta atualmente se reflete no ambiente escolar, reduzindo a harmonia que ainda existe em muitos ambientes educacionais e tornando os atos de violência uma forma habitual da experiência escolar. A violência se manifesta como forma de dominação, e a conquista desse poder produz as diversas formas de violência. (MARRIEL e cols., 2006)

Entende-se que, muitas das vezes, alguns alunos buscam na violência a conquista da sua afirmação ou popularidade. Dessa forma, o ato violento se manifesta de forma banalizada, pois o mais forte torna-se popular e, com isso, assume um *status* mais elevado no âmbito social da escola. Então, as atitudes violentas de alguns alunos funcionam para eles como meio facilitador de autoafirmação.

Entretanto, alunos com condutas violentas e agressivas não estão em busca de um *status*, pois a atitudes violentas no uso da drogadição que muitos dos alunos cometem e que refletem em suas vidas de forma negativa, nada mais são do que um pedido de socorro. Socorro, esse que nem sempre chega ao aluno-vítima-agressor.

A violência sexual “é compreendida como a violação dos direitos sexuais, no sentido de abusar ou explorar do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes. Ela pode ser classificada em abuso sexual (extra ou intrafamiliar) ou exploração sexual”. A violência sexual, hoje, é considerada uma das principais causas de morbimortalidade, especialmente na população jovem de crianças e adolescentes. Pois “a maioria dos casos de abuso sexual é cometida por pessoas sem patologia alguma e se deve à cultura ainda permissiva quanto às práticas violentas e sexuais com crianças e adolescentes”. (LAVAREDA; MAGALHÃES, 2015)

Para Romero (2007, p. 19) a “[...] pior forma de violência é aquela sofrida dentro da própria casa, diretamente dos pais, parentes responsáveis ou pessoas conhecidas [...]”. Para ela, o abuso ocorre de modo sigiloso e atinge dimensões complexas, que vai desde traumas até doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Essa criança tem um vínculo afetivo com o abusador, havendo uma confiança que é quebrada, vindo então o medo de voltar a acontecer, pois haverá o convívio com o agressor, deixando a criança sem coragem de falar ou até mesmo com vergonha de se expor.

Segundo o Artigo 19 da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC):

As principais formas de violência contra crianças e jovens: são todas as formas de violência física ou psicológica, criminosa ou de maus tratos, negligência ou tratamento negligente, abuso ou exploração, incluindo abuso sexual, enquanto a criança ou o jovem estiver sob os cuidados de a mãe, pai ou filho estão localizados, tutores legais ou outra pessoa responsável por eles. (BRASIL, 2017)

Assim, a violência sexual é entendida como:

Qualquer comportamento que obrigue a criança ou jovem a praticar ou presenciar relações carnais ou outros atos indecentes, incluindo exposição do corpo em fotografia ou vídeo com ou sem meios eletrônicos, incluindo: abuso sexual, entendido como qualquer ato em que a criança ou jovem seja utilizado para fins sexuais, seja relação sexual ou qualquer outro ato lascivo realizado pessoalmente ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro, ou para exploração sexual comercial, entendida como o uso de criança ou adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de remuneração, independente ou sob o patrocínio, endosso ou indução de terceiro, pessoalmente ou eletronicamente. (BRASIL, 2017)

Vale ressaltar que os artigos 5º, 13, 56, 87 e 245 do ECA garantem punição quando uma criança ou adolescente:

São vítimas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Se houver suspeita ou confirmação de abuso, o Conselho Tutelar deve ser notificado. A direção da escola também deve notificar o Conselho Tutelar caso os alunos estejam sendo abusados. Às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão são garantidas prevenção especial e apoio médico e psicossocial. Portanto, de acordo com o ECA, os profissionais de saúde e educação são obrigados a denunciar abusos contra crianças e jovens. (BRASIL, 1990)

Desta forma, o setor da educação é aquele que permite um maior contacto com o mundo infantil, pelo que deve procurar reconhecer e conhecer os maus tratos às crianças na nossa sociedade. Nessa perspectiva, observa-se a importância de professores qualificados, conhecedores do assunto, para atuar na detecção, encaminhamento, acolhimento e prevenção. Conforme descrito, os profissionais da educação são atores importantes e responsáveis legalmente no combate à violência contra a criança, tornando-se necessário discutir neste estudo o papel do professor diante dessa problemática e o vínculo existente com o setor saúde. que permite maior contato com o universo infantil, por isso deve procurar reconhecer e conhecer os maus-tratos à criança em nossa sociedade. Nessa perspectiva, observa-se a importância de professores qualificados, conhecedores do assunto, para atuar na detecção, encaminhamento, acolhimento e prevenção. Conforme descrito, os profissionais da educação são atores importantes e responsáveis legalmente no combate à violência contra a criança, tornando-se necessário discutir neste estudo o papel do professor diante dessa problemática e o vínculo existente com o setor saúde. (FALEIROS, 2009).

A violência na escola costuma ocorrer: “dentro da escola (pátio, quadra, salas de aula);

portão de entrada da escola; na via pública em frente à escola”. (FUKUI, 1991, p. 68-76). Com efeito, esses atos de violência sempre envolvem indivíduos pertencentes à escola, tanto como vítimas ou como agressores.

Essa violência escolar precisa ser comparada à violência escolar em alguns episódios, por exemplo: aluno agride professor, diretor ou funcionários ou usa violência ou não. Ao caracterizar uma violência que decorre da forma como a instituição e seus agentes os tratam com base em regras e normas estabelecidas.

Portanto, no ambiente escolar é possível identificarmos vários tipos de agressores. Alguns estão na escola desde que entraram na educação infantil, outros adentraram à escola recentemente e já manifestam formas de violências, seja diariamente ou ocasionalmente. A escola e seus integrantes são também vítimas de agressores externos, dos poderes constituídos, da família e da comunidade em que ela se insere. A violência pode se manifestar na forma de vários tipos de agressões, de incivilidade e de desrespeito, mas resulta também de conceitos, preconceitos, práticas cotidianas, representações sociais inadequadas, problemas psicológicos e mesmo da própria ignorância.

É no espaço escolar que a criança começa a estabelecer relação fora do ambiente familiar, sentindo-se de fato um sujeito social, um cidadão no uso do seu pleno direito. É também na escola que a criança se torna adolescente, e é nesse espaço que ela também consegue expressar incômodos gerados por situações que está vivendo em seu ambiente familiar e social.

A escola é um espaço pedagógico em que o aluno dá os primeiros sinais de que é vítima das violações de seus direitos. Tal fato é triste, pois a escola deveria ser um espaço livre de violência, um espaço que contribuísse para a construção plena da cidadania, onde a convivência harmoniosa deveria garantir o respeito e a valorização dos Direitos Humanos. Porém, no dia a dia das escolas públicas, o que se percebe é uma constante violação de direitos humanos da criança, do adolescente e do profissional da educação por conta das violências.

Segundo Priotto (2008) e Boneti (2003),

A violência escolar é definida como todos os atos ou atos de violência, comportamento agressivo e antissocial, incluindo conflitos interpessoais (seja entre alunos, alunos e professores, ou mesmo entre professores), danos ao patrimônio escolar, atos criminosos, exclusão, discriminação entre outros. na comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e pessoas de fora) praticam no ambiente escolar. (PRIOTTO, 2008 e BONETI, 2003)

A violência que os professores vêm enfrentando nos últimos anos é resultado de inúmeros fatores, dentre eles destacam-se: pouca segurança na escola e imediações, carência em punições administrativas. A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição. Tendo em vista que, no ambiente escolar, presenciamos atos de agressividade que não envolve somente alunos e professores, mas todo o quadro administrativo que constitui o órgão educacional e que vem causando muita angústia e medo pelas formas como tal fenômeno acontece e, por pessoas cada vez mais jovens estarem sendo envolvidas, seja como vítimas ou agressores.

A violência ocorre quando, em uma situação de interação, um ou mais atores agem direta ou indiretamente, massivamente ou esparsamente, prejudicando uma ou mais pessoas em graus variados, seja em sua integridade física ou moral, em seus bens ou em graus variados em sua integridade simbólica e participação cultural. (MICHAUD, *apud* WASEL-

A banalização dos atos de violências que permeiam o cotidiano de muitas pessoas e em vários seguimentos, tem feito com que a escola seja apenas mais uma instituição da sociedade a sofrer esse mal. Sendo assim, os motivos pelos quais as pessoas agredem outras são os mais banais possíveis. “Com relativa frequência os alunos deixam de brincar coletivamente, passando a se agredirem uns aos outros sem motivos aparentes. Estas agressões constantes têm interferido no rendimento escolar dos dois lados, de quem agride e de quem é agredido, e culmina na falta de interesse pelos estudos”. (CORTEZ, 2012, p. 17).

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma escola estadual na Cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021, a instituição de ensino procura proporcionar aos educandos a formação necessária ao pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades para a sua autorrealização pessoal e profissional. Sua visão é ser reconhecida como uma instituição educacional dinâmica, integrada e comprometida com a formação de cidadãos críticos, éticos, conscientes, capazes de cumprir com a responsabilidade social, respeitando as diferenças.

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, pois a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador. Com enfoque qualitativo a abordagem qualitativa ela se fundamenta em descrições detalhadas de situações, sendo importante na identificação conceitual de valores encontrados entre os sujeitos pesquisados e difíceis de quantificar, tais como: sentimentos, atitudes individuais, crenças etc. (BOGDAN; BIKLEN, 2003).

Para a análise, levantar-se-á uma amostra de 35 (trinta e cinco) pessoas, sendo: 20 (vinte) alunos e 15 (quinze) professores. Dentre os instrumentos de coleta de dados, optou-se pela técnica da entrevista através do questionário, com perguntas semiestruturadas, para ser respondido pelos professores. Este tipo de entrevista, segundo Triviços, (1987) é um dos principais recursos que o investigador pode utilizar-se como técnica de coleta de informação, e que

[...]Parte-se de algumas questões básicas, fundamentadas em teorias e hipóteses de interesse para a pesquisa, que oferecem, então, um amplo leque de questões, fruto de novas hipóteses que surgem quando as respostas dos informantes são recebidas. Dessa forma, o informante passa a seguir espontaneamente sua linha de pensamento e experiências dentro do foco estabelecido pelo investigador, para participar da elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÇOS, 1987)

Portanto, a entrevista semiestruturada difere da entrevista estruturada por não ser totalmente aberta e não ser guiada por muitas perguntas pré-determinadas. É baseado em apenas uma ou algumas perguntas/guias, é quase sempre aberto e nem todas as perguntas elaboradas são usadas.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Em respostas aos questionamentos propostos na presente pesquisa, que são: Quais as principais causas e consequências do comportamento agressivo e violento dos alunos e quais as estratégias e métodos que a escola pode se utilizar para intervir na busca de possíveis soluções no combate à violência entre alunos e entre professores e alunos?

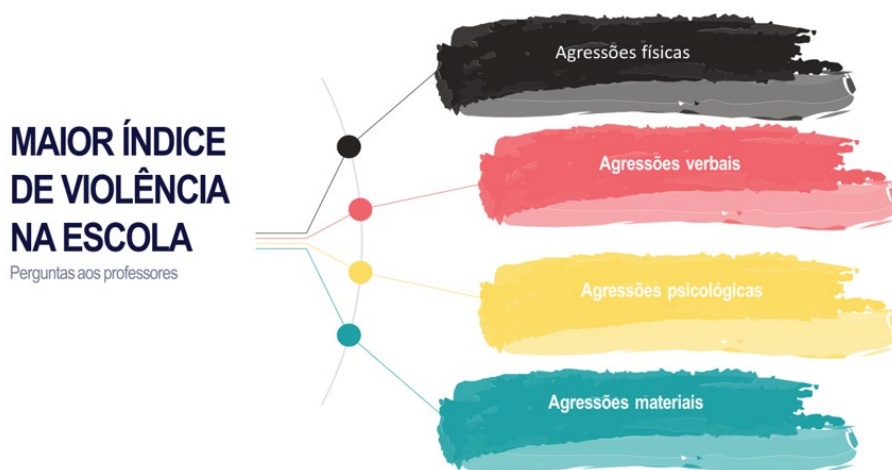
Se obteve a compreensão que a indisciplina na escola, além de possuir diferentes motivos, é a maior causadora da violência e as causas desses comportamentos estão nos problemas familiares, isenção social ou escolar, excessiva proteção dos pais, abuso e violência doméstica, carências sociais, influências negativas, entre outras razões.

Nestes casos, o professor, muitas vezes, fica impotente por conta das situações expostas. No entanto, existem outras causas que resultam de disfunções entre alunos, professores e escola. A desmotivação e o desinteresse do aluno diante daquilo que o professor pretende ensinar interfere no seu comportamento deixando-o, muitas vezes, agressivo. E isso se dá pelas formas inadequadas na aplicação dos métodos de ensino, nas estratégias de relação na sala de aula e na clareza da negociação daquilo que o professor pretende fazer, pois quando não há regras que estejam em comum acordo, o resultado é a insatisfação e indisciplina.

Dito isso, com relação a hipótese formulada no início do nosso estudo; onde afirmamos que a violência acontece na escola porque os professores não gostam dos alunos, nem das aulas dinâmicas que necessitam de tecnologias digitais e que os alunos não gostam dos professores, nem da escola e nem dos colegas que são mais envolvidos nas atividades escolares; ficou-nos provado que não se trata do professor e alunos gostarem ou não uns dos outros, assim, como também, não há uma estratégia-padrão aplicável perante uma atitude indisciplinar do aluno.

Para isso, valerá a experiência profissional para administrar as diferentes situações. É importante ressaltar que o docente nunca deve perder o controle, o controle da situação ou de si próprio. Deve sempre lembrar que ele é o profissional e o aluno é o adolescente com a mente ainda em formação. Quando se perguntou dos professores qual o maior índice de violência dentro do espaço escolar as respostas encontram-se explícitas abaixo:

Figura 1 - índice de violência escolar



Fonte: O pesquisador (2020)

Como exemplificado na figura 1, ficou claro que a violência contra o professor pode ser definida como conjunto de ações e situações provocadas por estudantes ou terceiros de forma insidiosa ou crônica no local de trabalho ou até mesmo meio digital, mediada pela percepção de violência, fatos que o formado enfrenta constantemente.

No que se refere aos alunos pesquisados referentes a abordagem temática torna-se necessário compreender o que é indisciplina e o que é violência e quais as formas como elas se apresentam e quais atitudes tomar para o enfrentamento do problema. Para Julio Groppa Aquino (2003), “(...) a indisciplina se trata de um fenômeno escolar que ultrapassa fronteiras socioculturais e também econômicas”.

Figura 2 - fatos de indisciplina e violência



Fonte: O pesquisador (2020)

Fazer essa distinção é difícil, mas uma forma é lembrar que a violência é algo maior e mais grave que a indisciplina, envolve algum tipo de ação que é punida fora do ambiente escolar, inclusive o Código Penal e o ECA pode. Violência seria agressão física, assédio, bullying, ameaças, ofensas, calúnias, etc. Indisciplina é desobedecer às regras, mau comportamento que interfere na convivência social/escola (desordem, caos, desobediência, etc.), mas faz parte do trabalho como tal do professor controlar isso para que não interfira no processo de ensino - aprendizagem, como nos diz Oliveira (2005):

Além do comprometimento do professor e do processo de ensino-aprendizagem por falta de disciplina, o aluno também prejudica seu próprio comportamento: dificilmente se beneficiará do conteúdo transmitido na aula, pois ruídos e movimentos impedem qualquer trabalho reprodutivo. (OLIVEIRA, 2005, p.21)

Salienta-se, assim que, no ambiente escolar, os envolvidos podem ser aluno-professor, professor-professor, professor-aluno, aluno-direção, professor-direção e ainda direção-professor. Muitas vezes, os “adolescentes vítimas de *bullying* escolar, apresentam debilidades sociais desveladas, demonstrando demasiadamente suas aflições, sensibilidades, baixa autoestima e dificuldades de se entrosar no grupo, tornando-se assim, alvos fáceis dos agressores”. (SILVA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou constatado que são muitas as formas de violência no ambiente escolar no dia a dia, seja contra o patrimônio escolar; contra professores, diretores, funcionários e, principalmente, entre os próprios alunos.

O estudo nos permitiu também compreender, além dos diversos fatores supracitados que estão por traz da violência, o ambiente de ensino é constituído por muitos alunos (agressores) que são dotados de sentimentos negativos dos pais, provenientes da imposição de disciplinas ou por conflito familiar. Ressalta-se aqui, que as medidas punitivas da escola precisam serem revistas, uma vez que ela repreende, proíbe, reprova e pune ao aluno que não condiz com seus princípios pedagógicos. Tais imposições disciplinares geram um sentimento ante afetivo e de revolta no aluno.

Com relação aos professores, observou-se que grande parte deles já sofreram *bullying*, tipo: agressões verbais, humilhação, ameaça, perseguição e até ridicularização por seus alunos, o que gera neles adoecimento com sintomas psicossomáticos como: dor de cabeça, diarreia, vômitos, sudorese, taquicardia, estresse e depressão. Tudo isso diante da possibilidade de deparar-se com seus agressores todos os dias em sala de aula e, tal situação, deixa os professores sem estímulo nenhum para seguirem em frente nessa profissão.

É comum que as vítimas desse tipo de violência permaneçam em silêncio porque não têm coragem de revelá-lo a outras pessoas por medo de retaliação do agressor. No entanto, reafirma que a violência escolar faz parte de um contexto maior, pois é fruto das desigualdades socioeconômicas que se reproduzem no espaço escolar, ou seja, a violência no ambiente escolar nada mais é do que a reprodução da violência social que ocorre fora desta instalação.

Diante desses indicativos alcançados, conclui-se que são vários os fatores de ordens sociais, econômicas e culturais, porém, não podemos nos enganar com os agressores, o desejo de poder e de ser popular criam condições propícias para tornar a escola um ambiente de risco e de vulnerabilidade em que os alunos podem ser vítimas de suas ações violentas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº. 13431, de 04/04/2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal; 1990

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. A Reprodução: **Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORTEZ, Vânia de Moraes Lima. **O Impacto da Violência Escolar sobre o aprendizado dos alunos**. 2012.

FANTE, C. A. Z. **Fenômeno bullying**. São Paulo: Verus, 2005.

FANTE, Cleo. **Fenômeno de Bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. Ed. São Paulo: Verus, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

FALEIROS, JM, Matias ASA, Bazon MR. Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: **A prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional**. Cad Saúde Pública. 2009;25(2):337-48.

LOPES NETO, A. A. *Bullying* – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.

LAVAREDA, Renata Pereira; MAGALHÃES, Thaís Quezado Soares. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: identificação e enfrentamento. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2015.

MARRIEL, Lucimar Câmara e cols. **Violência escolar e autoestima de adolescentes**. Caderno de Pesquisa. V. 36, n. 127, p. 35-50, jan./abr. 2006.

OLWEUS, D.; SOLBERG, M. E.; ANDRESEN, I. M. **Bullies and victims at school: are they the same pupils?** *British Journal of Educational Vitalogy*, v. 77, n. 2, p. 441-464, 2007.

OLIVEIRA, Maria Izete. **Indisciplina escolar**: determinações, consequências e ações Brasília: Líber livro, 2005.

PRIOTTO, Elis Palma. **Violência escolar**: Políticas Públicas e práticas educativas. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

ROMERO, Karen Richeter Pereira dos Santos. **Crianças vítimas de abuso sexual**: aspectos psicológicos da dinâmica familiar. Curitiba: Centro de Apoio Operacional da Promotoria da Criança e Adolescente, 2007.

SMITH, P. K. Intimidação por colegas e maneiras de evita-la. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, C. (Org.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: Unesco, 2002. P. 187-205.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: Mentas perigosas nas ESCOLAS** – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VALLE, Ione Ribeiro. **O lugar dos saberes escolares na sociologia brasileira da educação**. In: Currículo sem Fronteiras, vol. 8, n.1, p. 94-108, jan/jun, 2008. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 30 ago. 2020.

12

Síntese de álcool em gel 70% como ferramenta de ensino-aprendizagem e seu uso como antisséptico para combater vírus e bactérias

Synthesis of alcohol in gel 70% as a teaching-learning tool and its use as antiseptic to fight viruses and bacteria

Rosineide Souza de Oliveira

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.12

RESUMO

Este estudo caracteriza-se em uma análise da participação e ensino-aprendizagem dos discentes em um projeto de experimentação em química, Síntese do Álcool em gel 70%, feita pelos próprios alunos do Ensino Médio em uma Escola Estadual localizada na Cidade de Manaus-AM/Brasil, no ano de 2020-2021. Os estudantes aprenderam de forma significativa conteúdos relevantes da disciplina de Química, houve sensibilização e prática dos alunos/comunidade sobre as medidas de prevenção de doenças virais e bacterianas no ambiente escolar. O projeto foi implementado na escola devido ao crescente número de doenças pulmonares causadas por vírus e bactérias, principalmente H1N1, Pneumonia e Covid-19, a falta de mudança cultural da comunidade escolar em relação à prática diária de prevenção dessas doenças, e ainda, o baixo rendimento e interesse dos alunos dos segundos anos na disciplina de Química. Apresenta-se a prática da experimentação como uma importante ferramenta de ensino e discussão sobre a mediação entre o empírico e o teórico. Na forma metodológica tratou-se de uma pesquisa experimental que se caracteriza por manipular diretamente as variáveis relacionadas com o objeto de estudo e teve como finalidade testar hipótese, com um enfoque qualitativo e quantitativo. Os resultados indicaram um resultado satisfatório, pois além do conhecimento científico adquirido com a produção do álcool em gel antisséptico no laboratório de ciências, foram realizadas palestras, distribuição de álcool em gel e oficinas com toda a comunidade escolar, possibilitou ainda que alunos, funcionários, pais e responsáveis entendam a importância da reformulação de suas práticas de prevenção a doenças respiratórias.

Palavras-chave: experimentação. álcool em gel 70%. ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This study is characterized in an analysis of the participation and teaching-learning of the students in a project of experimentation in chemistry, Synthesis of Alcohol in gel 70%, made by the students of the High School in a State School located in the City of Manaus-AM /Brazil, in the year 2020-2021. Students significantly learned relevant contents of the Chemistry subject, there was awareness and practice of students/community on measures to prevent viral and bacterial diseases in the school environment. The project was implemented in the school due to the growing number of lung diseases caused by viruses and bacteria, mainly H1N1, Pneumonia and Covid-19, the lack of cultural change in the school community in relation to the daily practice of preventing these diseases, and also, the low performance and interest of second-year students in the discipline of Chemistry. The practice of experimentation is presented as an important teaching and discussion tool on the mediation between the empirical and the theoretical. In methodological form, it was an experimental research that is characterized by directly manipulating the variables related to the object of study and aimed to test the hypothesis, with a qualitative and quantitative approach. The results indicated a satisfactory result, because in addition to the scientific knowledge acquired with the production of antiseptic gel alcohol in the science laboratory, lectures, distribution of gel alcohol and workshops were held with the entire school community, also allowing students, employees, parents and guardians understand the importance of reformulating their respiratory disease prevention practices.

Keywords: experimentation. alcohol in gel 70%. teaching-learning.

INTRODUÇÃO

Esta obra destina-se à análise do projeto de experimentação, Síntese do Álcool em gel 70%, realizada com alunos do Ensino Médio em uma Escola Estadual localizada na Cidade de Manaus-AM/Brasil. Vive-se em um mundo contemporâneo em que o ensino de química em escolas de Ensino Médio ainda é visto por discentes como abstrato, pois se distancia da realidade dos mesmos, como consequência, tem-se um grande desinteresse pelos assuntos ministrados. A experimentação possui um importante papel nas aulas de química, visto que os conteúdos teóricos abordados em sala de aula são consolidados por meio da prática, tornando mais significativo e eficaz o processo de aprendizagem.

O problema que motivou esta pesquisa surgiu da necessidade de criar novas Metodologias de Ensino para melhorar o desempenho acadêmico e motivação dos discentes na disciplina de Química, também de se trabalhar com os alunos/comunidade escolar às medidas de prevenção como lavagem e a assepsia das mãos, para ajudar no combate a vírus e bactérias causadoras de doenças, pois, observou-se que os alunos não tinham costume de fazer higienização.

Realizou-se esta pesquisa tendo como **Objetivo Geral**: Analisar se através do projeto de experimentação, Síntese do Álcool em Gel 70%, com os alunos do Ensino Médio em uma Escola Estadual localizada na Cidade de Manaus-AM/Brasil. Os alunos aprendem de forma significativa conteúdos relevantes da disciplina de Química, há sensibilização por parte dos alunos/comunidade sobre as medidas de prevenção de doenças virais e bacterianas no ambiente escolar.

A presente pesquisa exemplifica em sua Justificativa: Devido ao crescente número de doenças pulmonares causadas por vírus e bactérias, principalmente H1N1, Pneumonia e Covid-19, a falta de mudanças cultural da comunidade escolar em relação à prática diária de prevenção dessas doenças, e ainda, o baixo rendimento e interesse dos alunos dos segundos anos na disciplina de Química da escola foco deste estudo, pensou-se em um projeto, *Química Ação e Reação*, de produção de álcool 70% em gel realizado pelos próprios estudantes no laboratório de ciências da escola.

PRÁTICAS EXPERIMENTAIS NAS AULAS DE QUÍMICA

Historicamente, é inegável que as atividades práticas têm um papel fundamental na aprendizagem dos conteúdos de química. O uso da experimentação em sala de aula pode assumir diferentes significados e se prestar a diferentes objetivos de aprendizagem. Tradicionalmente, a experimentação como ferramenta de ensino tende a reproduzir os passos do método científico, começando pela observação dos fenômenos e culminando em um suposto desvelamento da verdade sobre os fatos. Todo o conhecimento se desenvolve na interação entre a teoria e a prática, do pensamento e da ação. Assim, o experimento químico escolar permite ao aluno relacionar com objetos concretos das ciências, uma vez que ao observar e realizar experimentos, conhecem a natureza dos fenômenos, fatos e acumulam dados para estabelecer comparações, generalizações e conclusões. Ele é, ao mesmo tempo, um procedimento para obter conhecimentos e confirmar a sua veracidade, pois permite desenvolver as habilidades experimentais nos alunos.

A experimentação no Ensino de Química, no processo de ensino aprendizagem tem sua importância justificada quando se considera sua função pedagógica de auxiliar o aluno na com-

preensão de fenômenos e conceitos químicos. A clara necessidade dos alunos se relacionarem com os fenômenos sobre os quais se referem os conceitos justifica a experimentação como parte do contexto escolar, sem que represente uma ruptura entre a teoria e a prática (PLICAS et. al.2010).

Ele permite que os alunos manipulem objetos e ideias e negociem significados entre si e com o professor durante a aula. É importante que as aulas práticas sejam agradáveis para que não se tornem uma competição entre grupos, mas uma troca de ideias e conceitos na discussão dos resultados.

Álcool e suas propriedades

A maioria das soluções para a antissepsia de mãos à base de álcool contém etanol, isopropanol e n-propanol ou uma combinação de dois desses produtos.

A atividade antimicrobiana dos álcoois tem sido atribuída à capacidade de desnaturar proteínas. Soluções alcoólicas contendo 60 a 90% de álcool são mais efetivas e concentrações mais altas são menos potentes, porque as proteínas não são fáceis de desnaturar na ausência de água. Nas soluções, o conteúdo do álcool pode ser expresso em porcentagem por peso (p/p ou g/g) que não é afetado por temperatura ou outras variáveis, ou porcentagem por volume (v/v ou ml/ml) que pode ser afetado pela temperatura, gravidade específica e reação da concentração.

Os álcoois são rapidamente germicidas, quando aplicados à pele, mas, não têm atividade persistente apreciável. Entretanto, a recolonização bacteriana na pele ocorre lentamente após o uso de antisséptico à base de álcool nas mãos.

O álcool, presente em concentrações adequadas na solução de higiene de mãos, também tem atividade contra vários vírus não envelopados. Por exemplo, álcool isopropanol a 70% e etanol a 70% são mais efetivos que sabão comum contra os rotavírus. Mas, dependendo da concentração do álcool, o período de exposição das mãos ao álcool e da variante viral, o álcool pode não ser efetivo contra hepatite A e outros vírus não lipofílicos.

Produtos à base de álcool são mais efetivos na higiene de mãos quando comparados aos sabões não-antimicrobianos ou sabões antimicrobianos.

A desinfecção é o processo de destruição de microrganismos, patogênicos ou não, na forma vegetativa, presentes em objetos inanimados. A antissepsia é definida como um conjunto de ações destinadas a destruir ou inibir o crescimento de microrganismos nas camadas superficial (microbiota transitória) e profunda (microbiota residente) da pele e mucosas por meio do uso de agentes germicidas denominados antissépticos.

O álcool está entre os antissépticos mais seguros, não só por possuir baixíssima toxicidade, mas também pelo seu efeito microbicida rápido e fácil aplicação.

A referida pesquisa atende as exigências éticas e técnicas científicas onde foram incluídos o professor-pesquisador e seus respectivos alunos do segundo ano, os quais foram informados para contribuir com um preenchimento de um questionário com perguntas abertas nesse processo de investigação. Espera-se que os resultados venham contribuir com as competências e habilidades na prática docente.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual localizada na periferia da Cidade de Manaus-AM/Brasil, no ano de 2020-2021, com os alunos das três turmas dos segundos anos, turno matutino, do Ensino Médio. No laboratório de ciências foram feitos experimentos, síntese de álcool em gel 70%.

A pesquisa caracteriza por **Experimental** que de acordo com Fonseca (2002, p. 11-2) “a ciência é uma forma particular de conhecer o mundo”. Portanto, é o conhecimento que vem do pensamento lógico aliado à experimentação prática.

Portanto, caracteriza-se por um conjunto de modelos de observação, identificação, descrição, investigação experimental e explicação teórica dos fenômenos. [...] O objetivo fundamental da ciência não é descobrir verdades ou constituir-se como uma compreensão completa da realidade.

O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado”.

A pesquisadora escolheu para sua coleta de dados vinte alunos de uma turma de segundo ano do Ensino Médio e aplicou um questionário aberto antes de iniciar o projeto e o outro questionário foi aplicado aos mesmos vinte alunos depois de finalizado o projeto. Os alunos que foram escolhidos como alunos multiplicadores estavam entre esses vinte alunos.

Técnicas e instrumentos de coletas de dados

Este projeto foi desenvolvido com alunos dos segundos anos Ensino Médio em uma escola da rede pública de ensino. Inicialmente foi solicitado como atividade avaliativa que os alunos das três turmas de segundos anos do turno matutino formassem equipes de 10 alunos e produzissem vídeos, slides, folders sobre as Medidas de Prevenção a Covid-19, destacando a importância do uso do álcool em gel 70%.

Foi escolhido por uma equipe de professores o melhor vídeo e folder apresentado pelos alunos e estes foram homenageados com certificado de honra ao mérito, providenciado pela secretaria da escola. O vídeo selecionado pelos professores foi postado nas redes sociais da escola e o folder foi distribuído no ambiente escolar durante palestras de sensibilização as medidas de prevenção ao coronavírus.

Entre os alunos que se destacaram na produção dos vídeos, folders e slide foi selecionado de cinco a dez alunos de segundos anos do ensino Médio de uma turma X do Ensino Médio para serem os multiplicadores da informação sobre a prevenção de doenças virais e bacterianas, e estes foram os responsáveis pelo experimento de produção de álcool em Gel sob supervisão da professora da disciplina de Química.

Os alunos selecionados pela coordenadora do projeto, professora de Química, reuniram-se uma vez por semana no laboratório de informática da escola e desenvolveram o levantamento bibliográfico, produção de folhetos explicativos, produção de slides para as palestras e

oficinas, e ainda tiveram aulas da disciplina de Química junto com todos os alunos dos segundos anos sobre as peculiaridades que envolvem a síntese de álcool em gel 70%: EPIS (Equipamentos de Proteção Individual), identificação e funções de compostos químicos, ácidos bases, pH e pOH, síntese de álcool em gel, diluição, reagente limitante, álcoois, compostos oxigenados, polaridade e interações moleculares, bioquímica e educação em saúde.

Todos os alunos dos segundos anos do Ensino Médio realizaram experimentos relacionados à síntese de álcool em gel no laboratório de ciência da escola sob orientação da professora de Química.

Os cinco alunos multiplicadores escolhidos pela docente realizaram uma série de palestras e oficinas da produção de álcool em gel em todas as turmas da escola e em todos os turnos sobre os cuidados que devem ter em relação à saúde no ambiente escolar. Nestas palestras foram distribuídos álcool em gel antisséptico e folhetos explicativos sobre as medidas de Prevenção de Doenças Respiratórias com foco no H1N1, doenças pulmonares e Covid-19. A duração das palestras foi de duas semanas e envolveram todas as 33 turmas da escola.

Procedimentos de Aplicação de Instrumentos

Dois questionários abertos foram aplicados aos 20 alunos de uma turma de segundo ano antes de iniciar o projeto e o outro aplicado aos mesmos 20 alunos depois de finalizado o projeto. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser conceituado “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Para tabulação dos resultados do projeto aplicou-se um questionário aberto a 20 alunos que inicialmente participaram das palestras e da **produção do álcool** em gel.

As questões presentes no questionário foram elaboradas tendo em vista avaliar o nível de compreensão sobre os conteúdos de química ministrados nas aulas teóricas em sala de aula, na experimentação e os métodos usados como prevenção a doenças causadas por vírus e bactérias, entre eles o uso de álcool em gel 70% para assepsia das mãos.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Avaliação da eficácia do ensino de química

As atividades experimentais, quando contextualizadas com uma prática educativa, podem proporcionar aos indivíduos clareza e compreensão dos conceitos científicos e possibilitar que eles passem do mundo abstrato em que estão inseridos para a interação com o mundo científico.

As atividades experimentais sempre estiveram presentes no contexto didático metodológico, contribuindo para o ensino das ciências, em geral.

A aprendizagem por meio de experimento viabiliza um intercâmbio de conhecimentos que permite que diferentes membros da equipe adquiram conhecimentos multidisciplinares. O

aluno foco desta pesquisa tiveram a oportunidade de conhecer um pouco a respeito dos experimentos que estavam sendo simulados e de princípios de Aprendizagem Significativa que nortearam as atividades. Sem comentar da experiência do trabalho em equipe, que exige um esforço mútuo e proporciona o intercâmbio de conhecimentos.

Na disciplina de química revela-se uma rentabilidade pois os alunos gostam de realizar experimentos. E a motivação é um dos pilares de sustentação da eficiência do processo ensino aprendizagem e as atividades experimentais desempenham essa função muito bem.

As orientações curriculares (2005, p. 98), argumentam sobre a importância da realização das atividades experimentais dentro do processo de ensino de química: A experimentação é imprescindível durante a apresentação dos conteúdos das disciplinas da área de Ciências da Natureza. No caso particular da química, é um recurso utilizado para materializar um conceito, tornando-se um facilitador da abstração.

Experimentos na Disciplina de Química

A experimentação no ensino de Química torna-se indispensável para o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos científicos no sentido de que favorece a construção das relações entre a teoria e a prática, bem como as relações entre as concepções dos alunos e a novas ideias a serem trabalhada.

Assim, as atividades experimentais podem estar presentes no ensino de Química, para possibilitar aos professores e alunos não só aprender as teorias das ciências, mas também como se constrói o conhecimento escolar, utilizando-se de questionamentos, discussões de argumentos e validação desses argumentos.

Resultados da avaliação e eficácia significativa em química

Ficou comprovado que no mundo contemporâneo em que se o professor principalmente da disciplina de Química está tendo inúmeras dificuldades para deixar suas aulas mais atraentes aos alunos, pois o perfil dos alunos do Ensino Médio mudou significativamente, principalmente devido ao surgimento de novas tecnologias que, por ser novidade, vem tomando a atenção dos alunos.

Assim sendo, o docente se depara com a necessidade de reformular sua prática pedagógica de tal forma que a atenção do discente se volte para a ciência e desperte o interesse por estudos científicos. Nota-se que a implementação da experimentação em Química nas salas de aula como Metodologia de Ensino passa por várias dificuldades, entre elas: a falta de laboratórios de ciências na escola, tempos de aulas não suficientes para a realização de certos experimentos, falta de material, entre outras.

Sobre as dificuldades encontradas em se trabalhar experimentos pelos discentes de Química, Machado e Mól, descrevem que:

“Muitos professores não utilizam a experimentação com a frequência que gostariam porque não desenvolveram um bom domínio do laboratório durante sua formação inicial. Porque grande parte das atividades realizadas na graduação tem o caráter de comprovar teorias que não atendem às características acima. Não qualificam suficientemente os graduados da profissão docente.” (MACHADO; MÓL, 2008, p. 57).

A experimentação, Síntese do Álcool em Gel 70%, assim como outras experimentações em Química exige uma maior dedicação e preparação por parte do docente, entre elas pode-se elencar: Motivação, tempo, espaço, material, equipamento.

Em tempos atuais para garantir proteção e mais saúde deve-se mudar as rotinas antigas da população em relação à higiene. Faz-se necessário que, alunos, equipe pedagógica, funcionários e comunidade escolar, tenham o hábito de utilizar o álcool em gel como forma de proteção e combate de doenças. E que a partir desse uso no ambiente escolar, os estudantes sensibilizem também em suas casas que seus irmãos, responsáveis e até seus vizinhos possam também fazer o uso do álcool em gel nos seus hábitos rotineiros. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a limpeza apropriada das mãos é considerada a ferramenta mais eficaz para reduzir infecções. Escolas que promovem experimentação e produção de álcool em gel e incentivam seu uso constante ultrapassam as fronteiras educacionais e oferecerem hábitos mais saudáveis.

As escolas que desenvolvem com seus alunos projetos experimentais com materiais de fácil acessibilidade, como síntese de álcool em gel, um composto químico muito usado para assepsia das mãos, que é usado no combate a proliferação de doenças causadas por vírus, bactérias e outros micro-organismos, além de estarem ensinando seus alunos sobre a grande importância de se prevenir enfermidades, contribuem para o desenvolvimento da pesquisa científica, ajudando na formação integral de seus estudantes. A síntese do álcool antisséptico também propicia ao discente uma atividade prática prazerosa.

A utilização de experimentos no Ensino de Química pode ser uma ferramenta importante para compreensão de conceitos básicos que os estudantes usarão no seu cotidiano. Nesse sentido os experimentos contribuem para uma reflexão e decisões a serem tomadas pelos alunos, pois devem apresentar um processo ativo de construção do conhecimento de maneira inter-relacionada.

O experimento, álcool em gel 70%, aparecem na perspectiva de abordar uma dada situação problema, que embora tenham uma base preestabelecida, é multifacetada e sujeita a diferentes interpretações (MARCONDES, 2008). É de suma importância que a escolha experimento seja vinculada a assuntos pertinentes ao cotidiano dos alunos. O álcool gel 70 % foi escolhido para o Projeto de Experimentação em Química, pois na contemporaneidade ele vem sendo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para higienização das mãos.

O estudo das concentrações das soluções para produção do álcool gel foi bem importante para debate em sala, uma vez que o produto é comercializado com concentração de 70 % de álcool para atuação correta como microbicida. Experimentos indicam que a eficácia do etanol como agente microbicida está na faixa de 60 a 90 % de etanol (SANTOS; VEROTTI; SANMARTIN; MESIANO, 2002).

Aprendizagem significativa

David Ausubel *apud* Moreira (2006) afirma que a aprendizagem significativa “é um processo pelo qual uma nova informação se relaciona, de maneira substantiva (não literal) e não arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura cognitiva do indivíduo.

Para Ausubel:

Aprendizagem significativa, por definição, envolve a aquisição de novos significados, consiste no fato de que novas ideias expressas de forma simbólica (a tarefa de aprendizagem) se relacionam aquilo que o aprendiz já sabe (a estrutura cognitiva deste numa determinada área de matéria), de forma arbitrária e não literal, e que o produto desta interação ativa e integradora é o surgimento de um novo significado (AUSUBEL, 2003, p.71).

O método tradicional de ensino é feito de forma que o aluno saiba inúmeras fórmulas, decore reações e propriedades, mas sem relacioná-las com o cotidiano. Enquanto as atividades experimentais permitem ao estudante uma compreensão de como a Química se constrói e se desenvolve (QUEIROZ, 2004).

Moreira e Masini (2001, p. 13) destacam que, para Ausubel “aprendizagem significa organização e integração do material na estrutura cognitiva”, ainda, que o aluno aprende de forma significativa quando as novas ideias, conceitos e informações estiverem claras, inclusas e disponíveis em sua estrutura cognitiva.

Ficou comprovado que 96% dos alunos se demonstraram contentes com a inovação estratégica da produção do álcool em gel 70%, um experimento inovador na disciplina de química para os alunos da escola foco desta pesquisa. Após as produções os alunos passaram a compreender a importância do experimento bem como o uso do álcool em gel antisséptico e sua eficácia em tempo pandêmico.

Mediante os resultados dos questionários de pesquisa para os vinte alunos do 2º ano do ensino médio da Escola analisada, elaborou-se uma tabela com as respostas.

Nas questões de 01 a 08 que visava avaliar o conhecimento dos alunos em relação a conteúdos abordados nas aulas teóricas expositiva-dialogadas e aula experimental de Química.

Tabela 2 - Questionários 1 e 2.

| Nº | Questão | 1º Questionário | 2º Questionário |
|----|--|-----------------------------|------------------------------|
| | | (Aplicado antes do Projeto) | (Aplicado depois do Projeto) |
| | | alunos/ Acertos em % | Alunos/Acertos em % |
| 1 | De onde vem o álcool etílico? | 25 | 80 |
| 2 | Qual a fórmula molecular do etanol? | 10 | 85 |
| 3 | Qual a função do álcool em gel 70%? | 70 | 95 |
| 4 | O que significa dizer que o Álcool é 70%? | 5 | 90 |
| 5 | Quais doenças podem ser causadas por vírus? | 60 | 95 |
| 6 | Quais doenças podem ser causadas por bactérias? | 30 | 90 |
| 7 | Como se produz o álcool em gel 70% e quais reagentes são necessários para a sua síntese? | 0 | 95 |
| 8 | O que você pode fazer para se prevenir de doenças causadas por vírus, bactérias? | 80 | 100 |

Fonte: A pesquisadora (2021)

Os resultados na Tabela 01, indicam que houve um aumento considerável no número de acertos das questões relacionado aos assuntos abordados durante após conclusão do projeto de experimentação (Química Ação e Reação).

Quando os vinte alunos foram questionados (Questionário 1- Questão 9), se os membros

de sua família tinham o hábito de usar álcool em gel para higienizar as mãos, 70% afirmaram que sim, principalmente devido a Pandemia de Covid-19 por qual o mundo contemporâneo está passando. Após a realização do Projeto de Experimentação do Álcool em Gel 70%, as respostas dos discentes (Questionário 02- Questão 09) mudaram consideravelmente, 95% afirmaram que usam constantemente o álcool em gel para assepsia das mãos.

Na décima questão do primeiro questionário procurou-se saber se os alunos estavam interessados em participar do Projeto Química Ação e Reação no qual iriam produzir álcool antisséptico, 70% dos alunos mostraram interesse em participar desta atividade experimental.

Sendo assim para os 30% de alunos que demonstraram desinteresse por aulas práticas deve ser considerado vários fatores que interverem na motivação desses estudantes, entre eles, o cenário pandêmico ao qual estavam vivenciando, muitos perderam de membros da família pelo coronavírus. A pesquisadora observou alunos tristes e calados durante as aulas.

Quando questionados (Questionário 02- Questão 10) sobre o que mais gostaram no Projeto Química Ação e Reação, no qual em aulas práticas foram produzidos álcool em gel 70%, obteve-se as seguintes respostas:

Aluno A: “[...] fazer o álcool líquido, ficar com uma consistência de gel”, gostei muito de fazer o vídeo sobre as medidas de prevenção a Covid-19 e fiquei feliz em postarem no instagram da escola”.

Aluno B: “[...] de ver como funciona e vê que tem todo um preparo, que tudo é medido bem certinho para não ter erro na porcentagem final do álcool, adquiri o conhecimento do conteúdo e saímos da rotina das aulas chatas”.

Aluno C: “[...] transformar ele em gel”.

Aluno D: “[...] de fazer mistura e ver o resultado, gostei muito de fazer a distribuição do álcool em gel pronto junto com os folders para os outros alunos”.

Aluno E: “[...] eu gostei porque usamos álcool que temos em casa e porque é bom fazer experimentos para nós aprendermos a fazer em casa em caso de urgência”.

Aluno F: “[...] gostei mais na hora de transformar ele, pois o que usamos na escola sentimos uma sensação grudenta e o que fizemos ficou quase igual dos que você encontra na rua, hospitais. Meus pais gostaram muito também”.

Aluno G: “[...] o projeto foi muito bom, me fez gostar um pouco mais de química, espero que tenha mais trabalhos e experimentos legais como este”.

Aluno H: “[...] confesso que na primeira palestra que ministrei para a turma que não era a minha, primeiros anos, fiquei muito nervoso. Mas aprendi muito, fizemos slides, vídeos, folders, aprendemos na prática transformar álcool em gel. Participar desse projeto parece que me deixou responsável em relação aos meus estudos”.

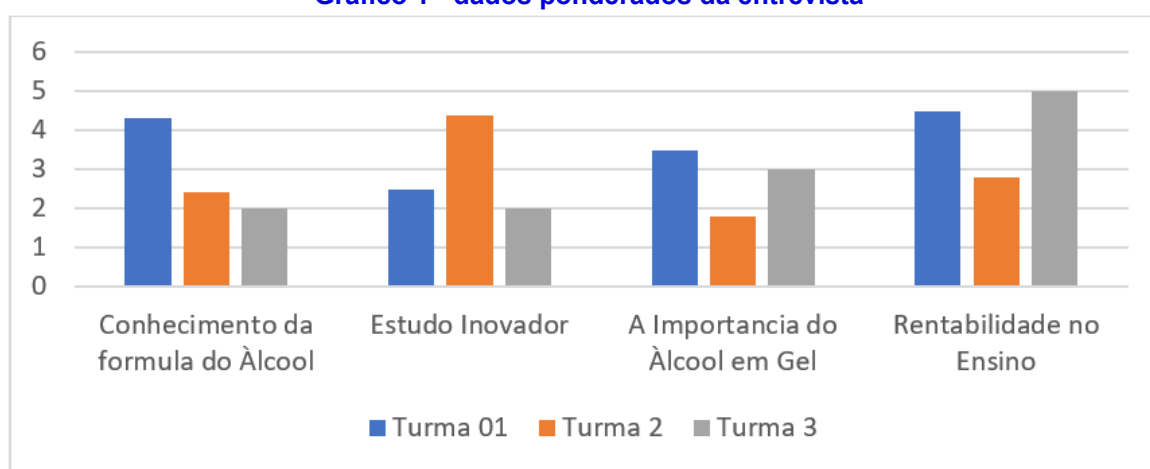
Ficou comprovado que a experimentação como uma metodologia atrativa que facilita, instiga e ajuda a aprendizagem significativa do aluno, possibilita uma abordagem dinâmica dos conteúdos abordados em sala de aula. Chama ainda mais a atenção dos estudantes por ser um experimento da produção de álcool em gel 70% em pleno período de pandemia da Covid-19.

Identifica-se o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para formação de cidadãos mais críticos e responsáveis em relação a Química e esta deixa a ser vista como uma disciplina menos abstrata e de difícil compreensão.

Segundo Santos e Schnetzler (2003) “para que o indivíduo consiga efetivar sua participação na sociedade frente a problemas vivenciados por ele, é necessário que disponha de conhecimentos técnicos importantes que podem ser favorecidos pela prática em sala de aula”. Sendo assim execução de todas as etapas do projeto de experimentação possibilitou aos alunos entender de forma técnica os procedimentos básicos para a síntese do álcool antisséptico e a importância do seu uso constante como medidas de prevenção a doenças causadas por vírus, bactérias, entre outros.

Sobre o ponto de vista dos alunos que participaram do Projeto Química Ação e Reação, no qual se produziu álcool em gel 70%, os resultados encontram-se no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - dados ponderados da entrevista



Fonte: A pesquisadora (2021)

A partir da análise dos resultados mostraram que a produção do álcool em gel no ambiente escolar, palestras, produção de vídeos, slides e folders contribuíram de forma significativa para a vida cotidiana e escolar dos alunos. Observou-se a real necessidade de aulas mais contextualizadas e dinâmicas na disciplina de Química. Esses dados corroboram com os anteriormente citados (CARDOSO; COLINVAUX, 2000) sobre a motivação do estudo da química ao utilizar de outros elementos como aulas práticas para promover a aprendizagem.

Foi realizado então o experimento, onde foi discutido acerca das quantidades de cada componente e modo de preparo para produção do álcool em gel. Após a realização da atividade pode-se constatar que os estudantes tiveram maior facilidade em compreender a função orgânica do álcool e ficaram estimulados a realizar mais experimentos, além de se envolverem mais com o conteúdo de forma prática, devido este tema ser normalmente abordado de forma teórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contextualização realizada neste trabalho, pode-se observar a importância das atividades experimentais no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de Química. O desenvolvimento destas atividades vai muito longe da questão de somente ser realizada para a comprovação de conceitos e teorias abordadas em sala ou de serem desenvolvidas com a intenção

de motivar os indivíduos, procurando entusiasamá-los com a disciplina.

Através desta pesquisa possibilitou aos alunos uma maior aproximação e interesse para com o estudo da Química, uma vez que fez a associação da teoria com a prática, e estas com o a vida diária e momento de Pandemia por qual os estudantes estavam passando. Ao associar a teoria da sala de aula, aula expositiva-dialogada de forma contextualizada com atividades práticas (produção de vídeos slides, folders, síntese de álcool em gel 70%, palestras) os alunos mostraram-se mais motivados quanto ao estudo da Química, pois compreenderam a importância da aplicabilidade e estudo da Química para a sociedade como um todo, o que reflete diretamente no processo de ensino-aprendizado dos mesmos.

Ademais, verificou-se nos alunos o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais ao convívio social e ao mundo do trabalho, já que a atividade apresentou um caráter informacional do conhecimento, como observado na discussão das questões para aprofundamento.

Utilizar a experimentação, álcool em gel 70%, como ferramenta de aprendizagem em plena pandemia de covid-19 tornou os estudantes mais participativos, questionadores, responsáveis e protagonistas no processo de ensino-aprendizagem, resultado este comprovado pelo aumento considerável no desempenho nas avaliações internas.

Os alunos do segundo ano do Ensino Médio matriculados na Escola Estadual Antônio Nuñez Jimenez no ano letivo de 2021 que participaram do projeto tiveram suas habilidades e competências trabalhadas de forma significativa.

Portanto, a experimentação se mostra como uma forma de melhorar a compreensão dos alunos sobre os fenômenos, que muitas vezes se explicados em uma aula convencional, não surtiria o mesmo efeito. Ou seja, a utilização de modelos remete ao abstrato para entender o concreto, o que se torna um desafio muito grande, tanto para o professor quanto para o aluno.

Sabe-se que a Experimentação no ensino ainda é um desafio a ser vencido, seja por causa da falta de infraestrutura, falta de tempo, má formação dos próprios professores. Muitas obras científicas, inclusive alguns deles utilizados para a elaboração deste trabalho, demonstram uma visão mais positiva do que negativa para a experimentação no Ensino de Química.

E com esses resultados, entende-se que os alunos que participaram integralmente do projeto tiveram maior aproveitamento em conhecimento científico e ainda observou-se um crescimento como cidadão crítico e consciente com as questões ambientais.

Para os alunos ficou clara que as medidas de prevenção à Covid-19 são necessárias e urgentes que todos pratiquem de forma mais responsável.

REFERÊNCIAS

AUSEBEL, NOVAK e HANESIAN. Psicologia Educacional. Rio de Janeiro, interamericana, 1980

MACHADO, P. F. L.; MÓL, G. S. Experimentando química com segurança. MALHEIROS, B. T. Metodologia da pesquisa em educação. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARCONDES, M. E. R. Proposições metodológicas para o ensino de Química. **Em Extensão**, 2008. v.

7, p. 67–77.

MOREIRA, M.A. *A teoria da aprendizagem significativa e sua implicação em sala de aula*. Brasília: Ed. UnB, 2006.

PLICAS, L. M. A. *et al*, O uso de práticas experimentais em Química como professores de física: uma experiência em formação continuada. IX Encontro Proposições. Química Nova na Escola. n. 27, São Paulo, 2008.

SANTOS, A. A. M.; VEROTTI, M. P.; SANMARTIN, J. F.; MESIANO, E. R. A. B. Importância do álcool no controle de infecções em serviços de saúde. *Revista de Administração em Saúde*, 2002. v. 4, n. 16, p. 7–14.

SANTOS, Wildson Pereira dos; SCHNETZLER, Roseli P. *Educação em Química: compromisso com a cidadania*. Unijuí: RS, 144p. 2003.

Projeto político pedagógico no contexto organizacional

Pedagogical political project in the organizational context

Sônia Maria Cortez Pinheiro

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.13

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar o projeto político pedagógico como um documento que organiza os trabalhos da escola, mostrando como cada ação ocorrerá dentro da instituição. O estudo aborda a problemática que tem como Tema: Projeto político pedagógico no contexto organizacional. O problema que motivou esta pesquisa surgiu quando se observou que as práticas pedagógicas não estavam em consonância com o projeto político pedagógico que visa nortear os trabalhos dos docentes. Diante desse contexto procurou-se saber. Quais as melhorias que a escola recebe com a implementação do Projeto Político Pedagógico na instituição? Objetivo geral: Delimitar os fatores que interferem na efetivação do projeto político pedagógico no espaço escolar. Conforme Libâneo (2004), Projeto Político Pedagógico expressa a síntese das exigências sócias e legais do sistema de ensino é o documento que apresenta objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola. Metodologia: Coleta de dados da pesquisa: questionários com perguntas abertas; Natureza da Pesquisa básica. Classificação da Pesquisa: Pesquisa de Campo e Bibliográfica. Os principais resultados apresentam que se torna necessário socializar o Projeto Político Pedagógico de forma criativa com a equipe docente possibilitando um ambiente de trabalho social e inovador.

Palavras-chave: projeto político pedagógico. escola. gestão.

ABSTRACT

This work aims to study the pedagogical political project as a document that organizes the work of the school, showing how each action will take place within the institution. The study addresses the problem that has as its Theme: Political Pedagogical Project in the organizational context. The problem that motivated this research arose when it was observed that the pedagogical practices were not in line with the pedagogical political project that aims to guide the work of teachers. Given this context, we sought to find out. What improvements does the school receive with the implementation of the Pedagogical Political Project in the institution? General objective: To delimit the factors that interfere in the effectiveness of the pedagogical political project in the school space. According to Libâneo (2004), the Political Pedagogical Project expresses the synthesis of the social and legal requirements of the education system. It is the document that presents objectives, guidelines and actions of the educational process to be developed at school. Methodology: Research data collection: questionnaires with open questions; Nature of Basic Search. Research Classification - Field and Bibliographic Research. The main results show that it is necessary to socialize the Political Pedagogical Project in a creative way with the teaching team, enabling a social and innovative work environment.

Keywords: pedagogical political project. management school.

INTRODUÇÃO

É importante ressaltar que no Brasil, a implementação do Projeto Político Pedagógico nas unidades escolares está embasada na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96 ao instituir no Artigo 12, como obrigatório a todas as unidades escolares a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica, por considerar que o projeto político pedagó-

gico um instrumento que possibilitar a autonomia da escola para concretização das finalidades educativas, bem como a possibilidades de superação dos problemas oriundos da pratica educativa via reflexão coletiva.

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que o projeto Político Pedagógico é um documento que facilita e organiza as atividades, pode ser um mediador de decisões, que conduz as ações e da análise dos seus resultados e impactos nas unidades escolares. Cabe aos gestores, professores, funcionários, comunidade estudantil e comunidade geral se organizarem a implementação do projeto nas unidades escolas no qual será o norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática.

A partir do exposto, questiona-se sobre os impactos produzidos após a implantação do projeto político pedagógico no contexto organizacional. Pergunta central: quais as melhorias que a escola recebeu com a implementação do Projeto Político Pedagógico?

Esse trabalho objetiva delimitar os fatores que interferem na efetivação do Projeto Político Pedagógico.

Esta pesquisa justifica-se por ser o Projeto Político Pedagógico um documento escolar capaz de mobilizar a comunidade em torno da construção e implementação de suas convicções e intenções educativas e alternativas para construção da autonomia da escola por meio de uma gestão democrática e participativa que a transforme num espaço público privilegiado para o exercício da cidadania.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO RELEVÂNCIA VITAL NA GESTÃO ESCOLAR

O projeto pedagógico torna-se fundamental para a escola, pois é o elemento norteador da organização de seu trabalho visando o sucesso da aprendizagem dos alunos, objetivo principal da escola como instituição social. O projeto pedagógico é a bússola norteadora do trabalho escolar por meio de diferentes formas de planejamento, todos envolvidos no diálogo e na busca de soluções para os problemas escolares, a partir da ação coletiva – alunos, professores, gestores, funcionários, técnicos administrativos e demais apoios, pais e comunidade local. Juntos, todos buscarão alternativas para impulsionar a inovação no cotidiano escolar.

No entanto, é importante lembrar que a construção do projeto pedagógico não é apenas uma obrigação legal que a escola deve cumprir, mas uma conquista que revela seu poder organizacional e busca cada vez mais autonomia em suas decisões. Nesse sentido, o projeto político-pedagógico é antes de tudo um instrumento ideológico, político, que visa sobretudo a gestão dos resultados das aprendizagens, através da projeção, organização e acompanhamento de todo o universo escolar. Segundo Betini, o projeto político-pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escolar pretende ou idealiza fazer, suas metas, objetivos e estratégias permanentes, tanto em relação às suas atividades pedagógicas quanto às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e controle escolar. O principal objetivo do planejamento escolar é, portanto, expressar a capacidade de colocar o planejamento em ação. Cabe, portanto, ao projeto político-pedagógico operacionalizar o planejamento escolar em um movimento constante de refletir - agir – refletir. (BETINI, 2005, p. 38).

É necessário enfatizar que, essas reflexões possibilitaram verificar a importância do Projeto Político Pedagógico para a democratização do ensino, por meio do exercício da cidadania no ambiente escolar. Sem um compromisso da gestão escolar em desenvolver o PPP como planejamento participativo e democrático, objetivando o amadurecimento e a interação dos profissionais, pais e alunos, onde todos tenham acesso a seus direitos, conhecimentos e deveres, fazendo de todos coautores no processo educacional, nada se pode conseguir, em termos de avanço.

O planejamento pode tornar-se um competente e efetivo meio para atingir as finalidades propostas.

Portanto, planejar é dizer com clareza como deve agir para que o indivíduo possa compreender analisar, interpretar o contexto para que ele atue criticamente, para que possa enfrentar as questões e os problemas se apresentam na realidade.

Para Menegolla (2000, p. 26), falar sobre o planejamento educacional enfatiza que:

Planejar uma educação que configure a pessoa dentro das estruturas sociais, que oprima a pessoa pelas direções definidas e acabadas, é barrar a libertação da pessoa. É fazer da educação um instrumento de conformismo de massas. É impedir o comprometimento e o desenvolvimento integral da pessoa humana. [...] é preciso planejar uma educação que, por meio de seu processo dinâmico, possa ser criativa e libertadora para o homem. Planejar uma educação que não restringe, mas liberta, que aguça a consciência e liga as pessoas ao seu mundo. Este é o conteúdo que deve ser incluído em qualquer plano educacional.

Conforme o autor supracitado, é provável assegurar a realização de um planejamento educacional elaborado após uma reflexão sobre que tipo de educação promoverá para integrar o desenvolvimento do cidadão, que o permita fazer parte da sociedade, ser conhecedor de suas responsabilidades e seus direitos, comprometendo-se consigo e com outros para viver criticamente e com liberdade. Percebe-se que o ato de educar e educar-se é, promover a cima de tudo uma projeção para o futuro, tendo como base o passado e o futuro, fazendo com que o indivíduo compreenda por meio dos saberes possa enfrentar os problemas.

Toda e qualquer ação humana é política em essência, muitas das vezes essas ações podem ser atos conscientes. Sendo ou não conscientes, essas ações do ser humano podem responder ou substanciar uma prática, um conceito, uma definição, ou uma estrutura já iniciada. Então pode-se dizer que não existe uma ação neutra. Conforme ao ato de planejar pode ser considerado como um ato humano completo de intencionalidade. Ao planejar, o educador tem que estar consciente da importância e da compreensão de sua atividade para “[...] descobrir representações equivocadas, desmontar mitos e preconceitos. Ajudar o sujeito (pessoal e coletivo) a se convencer que sua ação é importante, embora limitada” (VASCONCELLOS, 1999, p. 12).

Nesse contexto, o planejamento é um relato das finalidades a partir do esboço dos objetivos que se busca, mostra-se em postura e vivência críticas efetivas e na frente do trabalho pedagógico. O planejamento facilita a adaptação e participação dos agentes envolvidos na construção de um projeto educacional que promovam as mudanças da realidade e a construção de uma escola que pode ser um espaço de crescimento para os alunos e para todos que participam dela, estando em concordância com a produção do conhecimento. Determinar a ação da escola e imaginar os passos futuros, evidenciar a urgência de ter claras as metas que se ambicionam atingir e organizar os meios que as possibilitam é tarefa do planejamento. Neste sentido, é ne-

cessário planejar as ações que fazem a ligação em torno do projeto educacional da escola, sendo construído coletivamente.

Dessa forma, encontrar-se-á o caminho para acabar com as atividades desarticuladas e casuístas, construindo as práticas educativas, entende-se com as atuais necessidades dos alunos e da sociedade. Dias (2003, p. 3) corrobora esclarecendo que:

[...] A escola é organizada com o objetivo de atingir objetivos específicos que dão sentido à organização escolar e conseqüentemente orientam a tomada de decisão quanto ao tipo de currículos e programas, o tipo de edifício escolar, a quantidade e qualidade dos equipamentos e o número e qualificação dos funcionários da escola. Portanto, quem pretende trabalhar em uma escola deve conhecer seus objetivos e, na medida do possível, sua própria contribuição para melhorá-los.

Nesse contexto, pode-se falar que no momento do planejamento, é preciso fazer um apanhado do que é necessário para o desenvolvimento do ensino aprendizagem, professores, alunos, objetivos educacionais e etc., de uma forma geral, pois cada um dos elementos exerce influência nos demais, e todos eles são importantes no desenvolvimento técnico-político para a formação que escola pretende proporcionar aos seus alunos. Portanto, pode-se dizer que o planejamento é fundamental, pois através dele é possível concretizar os objetivos e metas traçadas, relacionando o passado com o presente para mudar a realidade para poder compreender, modificar e enfrentar os problemas que possam aparecer no decorrer do processo evolutivo.

Fazer pedagógico e uma gestão democrática

A Gestão Democrática vem selar esta liberdade, uma vez que fortalecida e mantida a democracia, os fatos decorrentes serão apenas parte de um tempero que será degustado em algum tempo. Na administração democrática o aluno passa de um simples expectador para um formador de opiniões. O corpo docente planeja, pesquisa e executa o fazer pedagógico .

As sugestões são lançadas em pauta e decididas coletivamente. Diante de tais mudanças o espaço escolar agora é de todos. As decisões são tomadas em conjunto. A gestão colabora e interage com os discentes, estes têm livre arbítrio e exercem autonomia e decisões no âmbito escolar. A gestão democrática age de forma universalizada em busca do ensino qualitativo para todos.

O gestor ouve as sugestões dos docentes e acata as decisões de toda equipe de ensino. A comunidade tem outra visão da escola. Os pais são mais presentes e participam da vida dos filhos aprimorando sugestões para um bom desempenho educacional. Percebe-se que a democracia aos poucos está chegando nas escolas , o coletivo interagindo para o bem comum.

Apesar da evolução das escolas nos dias atuais , é preciso lembrar que os bons resultados só serão permanentes se forem mantidos o foco voltado constantemente aos estudos e planejamento junto com o fazer pedagógico. Por outro lado, ao serem ignoradas estas possibilidades de tempo e de espaço, pode ocorrer o risco de ser projetado uma gestão participativa para o cotidiano escolar que, na maioria das vezes se transforma em um documento resultante de encontros e reuniões.

Lembra-se que pelas próprias circunstâncias, os objetivos não são mais os mesmos. A sociedade evoluiu e os componentes de trabalho evoluíram também. Há a necessidade de recuperar-se e colocar em prática aquilo que serviu e aperfeiçoá-los no presente. É necessário que

o ensino acompanhe as novas tendências e que o nosso aprendizado esteja entre os conceitos do mundo em termo de qualidade.

Diante dos pressupostos, espera-se que a gestão democrática supra as necessidades desde a superação da criança ensinando-a os bons princípios da igualdade. Aos jovens, o senso da responsabilidade e distinção de valores. E ao adulto, que o mesmo descubra sua verdadeira identidade através de uma cidadania mais humana e igualitária. Nota-se que esses valores são regidos também pela Constituição Federal de 1988.

A Constituição detalha que caminharão juntos ao estado e à família em prol da educação e promoverão desenvolvimento de igualdade e cidadania baseados na democracia. No ápice de uma prática teórica e democrática, deve-se também levar em conta a criação do currículo para explicitar valores, normas e comportamentos.

O currículo foi criado pra comunicar os princípios e traços essenciais de um propósito educativo, de tal forma que permaneça aberto a discussão crítica e possa ser transferido efetivamente para a prática.

A descoberta do currículo vem fomentar os projetos interdisciplinares, uma vez que os indivíduos envolvidos no sistema têm a responsabilidade individual de projetar suas ideias. É neste contexto que a interdisciplinaridade vai interagir em coletividade as ideias solitárias ampliando o universo das informações, antes subjetivas transformando-as em objetivas através do coletivo.

Nota-se que o currículo está conectado a gestão democrática e participativa, pois o mesmo é regido pela coletividade que constitui uma das características da gestão democrática. Uma vez colocado em prática, assume-se a responsabilidade de concretizar o projeto pedagógico, desde sua dimensão a sua execução. Dando-se em conta que o currículo ainda tem a função de buscar alternativas e soluções para formação da reconstrução social, tendo-se o cuidado de não supervalorizar as pessoas por meio do consenso social.

Precisa-se valorizar os procedimentos democráticos, ignorando a força de persuasão que, uma vez persuadidos tornam-se enfraquecidos pela minoria dominante. O currículo implica participação do grupo que decidirá sobre as especificidades e diversidades da cultura de um povo, bem como, as suas diretrizes que repercutirão e influenciarão as camadas sociais envolvidas no processo da educação.

Vale ressaltar que a cultura é pública que independe de acontecimentos sociais, institucionais ou processos. Ela está entrelaçada dentro de um contexto histórico, econômico e social. As avaliações das conjecturas e as estratégias de evolução estão incluídas no processo universal que avaliará no âmbito geral o progresso alcançado ao longo do tempo. Todos esses instrumentos utilizados na construção da gestão democrática se estabeleceram a fim de quebrar regras de centralização, omissão, autoritarismo e controle burocrático imposto pela gestão tradicional.

Por outro lado, deve-se lembrar que a gestão democrática está em processo de desenvolvimento. Todo sistema que provoca mudanças exige-se flexibilidade, moderabilidade e sobretudo reflexão sobre o que foi e o que poderá ser. A escola é o reflexo de seus componentes. Se os novos olhares tiverem focados no desenvolvimento de sua clientela, com certeza, os

resultados fluirão através de novos procedimentos pedagógicos.

O aluno exercerá suas atividades voltadas para as inovações, seus saberes serão mais divulgados e bem representados. A comunidade por sua vez será mais participativa na escola, e, acima de tudo, com professores capacitados e estimulados. As metas serão alcançadas, e o diálogo será mais aberto a fim de que todos participem nos múltiplos afazeres do cotidiano escolar.

Paro (1997, p.10) observou que suprema democracia está na essência da vida escolar “ a transformação do esquema de autoridade no interior da escola agora pertence a todos”. A perspectiva da sociedade está além dos muros escolares uma vez que esta está consciente que as verdadeiras transformações acontecem no seio do ambiente escolar.

A escola como instituição e sua finalidade

O artigo 14 da Lei de Políticas e Bases Nacionais da Educação e o artigo 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definem as normas de gestão democrática da educação pública na educação básica, obedecendo aos princípios do envolvimento dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e envolvimento da escola e das comunidades locais nos conselhos escolares. Dessa forma, a escola assume um processo coletivo vinculado por um determinante comum, a governança democrática.

A escola é uma instituição social que tem por finalidade garantir a educação de uma sociedade. Ela deve assegurar os direitos e saberes, e que estes saberes sejam transferidos através de gerações. Da mesma forma, está comprometida com as questões culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas de uma sociedade. É no entorno do seu espaço que pessoas tomam importantes decisões relacionadas ao social.

Não se trata de um espaço neutro ou construído para ordenar um grupo de pessoas, mas que é carregada de significados constituindo-se em muitos momentos de um espaço de reprodução ideológica dotada de toda uma intencionalidade. Atitudes, conhecimento, desenvolvimento de habilidades e competências na formação do gestor educacional são tão importantes quanto a prática docente em sala de aula.

No entanto, esses atributos são inúteis se o gestor não se preocupa com o processo de ensino/aprendizagem em sua escola. Os gestores também devem ter a capacidade de diagnosticar as causas dos conflitos nas equipes de trabalho e propor soluções persuasivas, ter as habilidades e competências para selecionar ferramentas e técnicas que permitam uma melhor gestão do tempo, promovam ganhos de qualidade e melhorem a produtividade profissional.

O gestor deve estar ciente de que a qualidade da escola é global devido à interação de indivíduos e grupos que afetam seu funcionamento. O gestor deve ser capaz de integrar meta, ação e resultado para ampliar sua gestão com colaboradores empreendedores que primam pelo bem comum de uma comunidade. Em resumo, o bom gestor deve ser um administrador, ou seja, manter a escola dentro das normas do sistema educacional, seguindo normas e orientações, e cumprindo prazos.

Deve também valorizar a qualidade do ensino, projeto pedagógico, supervisão e orientação pedagógica e oportunizar a formação de professores. Guia do bairro, abre a escola nos finais de semana e permite passagem livre em sua sala de aula. Para isso é importante ter uma

equipe de gestão que tenha talentos complementares.

Delegar e liderar devem ser as palavras de ordem. Além disso, um bom gestor aponta o caminho, ouve as necessidades da comunidade, desenvolve talentos, facilita o trabalho em equipe e, claro, resolve problemas. Ao se referir à escola pública, trata-se de uma entidade escolar cuja função primordial é atender o cidadão em seu direito fundamental de acesso à educação de qualidade.

Esta entidade não funciona isoladamente, pois necessita de meios para manter a sua estrutura física e os seus recursos materiais e humanos, bem como necessita de um conjunto de regras que regulem todas as suas atividades e funções. Nesse sentido, do ponto de vista institucional e legal, a escola pública faz parte do sistema de administração pública federal, estadual ou municipal conforme definido na Lei de Políticas e Princípios Nacionais de Educação.

Tal sistema significa a rede formada pelas escolas públicas e sua estrutura de apoio, ou seja, os mecanismos necessários ao seu funcionamento. Esses mecanismos incluem a gestão de recursos financeiros. Para entender onde essa competência funciona, é importante entender as duas formas de utilização dos recursos que financiam a escola: centralizada e descentralizada.

A aplicação central, que abrange a maior parte dos recursos financeiros, é feita por um órgão administrativo ao qual a escola está hierarquicamente subordinada, normalmente o Ministério da Educação. Neste caso, eles recebem os meios para financiar a escola na forma de bolsas, por exemplo. Tecido de construção, carteiras escolares, salários dos funcionários públicos, ou seja, tudo o que a escola não paga diretamente mais recebe indiretamente através de uma transportadora.

A aplicação descentralizada é realizada pela escola, em geral por uma unidade executora a ela associada. Os recursos públicos, neste caso, financiam a aquisição de materiais e a contratação de serviços realizados diretamente pela escola, como material de consumo, equipamentos de manutenção e funcionamento e pequenos reparos, por exemplo. Para que todos os instrumentos de financiamento da educação sejam colocados em prática, é fundamental conhecer as estruturas e regras da administração pública.

Gestão pública e a instituição de ensino

De acordo com os princípios necessários para se efetivar um bom trabalho, é importante visualizar as características da gestão, sendo que a Gestão Pública vem utilizando nas últimas décadas práticas novas da administração do setor público, recuperando o termo gestão para contexto público. A experiência na Gestão vem ligada a prática da gestão administração privada. As práticas antigas fortaleceram a gestão pública atualmente, contribuindo para o desenvolvimento da organização cuja sua missão é o interesse público. Segundo Longo, (1996). Explica que:

O fortalecimento da melhoria da gestão pública é uma conquista de nova modernização, nesse processo, os desafios é provocar mudanças, tomando foco na melhoria da qualidade no processo da gestão pública, é consenso que nenhuma transformação poderá ser obtida devidamente equacionada (p. 67).

A organização da gestão pública fortalece as instituições que prestam serviços à po-

pulação como um todo, esse fortalecimento provoca mudanças e supera desafios, objetivando a qualidade, com isso melhora-se o atendimento e a resolução dos serviços demandas pelos usuários do serviço público, evidenciando as novas conquistas modernizadoras no contexto da Constituição Federal dispõem sobre administração pública:

A administração pública direta e indireta de todos os poderes da União, Estado, Distrito Federal e Municípios obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (CF 1988, Art. 37, p.41).

As relações da gestão pública com os cidadãos e as organizações são disciplinadas pelo Direito Constitucional, cuja função é a de garantir que o Estado venha a estabelecer relações justas, racionais com os mais diferentes agentes com que entra cotidianamente em interação no exercício das suas funções, assegurando assim, a coerência da ação estatal que é exercida por diversas instituições que a compõe e desempenham funções específicas e interagem com os diversos públicos.

Para a garantia dos serviços e evitar ações arbitrárias por conta dos dirigentes, esses princípios são as regras gerais que vão sustentar a modernização e a qualidade. Para fundamentar o conhecimento sobre gestão e administração, é importante entender que existem diferenças que podem servir de norte para o gestor, uma vez que ao entender esse processo, pode – se agir, de acordo com o que lhe foi estabelecido.

A diferença entre gestão pública e administração contém muita analogia no sistema de cada uma, porque a gestão contém uma visão ampla das coisas que estão ao seu redor e na administração cuida dos princípios para que a execução seja bem trabalhada. Para argumentar o assunto que está sendo abordando (FORTUNATI, 2007, p.16). Afirma que:

No sentido mais amplo, o termo administração pública refere-se a todas as atividades que visam diretamente o cumprimento específico de tarefas ou tarefas de interesse público ou comum em uma empresa ou em uma organização estatal. Portanto, do ponto de vista da atividade, o conceito de administração pública corresponde a uma ampla gama de ações relacionadas ao estado como um todo. Por um lado, incluem as atividades governamentais relacionadas com os poderes de decisão e comando, bem como as que prestam assistência direta no exercício do governo. Por outro lado, são empreendimentos que visam atingir fins públicos estabelecidos por leis e atos governamentais.

Administrativa pública é um conjunto de atividades que concretiza as ações delegadas a uma organização e perpassa para o interesse público, nesse sentido a ação da administração que estudam formas de se organizar as coisas, como os adereços se comportam nas organizações, alguns padrões são diferentes das organizações. Na gestão pública é absolutamente diferente, embora se utilizem de técnicas e práticas parecidas, mas do ponto de vista de aprendizado é necessário desvincular.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo apresentado, visa nortear os trabalhos da prática pedagógica tanto dos docentes como também de todos que trabalham na escola, sendo mediadores de decisões. Optou-se por uma pesquisa bibliográfica: com enfoque qualitativo. A pesquisa se desenvolveu-se com:

1 - Gestora

30 - Professores: dez do turno matutino; dez do turno vespertino Coordenação pedagógica

gica: três uma do turno matutino; uma do turno vespertino e uma do turno noturno.

60 - Alunos: vinte do turno matutino do 5º ano; vinte do turno vespertino do 5º ano e vinte do turno noturno do 5º ano.

15 - Serviços Administrativos: 5 do turno matutino; 5 do turno vespertino; 5 do turno noturno.

15 - Serviços gerais: 5 do turno matutino; 5 do turno vespertino; 5 do turno noturno.

3 - Membros da APMC. Associação de Pais e Mestres. Presidente, Vice-presidente e o tesoureiro.

O primeiro passo desta caminhada consistiu em buscar, juntamente com os funcionários da escola informações sobre a gestão atual, seu perfil e sua organização. Informações que dê apoio para a construção do estudo sobre a implementação do Projeto Político Pedagógico na escola.

Se usou um questionário com perguntas abertas - através dos quais buscou-se obter informes, subjetivas, contidos na fala dos sujeitos pesquisados, Todas as informações voltadas para as causas do problema da pesquisa.

ANALISE DE RESULTADOS

Analisando os dados do resultado da pesquisa, foi possível perceber que o Projeto Político Pedagógico é extremamente importante para que tenha sucesso à gestão educacional nos aspectos: Pedagógico, Administrativo, Social, Cultural e Religioso e principalmente a qualidade do ensino. A figura abaixo apresenta a importância do projeto político pedagógico.

Figura 1- Fazeres pedagógico



Fonte: A pesquisadora (2019)

O PPP é um instrumento que vai além do currículo escolar, traz valores para o ambiente escolar, orienta efetivamente o corpo docente em suas tarefas, é um guia administrativo, ou seja, um documento oficial da escola; Ele lidera toda a comunidade escolar. Por isso, é importante que esteja bem preparado e sempre sirva de guia para o dia a dia da instituição. A Figura 2 mostra resumidamente as etapas de uma boa gestão participativa no desenvolvimento do projeto político-pedagógico.

Figura 2 - Gestão escolar e o desenvolvimento do PPP

GESTÃO DEMOCRÁTICA



Fonte: A pesquisadora (2019)

O gestor torna-se parte integrante desse processo, é responsável pelo sucesso e o insucesso no resultado dessa atividade pedagógica, ele tem obrigação de ajudar os professores nas atividades pedagógicas e colocar todo o aparato da escola a serviço do pedagógico, seguindo as orientações do PPP. Projeto Político Pedagógico é o instrumento que vai nortear todo o seu trabalho em todos os aspectos.

Uma vez que o professor é parte integrante desse processo. Professores desmotivados, insatisfeitos e as condições de trabalho, somados a falta de apoio por parte da gestão. Também a falta de material didático para ministrar uma aula com qualidade, fatores estes, levam ao fracasso escolar a não educação com ensino de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado que uma gestão pedagógica pautada em uma concepção democrática e focada no desenvolvimento do PPP, se torna uma gestão descentralizada, dinâmica, interativa, reflexiva, argumentativa, construtiva agindo sempre de forma coletiva para encaminhar as situações, ações e desafios encontrados no contexto escolar, como também foi apresentado as características específicas da administração escolar, que envolve tomada de decisões e postura adequada diante da sociedade.

A legislação e a gestão são abordadas tendo como referência as suas atribuições, sua função de acordo com as Leis, Diretrizes, Estatuto, Regimento enfim documentos primordiais para nortear todas as ações assumidas pelo gestor. Ele exerce um papel apropriado para contribuir com o desenvolvimento do educando tendo em vista o desempenho da escola como um todo tanto nos aspectos cognitivo, cultural, afetivo quanto social.

No processo educacional, é primordial buscar mecanismos de envolvimento de todos para que se possa conhecer os problemas e identificar as dificuldades e desafios no processo educativo, tendo um olhar de possibilitar alternativas, meio para que as dificuldades sejam mi-

nimizadas e com isso, se alcance as metas e objetivos propostos, principalmente, no que refere à aprendizagem. Bem como, dialogar com professores sobre as dificuldades encontradas no processo de ensino, verificar e orientar cada um os alunos que apresentam dificuldades de se inserir no processo de aprendizagem, visitar com frequência as salas de aula, fazer intervenções imediata, organizar e planejar todas as ações previstas para o ano escolar. Realizar reuniões, encontros com pais e/ou responsáveis, envolver e acompanhar as atividades de toda equipe em suas atividades diárias para cobrar suas devidas responsabilidades e outros e dentre outras ações analisar o rendimento durante o ano escolar.

A escola é um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual todos reflipam, pensem, analisem, criem práticas, como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas administrativas. Assim como a escola, a ciência é parte da sociedade, porém cabe à escola interagir conhecimento científico afim de viabilizar rentabilidade ao ensino.

REFERÊNCIAS

BETINI, Geraldo Antônio. A Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola. EDUC@ção - Rev. Ped. - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v.01, n. 03, jan./dez. 2005.

DIAS, Sergio Roberto. gestão de marketing. São Paulo: saraiva, 2003.

FORTUNATI, José. Gestão da Educação Pública: caminhos e desafios. Porto Alegre: Artemed, 2007.

MENEGOLLA, SANT'ANNA; Maximiliano , Ilza Martins, Por que Planejar? Como Planejar?, Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

VASCONCELOS, C. dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 3. ed. São Paulo: Libertad, 1999.

Educação inclusiva de alunos da educação especial

Inclusive education of special education students

Valcilene da Silva Vieira

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.14

RESUMO

A formação continuada é considerada básica para a realização do processo da educação inclusiva e um dos pilares para a efetivação desta. Compreender que, o processo educativo inclusivo necessita de profissionais especializados para desenvolver métodos e atividade diferenciada no contexto escolar, mostrando no cotidiano escolar que estas ações influenciam no aprendizado dos educandos com necessidades educacionais especiais. Este artigo tem como objetivo principal demonstrar que a educação inclusiva de estudantes portadores de necessidades especiais em escolas de ensino regular não está acontecendo efetivamente conforme estabelecido nas políticas públicas, demonstrando uma das principais barreiras que ainda existem para que a educação inclusiva do estudante PNE aconteça pedagogicamente. Com base nessa premissa buscou-se identificar as dificuldades na prática pedagógica de inclusão escolar de crianças portadoras de deficiência em turmas de ensino regular do 1º ao 5º ano, ressaltando alternativas de ensino na busca pela inclusão social, através de procedimento metodológico de natureza qualitativa desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, visitas técnicas de observação nas escolas de 1º ao 5º ano e entrevista com professores através de questionário. Os principais resultados apresentam que na atualidade os desafios no contexto educacional inclusivo é a formação ineficiente de alguns professores. Observou-se também que há a necessidade de instrumentalização dos professores para o atendimento de alunos com necessidades especiais.

Palavras-chave: educação inclusiva. educação especial. formação continuada.

ABSTRACT

Continuing education is considered basic for the realization of the inclusive education process and one of the pillars for the effectiveness of this. Understanding that the inclusive educational process needs specialized professionals to develop methods and differentiated activities in the school context, showing in the school routine that these actions influence the learning of students with special educational needs. The main objective of this article is to demonstrate that the inclusive education of students with special needs in regular schools is not happening effectively as established in public policies, demonstrating one of the main barriers that still exist for the inclusive education of the PNE student to happen pedagogically. . Based on this premise, we sought to identify the difficulties in the pedagogical practice of school inclusion of children with disabilities in regular education classes from the 1st to the 5th year, highlighting teaching alternatives in the search for social inclusion, through a methodological procedure of a qualitative nature developed through bibliographic research, technical observation visits in schools from 1st to 5th year and interview with teachers through a questionnaire. The main results show that currently the challenges in the inclusive educational context is the inefficient training of some teachers. It was also observed that there is a need for teachers to provide instruments for the care of students with special needs.

Keywords: inclusive education. special education. continuing education.

INTRODUÇÃO

A situação da educação Inclusiva no Brasil, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino regulares (ou seja, as que juntam alunos com e sem deficiência) tem ge-

rado grandes debates e tem reflexo no aumento substancial da matrícula de alguns alunos com necessidades educacionais especiais, em turmas de ensino regular e tem sido um dos grandes desafios enfrentados nos últimos anos pelos profissionais da educação, em especial os professores que atuam nas salas de aula de educação básica.

Considerando que um dos princípios da Declaração de Salamanca: De Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994, item 2, p. 1) que diz: Cremos e proclamamos que algumas pessoas que tem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular e que esta, deveria acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades, para tal ação faz-se necessário que a educação inclusiva tenha mudanças significativas no processo de ensino aprendizagem. Para que ocorra esta mudança, uma das ações principais é a preparação do professor de forma adequada por meio de processo permanente de desenvolvimento profissional, envolvendo formação inicial e continuada baseada em princípios e leis, com o objetivo de contemplar as necessidades de alunos especiais.

A problemática que motivou esta pesquisa - Quais as consequências da falta de formação continuada para a prática do professor em sala de aula com alunos especiais? surgiu quando observei nas escolas que a oferta e realização de formação continuada para os professores atuarem com a educação inclusiva em sala de aula ainda não atende à demanda necessária deste público alvo. Consequentemente em razão desta falta de capacitação e orientação psicopedagógica para trabalhar com alunos portadores de deficiências, há professores com alunos especiais em sala de aula sem o conhecimento necessário para fazer este atendimento pedagógico.

Na busca de aprofundar essas questões e melhor compreensão dessa realidade vivenciada nas escolas, definimos como objetivo geral da pesquisa: especificar as maiores dificuldades pedagógicas dos professores na sua prática pedagógica na inclusão escolar de crianças portadores de deficiência em turmas de ensino regular do 1º ao 5º ano.

Através de estudo e observação sobre o tema, concluímos que o processo de formação continuada é necessário para todos os envolvidos no processo educativo, pois, o professor/educador precisa atuar competentemente no âmbito escolar, no desenvolvimento de metodologias diferenciadas e adequadas às necessidades de tais alunos, com saberes pedagógicos precisos e concretos, comprovando a importância e a influência da formação continuada do professor educador nos diversos ambientes educacionais.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da educação inclusiva inicia-se com a Declaração de Salamanca, documento este que discute a exclusão dos alunos considerados “diferentes” dentro de espaço escolar comum. Este importante documento discute a necessidade de uma escola para todos. Assim, a educação especial surge para atender uma parte destes excluídos: os deficientes.

Não se pode falar de Educação Especial sem fazer uma retrospectiva sobre a deficiência e o seu percurso ao longo da história da humanidade. A história nos mostra que existem pessoas diferentes desde os tempos mais remotos da civilização, mas são poucos os relatos escritos a respeito dessas pessoas. Na Antiguidade havia duas posturas em relação às pessoas doentes,

idosas ou deficientes: uma postura era de aceitação, tolerância; outra, majoritária, que optava pela eliminação, menosprezo ou destruição. Esse período é caracterizado pela ignorância e não aceitação do ser deficiente.

Segundo Mantoan (2003):

O Cristianismo modificou a postura diante da deficiência incluindo seu portador entre as “criaturas de Deus”, assim ele não poderia ser abandonado, já que possui alma. Sob a influência do Cristianismo os portadores de deficiência passam a ser assistidos em suas necessidades básicas de alimentação e abrigo, mas não havia a preocupação com seu desenvolvimento e educação. (p. 215)

A mudança significativa na história da educação especial começou na década de 70, com o surgimento da proposta de integração, os alunos com deficiência começaram a frequentar as classes comuns. O aumento de estudos e pesquisas nas áreas de Psicologia e Pedagogia passou a demonstrar as possibilidades educacionais desses alunos surgindo uma atitude de educação/reabilitação como um novo paradigma educacional (BRASIL, 2006, p.6).

Outra mudança na história da educação especial veio nas décadas de 1980 e 1990 com a sugestão de que os sistemas de ensino se tornassem responsáveis por criar condições para promover uma educação de qualidade para todos e fazer ajustes para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência (BRASIL, 2006, p.7). É o sistema educacional adaptando-se às necessidades dos seus alunos com as escolas inclusivas e não os alunos adaptando-se ao sistema educacional.

A Política Nacional de Educação Especial aprovada em 1994 permitiu o acesso às classes comuns do ensino regular somente aos alunos da educação especial que tivessem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos “normais”.

Em 2015 com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, que ficou conhecida como o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, intensificou-se a discussão sobre a educação especial e a inclusão de alunos especiais em escolas de ensino regular. Atualmente, o MEC revisou a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008 e promulgou por meio do Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020 a nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Na concepção desta nova lei, todas as escolas das redes de ensino, públicas ou privadas, devem ser inclusivas, destacando-se como questão fundamental o “como atender aos educandos da educação especial, respeitando suas características e peculiaridades, para que seja garantida a possibilidade de desenvolvimento e inclusão social, acadêmica, cultural e profissional” (BRASIL, 2020).

Estas mudanças ocorridas na inclusão de alunos da educação especial na escola comum causaram e ainda causam apreensão aos profissionais da escola regular, em especial os professores de sala de aula pela falta de conhecimento e da aprendizagem que os deixa com incertezas e dúvidas nas suas práticas em sala de aula.

Em se tratando da formação dos professores de sala de ensino regular, esta política destaca sem grandes alterações, que os sistemas de ensino deverão qualificar professores das escolas regulares inclusivas para atuação na perspectiva da educação inclusiva, equitativa e com foco no aprendizado ao longo da vida, ou seja, nenhuma mudança que venha trazer avanços para a problemática da falta de formação para os professores do ensino regular atuar com a

educação inclusiva em sala de aula.

A formação continuada e o papel do professor na educação inclusiva

No fazer da construção do processo de Inclusão Educacional, precisamos ter conhecimento de que alguns aspectos são relevantes e exigidos para esta construção, aspectos estes que democratizam a educação, são eles: a quebra de barreiras atitudinais, começando em cada um de nós; a quebra de barreiras arquitetônicas; a formação continuada de professores e profissionais da educação; o envolvimento da família e do próprio aluno nas ações voltadas para o atendimento das necessidades educacionais especiais. Esta inclusão depende muito da nossa capacidade de lidar com a diversidade e com as diferenças no âmbito social e educacional. Entender estas diferenças não como uma desvantagem na pessoa, mas como parte da existência humana, ainda é muito distante e complexo para a maioria dos professores que trabalham com o ensino regular.

Numa concepção histórico-crítica, segundo Saviani (2009), O papel do professor no processo de inclusão é fundamental, pois ele é o facilitador do processo ensino / aprendizagem. Portanto, faz-se necessário capacitá-los em estratégias educacionais voltadas para a participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. A formação deve atender às necessidades preparatórias dos professores, a fim de desenvolver métodos de ensino verdadeiramente inclusivos.

A inclusão de alunos especiais no ensino regular não deve ser a simples colocação dos alunos em salas de aula, mas um conjunto de ações que promovam a inclusão destes alunos e para que estas ações saiam do papel e se efetivem, o professor, deve ter como base na sua formação, inicial e continuada, conhecimentos para o exercício da docência em sala de aula e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilitara a sua melhor atuação no processo de ensino-aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

Resultados do estudo da realidade na inclusão do aluno da educação especial nas escolas de ensino regular

Em nível de Brasil, se estar munidos de uma infinidade de documentos oficiais, orientações e dispositivos legais determinando que nenhuma escola pode recusar a matrícula de um aluno com deficiência. Na realidade das escolas são muitas as reclamações e críticas da comunidade escolar quanto a estes dispositivos legais, principalmente de professores que argumentam não estarem preparados para trabalhar em sala de aula de ensino regular com alunos com deficiência, com relatos das grandes dificuldades que costumam enfrentar nas escolas para viabilizar uma verdadeira inclusão educacional. Apesar da matrícula de alunos especiais no ensino regular estarem aumentando exponencialmente ao longo dos últimos 05 anos, ainda é percebido no sistema educacional uma carência muito grande de iniciativas e soluções com recursos e metodologias que efetivamente respondam às especificidades das necessidades dos professores para fazer a inclusão educacional, não somente a inclusão social, mas também a inclusão educacional.

As atividades inerentes à minha função profissional desenvolvida ao longo dos últimos 07 anos, relacionadas ao acompanhamento técnico pedagógico em escolas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental me proporcionaram um contato com a amplitude da problemática da inclu-

são de alunos da educação especial em escola regular e observando que a oferta e realização de formação continuada para os professores atuarem com a educação inclusiva em sala de aula ainda não atende à demanda necessária deste público alvo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se desenvolveu-se através da abordagem metodológica de investigação qualitativa e quantitativa, realizada em 02 escolas de 1º ao 5º ano da Coordenadoria Distrital de Educação 03 – no município de Manaus/AM – EETI Santa Terezinha e EE Thomé de Medeiros Raposo. Adotou-se como procedimento técnico, pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Como suporte e referencial teórico em relação aos princípios e às diretrizes relacionados à Educação Inclusiva, consultamos os trabalhos e pesquisas de Mantoan (1997, 2005, 2007) e SASSAKI (2005) entre outros.

Dos profissionais que lecionavam nas duas escolas foi retirada uma pequena amostra para a realização da pesquisa. Como critérios para a seleção do professor, utilizamos como parâmetro o tempo de trabalho com alunos portadores de necessidades especiais em salas regulares e professores com maior número de ocorrências referentes a práticas inclusivas com alunos especiais em sala de aula pesquisa. A pesquisa contou com a participação de 07 Professores regentes de turmas com alunos especiais matriculados, totalizando 250 alunos.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Nas etapas do processo de investigação, o exercício de descrição, interpretação e significação foi uma constante a partir do material coletado. Para análise dos dados coletados na investigação, utilizou-se como técnica análise de conteúdo para viabilizar uma melhor compreensão das informações, extraindo-se os momentos essenciais, as questões mais significativas para alcançar o objetivo do estudo, com vistas a realizar deduções acerca das situações de educação inclusiva nas escolas pesquisadas e necessidades formativas dos professores.

Durante a observação em campo realizada como visita técnica, acompanhamos a rotina de professores e alunos na sala de aula de 02 turmas de cada escola (02), totalizando 04 turmas observadas. Foram realizadas visitas duas vezes na semana, em cada turma no período de 01 mês. Esta visita foi realizada no turno matutino em uma escola e no vespertino na outra. Como primeiro ponto de observação destacou-se a prática da professora em sala de aula, com os alunos em geral e com os portadores de necessidades educacionais especiais e se a professora detinha as informações sobre a deficiência destes alunos especiais.

No segundo ponto observado analisamos se as práticas pedagógicas das professoras estavam adequadas para o processo de ensino e aprendizagem destes alunos e por fim observamos se efetivamente estava sendo feito o processo de inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais e a percepção do professor quanto a este processo.

Complementando a investigação, realizamos a aplicação de questionário nos professores regentes de turma das escolas participantes. Este questionário teve como objetivo traçarmos o perfil profissional, a formação dos professores e a motivação para atualização de conhecimentos para a prática pedagógica em sala de aula. Como meio de aplicação e compreendendo

as mudanças atuais nos ambientes de aprendizagem, favorecendo a inclusão da competência digital que, para Rojo (2013), é necessário o uso da tecnologia e dos materiais didáticos digitais em sala de aula para que a escola seja incluída no contexto tecnológico da sociedade contemporânea, elaboramos o questionário na plataforma Google com o App Google Forms que nos dá a possibilidade de termos os dados coletados e mensurados em forma de respostas e representação gráfica.

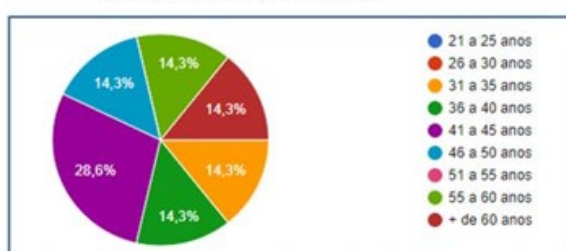
Utilizando este dispositivo da tecnologia, demos um tratamento quantitativo ao perfil dos professores investigados, com a elaboração de gráficos com os resultados demonstrados abaixo:

Tabela Gênero dos docentes

| SEXO | FREQUÊNCIA | % |
|-----------|------------|-----|
| FEMININO | 07 | 100 |
| MASCULINO | 0 | 0 |

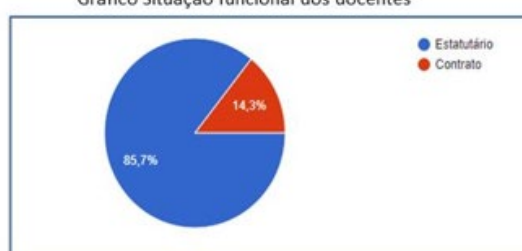
Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Faixa Etária dos docentes



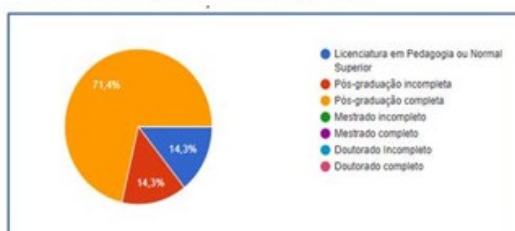
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Situação funcional dos docentes



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Formação acadêmica dos docentes



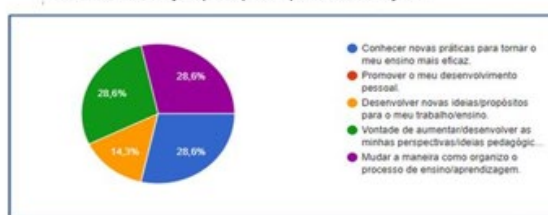
Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Tempo de docência dos professores



Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Motivação para participar de formações



Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados coletados

As análises documentais, as observações em sala de aula e as respostas do questionário aplicado nos professores nos demonstraram que ainda não há uma flexibilidade na adaptação do currículo, com práticas de ensino que atendam a realidade dos alunos especiais.

Evidenciou-se que, a prática dos professores com os alunos com deficiência é mais assistencialista do que pedagógica, ainda permeada por uma visão de acolhimento e proteção; o importante não é buscar o desenvolvimento integral do aluno, mas apenas mantê-lo em sala de aula, mesmo que para não fazer nada. Percebemos que as tentativas tem se limitado as atividades diferenciadas as quais compreendemos como mais um obstáculo à inclusão uma vez que reforça a exclusão dessas crianças.

Os resultados apresentados corroboraram a hipótese deste trabalho de pesquisa, a deficiência de formação continuada que proporcione orientações para os professores ainda é um dos principais obstáculos no processo de inclusão educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva requer mudanças no processo de ensino aprendizagem e os professores tem um papel fundamental na construção das escolas inclusivas e, para realizarem esta construção, devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula e para trabalhar em colaboração com seus pares. A partir dessas abordagens os estudantes com necessidades educacionais especiais passam a ter acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade. O professor deve ser preparado adequadamente por meio de um processo permanente de capacitação profissional, com o objetivo de contemplar as necessidades especiais dos alunos e a importância da valorização das capacidades e potencialidades particulares de cada aluno, com a escola devendo estar atenta as características da individualidade do aprendiz.

Para que estas ações se concretizem é necessário que em cada canto da escola, em cada sala de aula sejam de acordo com Santos (2006): excluídas as práticas que dividem conteúdos, cadernos, horários, saberes; eliminadas as rotinas inalteráveis, livros prontos, ditados e pontos a serem copiados, pois são mortes de iniciativa; suprimidas as disciplinas estanques, disciplinas mais valorizadas que outras, e as grades curriculares inflexíveis; extintas as práticas pedagógicas discriminatórias, as tarefas não comuns a todos; abolidos os planos de aula únicos e fixos; banidas as salas inteiramente homogêneas ou supostamente heterogêneas, segmentadas em grupos fortes, fracos e médios; abolidas as misturas inconsequentes de métodos, procedimentos e intervenções equivocadas de professores inseguros e despreparados; extermiados os espaços padronizados.

Analisou-se como as políticas públicas e propostas educacionais voltadas para a garantia da educação para todos são satisfatórias no processo de inclusão educacional e se realmente acontecem nas escolas. Como profissional da área, entendemos que a educação é a base para o desenvolvimento de cada cidadão e que envolver os alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem é também uma forma de respeitá-los e garantir a possibilidade do seu crescimento. Ao longo da pesquisa fomos constatando que as dificuldades existem e não são poucas, e que à medida que você se aprofunda, estas ficam bem claras, pois o que hoje está se praticando, colocar o aluno em sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão.

Sabe-se que a realidade desse processo inclusivo ainda é muito diferente do que é proposto na legislação e ainda requer muita discussão sobre o assunto. Na comparação entre requisitos legais e realidades educacionais, a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular não se consolidou como deveria e ainda não oferece condições satisfatórias para serem considerados efetivamente inclusivos. As políticas públicas podem certamente criar espaços, promover projetos e garantir direitos e obrigações, no entanto, só isso não é suficiente para garantir a verdadeira inclusão.

Das muitas dificuldades encontradas, nos deparamos com o despreparo dos professores

como o mais marcante. Em sua maioria, não estavam preparados para lidar com a diversidade, com as peculiaridades de cada aluno individualmente e seus déficits, sejam de origem físico-motora ou mental / intelectual, sendo a maior a incapacidade da prática pedagógica, então é evidente que a capacitação e atualização são essenciais para que estes profissionais façam as adaptações curriculares necessárias e possam aplicá-las, dessa forma ampliando suas estratégias para o trabalho em sala de aula dando-lhes mais segurança e autonomia.

Neste trabalho, buscamos compreender melhor a questão da formação de professores, com ênfase na educação inclusiva. Apesar das discussões sobre a educação inclusiva estar bastante divulgado em todas as esferas de comunicação, ainda se constata a dificuldade dos professores para lidar com os estudantes com deficiência devido ao fato de não terem tido formação adequada para incluir educacionalmente uma criança em sua sala, assim como não serem especialistas no assunto e nas temáticas específicas de cada deficiência. “Por este motivo, alegam o “despreparo” e a ausência de formação”, levando com isto para que ocorra muita resistência na prática destes professores em sala de aula com os alunos da educação inclusiva. Diante dessa realidade é preciso a sensibilização dos professores, através de informações e formação continuada para que eles efetivamente possam incluir as crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, porque todos têm direito a educação.

De acordo com a situação evidenciada no conjunto deste trabalho, o argumento principal desse estudo nos leva a afirmar que os saberes produzidos, ressignificados ou refletidos no curso de formação continuada em educação inclusiva, aqui analisados, no que se refere a práticas pedagógicas, é uma ação complexa no contexto da educação básica e exige saberes de diferente natureza, que vão além do campo epistemológico e prático, pois incluem aqueles que estão intrínsecos na cultura de cada docente.

Demonstra-se, mais do que nunca, que os professores devem capacitar-se, acreditar e, principalmente, aceitar a inclusão, tornando, assim, a sua sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento, tanto do aluno com necessidades especiais, quanto dos demais.

Concluimos que referente à entrada de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular ainda há muito que caminhar. Indiscutivelmente, há um distanciamento entre a educação para alunos “especiais” e a educação para alunos ditos “normais”.

As possibilidades concretas de políticas públicas apresentadas apontam para a viabilidade de novos estudos e pesquisas visando ao aprofundamento da reflexão sobre as soluções a elas relacionadas e/ou para verificação da sua aplicabilidade ou dos seus resultados. Creio que este estudo pôde trazer e evidenciar, também, a significativa afinidade e convergência que existe entre duas linhas importantes de reflexão, que possuem, aparentemente, focos diferentes e desvinculados entre si. Ou seja, a relação entre as reflexões e pesquisas sobre os novos paradigmas de construção e produção de conhecimentos com a formação continuada, e, por outro lado, os princípios e diretrizes da Educação Inclusiva. Conforme a discussão dos dados obtidos e os resultados deste estudo, essas duas áreas de reflexão e pesquisa trazem importantes pontos de convergência, ambas enfatizando o trabalho pedagógico com a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais em sala de aula de ensino regular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial - A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.- Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020

MANTOAN, M.T.E. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MITLLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre. Artmed.2003

ROJO, R. (Org.). **Escol@ Conectada**: os multiletramentos e as TIC's. 1ª ed. São Paulo/SP. Parábola. 2013.

SASSAKI, R. Inclusão: O paradigma do século 21. Inclusão – Revista da Educação Especial, Brasília, v.1, n.1, p. 20-23, 2005.

SAVIANI, D. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. v. 14 n. 40. Jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acessado em: 27/02/2020.

Organizador



Dr. Alderlan Souza Cabral

Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Luterana do Brasil (2010), graduação em Logística pela Universidade Luterana do Brasil (2012), mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol (2017) e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol (2019). Atualmente é doutor orientador temporário - UNITI BRASIL, estatutário da Prefeitura Municipal do Careiro da Vázea e estatutário da Prefeitura Municipal de Autazes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em orientação de Metodologias Técnicas Científicas com mais 490 orientações entre Mestrado e Doutorado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8583035818376126>

Índice Remissivo

A

álcool 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154
alfabetização 53, 54, 57, 73, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95
anos iniciais 52, 53, 75, 88, 93
aprendizagem 9, 12, 18, 19, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 80, 82, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 123, 127, 128, 129, 139, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 159, 161, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174

C

conhecimento 9, 12, 19, 21, 22, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 88, 89, 90, 92, 95, 103, 104, 109, 110, 113, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 133, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 158, 161, 163, 166, 169, 170, 171, 175

D

dificuldade 12, 27, 29, 34, 49, 73, 82, 98, 104, 105, 121, 128, 134, 175
dificuldades 13, 18, 49, 52, 53, 60, 61, 73, 74, 82, 90, 97, 104, 105, 109, 139, 148, 165, 166, 168, 169, 171, 174
digital 54, 57, 63, 65, 101, 104, 112, 139, 173
diversidade 19, 21, 24, 27, 43, 73, 102, 105, 108, 109, 117, 123, 128, 171, 175

E

educação 9, 11, 12, 19, 21, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 71, 72, 73, 74, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 121, 123, 124, 126, 128, 132, 133, 135, 136, 140, 141, 147, 153, 158, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175
educação especial 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 114, 167, 168, 169, 170, 171, 172
educação física 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50
educacional 9, 11, 12, 15, 18, 26, 32, 33, 43, 45, 46, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 88, 89,

91, 92, 94, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 108, 109,
110, 114, 115, 120, 121, 123, 133, 136, 137, 141,
158, 159, 161, 164, 165, 168, 170, 171, 174

educativo 11, 12, 16, 18, 33, 34, 35, 55, 56, 90, 91, 95,
156, 160, 165, 168, 169

ensino 4, 9, 10, 11, 12, 13, 21, 22, 24, 28, 29, 30, 31, 32,
33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47,
49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62,
64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 80, 82, 83, 84,
85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100,
101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 113,
114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 128, 129, 131, 137, 138, 139, 140, 142,
143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 156, 158,
159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 169, 170,
171, 172, 173, 174, 175

entrevistas 29, 125

escola 9, 11, 12, 18, 19, 20, 21, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 38,
40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57,
58, 59, 60, 61, 62, 66, 73, 74, 75, 80, 82, 83, 85, 86,
87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100,
101, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 114,
115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138,
139, 140, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 156,
157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166,
169, 170, 171, 172, 173, 174

escrita 21, 32, 51, 52, 53, 57, 58, 60, 61, 62, 73, 74, 75,
76, 78, 79, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 110,
112, 120, 121, 122, 125, 126, 129, 133

estudos 14, 21, 22, 46, 53, 57, 62, 93, 103, 104, 108, 113,
117, 132, 137, 148, 151, 159, 170, 175

experimentação 56, 57, 143, 144, 145, 146, 147, 148,
149, 150, 151, 152, 153

F

formação 9, 11, 12, 19, 20, 30, 32, 39, 40, 42, 43, 48, 49,
52, 53, 54, 56, 58, 59, 62, 75, 77, 82, 83, 86, 87, 89,
90, 91, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106,
108, 112, 113, 116, 126, 128, 133, 137, 138, 148,
149, 152, 153, 154, 159, 160, 161, 166, 168, 169,
170, 171, 172, 174, 175

formação continuada 54, 98, 154, 168, 169, 171, 172,
174, 175

G

gestão 17, 54, 95, 105, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162,
163, 164, 165, 166

governo 11, 15, 16, 17, 18, 26, 37, 79, 83, 111, 114, 163

H

história 10, 11, 12, 13, 14, 16, 20, 27, 34, 53, 76, 83, 88, 92, 98, 99, 110, 111, 113, 133, 169, 170

I

inclusão 32, 54, 56, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 114, 116, 117, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

inclusiva. 99, 106, 168, 175

instrumento 11, 12, 15, 16, 26, 37, 43, 46, 55, 69, 74, 79, 83, 100, 110, 124, 126, 157, 158, 164, 165

L

leitura 51, 52, 53, 57, 58, 60, 61, 62, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 106, 110

letramento 52, 62, 76, 83, 85, 86

libras 107, 108, 115, 116

ludicidade 42

M

movimentos 11, 13, 48, 56, 87, 99, 100, 139

O

ouvintes 15, 16, 26, 27, 108, 109, 110, 112, 113

P

prática pedagógica 29, 30, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 44, 85, 101, 127, 163, 168, 169, 172, 175

práticas pedagógicas 18, 29, 30, 34, 39, 47, 51, 57, 97, 120, 128, 172, 174, 175

problemas 11, 12, 19, 31, 34, 49, 55, 56, 61, 67, 74, 95, 103, 105, 124, 132, 136, 138, 152, 157, 158, 159, 162, 165

professor 9, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 58, 61, 62, 66, 67, 68, 70, 73, 77, 78, 81, 85, 86, 89, 90, 95, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 112, 118, 120, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 135, 136, 138, 139, 145, 148, 153, 165, 169, 171, 172, 174

programa 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 56, 80, 103, 132

projeto político pedagógico 156, 157, 164, 166

Q

questionários 29, 36, 43, 81, 147, 150, 156

R

rádio 11, 12, 14, 15, 16, 24, 25, 26, 27

recreação 41, 42, 43, 47, 48, 49, 50

ressignificação 28, 29, 30, 33, 37, 38

S

softwares 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71

surdos 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118

T

tecnologia 15, 31, 32, 54, 57, 58, 65, 93, 173

textual 68, 73, 86, 94, 126

V

violência 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140,
141



AYA EDITORA
2022